

RELATÓRIO E CONTAS

2013



ÍNDICE

01

O Grupo Sonaecom

- 1.1 Mensagem do CEO
- 1.2 Identificação sumária do grupo
- 1.3 Principais desenvolvimentos corporativos em 2013
- 1.4 Eventos subsequentes
- 1.5 Proposta de aplicação de resultados
- 1.6 Agradecimentos

02

O Negócio da Sonaecom

- 2.1 Evolução do Negócio
- 2.2 ZON OPTIMUS
- 2.3 SSI
- 2.4 Resultados Individuais da Sonaecom

03

As ações Sonaecom

- 3.1 O Mercado de Capitais
- 3.2 Evolução do Preço da Ação em 2013
- 3.3 Estrutura Acionista
- 3.4 Ações Próprias

04

A Gestão da Sonaecom

- 4.1 A Gestão da Sonaecom
- 4.2 Habilitações do Conselho de Administração
- 4.3 Outros Cargos Desempenhados pelo Conselho de Administração
- 4.4 Artigo 447º, 448º e Participações Qualificadas

05

O Modelo de Governação da Sonaecom

- PARTE I
Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade
- PARTE II
Avaliação do Governo Societário
- PARTE III
Análise de Cumprimento das Recomendações de Governo da Sociedade

06

O Desempenho da Sonaecom

- 6. Informação Financeira
- 6.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas da Sonaecom
- 6.2 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 6.3 Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom
- 6.4 Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais da Sonaecom

07

Declaração do Conselho
de Administração

08

Certificação Legal
de Contas e Relatório
de Auditoria

09

Relatório do Conselho
Fiscal







0 grupo
Sonaecom 01

01. O grupo Sonaecom



Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom

1.1. Mensagem do CEO

A Sonaecom alcançou em 2013 o seu principal objetivo estratégico com a concretização da fusão da Optimus com a Zon.

Com esta operação foi possível assegurar uma posição de influência de controlo num operador claramente sustentável, com uma estrutura acionista forte e comprometida com o setor, e com privilegiadas condições para ambicionar uma posição de liderança em Portugal e ao mesmo tempo crescer internacionalmente.

O mercado de capitais reagiu muito positivamente tendo a cotação da Sonaecom valorizado mais de 73% em 2013.

Como consequência desta operação o principal ativo da Sonaecom passou a ser uma participação numa sociedade cotada o que levou o Conselho de Administração a lançar em 29 de outubro de 2013 uma Oferta Pública de Aquisição de Ações Próprias, tendo como contrapartida ações da ZON OPTIMUS, permitindo assim aos seus acionistas a exposição direta ao título mais próximo do investimento em telecomunicações.

De igual forma, a reação do mercado de capitais foi muito positiva tendo-se traduzido, já em 2014, numa aceitação superior

a 62%, conduzindo o free-float a valores próximos de 10% que ditaram a natural exclusão do PSI 20.

Fecha-se assim um ciclo da vida da Sonaecom que, em pouco mais de 15 anos e tendo começado do zero, revolucionou o mercado das telecomunicações em Portugal onde se afirmou como o seu agente mais inconformado, ativo e inovador.

O resultado fica-se a dever ao suporte permanente dos acionistas que aliaram exigência, resiliência e confiança mas sobretudo à extraordinária equipa de colaboradores da Sonaecom que fazendo uso da sua enorme energia e competência, não esmoreceu perante as inúmeras dificuldades do percurso e sempre acreditou no mérito da sua missão.

Ângelo Paupério, CEO da Sonaecom



1.2. Identificação sumária do grupo

Criada em 1994 e admitida à negociação ao Euronext Lisbon em 2000, a Sonaecom é a sub-holding do Grupo Sonae para a área de telecomunicações e tecnologias da informação.

Na sua carteira de negócios destacavam-se, antes da fusão da sua participada OPTIMUS com a ZON, ocorrida em agosto de 2013, duas unidades de negócio: a OPTIMUS, operador integrado de telecomunicações em Portugal e a área de *Software* e Sistemas de Informação (SSI) operando ainda no segmento Online e Media, com um conjunto de negócios como o "Público", jornal diário generalista com 23 anos de existência em Portugal.

Com a marca OPTIMUS, a Sonaecom detinha uma presença significativa em diversos segmentos do mercado das telecomunicações, com destaque para os serviços de comunicações móveis a clientes residenciais e empresariais, e ofertas tradicionais de voz e dados, televisão e um amplo conjunto de soluções móveis e serviços de roaming, assim como serviços grossistas a terceiros.

Após a fusão entre a ZON e a OPTIMUS, a Sonaecom passou a deter uma participação relevante num grupo empresarial integrado

de telecomunicações - o Grupo ZON OPTIMUS - que constitui destacadamente o principal ativo do seu portfólio de participações.

A Sonaecom detém uma participação de 50% na ZOPT, SGPS, S.A., a qual, por sua vez, detém 50,01% do capital social ZON OPTIMUS. Adicionalmente, a Sonaecom deteve, até 25 de fevereiro de 2014, uma participação direta de 7,28% no capital da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.. Após essa data, na sequência da oferta pública de aquisição geral e voluntária de ações próprias lançada pela Sonaecom, a participação direta no capital social da ZON OPTIMUS foi reduzida para 2,14%.

1.2.1 Sobre a Sonaecom

Missão

A Sonaecom é uma empresa orientada para o crescimento, cuja ambição é ser a melhor prestadora de serviços nas suas áreas de atuação, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura, de uma forma determinada, criar consistentemente produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.



SONAECOM

1.2.2 Os nossos valores

Ética e Confiança

Temos como compromisso fundamental a criação de valor económico baseado em princípios de ética e desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo e assente em relações de confiança com as nossas partes interessadas.

As pessoas no centro do nosso sucesso

Promovemos o desenvolvimento das capacidades e competências de cada um, através dos desafios constantes, da predisposição para a mudança e do trabalho em equipa.

Acreditamos que tudo isto, suportado numa cultura interna que promove a meritocracia, é crucial para a atração, retenção e desenvolvimento de colaboradores de elevada capacidade e potencial.

Ambição

É a nossa força orientadora, corporizada no contínuo estabelecimento de metas que, mantendo constante a atitude resiliente e corajosa da organização, estimulam e desafiam as nossas competências e acrescentam valor aos nossos clientes.

Inovação

Está na essência e na origem dos nossos negócios. Quebramos de forma sistemática com o convencional e temos a capacidade de surpreender o mercado.

Acreditamos que a aprendizagem também se faz pelo erro e pelos insucessos, estando conscientes, no entanto, da importância de saber balancear este fator dentro dos padrões regulares de risco.

Responsabilidade Social

Temos um sentido de responsabilidade social ativo de contribuição para a melhoria da sociedade em que nos inserimos, com forte preocupação ambiental e de desenvolvimento do conhecimento humano.

Frugalidade e eficiência

Valorizamos a eficiência e a competição saudável, procurando otimizar a utilização dos nossos recursos e maximizar o seu retorno.

Cooperação e independência

Adotamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com os governos, com o objetivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.

1.3. Principais desenvolvimentos corporativos em 2013

Aprovação de projeto de fusão entre a Optimus e a ZON

No dia 21 de janeiro de 2013, a Optimus - SGPS S.A. e a ZON Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A., informaram que os Conselhos de Administração das duas empresas aprovaram por unanimidade o projeto de fusão por incorporação da Optimus na ZON, em resultado da qual a totalidade dos elementos do ativo e do passivo da Optimus serão globalmente transmitidos a favor da ZON.

O projeto de fusão baseia-se num rácio de troca que garante à ZON um valor que corresponde a 1,5 vezes o valor da Optimus, em sintonia com a recomendação sugerida pela Sonaecom e pela Eng^a Isabel dos Santos, a 14 de dezembro de 2012.

Na sequência da fusão, a ZON irá aumentar o seu capital social, emitindo e garantindo aos acionistas da Optimus novas ações representativas de 40% do capital da ZON resultante do referido aumento. Assim, a Sonaecom como único acionista da empresa incorporada receberá 1,791866 ações da ZON, após a fusão, por cada ação representativa do capital registado da Optimus.

Face à presente operação de fusão, a ZON adotará a designação de “ZON OPTIMUS, SGPS, SA” como designação da sociedade ou outra que seja aprovada pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas.

A fusão resultará num Grupo capaz de investir e de promover a sua capacidade competitiva e do próprio setor, de criar mais valor para os acionistas e novas oportunidades para os colaboradores, clientes e fornecedores. Criará um novo grupo com uma estratégia sustentável de crescimento, expansão internacional e otimização da gestão, com a partilha de experiência e conhecimento entre as duas equipas.

Neste contexto, os Conselhos de Administração das duas empresas consideraram a fusão como um passo lógico e essencial para o desenvolvimento de uma plataforma de crescimento comum que alavancará e maximizará o potencial das duas empresas.

Acordo entre a Sonae SGPS, S.A. e a France Télécom

A 15 de fevereiro de 2013, a Sonae SGPS, S.A. e a France Télécom anunciaram a conclusão de um acordo que consiste na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom atualmente detidos por uma subsidiária da FT-Orange.

A opção de compra da Sonae poderá ser exercida nos 18 meses subsequentes ao contrato, sendo a opção de venda da FT-Orange nos 3 meses subsequentes. O preço de exercício de ambas as opções é de 98,9 milhões de euros, podendo ser elevado para 113,5 milhões de euros no caso de participação da Sonaecom ou da Optimus em alguma operação material de consolidação ou reestruturação do setor das telecomunicações em Portugal cujo anúncio tenha lugar nos 24 meses a partir da data do acordo.

Este acordo fica condicionado a que a CMVM confirme que dele não resulta o exercício concertado de influência com imputação à FT-Orange dos direitos de voto inerentes às ações da Sonaecom detidas pela Sonae, considerando ilidida a presunção prevista no art. 20.º, n.º 4, do Código dos Valores Mobiliários.

Aprovação de projeto de fusão em Assembleia Geral extraordinária de acionistas da Optimus

A 7 de março de 2013, a Sonaecom informou, em nome da sua participada, Optimus - SGPS, S.A. que, na Assembleia Geral extraordinária de acionistas, foi aprovado o Projeto de Fusão por incorporação e respetivos anexos, em que são intervenientes a Optimus - SGPS, S.A. e a ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

Salienta-se que a eficácia desta deliberação ficará sujeita à verificação prévia da não oposição da Autoridade da Concorrência à fusão, nos termos constantes do Projeto de Fusão e do cumprimento das demais formalidades administrativas e societárias aplicáveis ou necessárias à concretização da fusão, nos termos legais e nos demais termos constantes do Projeto de Fusão.

Proposta de dividendos a distribuir em 2012

A 8 de março de 2013, a Sonaecom anunciou a intenção do Conselho de Administração submeter para aprovação acionista na próxima Assembleia Geral anual a distribuição de um dividendo bruto de 12 cêntimos por ação, continuando, pelo terceiro ano consecutivo, a prática de remuneração acionista.

Deliberação da CMVM

A 18 de abril de 2013, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários informou a sociedade ZOPT, SGPS, S.A., acerca da deliberação de deferir o pedido de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória sobre a ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

Assembleia Geral de Acionistas

A 24 de abril de 2013, foram deliberados pelos acionistas da Sonaecom, em Assembleia Geral ordinária da Sociedade:

- 1 Aprovar o Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2012, tal como apresentados;
- 2 Aprovar a proposta de aplicação de resultados referentes a 31 de dezembro de 2012, onde se inclui, entre outros, corresponder a cada ação emitida um dividendo ilíquido de 0,12 euros;
- 3 Aprovar um voto de louvor e confiança à atividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da Sociedade durante o ano de 2012;
- 4 Aprovar a Política de Remuneração dos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade e dos seus Dirigentes, bem como sobre o Plano de Atribuição de Ações e respetivo Regulamento a aplicar pela Comissão de Vencimentos;
- 5 Autorizar o Conselho de Administração a, durante um período de 18 meses, proceder à aquisição e à alienação de ações próprias, dentro do limite legal de 10%, nos termos da proposta apresentada por este órgão e previamente divulgada;
- 6 Autorizar a aquisição e/ou detenção de ações próprias da sociedade por sociedades dela dependentes, no período de 18 meses e dentro dos limites legais, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração e previamente divulgada.

Pagamento de dividendos pela Sonaecom

Em cumprimento dos requisitos legais decorrentes das decisões tomadas na Assembleia Geral de acionistas realizada a 24 de abril de 2013, os dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram disponibilizados aos acionistas a partir do dia 22 de maio de 2013, correspondendo a um dividendo ilíquido de 12 cêntimos por ação.

Concretização da fusão entre a ZON e a Optimus

Na sequência de deliberação da Autoridade da Concorrência de não oposição à operação de concentração entre a ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. e a Optimus SGPS, S.A., foi efetuado, no dia 27 de agosto de 2013, o registo comercial da fusão entre as duas empresas.

Aquisição de 50% dos suprimentos da Sonaecom na ZOPT

Na sequência do aumento de capital social da sua participada ZOPT, SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Unitel Interna-



tional Holdings, B.V., titulares de uma participação de 50% do capital social e dos direitos de voto da ZOPT, adquiriram 50% dos suprimentos da Sonaecom à ZOPT. Em resultado desta operação, a 30 de agosto de 2013, a Sonaecom recebeu um total de 119,6 milhões de euros.

Sonae exerce opção de compra com Atlas Services Belgium (ASB), adquirindo 20% do capital social da Sonaecom

Na sequência da formalização, em fevereiro de 2013, de um contrato que previa uma opção de compra entre a Sonae e a ASB, esta vende à Sonae, em 9 de setembro de 2013, 73.249.374 ações da Sonaecom, representativas de 20% do seu capital social e direitos de voto.

Participação Qualificada da Goldman Sachs

Em 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Inc. informou à Sonaecom ter completado, a 18 de outubro, uma participação qualificada de 2,12% no seu capital, correspondente a 7780.349 ações e direitos de voto.

Anúncio preliminar de lançamento de Oferta Pública de Aquisição Parcial e Voluntária de ações próprias

Em 29 de outubro de 2013, a Sonaecom tornou pública a decisão do seu Conselho de Administração de lançar uma Oferta Pública de Aquisição Parcial e Voluntária de aquisição de um máximo de 88.479.803 ações próprias, representativas de 24,16% do seu capital social.

Aos acionistas da Sonaecom é, assim, concedida a opção de alienar, em condições de igualdade, as suas ações da Sonaecom, por contrapartida da entrega das 37489.324 ações ZON OPTIMUS detidas directamente que, não sendo necessárias à prossecução da actividade da Sonaecom, permitem a exposição direta dos accionistas à ZON OPTIMUS.

A Sonaecom oferece um preço global equivalente a €2,45 por ação Sonaecom, composto por entrega de ações ZON OPTIMUS e de um montante remanescente em dinheiro, se aplicável. Para efeitos da determinação da relação de troca entre as ações Sonaecom e as ações ZON OPTIMUS, foi estabelecido um preço de €5,08 por ação ZON OPTIMUS.

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Em 18 de novembro de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o ponto único da ordem de trabalhos foi aprovado por maioria de 99,31% dos direitos de voto representados. O ponto único da ordem de trabalhos consistia em deliberar sobre a redução do atual capital social no montante correspondente ao produto do número de ações da Sociedade adquiridas no âmbito da Oferta Pública de Aquisição Parcial e Voluntária de Ações Próprias, pela importância de 2,45 euros, por extinção das ações próprias adquiridas e redução do valor

nominal das restantes ações da Sociedade, com a finalidade de libertar os fundos necessários à concretização da Oferta, alterando os números 1 e 2 do art.º 5.º dos Estatutos, em conformidade.

1.4. Eventos subsequentes

Anúncio sobre Transação efetuada pelas Partes Relacionadas da Sonaecom

Em 23 e 24 de janeiro de 2014, nos termos previamente autorizados pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, CMVM, a Sonae - SGPS, S.A. (Sonae) adquiriu, em operação realizada fora de Bolsa, um total de 1.454.134 ações da Sonaecom a Administradores e Partes Relacionadas da Sonaecom.

A consideração desta aquisição foi determinada e estabelecida em 20 de fevereiro de 2014, a data do apuramento de resultados da Oferta Pública, pelo mesmo valor pago aos acionistas que aceitaram a Oferta. Após esta operação, a Sonae passou a deter, diretamente, 78.133.508 ações e, indiretamente, 194.063.119 ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom, equivalentes a uma participação total de 272.196.627 ações.

Anúncio sobre resultados de Oferta Pública de Aquisição de Ações Próprias

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

A liquidação física e financeira da Oferta ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2014, sendo a consideração da Oferta composta por 26.476.792 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS e por 19.631 euros em numerário.

Na sequência da Oferta, a Sonaecom passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

Participação Qualificada da Goldman Sachs

Em 28 de fevereiro de 2014, a Goldman Sachs Inc. comunicou à Sonaecom a redução da sua participação qualificada desde 25 de fevereiro de 2014, de 2,12% para 0,79% do seu capital social, correspondente a 2.881.353 ações e direitos de voto.

Transação de Dirigentes

A Sonae-SGPS, S.A. informou a Sonaecom acerca da aquisição de ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom entre os dias 24 de fevereiro e 7 de março de 2014. Na sequência destas aquisições, a Sonae-SGPS, S.A. passou a ser titular, diretamente, de 79.097.818 ações, continuando a ser-lhe adicionalmente imputáveis os direitos de voto relativos a 194.063.119 ações da Sonaecom, detidas pela sua subsidiária Sonae Investments BV.

1.5. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido negativo relativo às contas Individuais, no montante de 90.569.383,38 euros, seja integralmente transferido para Outras Reservas.

1.6. Agradecimentos

A Sonaecom gostaria de agradecer ao Auditor Externo pelos valiosos conselhos e auxílio prestado no ano de 2013 e ao Conselho Fiscal pelo acompanhamento próximo dos nossos negócios. Gostaríamos ainda de expressar a nossa gratidão aos nossos fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio do grupo, pelo seu envolvimento contínuo e pela confiança mais uma vez demonstrada na nossa organização.

A Comissão Executiva da Sonaecom gostaria de expressar a sua gratidão aos administradores não-executivos, pelo seu trabalho e valiosos conselhos.

Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os colaboradores, que constituem o recurso mais importante da organização e que, mais uma vez, demonstraram uma notável resiliência, flexibilidade e espírito inovador e cujos esforços se encontram claramente na base do sucesso continuado da Sonaecom e dos resultados alcançados durante o ano.





The background features a dark, textured surface with a circular cutout in the upper half. The cutout reveals a lighter, more detailed geometric pattern of overlapping translucent shapes. The overall color palette is dominated by dark greys, blacks, and oranges, with some bright white highlights in the geometric patterns.

O negócio da
Sonaecom 02

02. O negócio da Sonaecom

2.1. Evolução do Negócio

O ano de 2013 foi marcado pela operação de consolidação entre a ZON e a OPTIMUS, que foi formalizada em agosto de 2013. Na sequência desta operação, a Sonaecom ajustou as demonstrações financeiras relativas a 2012 e 2013, de modo a refletir a estrutura resultante da fusão.

Neste sentido:

- . os negócios da SSI e Público continuam a ser integralmente consolidados;
- . a participação de 50% no capital da ZOPT (que detém uma participação de 50,01% na ZON OPTIMUS) é consolidada através do método de equivalência patrimonial desde o final de agosto de 2013;
- . a Optimus é registada como uma operação descontinuada até ao final de agosto de 2013;
- . a participação direta de 7,28% no capital da ZON OPTIMUS é registada como 'Investimento ao justo valor através de resultados', estando sujeita à flutuação dos títulos.

Os resultados da Sonaecom em 2013 foram particularmente positivos ao nível do Volume de Negócios, aumentando 12,1% face a 2012, para 117,0 milhões de euros. No que à rentabilidade operacional diz respeito, o EBITDA alcançou 71,7 milhões de euros, diminuindo 30,8%, maioritariamente devido à evolução do EBITDA das Operações Descontinuadas.

2.1.1. Resultados Consolidados da Sonaecom

Volume de Negócios

Em 2013, o Volume de Negócios situou-se em 117,0 milhões de euros, mais 12,1% quando comparado com o ano anterior. Este desempenho foi potenciado por um aumento de 16,4% nas Receitas de Serviço, motivado pela SSI, e ainda por um aumento de 2,5% nas Vendas de Equipamento.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais ascenderam a 113,8 milhões de euros, 2,1% acima de 2012. Apesar da diminuição de 1,3% verificada nos Custos Comerciais, as rubricas de Custos com o Pessoal e os Outros Custos Operacionais registaram um aumento face ao ano anterior, em virtude do aumento da atividade operacional na SSI.

EBITDA

O EBITDA totalizou 71,7 milhões de euros, menos 30,8% face a 2012, principalmente devido à evolução do EBITDA das Operações Descontinuadas.

O EBITDA Atribuível à Sonaecom, que resulta das empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, diminuiu de 0,0 milhões de euros para 0,5 milhões de euros negativos, impactado pela contribuição da ZOPT, que por sua vez depende da evolução do Resultado Líquido da ZON OPTIMUS, que diminuiu 44,5% face a 2012. Destacamos que a contribuição da ZON OPTIMUS para o EBITDA da Sonaecom foi, em 2013, de 0,5 milhões de euros negativos.

O EBITDA do portefólio totalizou 5,9 milhões de euros, registando uma melhoria de mais de 10 milhões de euros quando comparado com os 5,1 milhões de euros negativos registados em 2012.

A margem EBITDA do portefólio foi de 5,1%, aumentando 9,9pp face a 2012, beneficiando com a evolução do peso das Receitas de Serviço no Volume de Negócios, que aumentou de 69,1% para 71,7%.

Resultado Líquido

Não obstante o menor nível de Amortizações e Depreciações, o EBIT da Sonaecom diminuiu 27,3% em 2013, para 65,0 milhões de euros.

Os Resultados Financeiros registaram um desempenho muito positivo, alcançando 42,6 milhões de euros em 2013, beneficiando de maiores Proveitos Financeiros e menores Custos Financeiros. A participação direta no capital da ZON OPTIMUS registou um ganho de 37,5 milhões de euros entre 30 de setembro e 31 de dezembro de 2013, motivada pelo aumento da cotação dos títulos da empresa de 4,40 euros para 5,40 euros.

O EBT da Sonaecom aumentou de forma significativa, de 75,4 milhões de euros para 107,6 milhões de euros, uma variação de 42,7% face ao ano anterior.

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo ascendeu a 103,8 milhões de euros, aumentando 37,7% quando comparado com 2012.

CAPEX Operacional

O CAPEX Operacional da Sonaecom aumentou de 5,8 milhões de euros para 7,9 milhões de euros, refletindo a evolução do CAPEX Operacional na divisão da SSI.

Estrutura de capital

A Dívida Bruta alcançou 29,5 milhões de euros, o que compara com 376,5 milhões de euros em 2012.

A Dívida Líquida totalizou um valor negativo e confortável de 162,1 milhões de euros, evidenciando, deste modo, uma posição de cash positiva. Este valor compara com 251,2 milhões de euros registados em 2012 e beneficiou da aquisição de 50% dos suprimentos da Sonaecom à ZOPT por parte da Kento Holding Limited e da Unitel International Holdings, B.V..

2.1.2. Demonstração de Resultados Consolidados da Sonaecom

MILHÕES DE EUROS	4T12 ^(R)	4T13	Δ 13/12	3T13	q.o.q	2012 ^(R)	2013	Δ 13/12
Dem. Resultados consolidados								
Volume de Negócios	26,1	30,2	15,9%	29,3	3,2%	104,3	117,0	12,1%
Receitas de Serviço	19,7	22,1	12,6%	20,7	6,9%	72,1	83,9	16,4%
Vendas de Equipamento	6,4	8,1	25,9%	8,5	(5,7%)	32,2	33,1	2,5%
Outras Receitas	1,0	1,0	(2,1%)	1,8	(46,4%)	2,0	3,5	72,5%
Custos Operacionais	28,6	27,1	(5,2%)	29,5	(8,2%)	111,5	113,8	2,1%
Custos com Pessoal	12,0	10,8	(9,5%)	10,9	(0,9%)	42,6	43,3	1,6%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	5,5	6,3	14,5%	8,7	(28,4%)	28,7	28,4	(1,3%)
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	11,1	10,7	(3,7%)	9,9	8,8%	40,1	42,9	6,9%
EBITDA	21,0	0,7	(96,8%)	19,7	(96,6%)	103,5	71,7	(30,8%)
EBITDA do portefólio ⁽³⁾	(1,6)	3,3	-	1,5	121,7%	(5,1)	5,9	-
MEP ⁽⁴⁾	(0,4)	(2,7)	-	1,9	-	0,0	(0,5)	-
Operações Descontinuadas ⁽⁵⁾	22,9	0,0	(100,0%)	16,2	(100,0%)	108,6	66,2	(39,0%)
Margem EBITDA do portefólio ⁽⁶⁾	(6,0%)	11,0%	170pp	5,1%	5,9pp	(4,9%)	5,1%	9,9pp
Depreciações e Amortizações	5,6	1,4	(75,2%)	2,2	(35,0%)	14,1	6,6	(53,0%)
EBIT	15,4	(0,7)	-	17,5	-	89,4	65,0	(27,3%)
Resultados Financeiros	(4,0)	37,6	-	11,6	-	(13,9)	42,6	-
Proveitos Financeiros	0,7	33,6	-	15,5	116,7%	2,6	49,7	-
Custos Financeiros	4,7	(4,0)	-	3,9	-	16,5	7,1	(57,1%)
EBT	11,3	36,8	-	29,1	26,7%	75,4	107,6	42,7%
Impostos	0,2	(1,1)	-	(0,9)	(27,0%)	0,0	(3,9)	-
Resultado Líquido	11,5	35,7	-	28,2	26,7%	75,4	103,8	37,6%
Atribuível ao Grupo	11,5	35,8	-	28,2	26,9%	75,4	103,8	37,7%
Atribuível a Interesses Sem Controlo	0,0	(0,1)	-	0,0	-	0,0	(0,1)	-

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

(2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos;

(3) Inclui os negócios integralmente consolidados pela Sonaecom;

(4) Inclui a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems, a participação de 45% na SIRS e, desde o final de agosto de 2013, a participação de 50% na ZOPT;

(5) Inclui o contributo da Optimus até à concretização da fusão entre a ZON e a Optimus, i.e., até ao final de agosto de 2013;

(6) Os valores foram reexpressos, demodo a refletir a estrutura da Sonaecom, SGPS, S.A. após a concretização da fusão entre a ZON e a Optimus

2.1.3. Balanço Consolidado da Sonaecom

MILHÕES DE EUROS								
Balanço Consolidado	4T12	4T13	Δ 13/12	3T13	q.o.q.	2012	2013	Δ 13/12
Total Ativo Líquido	1.898,9	1.227,1	(35,4%)	1.195,2	2,7%	1.898,9	1.227,1	(35,4%)
Ativos Não Correntes	1.583,2	767,3	(51,5%)	935,3	(18,0%)	1.583,2	767,3	(51,5%)
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	960,5	22,2	(97,7%)	19,5	13,5%	960,5	22,2	(97,7%)
Goodwill	518,0	28,4	(94,5%)	29,6	(4,0%)	518,0	28,4	(94,5%)
Investimentos	1,2	711,4	-	880,6	(19,2%)	1,2	711,4	-
Impostos Diferidos Ativos	101,1	5,2	(94,9%)	5,5	(6,0%)	101,1	5,2	(94,9%)
Outros	2,4	0,0	(98,3%)	0,0	0,0%	2,4	0,0	(98,3%)
Ativos Correntes	315,7	459,8	45,6%	259,9	76,9%	315,7	459,8	45,6%
Clientes	144,9	36,4	(74,9%)	29,6	23,0%	144,9	36,4	(74,9%)
Liquidez	61,7	188,0	-	197,8	(4,9%)	61,7	188,0	-
Outros	109,0	235,3	115,8%	32,5	-	109,0	235,3	115,8%
Capital Próprio	1.083,2	1.136,8	4,9%	1.102,6	3,1%	1.083,2	1.136,8	4,9%
Atribuível ao Grupo	1.082,9	1.136,5	5,0%	1.102,3	3,1%	1.082,9	1.136,5	5,0%
Interesses Sem Controlo	0,4	0,3	(30,4%)	0,3	(16,6%)	0,4	0,3	(30,4%)
Total Passivo	815,6	90,3	(88,9%)	92,6	(2,5%)	815,6	90,3	(88,9%)
Passivo Não Corrente	296,0	29,3	(90,1%)	31,3	(6,5%)	296,0	29,3	(90,1%)
Empréstimos Bancários	196,2	24,8	(87,4%)	25,7	(3,4%)	196,2	24,8	(87,4%)
Provisões para Outros Riscos e Encargos	43,7	3,1	(93,0%)	4,3	(28,1%)	43,7	3,1	(93,0%)
Outros	56,1	1,4	(97,4%)	1,4	2,4%	56,1	1,4	(97,4%)
Passivo Corrente	519,6	61,0	(88,3%)	61,2	(0,4%)	519,6	61,0	(88,3%)
Empréstimos Bancários	187,2	1,0	(99,5%)	3,7	(72,7%)	187,2	1,0	(99,5%)
Fornecedores	168,8	21,8	(87,1%)	18,1	20,6%	168,8	21,8	(87,1%)
Outros	163,7	38,2	(76,6%)	39,5	(3,3%)	163,7	38,2	(76,6%)
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	3,6	3,4	(4,7%)	1,4	142,2%	5,8	7,9	36,5%
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	13,9%	11,4%	(2,5pp)	4,9%	6,6pp	5,5%	6,7%	1,2pp
CAPEX Total	3,6	3,4	(4,8%)	1,4	142,2%	15,8	8,3	(47,5%)
EBITDA-CAPEX Operacional	(5,2)	(0,1)	97,6%	0,1	-	(10,9)	(2,0)	82,0%
Dívida Bruta	376,5	25,9	(93,1%)	29,5	(12,0%)	376,5	25,9	(93,1%)
Dívida Líquida	251,2	(162,1)	-	(168,3)	3,7%	251,2	(162,1)	-

(1) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Nota: A informação de 2012 e 2013 foi reexpressa de forma a consolidar, pelo método de equivalência patrimonial, a participação de 50% na Unipress, a participação de 50% na Infosystems e a participação de 45% na SIRS.

2.1.4. FCF Consolidado da Sonaecom

MILHÕES DE EUROS								
	4T12 ^(R)	4T13	Δ 13/12	3T13	q.o.q.	2012 ^(R)	2013	Δ 13/12
Free cash flow alavancado								
EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma⁽¹⁾	(3,1)	(0,1)	96,0%	1,2	-	(2,3)	3,0	-
Varição de Fundo de Maneio	(0,3)	(8,5)	-	(1,9)	-	(4,4)	(8,4)	(92,8%)
Items não Monetários e Outros	1,9	(0,1)	-	(0,8)	90,0%	3,8	(0,6)	-
Cash Flow Operacional	(1,6)	(8,7)	-	(1,5)	-	(2,9)	(6,0)	(105,1%)
Investimentos	0,0	0,0	100,0%	115,0	(100,0%)	(6,0)	113,8	-
Ações Próprias	0,0	0,0	-	0,0	-	(3,4)	(2,5)	26,1%
Resultados Financeiros	1,5	1,0	(32,0%)	10,3	(90,2%)	(2,8)	16,5	-
Impostos	(0,5)	(0,8)	(65,3%)	(1,2)	34,3%	(0,6)	(3,2)	-
FCF⁽²⁾	(0,6)	(8,5)	-	122,5	-	(15,7)	118,6	-

(1) O EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma não exclui os saldos e transações com a Optimus; (2) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos.

O FCF é calculado com base num EBITDA-CAPEX Operacional pro-forma e não inclui dividendos entre empresas do grupo; (R) Os valores foram reexpressos, de modo a refletir a estrutura da Sonaecom, SGPS, S.A. após a concretização da fusão entre a ZON e a Optimus.

2.2. ZON OPTIMUS

- Nova estrutura organizacional implementada desde o final do ano, estando em curso o processo de reestruturação;
- Grande entusiasmo dos clientes pela oferta convergente, com a ZON4i a atingir 300 mil RGUs apenas 3 meses após o seu lançamento;
- EBITDA relativamente estável nos 536,6 milhões de euros, representando uma margem EBITDA de 37,6%, um aumento de 0,9pp face ao ano anterior;
- Resultado Líquido impactado por custos não recorrentes, sobretudo devido à fusão, que no total ascenderam a 60,9 milhões de euros no ano de 2013;
- Desempenho muito positivo do FCF Recorrente, que registou um acréscimo anual de 10,7% para 147,6 milhões de euros.

MILHÕES DE EUROS								
	4T12	4T13	Δ 13/12	3T13	q.o.q.	2012	2013	Δ 13/12
Destaques ZON OPTIMUS (Pro-Forma)								
Volume de Negócios	370,0	356,3	(3,7%)	361,6	(1,5%)	1.473,7	1.426,8	(3,2%)
EBITDA	127,9	118,3	(7,5%)	139,9	(15,4%)	541,4	536,6	(0,9%)
Margem EBITDA (%)	34,6%	33,2%	0,2pp	38,7%	-	36,7%	37,6%	1,5pp
Resultado Líquido	21,5	(13,1)	-	18,4	-	114,3	63,4	(44,5%)
CAPEX	80,7	80,7	0,0%	61,6	31,0%	297,2	269,5	(9,3%)
EBITDA-CAPEX	47,2	37,6	(20,3%)	78,3	(52,0%)	244,2	267,1	9,4%

E 2013, o Volume de Negócios da ZON OPTIMUS alcançou 1,4 mil milhões de euros, diminuindo 3,2% quando comparado com o ano anterior.

O EBITDA totalizou 536,6 milhões de euros, uma ligeira diminuição de 0,9% face a 2012. O CAPEX diminuiu de 297,2 milhões de euros para 269,5 milhões de euros, registando uma variação de 9,3%.

Em virtude do desempenho nas linhas de EBITDA e CAPEX, o EBITDA-CAPEX da ZON OPTIMUS aumentou 9,4% entre os dois períodos, para 267,1 milhões de euros.

Com o processo de integração a decorrer, o Resultado Líquido situou-se nos 63,4 milhões de euros, menos 44,5% face ao ano anterior.

2.3. SSI



2.3.1. O negócio em 2013

WeDo Technologies

A WeDo Technologies encerrou 2013 com um sólido conjunto de resultados, evidência de que a estratégia da empresa para o período 2011-15 tem sido executada com êxito. O Volume de Negócios da WeDo Technologies aumentou 10%, para 59 milhões de euros (sendo o total de Receitas igual a 62 milhões de euros, correspondentes a 83 milhões de EUA dólares e evidenciando um crescimento de 12% face a 2012), enquanto o EBITDA aumentou 36% para 12 milhões de euros (16 milhões de US dólares), o que corresponde a uma margem EBITDA de 20%.

A WeDo Technologies iniciou 2013 com uma carteira de encomendas bastante alta face aos níveis habituais. Tanto a evolução das Receitas como a evolução do EBITDA demonstram por que razão a equipa da WeDo Technologies é considerada uma das melhores na indústria. A empresa continua a impor-se como uma referência no que respeita a entregar dentro do prazo, da qualidade e do orçamento previstos. Ao focar-se no momento da entrega, a empresa aliviou, até certo ponto, a pressão sobre as vendas. Por outro lado, a pressão concorrencial diminuiu acentuadamente. O número de pedidos de propostas diminuiu substancialmente devido à reestruturação desta indústria do lado da oferta. Vários concorrentes-chave passaram por mudanças internas, ao mesmo tempo que a consolidação que tem vindo a verificar-se no setor de telecomunicações do lado da oferta tem também influenciado o nível de encomendas.

Não obstante, a WeDo Technologies alcançou 20 novos clientes e entrou em cinco novos países, encerrando o ano com mais de 200 clientes distribuídos por 90 países e cinco continentes. A WeDo Technologies também assinou acordos de grupo com dois grandes operadores de telecomunicações, elevando o número de *global accounts* para 12.

Tendo em conta estes resultados, estamos confiantes de que a WeDo Technologies irá continuar a reforçar a sua posição de liderança mundial nos setores de revenue assurance e fraud management, ampliando a sua posição no mercado global e tornando-se numa empresa de *software* multi-indústria por via do seu *software* de *business assurance*, o RAID.

Em julho de 2013, um relatório publicado pela Gartner designou a WeDo Technologies como o líder no mercado de revenue assurance e soluções de gestão de fraude para operadores de telecomunicações em todo o mundo. O relatório - intitulado 'Market Share: Telecom Operations Management Systems (BSS, OSS and SDP), Worldwide, 2011-2012' - foi atualizado em junho, após o seu lançamento original em março de 2013. Este relatório também coloca a WeDo Technologies entre o top 50 de fornecedores mundiais de BSS, OSS e SDP, alcançando o 41º lugar no que à quota de mercado diz respeito.

O RAID 7.0 tem vindo a fazer grandes progressos e está totalmente alinhada com a estratégia da empresa. Esta versão, disponibilizada a partir do início de 2013, tem suscitado um *feedback* extremamente positivo. Deste modo, as perspetivas para a nossa oferta de serviços geridos pelo RAID afigura-se promissora, até porque a linha de *managed services* aumentou 69%.

As regiões do sul da Europa, Médio Oriente e África têm registado um desempenho acima da média face ao seu mercado-alvo da indústria de telecomunicações, com um aumento de 34% nas encomendas e um aumento de 15% nas Receitas.

Além disso, as encomendas e as Receitas nos setores do retalho e de energia e finanças aumentaram 71% e 19%, respetivamente. Até ao final de 2013, o número de clientes fora do setor de telecomunicações foi 31.

Durante 2013, a empresa desenvolveu um exercício profundo de planeamento estratégico, envolvendo cerca de 70 dos seus colaboradores mais qualificados a nível mundial. Com o grande objetivo de preparar a empresa para o ciclo 2014-20, todos os envolvidos no exercício frequentaram um treino intensivo de planeamento estratégico.

Olhando para o futuro, a WeDo Technologies pretende reforçar a sua liderança global no mercado de revenue assurance em telecomunicações, complementando o seu portfólio com soluções de gestão de fraude e *business assurance* tanto em telecomunicações como em outros setores de atividade.

Mainroad

Em 2013, a Mainroad comemorou o seu 10º aniversário. Durante a sua primeira década, o negócio passou por vários marcos, no sentido de se tornar num dos principais fornecedores portugueses e europeus de serviços de data center (com três centros de dados Tier III), IT *Outsourcing*, IT *Service Management* (ITSM) e serviços na *cloud* - entre outras soluções de IT. Contando com mais de 150 clientes em todo o mundo, a Mainroad presta atualmente, a partir dos seus escritórios de Lisboa, Porto e Madrid, serviços em quatro continentes distintos.

Durante 2013, a Mainroad prosseguiu a sua expansão internacional, ampliando os seus serviços e *know-how* de vendas a diferentes mercados. Com este objetivo em mente, o negócio focou-se no reforço da sua equipa de vendas em diferentes mercados, como o Espanhol e Angolano. Este esforço foi complementado com a implementação de atividades de marketing locais, já que esta empresa organizou eventos e atividades de *go-to-market* em Espanha, Angola e Moçambique - entre outros mercados.

No que à sua oferta diz respeito, a Mainroad continuou a desenvolver as soluções *Trusted Cloud*. Com base nas suas soluções *IaaS*, *DaaS* e *managed mobile solutions*, a *Trusted Cloud* alargou o seu portefólio de oferta através da introdução de soluções como o *Main Drive*, *Main IT Monitoring* e *Main IT Service Desk on-demand*. Estas soluções encontram-se ilustradas no website da Mainroad (www.mainroad.pt/trustedcloud).

A empresa desenvolveu também novas soluções de ITSM, reforçando o seu portfólio com *IT Monitoring*, *Service Desk*, *Client Automation* e *Performance Management*, entre outras soluções.

Para oferecer aos seus clientes nível de suporte excelente e alcançar níveis ainda mais elevados de satisfação, a Mainroad implementou uma nova plataforma de monitorização e *service desk*. Baseada em *CA Nimsoft*, esta plataforma oferece um melhor alcance e uma melhor avaliação da infraestrutura, maior segurança de dados, pedidos e relatórios dos seus clientes. Adicionalmente, esta plataforma permite também à Mainroad ativar as ferramentas do cliente de forma mais rápida e eficaz, garantindo que todas as tarefas associadas aos novos e atuais clientes e serviços são executados corretamente.

Ainda com o foco na melhoria do atendimento e satisfação do cliente, a equipa de Centro de Suporte, Monitorização e Operação 24x7 da Mainroad tornou-se na primeira equipa no grupo SSI a usar a metodologia Kaizen na gestão das suas operações do dia-a-dia através de sua *IoW - Improve our Work initiative*. Os resultados têm sido excelentes e têm encorajado a Mainroad a estender a iniciativa a outros departamentos.

O foco da Mainroad foi, ao longo de 2013, a melhoria contínua dos seus serviços, soluções e atendimento ao cliente, mas a empresa assegurou a manutenção das suas certificações de *Advanced SAP Hosting Partner*, o que lhe permite lançar ofertas novas, complementares e únicas no mercado. Adicionalmente, a Mainroad manteve a sua certificação como *Microsoft Hosting Partner*, assim como a sua certificação ISO 9001 de gestão da qualidade.

Bizdirect

Em 2013, a Bizdirect manteve a sua posição de liderança na entrega de soluções multimarca de IT e gestão de contratos de licenciamento de *software* corporativo. As áreas estratégicas desenvolvidas durante o ano reforçaram o posicionamento da empresa no mercado como um player especialista em soluções de *Software Asset Management Consulting* da Microsoft.

Para além da recuperação tardia do setor de IT, causada pelas condições macroeconómicas adversas, a Bizdirect enfrentou enormes desafios no desenvolvimento das suas áreas de negócio mais recentes. Nas suas áreas de negócio mais maduras, a empresa teve que se centrar em manter as suas vantagens competitivas entre os principais fabricantes, enquanto trabalhava mais de perto com os clientes de forma consultiva. O elevado conhecimento do mercado e a diferenciação da Bizdirect permitiram-lhe alcançar ambos os objetivos.

No que respeita à integração de soluções da Microsoft, o desafio consistiu em avaliar as oportunidades existentes no mercado, fidelizar novos clientes, encontrar as parcerias certas e criar *awareness*. Aqui, a garantia de elevados padrões de qualidade e a

entrega de projetos no prazo foram cruciais. O negócio alcançou estes objetivos graças aos esforços da sua equipa altamente qualificada e dedicada.

Resultaram desta área novos clientes: Grupo Arena, Entreposto, Abreu Advogados, Critical Software, Adene, Codipor, SIVA, Deco, Instituto de Informática, Alvo e Grupo Arié.

É importante realçar que a Bizdirect atingiu a Certificação Silver da Microsoft em *Customer Relationship Management*.

Na unidade de *Software Asset Management*, a empresa ganhou dois grandes clientes empresariais. O desafio nesta área consistiu em oferecer um serviço de consultoria diferenciado e reconhecido, bem como demonstrar o elevado valor das melhores práticas e prevenção em *Software Asset Management*. Este processo de alertar o mercado para esses pontos fortes tem vindo a ser desenvolvido e continua a gerar *leads*.

Os quatro pilares estratégicos da Bizdirect são:

Infra-estrutura – Desenho e fornecimento de *hardware*, apoiado por parcerias multimarca certificadas que oferecem retorno, eficiência no investimento e confiança para os clientes;

Licenciamento – A gestão operacional de contratos de licenciamento das empresas, maximizando os benefícios para o cliente por centralizar o processo de gestão e de negociação num único contacto. Os principais fabricantes cobertos são a *Microsoft*, *CA*, *IBM* e *Oracle*;

Soluções – Integração e desenvolvimento de soluções de negócio focadas na utilização de tecnologias da *Microsoft*, com base em plataformas tecnológicas como *Dynamics CRM (Customer Relationship Management)*; *SharePoint* (portais e colaborações); e *BizTalk* (gestão de processos e integração);

SAM – Um processo de apoio à validação da conformidade de *software* que envolve a análise e otimização de *software*, consolidando as licenças e / ou propondo novos modelos de licenciamento.

A Bizdirect também promoveu a notoriedade da sua marca nos meios de comunicação, através de comunicados de imprensa e estudos de casos desenvolvidos em colaboração com os clientes na área de soluções da *Microsoft*.

Em 2013, a Bizdirect também apresentou uma candidatura ao QREN, Quadro de Referência Estratégico Nacional de Portugal, para um projeto de inovação que envolve análise de sentimento em redes sociais, que se encontra a ser desenvolvido pela equipa de Soluções.

A Bizdirect tem implementado com sucesso a sua estratégia de oferecer maior valor ao mercado, ampliando o seu portfólio e maximizando sinergias na interligação entre as suas áreas de negócios.

Em 2014, a Bizdirect irá continuar a procurar o crescimento sustentável, com foco significativo na venda de soluções e serviços em mercados internacionais, mantendo altos níveis de satisfação do cliente e excelência entre seus colaboradores.

Saphety

Apesar do difícil enquadramento de negócios e das restrições económicas verificadas ao longo de 2013, especialmente em Portugal com o programa de austeridade, a Saphety, apoiada no seu compromisso de internacionalização e na consolidação de novos negócios e produtos, atingiu os seus objetivos primordiais.

A carteira de clientes da empresa cresceu 19% e é composta, atualmente, por mais de 8.100 empresas com mais de 100 mil usuários ativos nas suas plataformas.

Durante 2013, a Saphety investiu amplamente na expansão internacional para novos países, abrindo novos escritórios no Brasil e na Colômbia. Em paralelo, a empresa assinou acordos de parceria no Báltico, Cazaquistão, México e Quênia. Aqui, a estratégia da

Saphety consiste em identificar parceiros capazes de fornecer valor acrescentado enquanto representantes de soluções da Saphety e, indiretamente, desenvolvendo o negócio em cada mercado. Esta abordagem tem sido recompensada com, por exemplo, a implementação de novos projetos na Finlândia e na Dinamarca.

No mercado Português, a Saphety lançou o SaphetyDrive e obteve a certificação das autoridades fiscais nacionais para o seu software *SaphetyDoc* e *SaphetyDoc+*. Em resposta às necessidades do mercado, o SaphetyDrive permite a desmaterialização de documentação associada aos transportes, agora obrigatória em Portugal, tornando a Saphety num líder neste setor.

O ano de 2013 foi também marcado pela consolidação da presença da Saphety através de plataformas móveis, permitindo aos usuários estar ainda mais estreitamente ligados às diferentes plataformas da Saphety.

Em 2014, a Saphety tem como objetivo estimular o crescimento e a rentabilidade dos seus negócios, fortalecendo a sua posição no mercado doméstico, ampliando a sua gama de serviços, e - especialmente no mercado internacional - continuando as atuais operações diretas ao selecionar novos distribuidores. O seu objetivo final consiste em cumprir a sua missão, ajudando os clientes a melhorar continuamente os seus processos de negócios com soluções tecnológicas *best-in-class* que garantam a redução de custos, eficiência, inovação e sustentabilidade.

2.3.2. Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS	4T12	4T13	Δ 13/12	3T13	q.o.q	2012	2013	Δ 13/12
Receitas Serviços IT/Colaborador ⁽¹⁾ ('000 euros)	35,8	31,4	(12,3%)	32,9	(4,6%)	139,3	136,5	(2,0%)
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	18,8%	21,6%	2,8pp	24,0%	(2,5pp)	21,7%	20,7%	(1,0pp)
Vendas Equipamento/Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	162,7	179,3	10,2%	218,7	(18,0%)	960,4	725,6	(24,4%)
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	7,5	5,9	(22,0%)	5,3	9,9%	19,9	21,5	8,3%
Colaboradores	641	675	5,3%	683	(1,2%)	641	675	5,3%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento;

(2) Bizdirect.

As Receitas de Serviço de IT por colaborador alcançaram, em 2013, 136,5 mil euros, 2,0% abaixo de 2012. Apesar das Receitas de Serviço terem aumentado 6,9%, não foi suficiente para superar o aumento de 5,3% registado no número de colaboradores. Motivado pela evolução bastante positiva ao nível do EBITDA, o EBITDA por colaborador situou-se em 21,5 mil euros, aumentando 8,3% quando comparado com 2012.

As Vendas de Equipamento como percentagem do Volume de Negócios diminuíram de 21,7% para 20,7%, em virtude da evolução das Vendas de Equipamento na Bizdirect.

2.3.3. Indicadores Financeiros

MILHÕES DE EUROS	4T12	4T13	Δ 13/12	3T13	q.o.q.	2012	2013	Δ 13/12
SSI consolidado - dem. resultados								
Volume de Negócios	26,9	25,8	(4,1%)	28,2	(8,7%)	103,8	109,6	5,5%
Receitas de Serviço	21,8	20,2	(7,4%)	21,4	(5,8%)	81,3	86,9	6,9%
Vendas de Equipamento	5,0	5,6	10,2%	6,8	(18,0%)	22,6	22,7	0,5%
Outras Receitas	0,7	0,8	20,6%	1,4	(43,4%)	1,5	2,7	82,1%
Custos Operacionais	22,7	21,9	(3,5%)	26,0	(15,7%)	93,3	97,3	4,3%
Custos com Pessoal	6,9	8,1	17,1%	8,9	(9,3%)	30,7	34,5	12,3%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	5,1	5,3	2,3%	7,1	(25,8%)	23,7	23,1	(2,7%)
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	10,7	9,3	(13,0%)	10,0	(7,3%)	38,8	40,4	4,0%
EBITDA	4,8	4,0	(17,9%)	3,6	8,6%	12,0	14,4	19,2%
Margem EBITDA (%)	18,0%	15,4%	(2,6pp)	12,9%	2,5pp	11,6%	13,1%	1,5pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	3,2	2,8	(12,7%)	1,3	120,2%	4,9	6,9	-
CAPEX Operacional como % Vol. Negócios	11,9%	10,9%	(1,1pp)	4,5%	6,4pp	4,7%	6,3%	1,5pp
EBITDA-CAPEX Operacional	1,6	1,2	(28,3%)	2,4	(51,0%)	7,2	7,5	4,9%
CAPEX Total	3,2	2,8	(12,8%)	1,3	120,1%	14,9	7,3	(51,3%)

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

(2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Provisões + Outros Custos;

(3) CAPEX Operacional exclui Investimentos Financeiros.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios continuou a beneficiar da expansão internacional das empresas da SSI, crescendo 5,5% em 2013, para 109,6 milhões de euros, devido ao crescimento das Receitas de Serviço, que aumentaram de 81,3 milhões de euros para 86,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,9% face ao mesmo período do ano passado. As Vendas de Equipamento foram relativamente estáveis, aumentando 0,5% face a 2012, uma clara recuperação se considerarmos o desempenho dos últimos trimestres.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais aumentaram 4,3% em relação a 2012, para 97,3 milhões de euros, influenciados pelo aumento de Custos com Pessoal e Outros Custos Operacionais. Os Custos com Pessoal aumentaram 12,3%, para 34,5 milhões de euros, fruto de um aumento do número de colaboradores com vista a suportar o maior nível de atividade das suas subsidiárias, especialmente a WeDo Technologies. Os Outros Custos Operacionais aumentaram 4,0%, face ao ano anterior, para 40,4 milhões de euros, impactados, principalmente, pelo nível dos custos de subcontratação, alinhado com o aumento da atividade internacional.

Os Custos Comerciais registaram 23,1 milhões de euros, 2,7% abaixo do ano passado, consequência do menor nível de Custos das Mercadorias Vendidas.

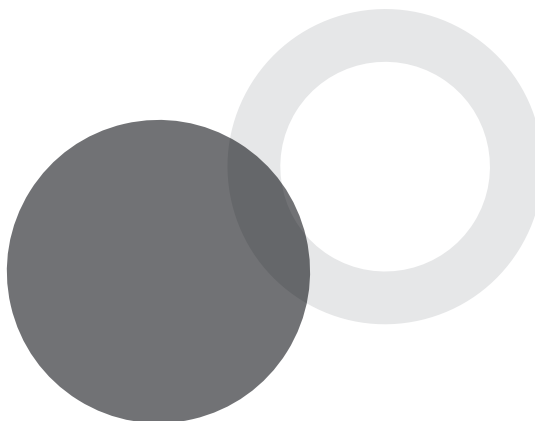
EBITDA

O EBITDA manteve uma evolução positiva, impulsionada pelo crescimento das Receitas de Serviço, que mais do que compensou o maior nível de Custos Operacionais. Entre 2012 e 2013, o EBITDA da SSI aumentou 19,2%, alcançando 14,4 milhões de euros.

A margem EBITDA atingiu 13,1%, 1,5pp acima de 2012, beneficiando do aumento do peso das Receitas de Serviço no Volume de Negócios.

EBITDA-CAPEX Operacional

Devido ao desempenho do EBITDA e do CAPEX Operacional, o EBITDA-CAPEX Operacional da SSI registou 7,5 milhões de euros, aumentando 4,9% quando comparado com os 7,2 milhões de euros alcançados em 2012.



2.4. Resultados Individuais da Sonaecom

2.4.1. Indicadores Operacionais

Os Resultados individuais da Sonaecom SGPS para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram os seguintes:

MILHÕES DE EUROS	2012	2013	Δ	%
Receitas de Serviço	3,5	2,6	(0,9)	(24,7%)
Custos Operacionais ⁽¹⁾	(4,3)	(4,5)	(0,1)	(3,3%)
EBITDA	(0,9)	(1,8)	(1,0)	(110,9%)
EBIT	(0,9)	(1,9)	(1,0)	(102,4%)
Dividendos Recebidos	129,5	24,7	(104,8)	-
Actividade Financeira Líquida	1,2	13,6	12,4	-
Outros Resultados Financeiros	(26,6)	(120,7)	(94,1)	186,4%
EBT	103,1	(89,1)	(192,2)	(186,4%)
Resultado Líquido	103,2	(90,6)	(193,8)	(187,7%)

(1) Exclui Amortizações, Depreciações e Provisões

A 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom SGPS tinha 4 administradores executivos (os mesmos do ano anterior). Para informação mais detalhada, analisar a secção 4 deste relatório A Gestão da Sonaecom.

Receitas de Serviço

As Receitas de Serviço totalizaram 2,6 milhões de euros, que comparam com 3,5 milhões de euros no ano passado, e respeitam essencialmente a serviços de gestão prestados às suas subsidiárias. O decréscimo verificado justifica-se pela redução dos serviços de gestão cobrados à Optimus SGPS, SA após a fusão desta com a Zon (a 27 de Agosto de 2013).

Custos Operacionais

O montante de custos operacionais (excluindo depreciações, amortizações e provisões) ascendeu a 4,5 milhões de euros, que comparam com os 4,3 milhões de euros de 2012.

EBITDA

O EBITDA foi negativo de 1,8 milhões de euros (0,9 milhões de euros negativos em 2012). A diminuição face ao ano anterior é maioritariamente justificado pela redução das receitas de serviço.

Dividendos

Em 2013, a Sonaecom SGPS apenas recebeu dividendos da Optimus, SGPS, S.A. no montante de 24,7 milhões de euros.

Actividade Financeira Líquida

A actividade financeira líquida (juros recebidos menos juros pagos) foi positiva de 13,6 milhões de euros, significativamente acima dos 1,2 milhões de euros de 2012 devido ao menor nível de financiamento após o processo de fusão, ao aumento da liquidez após o reembolso de suprimentos efetuado pela Optimus SGPS, S.A. e aos juros relativos aos suprimentos efetuados na Zopt, SGPS, S.A..

Outros Resultados Financeiros

Os outros resultados financeiros foram negativos de 120,7 milhões de euros, quase totalmente justificados pela imparidade reconhecida na Optimus, SGPS, S.A. (167,2 milhões de euros) parcialmente compensada pelos 46,6 milhões de euros de ganhos decorrentes do justo valor das ações representativas de 7,28% do capital social da ZON OPTIMUS SGPS, S.A..

Resultado Líquido

Os resultados líquidos do exercício foram negativos de 90,6 milhões de euros, maioritariamente justificados pelo registo da imparidade na Optimus SGPS, S.A..

2.4.2. Indicadores Financeiros

A tabela seguinte sumariza os movimentos de liquidez mais significativos que ocorreram durante o exercício de 2013:

ALTERAÇÕES NA LIQUIDEZ DA SONAECOM SGPS	MILHÕES DE EUROS
Liquidez a 31 de Dezembro de 2012	103,7
Caixa e Depósitos Bancários	0,0
Aplicações de tesouraria	103,7
Bancária	5,0
Subsidiárias	98,7
Variação da Dívida Bruta Nominal	(335,5)
Dívida Externa	(350,8)
Aplicações de tesouraria de subsidiárias	15,4
Suprimentos concedidos (*)	(313,4)
Dividendos pagos	(43,3)
Free Cash Flow	147,6
Juros pagos	(10,3)
Juros recebidos	23,0
Aquisição de acções próprias	(2,5)
Alienação de partes de capital (líquida de aquisições)	113,5
Dividendos Recebidos	24,7
Free cash flow operacional e outros	(0,8)
Liquidez a 31 de Dezembro de 2013	185,9
Caixa e Depósitos Bancários	26,3
Aplicações de tesouraria	159,7
Bancária	156,5
Subsidiárias	3,2

* Líquido de transferências para Prestações Suplementares.

Durante o exercício de 2013, a liquidez da Sonaecom SGPS aumentou 82,2 milhões de euros, para 185,9 milhões de euros, devido aos seguintes movimentos:

- (i) O FCF foi positivo de 147,6 milhões de euros (inclui a alienação de 115,0 milhões de euros de suprimentos da ZOPT);
- (ii) Os empréstimos concedidos às subsidiárias diminuíram 313,4 milhões de euros;
- (iii) As aplicações de tesouraria efetuadas pelas subsidiárias na Sonaecom SGPS aumentaram 15,4 milhões de euros.

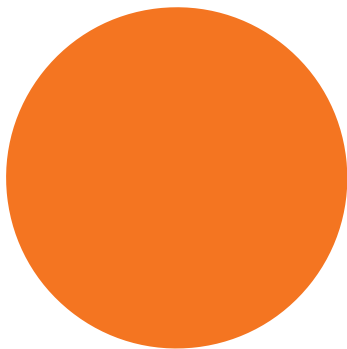
No entanto,

- (iv) A Dívida Externa diminuiu 350,8 milhões de euros, maioritariamente justificado pelo processo de transferência de linhas de crédito para a Optimus SGPS, SA; e
- (v) Foram pagos dividendos no montante de 43,3 milhões de euros.

No final de 2013, a dívida líquida da Sonaecom SGPS era negativa de 144,3 milhões de euros, e era composta por:

- (i) Liquidez de 182,8 milhões de euros;
- (ii) Aplicações líquidas de tesouraria das subsidiárias de 18,5 milhões de euros; e,
- (iii) Dívida externa de 20 milhões de euros.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





A hand wearing a white glove is shown from the left side, pointing towards the text. The background is dark with large, overlapping circular shapes in shades of orange and brown.

As ações
Sonaecom 03

03. As ações Sonaecom

3.1. O Mercado de Capitais

A Sonaecom está cotada na bolsa de valores portuguesa - Euronext Lisbon – desde junho de 2000, com o símbolo SNC. Na tabela seguinte são apresentadas as principais estatísticas relativas ao desempenho das ações da Sonaecom em 2013.

Ações da Sonaecom no mercado de valores em 2013

MERCADO DE CAPITAIS	EURONEXT LISBON
Símbolo	SNC
ISIN	PTSNC0AM0006
Código Bloomberg	SNC PL Equity
Código Reuters	SNC.LS
Número de ações cotadas	366.246.868
Capital Social	366.246.868
Preço por ação no último dia de dezembro (em euros)	2,569
Preço por ação - máximo (em euros)	2,600
Preço por ação - mínimo (em euros)	1,450
Volume de transações médio diário em 2013 (em nº ações)	531.197
Volume de transações médio diário em 2012 (em nº ações)	247.056
Capitalização bolsista no último dia de dezembro (em euros)	940.888.204

Performance do mercado

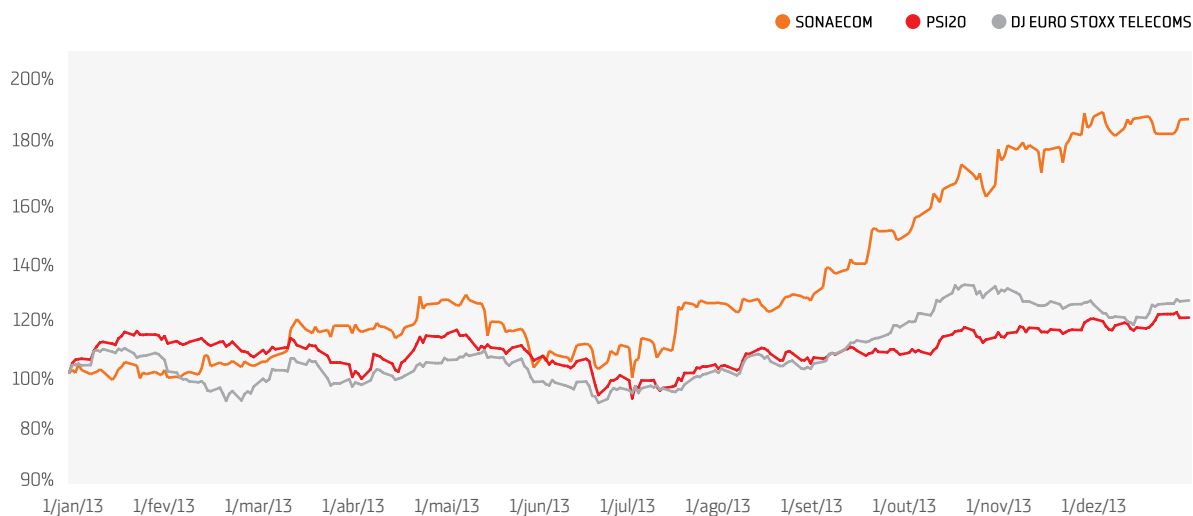


GRÁFICO 1 – Performance da Sonaecom vs PSI 20 e DJ Euro Stoxx Telecoms em 2013

No que respeita ao mercado português, o índice de referência do mercado de capitais (PSI 20) terminou o ano de 2013 com 6.558,85 pontos, o que reflete uma variação positiva de 16,0% face ao final de 2012. Esta variação evidencia a valorização de várias das empresas que constituem o índice, que registaram uma evolução francamente positiva. Mais especificamente, catorze das vinte empresas constituintes do índice terminaram o ano a registar uma variação positiva.

Em 2013, o volume de negócios total (equity turnover) do índice PSI 20 ascendeu a 27,9 mil milhões de euros, mais 40,9% quando comparado com os 19,8 mil milhões de euros alcançados em 2012. Esta subida deve-se ao efeito combinado da valorização de várias empresas, assim como de maiores níveis de liquidez. O volume de negócios da Sonaecom praticamente duplicou no período em questão.

O índice europeu do mercado de telecomunicações, DJ Euro Stoxx Telecoms, terminou o ano de 2013 com um aumento de 20,9%, em virtude da valorização de mais de metade das empresas que o constituem.

3.2. Evolução do preço da ação em 2013

Desempenho das ações da Sonaecom

A cotação dos títulos da Sonaecom aumentou 73,5% entre 2012 e 2013.

Consideramos provável que as ações da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelos eventos que de seguida se listam:

- 21 de janeiro de 2013: aprovação do projeto de fusão entre a Optimus, SGPS, S.A. (Optimus) e a Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Zon);
- 5 de fevereiro de 2013: publicação dos resultados consolidados da Optimus respeitantes ao ano de 2012;
- 8 de março de 2013: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao ano de 2012;
- 19 de abril de 2013: deliberação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) deferindo o pedido de derrogação do dever de lançamento de oferta pública de aquisição obrigatória sobre a Zon;
- 24 de abril de 2013: informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia Geral de acionistas, decorrida no mesmo dia;
- 29 de abril de 2013: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao primeiro trimestre de 2013;
- 7 de junho de 2013: emissão de um empréstimo obrigacionista de 20 milhões de euros;
- 2 de julho de 2013: anúncio informando sobre a existência de compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência;
- 12 de julho de 2013: publicação, a pedido da CMVM, de compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência;
- 24 de julho de 2013: publicação dos resultados consolidados da Sonaecom respeitantes ao primeiro semestre de 2013;
- 30 de julho de 2013: projeto de decisão da Autoridade da Concorrência, declarando não-oposição à operação de concentração que envolvia a fusão entre a Optimus e a Zon;
- 26 de agosto de 2013: decisão final da Autoridade da Concorrência, declarando não-oposição à operação de concentração que envolvia a fusão entre a Optimus e a Zon;
- 27 de agosto de 2013: anúncio informando sobre subscrição de aumento de capital em espécie da ZOPT, SGPS, S.A., com a entrada em espécie de 81,807% do capital social da Optimus;
- 27 de agosto de 2013: anúncio informando sobre cessão da posição de emitente e sobre reembolso integral de empréstimos obrigacionistas;
- 30 de agosto de 2013: anúncio informando sobre aquisição de 50% dos suprimentos da Sonaecom na ZOPT, SGPS, S.A.;
- 29 de outubro de 2013: anúncio preliminar de oferta pública de aquisição de ações da Sonaecom;
- 14 de novembro de 2013: publicação dos resultados consolidados respeitantes aos primeiros nove meses de 2013;
- 18 de novembro de 2013: informações sobre deliberação adotada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, decorrida no mesmo dia;

Evolução da cotação das ações durante 2013

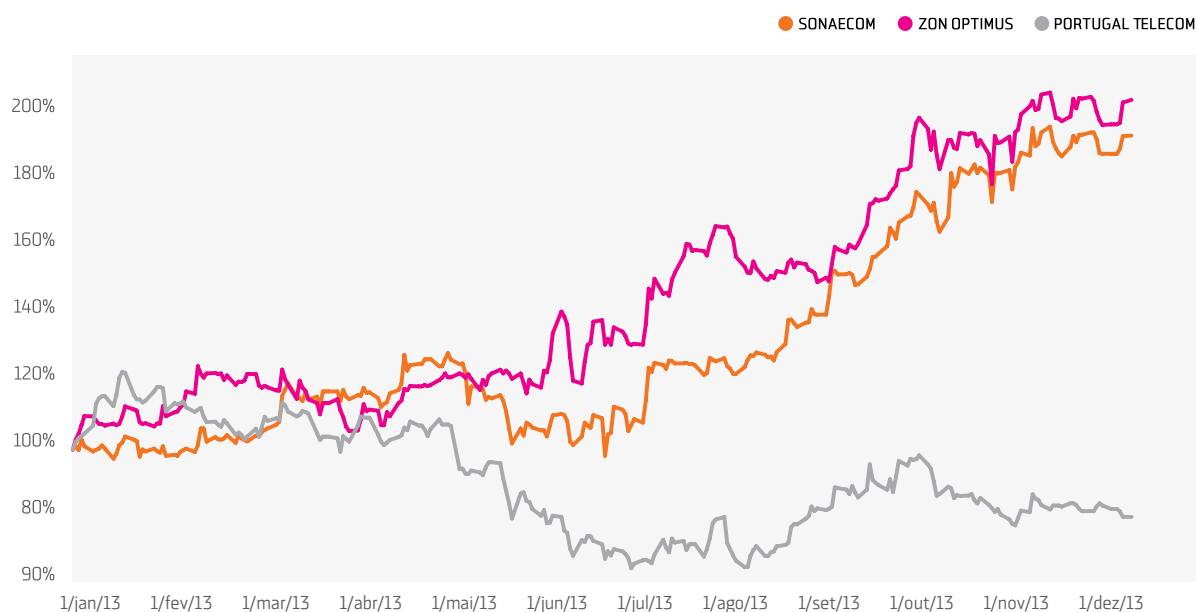


GRÁFICO 2 – Performance do mercado de telecomunicações em Portugal em 2013

No final de 2013, as ações da Sonaecom alcançaram o valor de 2,569 euros por ação, 73,5% acima da cotação de fecho de 1,481 euros por ação, em 31 de dezembro de 2012. A cotação atingiu um máximo de 2,600 euros por ação, a 3 de dezembro de 2013, e um mínimo de 1,450 euros por ação, a 15 de janeiro de 2013.

No que respeita às restantes empresas do setor, a Portugal Telecom registou o pior desempenho, encerrando o ano de 2013 com um declínio de 15,7%. Já a ZON OPTIMUS valorizou 81,8% no mesmo período.

O ano de 2013 foi marcado pela fusão entre a Optimus e a Zon, um processo que teve início em dezembro de 2012, com a divulgação de um acordo entre Sonaecom, a Kento Holding Limited e a Jadeium BV, estas duas últimas sociedades detidas pela Eng.ª Isabel dos Santos, no sentido de promover junto das administrações da Zon e da Optimus uma operação de fusão entre as duas empresas, por incorporação da Optimus na Zon.

A decisão final no que respeita à operação foi dada pela Autoridade da Concorrência, já em agosto de 2013, declarando a não-oposição à operação de fusão. A constituição da ZON OPTIMUS marcou de forma indelével a Sonaecom e o setor de telecomunicações em Portugal.

Considerado o impacto desta operação no portefólio da Sonaecom, o Conselho de Administração decidiu, a 29 de outubro de 2013, lançar uma oferta de aquisição de ações próprias, propondo a contrapartida em ações da ZON OPTIMUS, detidas pela Sonaecom fora da entidade de controlo. Aos acionistas da Sonaecom foi, assim, concedida a opção de alienar, em condições de igualdade, as suas ações da Sonaecom, permitindo a sua exposição direta à ZON OPTIMUS. A Sonaecom ofereceu um preço global equivalente a 2,45 euros por ação Sonaecom, composto por entrega de ações ZON OPTIMUS e de um montante remanescente em dinheiro, se aplicável. Para efeitos da determinação da relação de troca entre as ações Sonaecom e as ações ZON OPTIMUS, foi estabelecido um preço de 5,08 euros por ação ZON OPTIMUS. Especialmente após este anúncio, a tendência de evolução da Sonaecom e da ZON OPTIMUS foi similar, tal como é possível identificar no Gráfico 2.

No final de 2013, a capitalização bolsista da Sonaecom situava-se em cerca de 941 milhões de euros. O volume médio de transações diárias atingiu 531 mil ações, o que corresponde a um aumento de 115,0% face a 2012 (247 mil ações).

3.3. Estrutura acionista

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,67% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Estrutura acionista simplificada da Sonaecom

ACIONISTA	NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS	% PARTICIPAÇÃO A 31 DEZ. 2013
Sonae - SGPS, S.A.	270.742.493	73,92%
Goldman Sachs	7780.349	2,12%
Ações Próprias	5.571.014	1,52%
Free Float	82.153.012	22,43%

A Sonae SGPS, é o maior acionista da Sonaecom, um grupo multinacional português com interesses nos setores de retalho, centros comerciais e seguros. Na sequência da aquisição, a 9 de setembro de 2013, da participação de 20% da France Télécom no capital da Sonaecom, a participação total da Sonae passou a constituir 73,92% do capital e direitos de voto da Sonaecom.

Em 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Inc. informou a Sonaecom ter completado uma participação qualificada de 2,12% no seu capital, correspondente a 7.780.349 ações e direitos de voto.

Em 31 de dezembro de 2013, o *free float* (% de ações não detidas ou controladas pelos acionistas com participações qualificadas e excluindo as ações próprias) situou-se em aproximadamente 22,43%, em comparação com 21,48% no final de 2012.

Em 2013, não houve alterações no número de ações emitidas pela Sonaecom.

3.4. Ações próprias

Ao longo do ano de 2013, de acordo com as autorizações dadas pela Assembleia Geral de acionistas e com o intuito de cumprir as obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores, a Sonaecom adquiriu, entre 20 de março e 8 de abril de 2013, um total de 1.500.000 ações próprias através da Euronext Lisbon Stock Exchange, a um preço médio de 1,661 por ação. Estas aquisições representaram aproximadamente 0,41% do seu capital social.

Como resultado destas aquisições, assim como da distribuição de ações pelos colaboradores conforme o disposto nos Planos de Incentivo de Médio Prazo, a Sonaecom era titular, no final de 2013, de 5.571.014 ações próprias, representativas de cerca de 1,52% do seu capital social.





A gestão da
Sonaecom04



04. A gestão da Sonaecom

4.1. A gestão da Sonaecom

Alterações na equipa de gestão em 2013

Os atuais órgãos sociais da sociedade foram eleitos na Assembleia Geral de acionistas de 27 de abril de 2012, por um mandato de quatro anos (2012-2015). Atualmente, a Sonaecom possui quatro administradores executivos e seis administradores não-executivos.

Composição do Conselho de Administração e respetivas Comissões:

	EXECUTIVO ⁽¹⁾	NÃO-EXECUTIVO ⁽²⁾		COMISSÃO DE AUDITORIA E FINANÇAS	COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES
		INDEPENDENTE ⁽³⁾	NÃO-INDEPENDENTE		
Presidente					
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo			—————		—————
Vogais					
António Sampaio e Mello		—————		—————	
David Charles Denholm Hobley			—————	—————	
Franck Emmanuel Dangeard		—————			—————
Gervais Gilles Pellissier			—————		
Jean-François René Pontal		—————		—————	—————
Ângelo Gabriel Ribeirinho S. Paupério (CEO)	—————				
Miguel Nuno Santos Almeida	—————				
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	—————				
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	—————				

(1) Administradores executivos = Membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, com funções de gestão;

(2) Administradores não-executivos = Membros do Conselho de Administração, sem funções executivas;

(3) Administradores não-executivos Independentes = Administradores não associados a interesses específicos na empresa ou outros grupos que afetem, sob qualquer circunstância, a sua objetividade.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da Sonaecom, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objetivos e estratégia da organização. Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados. O Conselho de Administração constituiu igualmente duas comissões especializadas: a Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) e a Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR). A CAF é apenas constituída por administradores não-executivos os quais, durante o ano de 2013, se reuniram periodicamente e exerceram uma influência significativa sobre o processo de tomada de decisões e o desenvolvimento da estratégia e política da Sonaecom, não tendo encontrado quaisquer impedimentos na execução das suas funções.

Conselho de Administração

A principal função do Conselho de Administração é supervisionar a gestão dos negócios da Sonaecom, avaliar os riscos e ajudar a desenvolver os objetivos e a estratégia do grupo. É ainda responsável pela política de remuneração e outras compensações dos colaboradores do grupo.

As qualificações e experiência profissional dos elementos do Conselho de Administração são apresentadas de forma detalhada no ponto 4.2..

PRESIDENTE



Paulo Teixeira de Azevedo

ADMINISTRADORES EXECUTIVOS



Angelo Paupério
(CEO)



Miguel Almeida



Cláudia Teixeira
de Azevedo



António Lobo
Xavier

ADMINISTRADORES NÃO-EXECUTIVOS



António Sampaio
e Mello



David Hobley



Jean-François
Pontal



Gervais Gilles
Pellissier



Frank E. Dangeard

De acordo com o Regulamento 10/2005 da CMVM, não existem circunstâncias que possam afetar a análise ou o processo de tomada de decisão dos administradores não-executivos independentes. Todos os nossos administradores não-executivos, independentes e não independentes, exercem uma influência importante no processo de tomada de decisão e no desenvolvimento da estratégia e política da empresa. Como tal, o Conselho de Administração da Sonaecom reflete um equilíbrio saudável entre o número total de administradores não-executivos e o número de administradores não-executivos independentes.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonaecom garante a gestão e execução das tarefas operacionais diárias, tal como estabelecido na delegação de competências que lhe foi atribuída formalmente pelo Conselho de Administração.

As funções e responsabilidades da equipa de gestão encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

Equipa de gestão e respetivas funções

ÂNGELO PAUPÉRIO	MIGUEL ALMEIDA	CLÁUDIA AZEVEDO	ANTÓNIO LOBO XAVIER
CEO	Deputy CEO	CEO SSI CEO Online & Media	Administrador Executivo

4.2. Habilitações do Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Data de nascimento: 31 de dezembro de 1965

Habilitações Literárias: licenciatura em engenharia química pela École Polytechnique Federal de Lausanne; MBA pela Porto Business School.

Experiência profissional: CEO da Sonae, SGPS - S.A.; Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., Sonae Sierra, SGPS, S.A. e MDS, SGPS, S.A.; Administrador da Sonae Indústria.

Membro da APGEL – Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial; Membro do Conselho Geral da AEP – Associação Empresarial de Portugal; Membro da Direção da COTEC – Associação Empresarial para a Inovação; Membro do ERT – European Round Table of Industrialists e Membro do Advisory Board da Allianz SE.

Anteriormente: CEO da Sonaecom, SGPS, S.A.; CEO da Optimus - Telecomunicações, S.A.; Administrador Executivo da Modelo Continente Hipermercados, S.A.; Diretor de Planeamento e Controlo Estratégico e Diretor de Desenvolvimento Organizativo Sonae; Gestor de Projeto na Sonae Indústria; Analista e Gestor de Projetos Novos Investimentos na Sonae Tecnologias de Informação.

Responsabilidades na Sonaecom: Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom; Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações; Presidente da Comissão de administradores não-executivos.

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Data de nascimento: 14 de setembro de 1959

Habilitações Literárias: Licenciatura em engenharia civil pela universidade do Porto; MBA pela Porto Business School.

Experiência profissional: Vice-Presidente Executivo da Sonae - SGPS, S.A.; Administrador da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., MDS, SGPS, S.A. e Sonae Sierra, SGPS, S.A.; Vice-Presidente da Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, S.A., Sonae - Retalho Especializado, S.A. e Sonaerp - Retail Properties, S.A., Membro

do Conselho de Administração da ZOPT, SGPS, S.A. e Membro do Conselho de Administração da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..

Professor convidado da Porto Business School.

Membro do Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa; Membro do Conselho Superior da Porto Business School; Presidente do Conselho Diretor da APGEL.

Anteriormente: CEO da Sonae Capital, SGPS, S.A.; CEO da Sonae Turismo, SGPS, S.A. e Administrador da Modelo Continente, SGPS, S.A..

Responsabilidades na Sonaecom: CEO da Sonaecom, Presidente do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A., Sonaecom - Sistemas de Informação, SGPS, S.A., Administrador Não-executivo do Conselho de Administração da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..

Miguel Nuno Santos Almeida

Data de nascimento: 15 de março de 1967

Habilitações literárias: Licenciatura em engenharia mecânica pela faculdade de engenharia da universidade do Porto e MBA pelo INSEAD.

Experiência profissional: Administrador executivo da Optimus Comunicações, S.A..

Anteriormente: Diretor de marketing da Modelo Continente, SGPS, S.A..

Responsabilidades na Sonaecom: Membro do Conselho de Administração e administrador executivo da Sonaecom, SGPS, S.A.; CEO da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A., Be Towering - Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A., Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. e Per-Mar, Sociedade de Construções, S.A..

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Data de nascimento: 13 de janeiro de 1970

Habilitações literárias: Licenciatura em gestão pela Universidade Católica do Porto e MBA pelo INSEAD.

Experiência profissional: Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A., Membro do Conselho de Administração da ZOPT, S.A. e Membro do Conselho de Administração da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..

Anteriormente: Diretora executiva da unidade residencial da Sonae Matrix Multimedia e diretora de marketing da Optimus.

Responsabilidades na Sonaecom: Administradora executiva da Sonaecom, SGPS, S.A.; Administradora executiva da Sonaecom Sistemas de Informação; Administradora não-executiva da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Data de nascimento: 16 de outubro de 1959

Habilitações literárias: Licenciatura em direito e mestrado em direito económico pela universidade de Coimbra.

Experiência profissional: *Partner* e membro do Conselho de Administração da MLGTS; Administrador não-executivo do Conselho de Administração do BPI, SGPS, Riopele, S.A. e da Mota-Engil, SGPS, S.A..

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador executivo da Sonaecom, SGPS, S.A.; membro do Conselho de Administração do Público – Comunicação Social S.A. e Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A.; Administrador não-executivo da ZON OPTIMUS, SGPS, S.A..

António Sampaio e Mello

Data de nascimento: 29 de janeiro de 1955

Habilitações literárias: Doutoramento em economia pela London Business School, MBA pela Columbia University, EUA; mestrado em Economia pela Columbia University, EUA; licenciatura em engenharia pela universidade técnica de Lisboa.

Experiência profissional: Professor de finanças na universidade de Wisconsin-Madison; diretor executivo da RiverRock investidores; diretor do Banco Robert Baird; diretor de *Corporate Finance* do Banco Comercial Português; diretor de investigação económica e estatística do Banco de Portugal; diretor executivo da Finpro, SGPS.

Anteriormente: Membro do Conselho de Administração da Associação de Gestão Financeira dos EUA; professor do MIT; presidente da Comissão das Ciências Sociais e Humanidades da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador não-executivo independente da Sonaecom; Membro da Comissão de Auditoria e Finanças.

David Charles Denholm Hobley

Data de nascimento: 9 de dezembro de 1946

Habilitações literárias: Fellow pelo Institute of Chartered Accountants of England and Wales.

Experiência profissional: Diretor do Deutsche Bank AG, Londres.

Anteriormente: Administrador de diversas empresas do grupo Orange.

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador não-executivo da Sonaecom; Membro da Comissão de Auditoria e Finanças.

Gervais Gilles Pellissier

Data de nascimento: 14 de maio de 1959

Habilitações literárias: Licenciatura em direito pela Université Paris XI; graduado pelo HEC em gestão internacional – programa conjunto da Berkeley University e da University of Cologne.

Experiência profissional: Deputy CEO da France Télécom - Orange; Delegate CEO.

Anteriormente: Supervisor da integração operacional e geográfica dos negócios da France Télécom em Espanha e Vice-Presidente do Board of Bull (2004-2005).

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador não-executivo da Sonaecom.



Frank Emmanuel Dangeard

Data de nascimento: 25 de fevereiro de 1958

Habilitações literárias: Licenciatura em direito económico pela École des Hautes Études Commerciales; Licenciatura pelo Institut d'Études Politiques de Paris; Fulbright Scholar pela Harvard Law School LLM; Fellow pela Harvard Law School.

Experiência profissional: Partner da Harcourt; Presidente e CEO da Thomson; Vice-Presidente sénior executivo da France Télécom; Presidente do Conselho de Administração do SBC Warburg France.

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador independente não-executivo da Sonaecom; Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Jean-François René Pontal

Data de nascimento: 17 de abril de 1943

Habilitações literárias: Licenciatura em engenharia pelo Centre d'Études Supérieures des Techniques Industrielles, em França.

Experiência profissional: CEO da subsidiária espanhola do Carrefour – PRYCA; membro do Conselho de Administração do Carrefour; Vice-Presidente executivo do grupo Mass Market Products & Services da France Télécom; CEO da Orange.

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador independente não-executivo da Sonaecom; Presidente da Comissão de Auditoria e Finanças; Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.



4.3. Outros cargos desempenhados pelo Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista: Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Imparfin, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
MDS, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Migracom, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonaegest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonae Indústria, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonaerp – Retail Properties, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonae - SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração, CEO)
Sonae Sierra, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonae – Specialized Retail, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:

PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Público – Comunicação Social, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
ZOPT, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

Enxomil, SGPS, S.A.
(Diretor executivo)
Enxomil – Sociedade Imobiliária, S.A.
(Diretor executivo)
Love Letters – Galeria de Arte, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
MDS, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
MDS AUTO, Mediação de Seguros, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonae Center Serviços II, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonaegest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)
Sonae Investimentos, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonae Investments, B.V.
(Diretor executivo)
Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, S.A.
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)
Sonae RE, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonaerp – Retail Properties, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonae - SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonae Sierra, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonae – Specialized Retail, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sontel B.V.
(Diretor executivo)

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:

Cape Technologies Limited (Ireland)
(Membro do Conselho de Administração)
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Lugares Virtuais, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Mainroad – Serviços de Tecnologias de Informação, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
PCJ – Público, Comunicação, e Jornalismo, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Praesidium Services Limited
(Membro do Conselho de Administração)
Público - Comunicação Social, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Saphety Level – Trusted Services, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonaecom – Sistemas de Información Espana, S.L.
(Diretor)
WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. De C.V.
(Diretor)
WeDo Technologies Egypt
(Diretor)
WeDo Poland Sp. Z.o.o.
(Diretor)
WeDo Technologies Americas Inc.
(Presidente do Conselho de Administração)
WeDo Technologies Australia PTY Limited
(Membro do Conselho de Administração)
WeDo Technologies Panama, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
WeDo Technologies (UK) Limited
(Membro do Conselho de Administração)
ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
ZOPT, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

Contacto Concessões, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Ecociclo II – Energias, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Efanor Investimentos SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Fundação Belmiro de Azevedo
(Membro do Conselho de Administração)
Imoareia – Investimentos Turísticos, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Integrum Colombo – Energia, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Integrum – Energia, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Integrum Martim Longo – Energia, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Integrum Vale do Caima – Energia, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Integrum Vale do Tejo – Energia, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Imparfin, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Linhacom, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
SC – Engenharia e Promoção Imobiliária, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
SC, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sistavac, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sistavac, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonae Capital, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sonae Turismo – SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Spred, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier**Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:**

PCJ – Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Público - Comunicação Social, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonaecom – Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

BPI, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Douro Old Chaps, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Lemos & Van Zeller, Lda
(Diretor)

MLGTS & Associados, Sociedade de Advogados
(Partner e Membro do Conselho de Administração)
Mota-Engil, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Riopele, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Vallis Capital Partners
(Membro do Conselho de Administração)

Miguel Nuno Santos Almeida

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:

Be Artis, Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Optimus Comunicações, S.A.
(Presidente da Comissão Executiva)
Per-Mar, Sociedade de Construções, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)
ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.
(Presidente da Comissão Executiva)
ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Outros cargos:

Não exerce outros cargos em outras empresas.

António Sampaio e Mello

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

Não exerce outros cargos em outras empresas.

David Charles Denholm Hobley

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

Incadea PLC
(Membro do Conselho de Administração)
Velti plc
(Membro do Conselho de Administração)
Westgate Nominees Hall Limited
(Membro do Conselho de Administração)

Frank Emmanuel Dangeard

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

Atari
(Presidente do Conselho de Administração)
Crédit Agricole – Commercial and Investment Bank
(Membro do Conselho de Administração)
Goldbridge Capital Partners
(Presidente do Conselho de Administração)
Hindustan Power Projects Ltd
(Membro do Conselho de Administração)
Moser Baer India Ltd
(Membro do Conselho de Administração)
Symantec
(Membro do Conselho de Administração)
Telenor (Noruega)
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Gervais Gilles Pellissier

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

Dailymotion (França)
(Membro do Conselho de Administração)
Everything Everywhere
(Membro do Conselho de Administração)
Iris Capital Management (França)
(Vice-Presidente do Conselho Fiscal)
Médi Télécom
(Membro do Conselho de Administração)
Orange (ex France Télécom)
(Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Orange (Espanha)
(Membro do Conselho de Administração)

Orange (Polónia)
(Membro do Conselho Fiscal)

Jean-François René Pontal

Cargos exercidos em empresas em que a Sonaecom é acionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é acionista.

Outros cargos:

Oger Télécom, Dubai
(Membro do Conselho de Administração)



4.4. Artigo 447º, 448º e Participações Qualificadas

Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM nº 5/2008.

Ações detidas pelos membros do Conselho de Administração e dirigentes e respetivas transações durante o ano de 2013:

Conselho de Administração

	Data	AQUISIÇÕES		ALIENAÇÕES		SALDO EM 31 DEZEMBRO 2013
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	Quantidade
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾						1
Migracom, SGPS, S.A. ⁽³⁾						1.969.996
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						488.530 a)
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	25.06.2013	28.479	0,00			
Alienação	26.06.2013			28.479	0,70	
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	04.12.2013	485.707	0,00			
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						763.150
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	08.03.2013	178.588	0,00			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						552.837
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	04.03.2013	112.767	0,00			
Miguel Nuno Santos Almeida						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						201.543
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	08.03.2013	74.375	0,00			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						185.652
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	04.03.2013	46.963	0,00			
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾						1
Linhacom, SGPS, S.A. ⁽⁴⁾						99.996
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						41.127
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	08.03.2013	41.127	0,00			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						40.566 b)
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	04.03.2013	40.396	0,00			
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						178.229
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	08.03.2013	48.152	0,00			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						85.900
Ações entregues ao abrigo do plano de incentivo de médio prazo	04.03.2013	47.297	0,00			
Alienação	14.06.2013			24.000	1,55	

a) Este saldo inclui 530 ações detidas por descendentes a seu cargo;

b) Este saldo inclui 170 ações detidas pelo cônjuge.

Artigo 447º (continuação)

Dirigentes

	Data	AQUISIÇÕES		ALIENAÇÕES		SALDO EM 31 DEZEMBRO 2013
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	Quantidade
David Graham Shenton Bain						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						20.000
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						15.000
Rui José Gonçalves Paiva						
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						105.754 c)
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	10.05.2013	519	0,00			
Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro						
Sonae- SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						6.625
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares						
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						
Alienação	09.08.2013			30.092	1,78	-

c) Este saldo inclui 460 ações detidas pelo cônjuge.



Artigo 447º (continuação)

Notas:

	Date	AQUISIÇÕES		ALIENAÇÕES		SALDO EM 31 DEZEMBRO 2013
		Quantidade	Cotação €	Quantidade	Cotação €	Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, S.A.						
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						200.100.000
Pareuro, BV ⁽²⁾						5.583.100
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						1.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						849.533.095
(3) Migracom, SGPS, S.A.						
Imparfin, SGPS, S.A. ⁽⁵⁾						150.000
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						2.936.683
Aquisição	26.06.2013	28.479	0,70			
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						387.342
(4) Linhacom, SGPS, S.A.						
Imparfin, SGPS, S.A. ⁽⁵⁾						150.000
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						439.314
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						120.300
(5) Imparfin, SGPS, S.A.						
Sonae - SGPS, S.A. ⁽⁶⁾						4.105.280
(6) Sonae - SGPS, S.A.						
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						76.679.374
Aquisição	09.09.2013	73.249.374	1,55			
Sonae Investments BV ⁽⁷⁾						2.894.000
Sontel BV ⁽⁸⁾						32.745
(7) Sonae Investments BV						
Sontel BV ⁽⁸⁾						58.555
Aquisição	18.12.2013	14.900	5.369,13			
(8) Sontel BV						
Sonaecom, SGPS, S.A. ⁽⁹⁾						194.063.119
(9) Sonaecom, SGPS, S.A.						
Ações entregues ao abrigo da política de remuneração da sociedade	04.03.2013			247.423	0,00	
	10.05.2013			1.192	0,18	
	10.05.2013			1.409	0,00	
Aquisição	mar-12	809.000	1,658			
	abr-12	691.000	1,677			



Artigo 448º

Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

NÚMERO DE AÇÕES EM 31 DEZEMBRO 2013	
Efanor Investimentos, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	
Sonae- SGPS, S.A.	200.100.000
Pareuro, BV	5.583.100
Sonaecom, SGPS, S.A.	1.000
Pareuro, BV	
Sonae- SGPS, S.A.	849.533.095
Sonae- SGPS, S.A.	
Sonaecom, SGPS, S.A.	76.679.374
Sonae Investments BV	2.894.000
Sontel BV	32.745
Sonae Investments BV	
Sontel BV	58.555
Sontel BV	
Sonaecom, SGPS, S.A.	194.063.119
The Goldman Sachs Group, Inc.	
Sonaecom, SGPS, S.A.	7780.349

(1) Ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.



Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao artigo 8º, nº1, alínea b) do Regulamento 05/2008 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 31 de dezembro de 2013:

Acionista	Número de ações	% Participação no capital	% DIREITOS DE VOTO	
			Com ações próprias	Sem ações próprias
Sontel BV	194.063.119	52,99%	52,99%	53,81%
Sonae- SGPS, S.A.	76.679.374	20,94%	20,94%	21,26%
Migracom, SGPS, S.A.	387342	0,11%	0,11%	0,11%
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério ⁽¹⁾⁽²⁾	552.837	0,15%	0,15%	0,15%
Belmiro Mendes de Azevedo ⁽¹⁾⁽³⁾	75.537	0,02%	0,02%	0,02%
Linhacom, SGPS, S.A.	120.300	0,03%	0,03%	0,03%
Álvaro Carmona e Costa Portela ⁽¹⁾	5.000	0,00%	0,00%	0,00%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	1.000	0,00%	0,00%	0,00%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo ⁽³⁾	40.566	0,01%	0,01%	0,01%
Total imputável ⁽⁴⁾	271.925.075	74,25%	74,25%	75,39%
Goldman Sachs Group, Inc.	7780.349	2,12%	2,12%	2,16%
Total imputável	7780.349	2,12%	2,12%	2,16%

(1) Membro do Órgão de Administração da Sonae- SGPS, S.A.;

(2) Membro do Órgão de Administração da Sonae Investments, BV e Sontel BV;

(3) Membro do Órgão de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.;

(4) A participação qualificada correspondente é imputada à Efanor cujas ações representativas de cerca de 99,99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos, SGPS, S.A. pertencem a Belmiro Mendes de Azevedo.





O modelo **05**
de governação
da **Sonaecom**

05. O modelo de governação da Sonaecom

PARTE I – Estrutura acionista, organização e governo da sociedade

A. Estrutura Acionista

I - Estrutura do Capital Social

1. Estrutura de capital

O capital social da sociedade é de 366.246.868 euros, integralmente subscrito e realizado, dividido em 366.246.868 ações ordinárias, nominativas, cada com o valor nominal de 1 euro.

A totalidade das ações representativas do capital social está admitida à negociação no mercado regulamentado Euronext Lisbon.

2. Restrições à transmissibilidade e titularidade das ações

As ações da Sonaecom não têm nenhuma restrição quanto à sua transmissibilidade ou titularidade.

3. Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom detinha 5.571.014 ações próprias, representativas de 1.52% do seu capital.

4. Impacto da alteração de controlo acionista da Sonaecom em acordos significativos

Não existem acordos celebrados pela Sonaecom que contenham cláusulas com o objetivo de constituírem medidas defensivas à alteração do seu controlo acionista nem que cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A maioria do capital social da Sonaecom é imputada a um único acionista.

5. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas.

6. Acordos parassociais

Desconhece-se a existência de quaisquer acordos parassociais tendo por objeto a Sonaecom.

II - Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Participações Qualificadas

Ver ponto 4.4 do Capítulo 4.

8. Número de ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentada nos termos do nº5 do Art.º 447 do Código das Sociedades Comerciais

Ver ponto 4.4 do Capítulo 4.

9. Competência do Conselho de Administração em sede de aumentos de capital

Esta é uma competência que reside exclusivamente na Assembleia Geral de Acionistas.

10. Relações de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade

Os negócios ou transações com titulares de participações qualificadas fazem parte da atividade normal das filiais da Sonaecom e são efetuados em condições normais de mercado.

Os montantes envolvidos respeitam essencialmente a juros e não são materiais.

B. Órgãos Sociais e Comissões**I - Assembleia Geral****a) Composição da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas****11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato**

O atual mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral decorre entre 2012 e 2015.

João Augusto Esmeriz Vieira de Castro	Presidente
António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes	Secretário

b) Exercício do direito de Voto**12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto**

Os estatutos da sociedade não preveem qualquer limitação à contagem do número de votos nem está prevista a existência de ações sem direito a voto.

13. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Artigo 20

Esta norma não existe nos Estatutos da Sonaecom, uma vez que estes não preveem qualquer limitação ao número de votos que podem ser exercidos por um acionista ou grupo de acionistas.

14. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada

De acordo com o estabelecido nos Estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir diversamente.

II – Administração e Supervisão**a) Composição****15. Identificação do modelo de governo adotado**

Esta sociedade adota um modelo de governo monista, cuja estrutura de administração é centralizada no Conselho de Administração, e a estrutura de fiscalização inclui um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da sociedade, praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, determinar a orientação estratégica e proceder à designação e supervisão geral da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por si constituídas.

Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

16. Regras Estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e com os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

Os estatutos preveem que, se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores votarem acionistas representativos de, pelo menos, 10% do capital social, proceder-se-á à eleição de um administrador por votação entre os acionistas da referida minoria, na mesma assembleia, e o administrador assim eleito substitui automaticamente a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em último lugar na mesma lista. O mesmo acionista não pode propor mais de um candidato.

No caso de serem apresentados candidatos por mais de um grupo de acionistas, a votação incide sobre o conjunto dessas candidaturas. Estas regras não se aplicam, no entanto, à eleição de um administrador suplente.

Sem prejuízo do disposto acima, se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos administradores votarem acionistas representativos de, pelo menos, 19% do capital social, proceder-se-á à eleição de um segundo administrador por votação entre os acionistas da referida minoria, na mesma assembleia, e o administrador assim eleito substitui automaticamente a segunda pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em penúltimo lugar na mesma lista. Para estes efeitos, só podem ser propostos candidatos por acionistas ou grupos de acionistas que detenham ações representativas de mais de 19% e menos de 30% do capital social da sociedade.

O Conselho de Administração da sociedade ou a Comissão de Nomeações e Remunerações por aquele designada deverá verificar previamente, de modo objetivo, se os candidatos a propor nos termos do número anterior são independentes e aptos para o cargo, só pessoas como tal consideradas podendo ser eleitas ao abrigo da mencionada previsão estatutária. Caso o Conselho de Administração ou a Comissão de Nomeações e Remunerações considere os referidos candidatos como não independentes e/ou não aptos para o cargo, e rejeite a sua indigitação, terá de justificar satisfatoriamente a recusa, de boa-fé e por escrito, no prazo de 15 dias. Neste caso, o acionista ou grupo de acionistas subscritores da proposta terão o direito de submeter novo candidato ao Conselho de Administração ou à Comissão de Nomeações e Remunerações, e assim sucessivamente.

Encontra-se, ainda, estabelecido estatutariamente que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer administrador, que não o administrador eleito ao abrigo da regra das minorias, o Conselho de Administração providenciará a sua substituição por via de cooptação, ficando esta designação sujeita a ratificação pelos acionistas na Assembleia Geral seguinte.

No âmbito do exercício do poder de cooptação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeação e Remunerações, composta exclusivamente por administradores não executivos, é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de administrador com o perfil adequado ao exercício dessas funções.

Todavia, a falta definitiva, por qualquer motivo, de Administrador eleito ao abrigo das regras especiais acima descritas determina a obrigação de uma nova eleição pela Assembleia Geral.

Compete ao Conselho de Administração designar o seu Presidente.

17. Composição do Conselho de Administração

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número entre três e doze membros, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos, existindo ainda a possibilidade de reeleição dos seus membros. O atual mandato do Conselho de Administração cobre o período 2012-2015. É ao Conselho de Administração que cabe eleger o seu presidente.

Ao longo ao ano de 2013, a composição do Conselho de Administração foi a seguinte:

MEMBROS	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente
António Sampaio e Mello	Administrador não-executivo independente
David Charles Denholm Hobley	Administrador não-executivo
Gervais Gilles Pellisser	Administrador não-executivo
Jean-François René Pontal	Administrador não-executivo Independente
Franck Dangeard	Administrador não-executivo Independente
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão (*)	Administrador não-executivo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Administrador executivo e CEO
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador executivo e CEO das divisões de SSI e Online & Media
Miguel Nuno Santos Almeida	Administrador executivo e Deputy CEO

Os membros do Conselho de Administração foram primeiramente eleitos nos termos seguintes:

MEMBROS	DATA 1ª DESIGNAÇÃO	DATA TERMO MANDATO
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	30-04-2004	31-12-2015
António Sampaio e Mello	05-07-2006	31-12-2015
David Charles Denholm Hobley	30-04-2004	31-12-2015
Gervais Gilles Pellisser	05-07-2004	31-12-2015
Jean-François René Pontal	30-04-2004	31-12-2015
Franck Dangeard	02-07-2008	31-12-2015
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão (*)	16-04-2008	31-12-2015
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	24-04-2007	31-12-2015
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	23-04-2010	31-12-2015
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	05-04-2006	31-12-2015
Miguel Nuno Santos Almeida	30-04-2004	31-12-2015

*Renunciou ao exercício do cargo a 9 de Maio de 2013



18. Distinção dos membros do Conselho de Administração

MEMBROS	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente
António Sampaio e Mello	Administrador não-executivo independente
David Charles Denholm Hobley	Administrador não-executivo
Gervais Gilles Pellisser	Administrador não-executivo
Jean-François René Pontal	Administrador não-executivo Independente
Franck Dangeard	Administrador não-executivo Independente
Nuno Manuel Moriz Trigo Jordão	Administrador não-executivo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Administrador executivo e CEO
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador executivo e CEO das divisões de SSI e Online & Media
Miguel Nuno Santos Almeida	Administrador executivo e Deputy CEO

Os membros não-executivos foram nomeados tendo por base o seu prestígio nos domínios dos negócios, finanças, académico e consultadoria, com o objetivo de reforçar as competências do Conselho de Administração, nomeadamente no que concerne à estratégia de configuração do portfolio de negócios e ao plano financeiro anual bem como à revisão dos mesmos.

Os membros não-executivos do Conselho de Administração são considerados independentes de acordo com o critério de independência estabelecido no ponto 18.1 do Anexo I do regulamento 4/2013 da CMVM e da recomendação II.1.7. da CMVM (2013).

Os administradores não-executivos independentes têm o dever de comunicar imediatamente à sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

O Conselho de Administração reflete um equilíbrio salutar entre o número total de administradores não-executivos e o número de administradores não-executivos independentes.

19. Qualificações profissionais dos membros do Conselho de Administração

As habilitações académicas, experiência e responsabilidades dos administradores encontram-se divulgadas no Capítulo 4 deste Relatório.

20. Relações familiares, profissionais e comerciais significativas de membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada

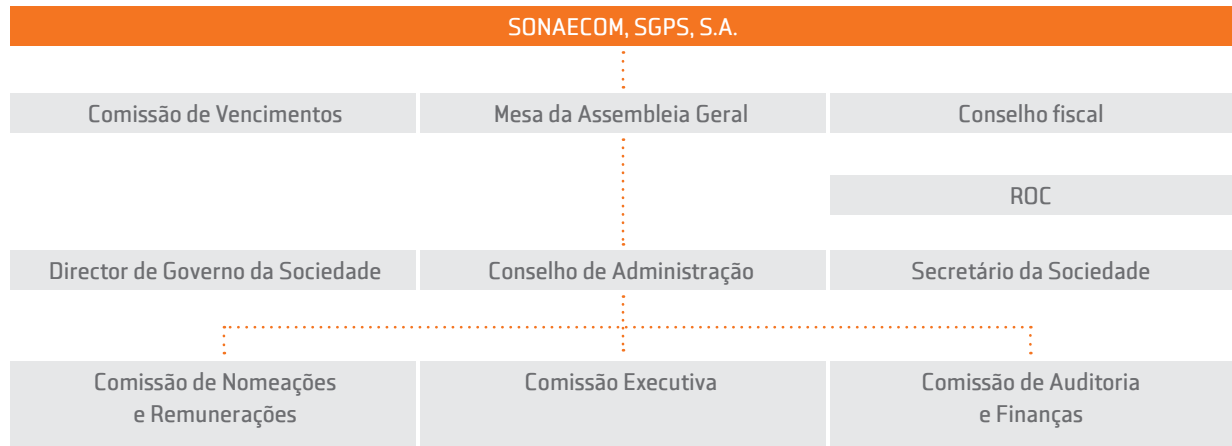
O Presidente do Conselho de Administração da sociedade, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, é Presidente da Comissão Executiva da Sonae – SGPS, S.A., sociedade esta à qual é imputável, a 31 de dezembro de 2013, uma participação de 74% do capital da Sonaecom, correspondente a 74% dos direitos de voto. Este último tem uma relação de parentesco de 1º grau da linha colateral com Maria Cláudia Teixeira de Azevedo, membro executivo do Conselho de Administração da Sonaecom.

O Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, Ângelo Ribeirinho dos Santos Paupério, é também membro do Conselho de Administração da Sonae – SGPS, S.A., acionista da Sonaecom nos termos descritos acima.

21. Repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade

i) Repartição de competências entre os vários órgãos sociais e respetivas comissões:

A estrutura societária da Sonaecom define claramente as funções, responsabilidades e deveres dos seus órgãos.



Elencamos, de seguida, as principais funções e responsabilidades dos órgãos sociais da Sonaecom:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da sociedade, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objetivos e estratégia da organização.

Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados (tal como descrito na secção “Comissão Executiva”) mas não permitem que o Conselho de Administração aprove aumentos de capital, os quais têm de ser deliberados em Assembleia Geral de acionistas.

Os termos de referência do Conselho de Administração podem ser consultados, na sua totalidade, no website da sociedade (www.sonae.com).

ii) Repartição de competências entre os vários departamentos da sociedade

A estrutura corporativa é assessorada pelas seguintes estruturas funcionais:

Direção Administrativa e Financeira

Principais responsabilidades:

- . Garantia do controlo dos processos internos e das transações e da fiabilidade e reporte atempado da informação financeira, fiscal e de gestão;
- . Registo contabilístico das transações e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas das empresas;
- . Gestão eficiente de tesouraria do Grupo Sonaecom;
- . Negociação e contratação de produtos e serviços bancários mais adequados às necessidades dos negócios do Grupo;
- . Gestão eficiente e eficaz de todos os processos administrativos dos negócios do Grupo Sonaecom;
- . Gestão do risco financeiro e apoio na execução de transações em mercados monetários, de taxa de juro ou cambiais;

- . Gestão dos processos administrativos de Contas a Pagar, Contas a Receber, Caixa e Bancos, Stocks e Ativos Tangíveis;
- . Garantia do rigor e fiabilidade da informação financeira, suportada nos mais eficientes sistemas de informação;
- . Otimização da eficiência fiscal do Grupo Sonaecom, assegurando a monitorização dos procedimentos fiscais de todos os negócios da Sonaecom, bem como o cumprimento das obrigações fiscais e o controlo do grupo fiscal;
- . Gestão do dossier de preços de transferência da Sonaecom;
- . Apoio na tomada de decisões e implementação de processos nas diversas áreas do Grupo Sonaecom;
- . Colaboração na definição da estratégia e dos objetivos fiscais, nomeadamente no apoio à internacionalização dos negócios;
- . Monitorização de todos os processos de litigação abertos com a administração fiscal, e gestão da defesa dos negócios do Grupo;
- . Promoção e apoio à submissão de incentivos fiscais e financeiros;
- . Participação em projetos especiais no Grupo Sonaecom, como fusões e aquisições e reorganização societária.

Direção de Planeamento e Controlo de Gestão

Principais responsabilidades:

- . Apoiar o desenvolvimento da estratégia corporativa e/ou dos negócios;
- . Fomentar, liderar e implementar o ciclo de planeamento estratégico anual;
- . Liderar e monitorizar o processo anual de orçamento da Sonaecom, bem como efetuar o respetivo reporte relativo à sua execução;
- . Desafiar os negócios e áreas corporativas quanto aos objetivos a que se propõem de modo a constantemente melhorar e otimizar a eficiência dos negócios da Sonaecom, a sua performance e resultados;
- . Preparar e analisar a informação de gestão ao nível dos negócios, bem como ao nível consolidado, mensal, trimestral e anualmente, analisando desvios face ao orçamento e propondo ações corretivas;
- . Apoio às decisões respeitantes à alocação de capital a negócios em curso e a novas oportunidades de negócio: responsável pela análise do capital investido e retorno do capital investido;
- . Construir planos de negócio juntamente com as equipas de gestão dos negócios;
- . Desenvolver estudos técnicos e de benchmark dos negócios existentes e da Sonae de modo a avaliar a sua performance face a concorrentes e outros players do mercado.

Direção de Gestão de Risco

Principais responsabilidades:

- . Promover uma cultura de sensibilização face aos riscos, bem como a mediação e gestão dos riscos de negócio que interferem na concretização dos objetivos e na criação de valor da organização;
- . Contribuir com metodologias de análise e gestão de risco, ferramentas, apoio e know-how para as áreas de negócio;
- . Promover e monitorizar a implementação de programas e ações destinadas a aproximar os níveis de risco aos limites aceitáveis estabelecidos pela gestão.

Direção de Auditoria Interna

Principais responsabilidades:

- . Avaliar a exposição ao risco e verificar a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos através da execução de auditorias de processos de negócio e de sistemas de informação;
- . Propor medidas para melhorar os controlos e monitorizar a evolução da exposição ao risco associada aos principais findings das auditorias.

Direção Legal

Principais responsabilidades:

- . Relação com a Euronext Lisboa, com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e com os acionistas, a respeito de assuntos legais;
- . Gestão legal da política do Governo das Sociedades e monitorização do cumprimento das melhores práticas neste domínio: monitorizar, controlar e garantir a legalidade das atividades dos negócios nas áreas das telecomunicações, *software* e sistemas de informação e media;
- . Elaboração e/ou análise de contratos que permitam maximizar a segurança e reduzir riscos legais e custos potenciais;
- . Gestão de todos os aspetos relativos à propriedade intelectual e industrial dos diferentes negócios tais como marcas, nomes, patentes, logotipos, marketing, slogans, domínios, e direitos de autor;
- . Execução de todas as escrituras públicas, todos os registos e notariado necessários aos negócios, sejam eles de índole comercial, predial ou societária;
- . Gestão de todos os processos contenciosos e processos corporativos, nas fases pré-litigação e durante a litigação;
- . Apoio nos vários licenciamentos necessários aos negócios;
- . Acompanhamento da evolução da legislação relevante para os negócios do grupo;
- . Apoio legal nas operações nacionais e internacionais dos negócios da Sociedade, bem como na análise de novas operações nacionais e internacionais, em especial, nestas últimas, no que concerne à envolvente legal dos países analisados.

Direção de Recursos Humanos

Principais responsabilidades:

- . Apoiar a Gestão de topo na implementação e desenvolvimento das políticas de recursos humanos;
- . Definir e implementar estratégia de recursos humanos, planeamento e gestão de talento a diversos níveis;
- . Assegurar a presença e o desenvolvimento das competências técnicas e de gestão dos quadros da Sonaecom, quer através da implementação de prática de recrutamento e seleção adequada, quer através do desenho e implementação de plano de formação e desenvolvimento transversal e/ou individualizado;
- . Desenvolver modelos e processos de gestão de recursos humanos em áreas tais como, política de remuneração e benefícios, gestão de carreiras, monitorização e desenvolvimento de clima social, gestão administrativa e processamento salarial, orçamentação de encargos com pessoal e reporte em matérias de recursos humanos, gestão das áreas de medicina e higiene e segurança no trabalho;

- . Acompanhamento de matérias do âmbito jurídico-laboral;
- . Representação da empresa junto de organismos oficiais e associativos ligados a esta área.

Direção de Relação com Investidores

Principais responsabilidades:

- . Gestão da relação entre a Sonaecom e a Comunidade financeira através da contínua preparação e divulgação de informação relevante e atualizada sobre a empresa;
- . Apoio à Comissão Executiva e administradores providenciando-lhes informação relevante sobre o mercado de capitais;
- . Apoio à Comunicação Externa, contribuindo para o alinhamento da mensagem corporativa a ser difundida junto do mercado de capitais.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração

Os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração encontram-se disponíveis no website da sociedade (www.sonae.com).

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonaecom reúne pelo menos quatro vezes por ano, tal como definido nos estatutos, e sempre que o presidente ou dois membros do Conselho de Administração convoquem uma reunião. Em 2013, realizaram-se quatro reuniões deste conselho e a taxa de comparência foi de 83%.

Os administradores não-executivos reúnem, também, separadamente, com o objetivo de discutir e avaliar a sua independência no exercício das suas funções, bem como de sugerir medidas para melhorar os procedimentos do Conselho de Administração em termos de governo das sociedades. Os administradores não-executivos confirmaram, nestas reuniões, que não existiram durante 2013 quaisquer restrições ao âmbito das suas atividades.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez cada trimestre. Em 2013, realizaram-se cinco reuniões formais deste órgão e a taxa de comparência foi de 93%.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonaecom reúne, normalmente, uma vez em cada duas semanas e sempre que o seu presidente ou a maioria dos seus membros convoquem uma reunião. Em 2013, realizaram-se quinze reuniões da Comissão Executiva, com uma taxa de comparência de 98%.

Comissão de Auditoria e Finanças (CAF)

A CAF reúne pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o seu presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou, excecionalmente, o ROC assim o entender. Entre as reuniões, a CAF analisa projetos e monitoriza a atividade através de conferências telefónicas entre os seus membros. Em 2013, esta Comissão reuniu quatro vezes e a taxa de comparência foi de 88%. Foram realizadas, adicionalmente, quatro conferências telefónicas.

Comissão de Nomeações Remonerações (CNR)

A CNR reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o seu presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Em 2013, realizaram-se duas reuniões desta comissão com uma taxa de comparência de 100%.

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos reúne, pelo menos uma vez por ano. Em 2013, realizaram-se duas reuniões e a taxa de comparência foi de 100%.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética reúne, normalmente, uma vez por semestre e sempre que o seu Presidente ou dois dos seus membros acharem necessário. Foi realizada uma reunião durante 2013 e a taxa de comparência foi de 100%.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

Para o apuramento da componente variável da remuneração é efetuada uma avaliação individual de desempenho dos Administradores Executivos pela Comissão de Vencimentos, em diálogo com a Comissão de Nomeação e Remunerações do Conselho de Administração. Esta avaliação tem lugar após serem conhecidos os resultados da sociedade.

25. Critérios pré-determinados para avaliação de desempenho dos Administradores Executivos

A Remuneração Variável de Curto Prazo visa recompensar o atingimento dos vários objetivos definidos anualmente, que se encontram ligados aos Business KPIs – KPIs de Negócio, e aos Personal KPI's – KPIs Individuais. A Remuneração Variável de Curto Prazo objetivo a atribuir será baseada numa percentagem da componente fixa do Plano Retributivo, que variará entre uma percentagem mínima e máxima, em função do Grupo Funcional do Administrador Executivo. Os Business KPIs, que têm uma componente significativa de indicadores económicos/financeiros, representam 70% da Remuneração variável de Curto Prazo e constituem indicadores objetivos. Os restantes 30% derivam dos KPIs Individuais, que podem combinar indicadores objetivos e subjetivos. Os valores pagos resultam do desempenho real e poderão variar entre 0% e 148% da Remuneração Variável de Curto Prazo objetivo fixada.

26. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho de Administração com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

A listagem de cargos exercidos pelos administradores da sociedade encontra-se no capítulo 4 deste Relatório.

Cada um dos membros do Conselho de Administração demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respetivos trabalhos.

c) Comissões no seio do Órgão de Administração e administradores delegados

27. Identificação das Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os Regulamentos de funcionamento

O Conselho de Administração da sociedade contém as seguintes Comissões:

- . Comissão Executiva
- . Comissão de Auditoria e Finanças (CAF)
- . Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR)
- . Comissão de Vencimentos
- . Comissão de Ética
- . Diretor de Governo da Sociedade

Os regulamentos de funcionamento das Comissões criadas no seio do Conselho de Administração encontram-se disponíveis no website da sociedade (www.sonae.com).

28. Composição da Comissão Executiva

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Membro executivo – CEO
Miguel Nuno Santos Almeida	Membro executivo – Deputy CEO
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	CEO SSI e CEO Online & Media
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Membro executivo

29. Indicação das competências de cada uma das Comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

Comissão Executiva

A Comissão Executiva pode deliberar sobre assuntos relacionados com a gestão corrente da sociedade e não sobre assuntos que são da exclusiva competência do Conselho de Administração. Na Comissão Executiva foram delegados os poderes e a responsabilidade de gerir e executar operações do dia-a-dia, com exclusão dos seguintes temas:

- i) Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- ii) Cooptação de administradores;
- iii) Convocatórias de Assembleias Gerais;
- iv) Aprovação do Relatório e Contas anuais;
- v) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 500.000 euros;
- vi) Deliberação sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- vii) Deliberação sobre projetos de fusão, cisão e transformação da sociedade ou quaisquer outros projetos que digam respeito à associação da sociedade a qualquer outra entidade com vista à formação de novas sociedades;
- viii) Aprovação do Business Plan e do Orçamento Anual da sociedade;
- ix) Deliberação sobre políticas de recursos humanos, nomeadamente planos de prémio de desempenho diferidos e fixação de remuneração variável aplicável a quadros de topo em áreas que não sejam da competência da Assembleia Geral ou da Comissão de Vencimentos;
- x) Definição ou alteração de políticas contabilísticas das empresas que fazem parte do perímetro de consolidação;
- xi) Aprovação de contas trimestrais e semestrais;
- xii) Compra e venda, realização de operações de leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em ativos fixos tangíveis, quando envolvam valores que excedam o montante de 1.000.000 euros, por cada transação, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Business Plan aprovados em Conselho de Administração;
- xiii) Subscrição ou compra de ações em sociedades participadas se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Business Plan aprovados em Conselho de Administração;

- xiv) Investimento em outras sociedades, bem como investimento em outros ativos fixos financeiros se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Business Plan aprovados em Conselho de Administração;
- xv) Outros investimentos se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Business Plan aprovados em Conselho de Administração;
- xvi) Desinvestimentos ou alienação de ativos desde que resulte da referida transação um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a 5%) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afete os postos de trabalho de mais de 100 colaboradores, exceto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Business Plan aprovados em Conselho de Administração.

Os Termos de Referência da Comissão Executiva estão disponíveis no website da sociedade (www.sonae.com).

O Conselho de Administração é permanentemente informado sobre todas as deliberações da Comissão Executiva através das atas das respetivas reuniões que são extraídas, de forma sistemática, e enviadas, por escrito, para o Conselho de Administração.

Comissão de Auditoria e Finanças

A Comissão de Auditoria e Finanças funciona com base nos termos de referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pelo controlo e supervisão dos processos de divulgação de informação financeira, pela revisão das normas de reporte financeiro e pela avaliação, em nome do Conselho de Administração, do risco associado à execução das atividades da empresa e pelo cumprimento das recomendações de governo das sociedades. A CAF reúne, também, com os auditores externos do grupo e com a equipa de auditoria interna. As principais responsabilidades da CAF são:

- (i) Rever as demonstrações financeiras anuais e intercalares e os documentos de divulgação de resultados, e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, antes de os documentos serem aprovados e assinados pelo Conselho de Administração;
- (ii) Aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios para os acionistas e para os mercados financeiros a serem incluídos nas contas anuais e semestrais da empresa, assim como também nas divulgações de resultados trimestrais;
- (iii) Aconselhar o Conselho de Administração sobre a adequação da informação interna fornecida pela Comissão Executiva, incluindo sistemas e normas de controlo interno e atividades de gestão de risco aplicadas pela Comissão Executiva, permitindo fortalecer os níveis de autocontrolo da sociedade, como complemento do papel de supervisão independente, soberano e dominante executado pelo Conselho Fiscal;
- (iv) Aconselhar o Conselho de Administração na nomeação, atribuição de tarefas e remuneração do ROC; aconselhar o Conselho de Administração sobre a qualidade e independência da função de Auditoria Interna e ser consultado pela gestão em relação à nomeação e destituição do Diretor de Auditoria Interna;
- (v) Rever as competências da função de Auditoria Interna e a sua relação com as competências do ROC e discutir com o ROC e o Auditor Interno os seus relatórios intercalares e anuais, rever os seus relatórios de controlo interno, e aconselhar o Conselho de Administração sobre o mesmo.

Os termos de referência podem ser consultados, na sua totalidade, no website da sociedade (www.sonae.com).

A CAF reporta regularmente ao Conselho de Administração o trabalho realizado, os resultados obtidos e problemas identificados, assegurando assim a eficácia do seu trabalho.

Comissão de Nomeações e Remunerações

A Comissão de Nomeações e Remunerações funciona com base nos termos de referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de Administrador ou a outros cargos de topo dentro do grupo Sonaecom. É também responsável pela supervisão da preparação das propostas de remuneração e outras

compensações, em nome do Conselho de Administração, pelos planos de sucessão, pela monitorização da gestão de talentos da Sonaecom e dos processos de planos de contingência. A CNR reporta ao Conselho de Administração, por escrito, sempre que necessário, e trabalha em coordenação com a Comissão de Vencimentos na obtenção de aprovação, em representação dos acionistas do grupo, da remuneração e outras compensações dos membros do Conselho de Administração e outros órgãos sociais. A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, que deverão garantir confidencialidade absoluta em relação ao tratamento da informação obtida.

Destacam-se, de seguida, os termos de referência da CNR:

- (i) A CNR é constituída por um máximo de três membros do Conselho de Administração: o presidente do Conselho de Administração e um máximo de dois administradores não-executivos independentes nomeados pelo Conselho de Administração. O presidente do Conselho de Administração será também o presidente da CNR, desde que não seja remunerado como administrador executivo pela empresa. Se tal acontecer, a CNR será presidida pelo administrador não-executivo Independente com maior antiguidade na empresa;
- (ii) Os seus membros são nomeados para a CNR por um período de quatro anos (de acordo com os mandatos do Conselho de Administração);
- (iii) O CEO participará nas reuniões da CNR, a menos que a CNR decida, ad hoc, de outra forma;
- (iv) O cargo de secretário da CNR deverá ser desempenhado pelo Diretor de Governo da Sociedade da Sonaecom;
- (v) A CNR é responsável pelo planeamento da sucessão e pelo processo de nomeação dos membros do Conselho de Administração, pela revisão das propostas e políticas de remuneração e outras compensações dos administradores e outros gestores de topo da Sonaecom (grupo funcional G2 ou superior), pela supervisão dos planos de incentivos de médio prazo (MTIP), e pela monitorização dos processos de identificação de potenciais candidatos a cargos de topo e planos de contingência;
- (vi) A CNR deve reunir, no mínimo, duas vezes por ano (no final de fevereiro ou início de março, de preferência antes das reuniões das Comissões de Vencimentos da Sonaecom SGPS e da Sonaecom (ver nota abaixo), e no final de outubro ou início de novembro). O Presidente da CNR ou o Conselho de Administração poderão convocar outras reuniões sempre que tal se justifique;
- (vii) A CNR reporta ao Conselho de Administração da Sonaecom e, quando necessário, deve apresentar as suas propostas diretamente a este Conselho, bem como deve garantir a sua coordenação com a Comissão de Vencimentos da Sonaecom SGPS e da Sonaecom através do presidente do Conselho de Administração da Sonaecom;
- (viii) A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, devendo tais despesas ocorrer por conta da Sonaecom. Essas entidades devem garantir total confidencialidade em relação ao tratamento da informação prestada;
- (ix) A ordem de trabalhos da reunião de fevereiro ou março deverá incluir sempre a revisão das propostas de remuneração e outras compensações dos administradores executivos e não-executivos da Sonaecom, bem como de outros gestores de topo da sociedade. O CEO e outros administradores da Sonaecom devem, individualmente, ausentar-se da reunião sempre que a sua própria remuneração esteja a ser analisada;
- (x) As propostas de remuneração e outras compensações que são submetidas à aprovação da CNR em nome do Conselho de Administração da Sonaecom são preparadas com base nas propostas apresentadas pelo presidente do Conselho de Administração da Sonaecom (no caso dos administradores não-executivos e do CEO) e pelo CEO (no caso dos administradores executivos e outros gestores de topo). Tais propostas são elaboradas com base em estudos de mercado resultam das avaliações individuais e análise de KPIs;
- (xi) As propostas de remuneração e outras compensações do Presidente do Conselho de Administração são aprovadas diretamente pelo membro independente da Comissão de Vencimentos;

(xii) As actas das reuniões da CNR devem ser preparadas e os respetivos extratos enviados a todos os membros do Conselho de Administração da Sonaecom;

Nota: De acordo com o Art. 27 dos estatutos da sociedade, a Sonaecom possuiu uma Comissão de Vencimentos composta por dois membros, a saber: Paulo Azevedo (em representação da Sonae SGPS) e Francisco de la Fuente Sánchez (em representação da Sontel BV). Todas as propostas de remuneração e outras compensações que envolvam os Órgãos Sociais da sociedade, incluindo o Conselho de Administração, devem ter o acordo e aprovação desta Comissão em representação dos acionistas.

Os termos de referência da CNR estão disponíveis no website da sociedade (www.sonae.com).

Em 2013, a CNR contratou serviços externos de consultoria sobre política de remuneração e boas práticas.

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos é responsável pela aprovação das remunerações e outras compensações dos membros do Conselho de Administração da Sonaecom e dos restantes órgãos sociais da empresa, em representação dos acionistas, no seguimento das políticas de remuneração e de compensação aprovadas pelos acionistas em Assembleia Geral.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética é responsável pela supervisão e manutenção do código de conduta da Sonaecom, por monitorizar a sua aplicação e por assegurar que todos os membros dos órgãos sociais e todos os colaboradores da empresa o cumprem.

A Comissão reporta ao Conselho de Administração em termos do cumprimento do código de conduta no mínimo uma vez por ano e sempre que solicitado.

Por delegação do Conselho Fiscal, compete à Comissão de Ética receber, discutir, investigar e avaliar alegadas irregularidades que sejam reportadas, em cumprimento da política de comunicação de irregularidades da Sonaecom. A comissão decide em cada caso sobre as medidas a tomar.

Os termos de referência da Comissão de Ética podem ser consultados, na sua totalidade, no website da sociedade (www.sonae.com).

Diretor de Governo da Sociedade

O Diretor de Governo da Sociedade reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, através do seu presidente, bem como, sempre que apropriado, através do administrador não-executivo independente sénior.

As principais responsabilidades do diretor de Governo da Sociedade são as seguintes:

- (i) Assegurar a boa gestão das atividades do Conselho de Administração e respetivas comissões;
- (ii) Participar em reuniões do Conselho de Administração e respetivas comissões, intervindo como membro sempre que, como tal, seja nomeado;
- (iii) Facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respetivas comissões;
- (iv) Apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objetivos e procedimentos operacionais; assumir uma posição de liderança na organização das avaliações do Conselho de Administração;
- (v) Manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do governo das sociedades; apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do governo das sociedades;
- (vi) Assegurar que o conceito de "stakeholders" (partes interessadas) e a necessidade de proteger os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;

- (vii) Ajudar a assegurar que o procedimento de nomeação e eleição de administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos administradores;
- (viii) Atuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, administradores não-executivos, no que diz respeito à empresa e às suas atividades; facilitar e apoiar os administradores não-executivos independentes na afirmação da sua "independência";
- (ix) Ajudar a assegurar o cumprimento das recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- (x) Participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- (xi) Participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- (xii) Participar, em nome da empresa, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de governo das sociedades em Portugal.

III – Fiscalização

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização

O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da sociedade.

31. Composição

De acordo com os Estatutos, o Conselho Fiscal pode ser constituído por um número par ou ímpar de membros, com um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos para mandatos de quatro anos. O Conselho Fiscal inclui, adicionalmente, um ou dois membros suplentes, conforme o número de membros seja de três ou mais.

O Conselho Fiscal da Sonaecom foi nomeado em Assembleia Geral de 24 de abril de 2012 para o mandato relativo ao período 2012 – 2015. Este Conselho é composto pelos seguintes membros:

Arlindo Dias Duarte Silva	Presidente
Armando Luís Vieira de Magalhães	Vogal
Óscar José Alçada da Quinta	Vogal
Jorge Manuel Felizes Morgado	Suplente

MEMBROS	DATA 1ª DESIGNAÇÃO	DATA TERMO MANDATO
Arlindo Dias Duarte Silva	02-05-2007	31-12-2015
Armando Luís Vieira de Magalhães	02-05-2007	31-12-2015
Óscar José Alçada da Quinta	02-05-2007	31-12-2015
Jorge Manuel Felizes Morgado (Suplente)	02-05-2007	31-12-2015

Revisor Oficial de Contas (ROC)

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada desde 2012 por António Manuel Martins Amaral, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

32. Grau de independência dos membros do Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do Artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º1 do Artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho Fiscal procedeu a uma avaliação de independência dos seus membros, através da renovação de declarações escritas emitidas individualmente.

Os membros do Conselho Fiscal têm o dever de comunicar imediatamente à sociedade qualquer ocorrência, no decurso do seu mandato, que origine incompatibilidades ou perda de independência tal como exigido por lei.

33. Qualificações profissionais

Arlindo Dias Duarte Silva

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional: Revisor Oficial de Contas, Fiscal Único e membro do Conselho Fiscal de várias sociedades.

Número de ações da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer ações da Sonaecom.

Armando Luís Vieira de Magalhães

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto, MBA Executivo – European Management pelo IESF/IFG.

Experiência profissional: Revisor Oficial de Contas em várias sociedades.

Número de ações da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer ações da Sonaecom.

Óscar José Alçada da Quinta

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional: Membro do Institute of Statutory Auditors, Partner da Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC e membro do Conselho Fiscal de várias sociedades.

Número de ações da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer ações da Sonaecom.

Jorge Manuel Felizes Morgado

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional: Revisor Oficial de Contas e Membro do Conselho Fiscal de várias sociedades portuguesas.

Número de ações da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer ações da Sonaecom.

b) Funcionamento

34. Regulamento de funcionamento e Relatório Anual de Atividade

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal pode ser consultado na página de Internet da Sonaecom - www.sonae.com.

O relatório e parecer anuais do Conselho Fiscal são divulgados, em cada exercício, juntamente com os documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, disponíveis em www.sonae.com.

35. Reuniões do Conselho Fiscal

As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria, devendo os membros que com elas não concordarem fazer inserir na ata os motivos da sua discordância.

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez cada trimestre. Em 2013, realizaram-se seis reuniões formais deste órgão e a taxa de comparência foi de 100%.

36. Disponibilidade de cada um dos membros com descrição de cargos exercidos em outras empresas, dentro e fora do grupo e demais atividades relevantes exercidas pelos membros do Conselho Fiscal

Cada um dos membros do Conselho Fiscal demonstrou, de forma consistente, a sua disponibilidade no exercício das funções, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respetivos trabalhos.

A informação relativa a outros cargos exercidos pelos membros do Conselho Fiscal, suas qualificações e experiência profissional está disponível nos curricula vitae incluídos no anexo a este Relatório.

Arlindo Dias Duarte Silva

Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do grupo Sonaecom.

Outros cargos:

Sonae SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Sonae Investimentos, SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Rochinvest – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Cargos em associações de solidariedade social:

ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual

(membro do Conselho Fiscal)

Associação Cultural do Senhor do Padrão

(membro do Conselho Fiscal)

Armando Luís Vieira de Magalhães

Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do grupo Sonaecom.

Outros cargos:

Sonae Capital, SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Sonae Indústria, SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Cargos em organizações não lucrativas:

Fundação Eça de Queirós

(membro do Conselho Fiscal)

Futebol Clube do Porto – Futebol, S.A.D.; Porto Comercial – Sociedade de Comercialização e Sponsorização, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Óscar José Alçada da Quinta

Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do grupo Sonaecom.

Outros cargos:

BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC

(membro do Conselho de Administração)

Sonae Investimentos, SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Caetano-Baviera-Comércio de Automóveis, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)



Jorge Manuel Felizes Morgado

Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do grupo Sonaecom.

Outros cargos:

Sonae Capital, SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Sonae Indústria, SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Sonae SGPS, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

Sonae Sierra, S.A.

(membro do Conselho Fiscal)

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao Auditor Externo

É da competência do Conselho Fiscal aprovar a prestação de serviços adicionais aos de auditoria a prestar pelo auditor externo.

Para o efeito, o Conselho Fiscal calendariza, na primeira reunião de cada exercício, um plano de trabalhos, em que inclui, a supervisão da atividade do Auditor Externo no que respeita, desde logo:

- . Plano anual de atividade do Auditor Externo;
- . Acompanhamento do trabalho da auditoria e de revisão das demonstrações financeiras e discussão das respetivas conclusões;
- . Fiscalização da independência do Auditor Externo;
- . Prestação de serviços diversos dos serviços de auditoria em cumprimento da Recomendação CMVM IV.2;
- . Avaliação da atividade anual.

Na apreciação dos critérios que suportam a contratação de trabalhos adicionais ao Auditor Externo, o Conselho Fiscal verifica a presença das seguintes salvaguardas:

- . Que a contratação de serviços adicionais não afete a independência do Auditor Externo;
- . Que serviços adicionais não representem, no conjunto dos serviços prestados, um relevo superior a 30%;
- . Que os serviços de consultoria fiscal e os outros serviços sejam prestados com elevada qualidade, autonomia e independência relativamente aos executados no âmbito do processo de auditoria;
- . Que se encontrem reunidos os necessários fatores de garantia de independência e isenção.

38. Outras funções do Órgão de Fiscalização

O Conselho Fiscal, na execução das suas funções, estatutárias e legalmente atribuídas, incluindo as previstas no art.º 420.º do Código das Sociedades Comerciais tem, entre outras, as seguintes atribuições principais:

- a) Fiscalizar a administração da sociedade;
- b) Vigiar pela observância da lei, do contrato de sociedade e das políticas internamente adotadas;
- c) Verificar regularmente os livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte e garantir a atualização dos mesmos;
- d) Verificar a exatidão da informação utilizada nos documentos de prestação de contas;
- e) Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados obtidos;
- f) Elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração, no qual deve exprimir a sua concordância ou não com o relatório anual de gestão e com as contas do exercício;
- g) Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245.º A do Código dos Valores Mobiliários;
- h) Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) Avaliar as condições de funcionamento do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna e fiscalizar a eficácia dos mesmos, bem como ser destinatário dos respetivos relatórios;
- j) Fiscalizar a independência do auditor interno, nomeadamente no que respeita a limitações relativas à sua independência organizacional e eventual falta de recursos na atividade de auditoria interna;
- k) Receber as comunicações de alegadas irregularidades que ocorram na sociedade e lhes forem endereçadas, apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- l) Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- m) Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- n) Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas e a respetiva remuneração;
- o) Fiscalizar os documentos de prestação de contas da sociedade, avaliar, anualmente, o auditor externo e propor à Assembleia-Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- p) Zelar para que sejam asseguradas dentro da empresa ao Revisor Oficial de Contas as condições adequadas ao exercício da sua função, ser um interlocutor da empresa, bem como ser destinatário dos respetivos relatórios;
- q) Avaliar a independência do ROC, nomeadamente em relação a serviços adicionais que este possa prestar;
- r) Emitir parecer prévio sobre transações de relevância significativa (superior a 10 milhões de euros) com acionistas titulares de participação qualificada ou com entidades que com estes se encontrem em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, nos termos dos procedimentos e critérios por si definidos;
- s) Cumprir outros e quaisquer deveres constantes da lei ou do contrato de sociedade.

O Conselho Fiscal obtém do Conselho de Administração, nomeadamente através do Conselho de Auditoria e Finanças, todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções, designadamente quanto à evolução operacional e financeira da empresa, mudanças em seu portfólio de negócios, os termos de todas as transações que ocorreram e os detalhes das decisões tomadas. O Conselho Fiscal é o órgão de supervisão global da empresa para assuntos de controlo interno e gestão de riscos, actua de forma independente e tem primazia sobre outros órgãos na fiscalização dessas questões.

Os Termos de Referência do Conselho Fiscal estão disponíveis no website da sociedade (www.sonaec.com).

IV – Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada em 2013 por António Manuel Martins Amaral, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

40. Identificação do número de anos em que o Revisor Oficial de Contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

A atual estrutura do órgão de fiscalização, que contempla a existência de um Conselho Fiscal e de um Revisor Oficial de Contas, foi adotada pela sociedade, em assembleia geral anual de acionistas, em conformidade com a legislação aplicável, a 2 de maio de 2007, tendo sido eleito como Revisor Oficial de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A, exercendo funções até ao termo do mandato em curso.

Em 2008 iniciou-se um novo mandato correspondente ao quadriénio 2008/2011, tendo o Revisor Oficial de Contas sido reconduzido no exercício do cargo. Em 2012, a proposta de eleição da Deloitte & Associados, SROC, S.A. para novo mandato foi apresentada pelo Conselho Fiscal à Assembleia Geral, tendo sido suportada pelo seguinte parecer em que são ponderadas as condições de independência do auditor e as vantagens e ónus da sua substituição:

“Para preparação desta proposta, o Conselho Fiscal supervisionou, um processo alargado de seleção que se iniciou em 2010, em que foram convidadas a participar diversas sociedades de auditoria de reputada competência nacional e internacional.

Com esse propósito foram previamente identificadas as condições de elegibilidade, que integraram o histórico de experiência e competência dos candidatos nos setores de atividade onde a Sonaecom opera, a competência, suficiência e disponibilidade da equipa de trabalho proposta, as metodologias utilizadas, bem como a dimensão dos encargos a suportar pela Sociedade.

Durante o exercício de 2011, foram ponderados todos os fatores em equação na referida seleção, foi deliberado pelo Conselho Fiscal propor à Assembleia Geral a reeleição, para novo mandato, do atual Revisor Oficial de Contas, sendo convicção da sociedade que a sua permanência no exercício de funções não elimina nem condiciona a idoneidade e a independência com que as vem exercendo.”

(transcrição da Proposta apresentada pelo Conselho Fiscal no ponto 5 da Agenda da Assembleia Geral Anual de 27 de abril de 2012).

41. Descrição de outros serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas à sociedade

A Deloitte & Associados, SROC, S.A exerce as funções de Auditor Externo, e, entre outros, serviços de garantia de fiabilidade e de consultoria fiscal.

V – Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo designado para os efeitos do Artigo 8.º e do sócio Revisor Oficial de Contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo n.º de registo na CMVM

O Auditor Externo da Sonaecom, designado para os termos do Artº 8º do Código de Valores Mobiliários, é a Deloitte & Associados, SROC, S.A, registado sob o nº 231 na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, representada pelo Revisor Oficial de Contas António Manuel Martins Amaral.

43. Identificação do número de anos em que o Auditor Externo e o respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo

O Auditor Externo no atual modelo de governação completou o seu segundo mandato de 1 e 4 anos respetivamente em 2011, tendo sido reeleito para novo mandato em 2012, sob proposta do Conselho Fiscal. O sócio revisor oficial de contas que o representa no exercício das suas funções foi substituído em 2012.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio Revisor Oficial de Contas que o representa

O Conselho Fiscal adota o princípio recomendado de apenas não proceder à rotação do auditor externo no final de dois mandatos de quatro anos em permanência de funções, se, após ter efetuado uma avaliação criteriosa, tiver concluído, em primeira linha, que a manutenção em funções para além do referido período não colide com a necessária independência do auditor externo e, uma vez satisfeito este requisito prévio, que a ponderação entre os custos e os benefícios da sua substituição aconselham a renovação do mandato.

Sem prejuízo do resultado da ponderação incidente sobre a permanência em funções do auditor externo ao cabo de dois mandatos, foi designado em 2012 novo sócio revisor oficial de contas que o representa.

45. Indicação do Órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo e periodicidade com que essa avaliação é feita

De acordo com o modelo de governo da Sociedade, a eleição ou a destituição do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo é deliberada em Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho Fiscal.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal supervisiona a atuação do Auditor Externo e a execução dos trabalhos ao longo de cada exercício, pondera e aprova os trabalhos adicionais por aquele a prestar e procede, anualmente, a uma avaliação global do Auditor Externo, na qual inclui uma apreciação sobre a sua independência.

46 e 47. Identificação de trabalhos distintos dos de Auditoria realizados pelo Auditor Externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de Domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação e Indicação do montante da remuneração anual para pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de Domínio ou de grupo ao Auditor e a outras pessoas, singulares ou coletivas, pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços

	2013		2012	
	Valor em €	%	Valor em €	%
Pela Sociedade*				
Revisão legal de contas	8.001	6%	9.786	4%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	10.000	7%	22.000	9%
Consultoria fiscal	2.877	2%	30.030	12%
Outra consultoria	-	-	-	-
Por entidades que integrem o grupo				
Revisão legal de contas	102.972	75%	161.913	64%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	-	12.000	5%
Consultoria fiscal	11.870	9%	17.755	7%
Outra consultoria	1.250	1%	-	-
Total				
Revisão legal de contas	110.973	81%	171.699	68%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	10.000	7%	34.000	13%
Serviços de Auditoria	120.973	88%	205.699	81%
Consultoria fiscal	14.747	11%	4.7785	19%
Outra consultoria	1.250	1%	-	-
Total	136.970	100%	253.484	100%

*Inclui contas individuais e consolidadas.

A política de gestão de risco da Sonaecom, supervisionada pelo Conselho Fiscal em coordenação com a Comissão de Auditoria e Finanças, acompanha e controla os serviços solicitados aos Auditores Externos e rede de empresas, de forma a não ser comprometida a sua independência. Trimestralmente, o CF recebe e analisa a informação acerca dos honorários e serviços prestados pelo ROC.

Os honorários pagos pelo grupo Sonaecom ao grupo Deloitte representam menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal. Adicionalmente, todos os anos é preparada uma “Carta de independência”, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais em matéria de independência do auditor.

C) Organização interna

I - Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As alterações dos Estatutos seguem os termos do Código das Sociedades Comerciais, exigindo a maioria de dois terços dos votos emitidos para a aprovação dessa deliberação.

Para o funcionamento da Assembleia Geral, em primeira convocatória, os Estatutos requerem que um mínimo de 50% do capital emitido esteja presente ou representado na Assembleia Geral.

II - Comunicação de Irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade

A Sonaecom tem uma política e segue um processo para comunicar alegadas irregularidades efetuadas por administradores, colaboradores e parceiros, de acordo com os quais são definidos meios para responder a todas as irregularidades comunicadas.

O processo de comunicação de irregularidades pode ser resumido da seguinte forma:

- I. Qualquer pessoa que pretenda comunicar uma irregularidade que pense ou saiba ter sido cometida por qualquer responsável, colaborador ou parceiro da Sonaecom, deverá fazê-lo através de carta ou e-mail dirigido à Comissão de Ética, com a descrição sumária dos factos. A identidade do divulgador manter-se-á anónima, se tal for explicitamente solicitado;
- II. A queixa será analisada e, se existirem fundamentos para a existência da irregularidade comunicada, serão adotadas as medidas que se considerem apropriadas.

O conselho fiscal (CF) tem responsabilidades estatutárias neste processo, nomeadamente:

- III. Receber comunicações de alegadas irregularidades comunicadas em relação à empresa, apresentadas pelos acionistas da empresa, por colaboradores ou por outras partes;
- IV. Registrar todas as alegadas irregularidades comunicadas, promover a investigação com a devida diligência pelo Conselho de Administração, pela Auditoria Interna e/ou Externa, e reportar as suas conclusões.

O CF é apoiado pela Comissão de Ética no desempenho destas atribuições, nomeadamente para:

- V. Avaliar as alegadas irregularidades, considerando a política indicada no Código de Conduta;
- VI. Receber, discutir, investigar e avaliar quaisquer alegadas irregularidades que sejam comunicadas e decidir sobre as medidas apropriadas que devem ser adotadas em cada caso comunicado;
- VII. Rever e avaliar a eficiência e eficácia do funcionamento da política e do processo de comunicação de irregularidades.



Neste contexto, a Sonaecom gostaria de esclarecer que:

- VIII. O apoio da Comissão de Ética complementa os mecanismos de supervisão do CF nestas matérias;
- IX. A Comissão de Ética é composta por elementos capacitados de um grau de independência e isenção adequadas para as funções que lhes são atribuídas, de modo a que o desempenho das suas funções ocorra sem riscos de comprometer o normal processo de fiscalização;
- X. A presidência desta Comissão é exercida por um elemento não executivo independente.

III - Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

As responsabilidades e os objetivos dos intervenientes-chave nos sistemas de controlo interno e gestão de risco são os que de seguida se indicam:

- . **Áreas de negócio** – Cada departamento funcional das unidades de negócio da Sonaecom é, como parte da sua responsabilidade nos processos funcionais, responsável pela implementação de controlos internos e pela gestão dos respetivos riscos específicos. Além disto, para o desenvolvimento de determinados programas de gestão do risco, podem ser formadas equipas específicas de gestão de risco, tais como um Comité de Risco ou uma equipa de trabalho. Estes incluem, habitualmente, um responsável ao nível executivo, uma comissão de diretores e uma equipa de pivots representando as unidades de negócio.
- . **Funções de Planeamento e Controlo** – São funções existentes nas várias empresas da Sonaecom, responsáveis por elaborar e monitorizar a execução dos planos de ação e recursos anuais e os orçamentos e previsões, bem como os processos que conduzem à sua realização, nas componentes financeira e operacional. Promovem e apoiam a integração da gestão de risco nos processos de planeamento e controlo das empresas da Sonaecom.
- . **Funções de Gestão de Risco** – Contribuem com ferramentas, metodologias, apoio e know-how para as áreas de negócio. Também promovem e monitorizam a implementação de programas e ações destinadas a aproximar os níveis de risco aos limites aceitáveis estabelecidos pela gestão. Promovem a consciencialização, a medição e a gestão dos riscos de negócio que interferem na concretização dos objetivos e na criação de valor da organização.
- . **Funções de Auditoria Interna** – Avaliam a exposição ao risco e verificam a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos dos processos do negócio e dos sistemas de informação. Propõem medidas para melhorar os controlos e monitorizam a evolução da exposição ao risco associada aos principais findings das auditorias.
- . **Auditor externo** – No âmbito do processo de auditoria anual, analisa o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas. É responsável pela verificação das contas e pela emissão de uma certificação legal de contas e de um relatório de auditoria.

A empresa possui, a nível corporativo, duas funções especializadas em matérias de risco: a Gestão do Risco e a Auditoria Interna. A sua missão é contribuir para a gestão eficaz dos riscos de negócio da Sonaecom. Estas apoiam a Sonaecom na concretização dos seus objetivos, acrescentando valor e melhorando as operações da empresa, através de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e ajudar a melhorar a eficácia da gestão de risco, dos controlos internos e dos processos de governo da organização.

As atividades de gestão de risco promovem a consciencialização da organização para os riscos críticos do negócio, propõem políticas de gestão de risco para a empresa e coordenam programas ou projetos transversais para implementar processos de gestão de risco. Podem existir também funções de gestão de risco nas áreas de negócio, nomeadamente quando a existência de pivots é relevante para algumas especialidades da gestão de risco, como é o caso, por exemplo, da Gestão da Segurança da Informação.

A definição das atividades da auditoria interna está feita ao abrigo da Carta de Auditoria Interna, aprovada pelos órgãos de supervisão. Consiste numa atividade de verificação (assurance) e consultoria independente e objetiva, regendo-se pelas orientações do Institute of Internal Auditors (IIA), incluindo a definição de auditoria interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IIA Standards). O plano anual de auditoria interna é desenvolvido e baseado no Plano de Ações e Recursos anual da Sonaecom e numa priorização do trabalho de auditoria, utilizando uma metodologia baseada no risco que integra os resultados do Enterprise Risk Management e considera o roadmap de cobertura dos processos de negócio. O plano de auditoria interna também considera os contributos da Comissão Executiva, de outros membros da gestão de topo, da CAF e, em separado, do CF.

51. Explicitação (ainda que por inclusão de organigrama) das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade

As linhas de reporting hierárquico e funcional são as que de seguida se indicam:

- . A Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao CEO da Sonaecom;
- . A Auditoria Interna reporta funcionalmente ao CF, enquanto órgão de fiscalização independente, e à CAF da Sonaecom, enquanto comissão especializada que aconselha o Conselho de Administração em determinadas matérias, incluindo as relativas às funções de auditoria interna e gestão do risco;
- . A Gestão de Risco tem linhas de reporting semelhantes no âmbito da Sonaecom.

A Sonaecom considera importante clarificar as competências do CF e da CAF, no que respeita às matérias de controlo e risco, definindo o que de seguida se indica:

- . O CF é o órgão estatutário de supervisão da empresa, tem primazia nesta matéria e atua de forma independente;
- . A Auditoria Interna responde perante o CF, o que assegura a existência de um canal de reporte a um órgão independente do Conselho de Administração;
- . A avaliação do sistema interno de controlo e de gestão de risco é executada eficazmente, constituindo-se o CF como o órgão de supervisão, com primazia sobre a CAF, uma vez que a concordância do CF é sempre necessária,
- . O CF tem a última palavra no que respeita ao papel e à avaliação da Auditoria Interna;
- . A Auditoria Interna pode requerer reuniões privadas para reportar ao CF, sem a presença de nenhum membro do Conselho de Administração ou membro da Gestão;
- . A existência de competências de avaliação na CAF é necessária e benéfica, quer para os acionistas quer para a empresa, no sentido em que a CAF é um comité com um conhecimento mais especializado e executivo sobre a informação do negócio, que é complexa, o que lhe permite controlar mais de perto diversas áreas da empresa e desafiá-las a conseguirem gerir eficientemente os seus riscos;
- . Assim, a existência de um comité especializado, no âmbito do Conselho de Administração, com responsabilidades de avaliação em matéria de controlo e risco, não esvazia as funções do CF. A supervisão em separado por parte destes dois órgãos permite-nos, além da supervisão independente, soberana e dominante (papel do CF), reforçar os níveis de autocontrolo (papel da CAF);
- . A função central da Gestão de Risco apresenta, para avaliação pela CAF, e partilha com o CF, um relatório periódico sobre o ciclo de Gestão de Risco Empresarial (método e resultados) e pode obter contributos para ajustá-lo.

As responsabilidades de criação, funcionamento e avaliação periódica dos sistemas de controlo interno e gestão de risco estão publicadas nos termos de referência do Conselho de Administração, da CAF e do CF, os quais estão disponíveis no website da empresa.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

Para além das áreas mencionadas nos pontos anteriores, a Sonaecom possui outras áreas funcionais e processos de negócio com competência no controlo e monitorização de riscos, destacando-se os seguintes:

- . As funções de Planeamento e Controlo, em articulação com os respetivos pivots existentes nas áreas de negócio, são responsáveis por elaborar e monitorizar a execução dos planos de ação e recursos anuais e os orçamentos e previsões, nas componentes financeira e operacional;
- . As diversas áreas de negócio possuem processos e indicadores para monitorizar as operações e os KPIs (Key Performance Indicators);
- . As áreas técnicas, incluindo as áreas de Data Center Services da Mainroad e de Gestão Técnica da Saphety, possuem indicadores e alertas para a interrupção de serviço e incidentes de segurança, ao nível operacional.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade

Numa perspetiva de ERM - Enterprise Risk Management, durante 2013 foi concluída a execução de um ciclo de gestão de risco na WeDo Technologies. Foi atualizado o estado dos principais riscos através da revisão das causas de risco mais relevantes, da atribuição de responsáveis do risco e da identificação dos principais controlos existentes ou ações para gerir esses riscos. Como resultado deste ciclo foi produzida uma matriz de risco, incluindo a análise do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada risco potencial.

No âmbito das categorias de riscos económicos, financeiros e jurídicos, os riscos são apresentados e ordenados, na presente secção, de acordo com a classificação e a estrutura do BRM da Sonaecom. O BRM é um modo sistemático de identificação dos riscos que afetam a organização (linguagem comum) e permite a definição e o agrupamento dos riscos, bem como das suas principais causas (dicionário de riscos).

Riscos económicos

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos económicos estão relacionados com as seguintes categorias de risco: envolvente do negócio, estratégia, operações, tecnologia e processamento informação e empowerment e integridade.

Influências económicas

A Sonaecom está exposta ao ambiente económico adverso que se vive atualmente em Portugal, e, conseqüentemente, à redução geral de consumo. Neste contexto, existe o risco das receitas de clientes continuarem a ser afetadas devido à taxa de desemprego elevada e à redução do consumo privado e público. Este risco é intensificado nos negócios que operam apenas no mercado português.

No que diz respeito às empresas SSI, é relevante notar que, devido ao ritmo de expansão e internacionalização da WeDo Technologies, o impacto do ambiente económico adverso no negócio é mais diluído. A empresa continuou a gerir estes efeitos adversos através da expansão do respetivo portfólio de produtos e identificando outros setores de negócio como alvo (ver risco de portfólio do negócio). Além disto, a WeDo Technologies tem vindo a otimizar a sua estrutura nacional e internacional nos últimos anos, o que lhe permite sustentar o seu ritmo de crescimento. No que respeita à Mainroad, embora a recessão económica tenha afetado todas as atividades de outsourcing de TI, os managed/outsourcing services continuaram a garantir a maior fatia das receitas. No que concerne à Bizdirect, a empresa tem sido afetada pela contração do mercado de vendas de microinformática, tendo contrabalançando com a venda de soluções multimarca de equipamentos de TI para o mercado empresarial e com a gestão de contratos de

licenciamento de *software* corporativos. Apesar da crise económica atual, a Saphety tem continuado a posicionar-se no mercado doméstico como líder em soluções para simplificar e automatizar processos.

Tal como outras empresas no sector das publicações, o Público atravessou um período de crise financeira, no contexto de uma recessão económica que oferece perspectivas limitadas de recuperação no mercado da publicidade. Com o imperativo de assegurar a sustentabilidade, sem comprometer o seu papel como referência independente de informação em Portugal, o público tem continuado a executar o seu projeto de reestruturação, que inclui uma maior orientação para as crescentes exigências do mundo digital e uma considerável redução da estrutura de custos de funcionamento.

Inovação tecnológica

Para a Sonaecom, possuir uma infraestrutura tecnológica otimizada é um fator crítico de sucesso que ajuda a reduzir potenciais falhas na alavancagem das evoluções técnicas, pelo que os seus vários negócios continuaram a levar a cabo ações para tirar maior partido da inovação tecnológica.

A WeDo Technologies está certificada em Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457:2007). Esta certificação, em conjunto com a sua certificação de qualidade existente (ISO 9001:2008), ajuda a empresa a continuar a inovar de um modo sustentado e ajuda a mitigar fatores potenciais de risco. Isto significa que a oferta da WeDo Technologies é continuamente adaptada às novas tendências tecnológicas, tais como os serviços de cloud computing. A WeDo Technologies foi um dos primeiros produtores de *software* a investir no mercado de revenue assurance, tendo sido também o primeiro a fazê-lo para business assurance.

A Mainroad enfrenta os desafios da inovação tecnológica do cloud computing. Esta tendência tecnológica é caracterizada por uma adoção crescente da virtualização dos servidores e arquiteturas orientadas para os serviços por parte dos clientes. No lado dos prestadores de serviços, tem de ser feito um esforço de acompanhamento, adaptação de infraestruturas e mudança do modelo de operações para um modelo orientado para os serviços. Um dos riscos mais relevantes associados geralmente ao cloud computing é a mudança dos centros de dados tradicionais (adaptados para as soluções proprietárias dos clientes) para os centros de dados de serviços de cloud computing (mais standardizados). Neste contexto, a Mainroad continuou a sua abordagem para tratar as questões do cloud computing, desenvolvendo as suas principais áreas de negócio no sentido de trabalhar de forma complementar e desenvolvendo serviços de cloud computing através de parcerias.

O cloud computing é também apresentado como um fator de risco para a atividade da Bizdirect, uma vez que pode canibalizar o mercado de venda de infraestruturas e reduzir a procura de sistemas por parte dos clientes. Embora parte das receitas da Bizdirect se deva precisamente a vendas de equipamento e *software*, o cloud computing é encarado como um desafio positivo para endereçar as necessidades dos clientes. Atualmente, as empresas estão colocadas perante as diferentes etapas da evolução do cloud computing e a Bizdirect acompanha-as neste processo. O risco é também gerido pelas relações estratégicas existentes com parceiros, que nos permitem oferecer um portfólio completo de produtos e não limitar a oferta. Salientamos, como exemplo, a parceria que permite à Bizdirect oferecer a integração de soluções Microsoft, tais como Dynamics CRM, SharePoint, BizTalk e Office 365.

O Público tem continuado com a reestruturação das suas edições, quer no layout e conteúdos da sua edição em papel, quer na adoção de evoluções tecnológicas na edição online. Estas evoluções têm como objetivo assegurar um maior alinhamento como os novos hábitos de leitura dos portugueses, com as novas formas de acesso à informação por meio de smartphones e tablets, bem como manter o Público como jornal generalista líder no online.

Concorrência

A Sonaecom tem sido um agente ativo na transformação do mercado português de tecnologias de informação e comunicação. Neste contexto, as diversas empresas da Sonaecom estão expostas a riscos de concorrência de outros intervenientes que operam no mercado nacional nos respetivos negócios.

A WeDo Technologies é a empresa que poderá estar mais exposta à concorrência internacional. Contudo, este risco não é significativo, dado que a WeDo Technologies é líder mundial em *software* de revenue assurance e é um concorrente global no top 3 do mercado agregado de revenue assurance e gestão de fraude.

Portfólio do negócio

Na WeDo Technologies, um dos principais objetivos tem sido a expansão e a internacionalização do negócio. Isto poderia ter sido afetado adversamente, se a empresa tivesse continuado com uma só linha de produtos, centrada num setor de negócio. Este risco está a ser diminuído, porque a empresa continuou a consolidar a sua presença global fora de Portugal e identificou novos setores-alvo de negócio, desde 2009. Para fazer face à concentração de clientes no sector das telecomunicações, expandiu o âmbito para novos mercados, incluindo os setores do retalho, energia e financeiro. Alargou também o seu portfólio de produtos, expandindo a sua área de atuação de revenue assurance e gestão de fraude para Business assurance. Também desde 2012, na sequência da aquisição da Connectiv Solutions, nos EUA, a WeDo Technologies assumiu um compromisso também em Managed Services e SaaS, áreas onde a Connectiv Solutions tem profundo conhecimento e forte implantação no mercado dos EUA.

A Bizdirect, prosseguiu a estratégia de aumento e diversificação do seu portfólio concentrando-se em três eixos: internacionalização, relações com os clientes e diferenciação. O primeiro eixo passa por África, num esforço combinado com outras empresas da SSI, que também possuem projetos nesta região, e está em linha com a prioridade estratégica de internacionalização do grupo Sonae. No eixo da diferenciação, destacámos o serviço de manutenção técnica do parque informático destinado a empresas, a consultoria de compliance de *software* e a integração de soluções focadas nas tecnologias Microsoft.

A Saphety continuou a consolidar o seu portfólio de serviços, reestruturado em anos anteriores, permitindo tornar mais claro nos atuais e potenciais clientes qual o portfólio de serviços da empresa e, simultaneamente, responder à necessidade de cobertura da cadeia de valor identificada no mercado. O portfólio está agora dividido em três tipos de soluções que podem funcionar de forma integrada e em regime de SaaS: SaphetyGov, SaphetyBuy e SaphetyDoc. Para reduzir o risco de dependência do mercado nacional, a Saphety continuou também a internacionalizar-se. Atualmente, mais de 10% das suas encomendas provêm do mercado internacional.

A Mainroad tem continuado também a alargar o seu portfólio de clientes internacionais, através do crescimento de serviços e projetos, com foco nos mercados de Angola e Brasil, para além da base de clientes já existente em Espanha. A Mainroad reforçou também o seu portfólio com uma oferta designada de Main IT Service Desk e com novas competências na área da consultoria em Segurança da Informação.

Interrupção de Negócio e Perdas Catastróficas (Gestão da Continuidade de Negócio)

Uma vez que os negócios da Sonaecom assentam sobretudo na utilização de tecnologia, as potenciais falhas dos recursos técnico-operacionais (infraestruturas de rede, aplicações dos sistemas de informação, servidores, etc.) podem causar um risco significativo de interrupção do negócio, se não forem bem geridas. Este facto pode acarretar outros riscos para a empresa, tais como impactos adversos na reputação, na marca, na integridade das receitas, na satisfação dos clientes e na qualidade do serviço, que podem levar à perda de clientes.

No sector de IT, os clientes empresariais têm tipicamente uma baixa tolerância a interrupções. Neste contexto, as empresas SSI enfrentam riscos relacionados com a resiliência das infraestruturas dos centros de dados e com a gestão e os procedimentos operacionais das mesmas, a disponibilidade de plataformas de *software* que apoiam processos de clientes-chave, etc.

Para identificar este conjunto específico de riscos, e para implementar ações de prevenção e mitigação que garantam a continuidade de operações e serviços críticos, a Sonaecom tem adotado, ao longo de vários anos, o programa Gestão da Continuidade do Negócio (BCM – Business Continuity Management).

As empresas SSI têm continuado a implementar ações de prevenção e mitigação do risco de interrupção que abrangem as instalações, as infraestruturas de suporte aos sistemas e as atividades mais críticas que suportam os serviços aos clientes, para os quais desenvolvem estratégias de resiliência, ações de recuperação e procedimentos de gestão de incidentes. Os processos de negócio mais críticos do ponto de vista de interrupção podem também estar periodicamente sujeitos a análises de impacto e de risco, bem como a auditorias, testes e simulações. Destacámos, como exemplos, a introdução de melhorias ao Manual de Procedimentos de Disaster Recovery de clientes da Mainroad e as auditorias aos riscos de segurança física das instalações críticas, incluindo os Data Centers da Mainroad.

Ainda no que diz respeito aos Data Centers da Mainroad, destacámos também a implementação recorrente de melhorias nas infraestruturas físicas críticas, incluindo-se nestas os sistemas de energia, os sistemas de refrigeração e outros equipamentos de segurança. É de realçar que a Mainroad tem sido galardoada por diversas vezes nos "Data Centers in Europe Awards", nomeadamente como melhor "Managed Services Data Centre in Europe", em 2011, depois dos segundos lugares obtidos nas categorias "Data Centers Risk Mitigator", em 2009, e "Disaster Recovery Provider", em 2008. Estes prémios comprovam a capacidade da empresa em manter uma operação resiliente nos Data Centers que servem as empresas Sonaecom e os clientes externos.

Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade (Gestão da Segurança da Informação)

Tendo presente que a Sonaecom é sobretudo um grupo de tecnologia, media e telecomunicações (TMT), todas as suas empresas subsidiárias utilizam intensivamente a tecnologia e a informação que estão tipicamente sujeitas a riscos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade. Deste modo, desde 2010 que a Sonaecom decidiu aumentar o seu compromisso com a gestão desses riscos criando o comité de Segurança da Informação (Comité GRC – Governance Risk and Compliance). Este grupo funciona como um mecanismo adicional de gestão e supervisão de risco que acresce aos mecanismos de controlo existentes em cada unidade de negócio da Sonaecom.

O comité GRC é um grupo de trabalho mandatado pela Comissão Executiva, coordenado pela função de Gestão do Risco, e conta com representantes das empresas SSI e das respetivas áreas de negócio que estão mais associadas à gestão dos ativos de informação e aos temas de segurança. As principais responsabilidades do comité são: a manutenção e o desenvolvimento da política de segurança da informação e respetiva carta de segurança, normas e procedimentos relacionados; a recomendação de ações e controlos para as áreas de negócio gerirem questões de segurança da informação; a supervisão da política de segurança através de avaliações de risco, de avaliações de conformidade e de KPIs e a promoção da sensibilização para a segurança através da formação e comunicação.

O Comité GRC desenvolve, propõe e coordena um plano de ação anual de gestão de risco. De seguida, é dado destaque a algumas atividades que as empresas SSI continuaram a desenvolver, com o objetivo de consolidar os processos de gestão de segurança:

- . Evolução dos sistemas que efetuam a gestão de backups da infraestrutura crítica da Saphety e de backups de clientes da Mainroad.
- . Execução de uma auditoria de segurança operacional aos principais processos da Mainroad com impacto no cliente, incluindo avaliação da implementação de estratégias de segurança adicionais e adequadas aos requisitos de negócio da Mainroad.
- . Reforço da política de privacidade dos websites das empresas SSI, nomeadamente com a implementação de novas funcionalidades de gestão de cookies, com o objetivo de cumprir as normas legais aplicáveis aos dados pessoais dos utilizadores dos websites.
- . Reforço da formação e conhecimento em segurança da Informação, com a obtenção da certificação na Norma ISO27001 – Information Security Management por diversos colaboradores da WeDo Technologies, da Mainroad e da Saphety.

A sensibilização é um fator-chave de sucesso para a promoção de uma cultura forte de Segurança da Informação entre os colaboradores, parceiros e principais stakeholders. Além de se tratar de uma questão tecnológica, a segurança deverá ser também considerada uma questão cultural e comportamental. Assim, a Sonaecom tem desenvolvido diversas iniciativas de sensibilização e responsabilização ao longo dos últimos anos, das quais se destacam:

- . Um plano de comunicação sobre segurança, baseado em campanhas de sensibilização para os temas considerados mais relevantes em cada ano. Estas campanhas são também construídas em ferramentas interativas e de multimédia.
- . Publicação da política de Segurança da Informação na intranet da empresa, acessível a todos os colaboradores a partir da página inicial.

- . Cláusulas sobre a proteção de dados pessoais nos termos dos contratos com colaboradores e os parceiros de negócio. Todos os colaboradores estão obrigados aos deveres de confidencialidade, sigilo e proteção de dados pessoais, não sendo permitida a divulgação a terceiros de dados a que tenham acesso no âmbito da realização do seu trabalho, como resultado das suas funções na empresa. Estas obrigações e estes deveres mantêm-se em vigor, mesmo depois do fim da relação laboral entre a empresa e o colaborador. Os nossos parceiros de negócio têm as mesmas obrigações de confidencialidade e, por sua vez, estas obrigações são também aplicáveis aos colaboradores destes.

Para as questões específicas relacionadas com a confidencialidade e privacidade dos dados pessoais, algumas empresas da Sonaecom tem designado um Chief of Personal Data Protection Officer (CPDPO) que:

- . Tem a responsabilidade da execução e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis ao processamento de dados.
- . Atua em nome da empresa na interação com a autoridade reguladora nacional para a proteção de dados (CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados).
- . Promove a adoção dos princípios de proteção de dados, em linha com as normas internacionais e as melhores práticas.
- . É também membro do Comitê GRC de segurança da informação.

Falha de Produto-Serviço (Responsabilidade Civil Profissional)

Considerando que as empresas da Sonaecom são orientadas para o cliente, damos especial atenção ao impacto que as potenciais falhas dos nossos produtos ou serviços podem ter nos nossos clientes, nomeadamente no que respeita a questões de responsabilidade civil. Estas são intrínsecas ao negócio, e estão normalmente relacionadas com acidentes, atos involuntários, erros ou omissões de colaboradores ou subcontratados. Os eventos de risco podem ser físicos (por exemplo, danos em equipamentos ou instalações) ou não-físicos (por exemplo, erro numa instalação de *software*). Ambos os eventos são relevantes para empresas como as subsidiárias da Sonaecom, que fornecem, sobretudo, serviços baseados em tecnologia e informação. Como a responsabilidade deriva da relação contratual com os clientes, podem surgir questões de responsabilidade civil profissional no caso de falha do serviço.

A estratégia de gestão do risco selecionada pela Sonaecom para este tipo de risco consistiu, além da implementação de controlos internos, na transferência do risco através de seguradoras. Neste contexto, continuámos a levar a cabo as ações desenhadas e implementadas em anos anteriores relacionadas com os seguros de responsabilidade civil profissional:

- . Implementação de melhorias em alguns controlos internos, para diminuir, adicionalmente, as causas do risco.
- . Renovação do seguro de responsabilidade civil profissional existente que incorpora um âmbito alargado de coberturas e é adaptado às realidades de negócio que as empresas SSI e Media enfrentam.
- . Subscrições adicionais de seguros de responsabilidade profissional para as empresas estrangeiras da WeDo Technologies, melhorando a cobertura em certas localizações mundiais onde a nossa apólice geral de seguros não se aplica devido a restrições legais.

Riscos financeiros

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos financeiros estão relacionados sobretudo com a categoria de risco financeiro e, em parte, com a categoria de risco no ambiente de negócio.

Moeda

O grupo opera internacionalmente e tem subsidiárias que operam no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, na Irlanda, em Espanha, nos Estados Unidos da América, no México, no Panamá, na Colômbia, na Austrália, no Egito, em Singapura e na Malásia (sucursal). Algumas subsidiárias têm colaboradores locais e operam em moeda local. A exposição do grupo ao risco da taxa de câmbio provém,

sobretudo, do facto de algumas das suas subsidiárias reportarem em moedas que não o Euro, sendo imaterial o risco associado às atividades operacionais.

A gestão do risco de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e das transações efetuadas em moeda estrangeira. Sempre que possível, a empresa utiliza coberturas naturais para gerir a exposição ou instrumentos financeiros derivados para cobertura. Nas notas às demonstrações financeiras é apresentada informação adicional sobre o modo como este risco é gerido e controlado, incluindo um resumo da exposição do grupo ao risco da taxa de câmbio e da sua sensibilidade a alterações nas taxas de câmbio.

Taxa de juro

A dívida total da Sonaecom está indexada a taxas variáveis, expondo o custo total da dívida a um risco de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados da empresa ou nos fundos dos seus acionistas é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) nível relativamente baixo da alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilizar instrumentos derivados que cobrem o risco da taxa de juro, tal como é mencionado abaixo; (iii) durante os períodos de não-recessão, a possível correlação entre o nível das taxas de juro do mercado e o crescimento económico, tendo este um efeito positivo noutras linhas dos resultados da empresa e, deste modo, compensando parcialmente os custos financeiros acrescidos ("cobertura natural"); e (iv) a existência de liquidez individual ou consolidada que também é remunerada a taxas de juro variáveis. A empresa utiliza apenas derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura dos riscos da taxa de juro considerados significativos, nomeadamente swaps de taxas de juro e outros derivados. As contrapartes dos instrumentos de cobertura derivados estão limitadas às instituições financeiras de elevada qualidade creditícia. O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e as condições de financiamento com impacto significativo na empresa, com base na análise da estrutura da dívida, dos riscos e das diferentes opções do mercado, particularmente o tipo da taxa de juro (fixa / variável). Ao abrigo da política definida acima, a Comissão Executiva é responsável pela decisão sobre os contratos ocasionais de cobertura da taxa de juro, através da monitorização das condições e das alternativas existentes no mercado. Nas notas às demonstrações financeiras é apresentada informação adicional sobre o modo como o risco é gerido e controlado, incluindo a análise de sensibilidade do risco da taxa de juro.

Liquidez

A existência de liquidez na empresa requer a definição de algumas políticas para conseguir uma gestão eficiente e segura da liquidez, permitindo-nos maximizar a rentabilidade e minimizar os custos de oportunidade relacionados com essa liquidez. As políticas subjacentes principais correspondem à variedade de instrumentos permitidos, ao nível máximo de risco aceitável, à quantidade máxima de exposição por contraparte e os períodos máximos para os investimentos.

Nas notas às demonstrações financeiras é apresentada informação adicional sobre o modo como o risco é gerido e controlado.

Crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito é associada principalmente com as contas a receber relacionadas com atividades operacionais correntes. O risco de crédito associado às operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, em relação aos operadores de telecomunicações, negociar apenas com entidades com qualidade elevada de crédito.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, sempre que justificável, que contribuem para mitigar tal risco.

Riscos legais

De acordo com o BRM da Sonaecom, os riscos legais estão relacionados com a categoria de riscos da Envolvente do Negócio. Para monitorizar as causas dos riscos reais e potenciais, bem como para assegurar o cumprimento do enquadramento legal e regulatório vigente, a Sonaecom tem uma equipa dedicada, que inclui o departamento Jurídico, o qual acompanha de muito perto as questões legais e regulatórias. Contudo, não podemos excluir totalmente o risco de possíveis processos de infração contra as empresas da Sonaecom devido a diferentes visões sobre o significado prático do enquadramento legal e regulatório. A Sonaecom

também colabora com as autoridades com vista à definição do enquadramento legal e regulatório que, de acordo com o nosso ponto de vista, promove o desenvolvimento do sector das TIC em Portugal. Essa colaboração pode ser proactiva ou através do envio de comentários às consultas públicas que são lançadas.

Legal e regulatório

No portfólio de negócio da Sonaecom, as questões regulatórias são mais relevantes no negócio de telecomunicações, onde atualmente opera a ZON OPTIMUS, sujeita a regras específicas, definidas sobretudo pelo regulador nacional do sector ICP – Autoridade Nacional de Comunicações (ICP – ANACOM), de acordo com o quadro regulamentar definido a nível europeu.

As empresas da SSI enfrentam um risco relevante relacionado com o processo de internacionalização. Este risco tem sido gerido desde há muitos anos pela WeDo Technologies e está a tornar-se cada vez mais importante para a Mainroad, Saphety e Bizdirect. A questão emerge porque estas empresas estão presentes em vários países do mundo, o que envolve riscos específicos relacionados com as grandes diferenças dos quadros legais, sendo necessário um esforço adicional para compreender plenamente e respeitar os mesmos.

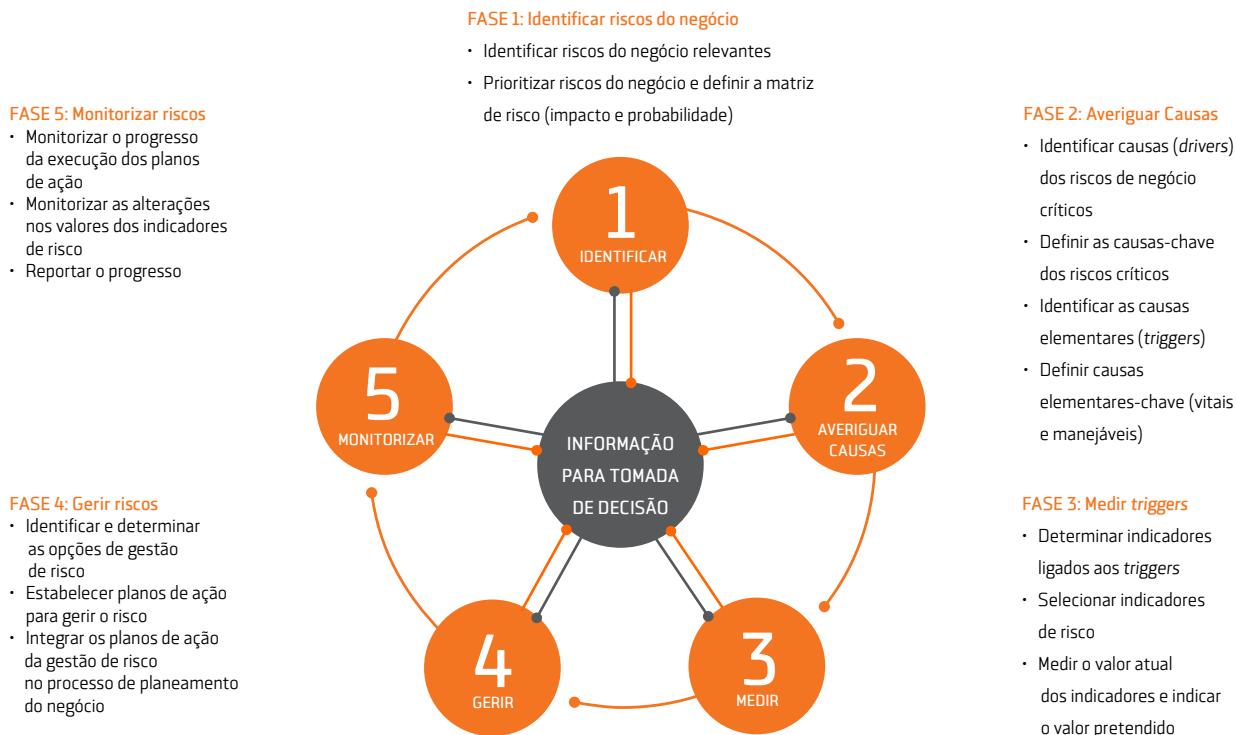
As empresas da SSI, enquanto operadores no mercado dos serviços da sociedade de informação, estão expostas a regulamentações específicas do setor, nomeadamente à regulamentação europeia sobre a Segurança das Redes e da Informação.

Adicionalmente, as empresas da Sonaecom estão também sujeitas à legislação horizontal, que não é específica dos sectores em que operam, incluindo a lei da concorrência.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

O processo de gestão de risco é suportado por uma metodologia consistente e sistemática, baseada na norma internacional Enterprise Risk Management - Integrated Framework, emitida pelo COSO (Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission).

O diagrama de seguida apresentado ilustra as principais fases incluídas no ciclo de gestão de risco da Sonaecom, que podem ser aplicadas a todas as unidades de negócio do seu portfólio.



O diagrama de seguida apresentado ilustra as principais fases incluídas no ciclo de gestão de risco da Sonaecom, que podem ser aplicadas a todas as unidades de negócio do seu portfólio.

Em linha com esta metodologia geral, a gestão e o controlo dos riscos principais da Sonaecom são conseguidos através das principais abordagens e dos métodos de seguida apresentados.

GESTÃO DOS RISCOS CORPORATIVOS (EWRM – Enterprise Wide Risk Management)

Abordagem: a Gestão dos Riscos Corporativos alinha o ciclo de gestão do risco com o ciclo de planeamento estratégico. Esta abordagem permite que os negócios da Sonaecom atribuam prioridades e identifiquem riscos críticos que possam comprometer o seu desempenho e os seus objetivos, e adotar ações para gerir esses riscos, dentro dos níveis predefinidos de aceitação. Isto é conseguido através da monitorização constante dos riscos e da implementação de determinadas medidas corretivas.

Método: 1. Identificar riscos do negócio >> 2. Averiguar causas >> 3. Medir triggers >> 4. Gerir riscos >> 5. Monitorizar riscos

GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (ISM – Information Security Management)

Abordagem: a implementação de processos de Gestão da Segurança da Informação destina-se a gerir os riscos associados à disponibilidade, integridade, confidencialidade e privacidade da informação. Pretende-se, com a mesma, desenvolver e manter a Política de Segurança da Informação, verificar a conformidade dos procedimentos com a política, desenvolver programas de formação e consciencialização e estabelecer e monitorizar KPI de Segurança da Informação.

Método: 1. Identificar informação crítica >> 2. Detalhar plataformas / recursos críticos de suporte à informação >> 3. Avaliar o nível de risco de segurança >> 4. Definir e implementar indicadores >> 5. Gerir e monitorizar ações de mitigação dos riscos

CICLOS OU PROCESSOS DE GESTÃO DO RISCO ESPECÍFICOS (RMCP – Risk Management Cycles or Processes)

Abordagem: o desenvolvimento de ciclos / processos de gestão de risco específicos permite a mitigação de riscos críticos que possam afetar determinados processos, áreas ou entidades, posicionando-os nos níveis definidos pela equipa de gestão. Identifica e monitoriza outros riscos operacionais que a gestão considere relevantes

Método: 1. Identificar riscos específicos >> 2. Averiguar causas >> 3. Gerir riscos >> 4. Monitorizar riscos

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação financeira

A Sonaecom reconhece que, tal como sucede com outras empresas cotadas com atividades semelhantes, está potencialmente exposta a riscos relacionados com os processos de reporting financeiro e de contabilidade, para além dos outros riscos financeiros, já atrás expostos. A atitude da Sonaecom em relação à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente, tendo estes princípios sido seguidos durante 2013.

Assim, a Sonaecom está empenhada em manter um ambiente de controlo interno eficaz no processo de reporting financeiro. Procura identificar e melhorar os processos mais relevantes respeitantes à preparação e divulgação de informação financeira, com o objetivo da transparência, da consistência, da simplicidade e da materialidade. O objetivo do sistema de controlo interno é o de assegurar uma garantia razoável em relação à preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adotados, e a qualidade do reporting financeiro.

O sistema de controlo interno para a contabilidade e preparação das demonstrações financeiras inclui os controlos-chave de seguida indicados:

- I. O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, os critérios para a preparação e divulgação dos mesmos estão devidamente estabelecidos e aprovados, e são revistos periodicamente;
- II. Existem três principais tipos de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação (controlos ao nível de TI) e controlos processuais (controlos ao nível de processos). Incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoria de processos, com o objetivo de preparar o relato financeiro da empresa;
- III. A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longo das notas às demonstrações financeiras (consultar a secção 6.2, nota 1), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- IV. Os planos, procedimentos e registos do grupo permitem uma garantia razoável de que as transações são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transações são registadas para permitir que as demonstrações

financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura, também, que a empresa mantém um registo atualizado de ativos, que o acesso a esses ativos depende de uma autorização da gestão, e que o registo dos ativos é verificado face aos ativos existentes, sendo adotadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;

- V. Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas e todos os documentos são revistos pormenorizadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e as políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- VI. As demonstrações financeiras do grupo são preparadas e analisadas pelo departamento Financeiro e de Contabilidade, sob a supervisão da Comissão Executiva do grupo. O Relatório de Gestão e o Relatório de Governo da Sociedade são preparados pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte, com o apoio e fiscalização do diretor de Governo da Sociedade e do departamento Jurídico e de Regulação. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonaecom. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a respetiva certificação legal de contas e o Relatório de Auditoria Externa. Estes documentos são enviados, em conjunto com o Relatório Anual, para serem revistos pelo Conselho Fiscal, que aprova os documentos e emite o Relatório e o parecer do Conselho Fiscal.

Entre as causas de risco que podem afetar materialmente o reporting contabilístico e financeiro, evidenciamos as que de seguida se listam:

- VII. Estimativas contabilísticas e provisões – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas nas notas às demonstrações financeiras. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e na melhor experiência de eventos passados e/ou presentes;
- VIII. Saldos e transações com partes relacionadas – Os saldos e as transações mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras. Apresentamos como anexo ao relatório uma lista de todas as partes relacionadas com o grupo Sonaecom. Estas estão associadas sobretudo a atividades operacionais do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos, efetuados a preços de mercado.

Poder-se-á consultar informação mais específica sobre a forma como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Sonaecom tem adotado várias ações relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- IX. A melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das ações levadas a cabo em anos anteriores, a Sonaecom continuou em a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Esta ação inclui a identificação do risco / das causas (risco inicial), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual), após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;
- X. Análise de conformidade – O departamento de Relação com Investidores, em cooperação com os Departamento Financeiro e de Contabilidade, Jurídico, Auditoria Interna e Gestão de Risco e, se necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.



IV - Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto

O departamento de Relação com Investidores é responsável pela gestão da relação da Sonaecom com a comunidade financeira – investidores atuais e potenciais, analistas e autoridades do mercado – e tem como objetivo o desenvolvimento dos conhecimentos e a compreensão do grupo Sonaecom através da divulgação de informação relevante, atempada e fidedigna.

O departamento é responsável pela preparação regular de apresentações e comunicações de resultados trimestrais, semestrais e anuais. De igual forma, é também da sua responsabilidade a preparação, sempre que necessário, de comunicados sobre questões relevantes para o mercado que possam de alguma forma influenciar a cotação dos títulos da Sonaecom.

Para melhorar a comunicação com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação divulgada, o departamento de Relação com Investidores organiza road-shows nos centros financeiros mais importantes da Europa, e participa em várias conferências. Por outro lado, um grande número de investidores e analistas têm oportunidade de falar com a equipa de gestão sob a forma de sessões individuais ou áudio conferências.

Qualquer pessoa interessada pode dirigir-se ao departamento de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

Carlos Alberto Silva

Diretor de Relação com Investidores

Tel: (+351) 93 100 2349

Fax: (+351) 93 100 2229

Email: carlos.alberto.silva@sonae.com / investor.relations@sonae.com

Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 2º Piso, 4460-191 Senhora da Hora, Portugal

Website: www.sonae.com

Maria Helena Almeida

Relação com Investidores

Tel: (+351) 93 100 2165

Fax: (+351) 93 100 2229

Email: maria.almeida@sonae.com / investor.relations@sonae.com

Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 2º Piso, 4460-191 Senhora da Hora, Portugal

Website: www.sonae.com

57. Representante para as relações com o mercado

O representante para as relações com o mercado de capitais e Euronext é António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier, que pode ser contactado por telefone ou endereço de e-mail:

Tel: (+351) 93 100 2232

Fax: (+351) 93 100 2229

E-mail: antonio.xavier@sonae.com / investor.relations@sonae.com

Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso, 4460-191 Senhora da Hora, Portugal

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores

O Departamento de Relação com Investidores recebeu, em 2013, um número de pedidos de informação normal tendo em consideração a dimensão da sociedade no mercado de capitais. Estes pedidos de informação foram solicitados quer por e-mail ou carta postal, quer por telefone. A resposta a estes pedidos foi fornecida com a máxima celeridade possível.

V - Sítio de Internet

59. Endereço

Endereço eletrónico da sociedade: www.sonae.com

60. Local onde se encontra a informação mencionada no Artº 171º do Código das Sociedades Comerciais

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-da-sociedade/>

61. Local onde se encontram divulgados os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-da-sociedade/>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor, funções e meios de acesso

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/governo-da-sociedade/> e www.sonae.com/contactos/

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, o calendário dos eventos societários

Documentos de prestação de contas: <http://www.sonae.com/investidores/assembleias-gerais>

Calendário de Eventos Societários: <http://www.sonae.com/investidores/calendario-financeiro/>

64. Local onde são divulgados a convocatória da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/assembleias-gerais/>

65. Local onde é disponibilizado o acervo histórico com as deliberações tomadas nas assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

Endereço eletrónico: <http://www.sonae.com/investidores/assembleias-gerais/>

D. Remunerações

I - Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade

A Comissão de Vencimentos é o órgão responsável pela aprovação das remunerações dos membros do Conselho de Administração e restantes órgãos sociais e dirigentes em representação dos acionistas, de acordo com a política de remuneração aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas.

II - Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores

A Sonaecom possuiu uma Comissão de Vencimentos composta por dois membros, a saber: Paulo Azevedo, em representação da Sonae SGPS, e Francisco de la Fuente Sánchez, em representação da Sontel BV.

A sociedade não contratou quaisquer entidades, para que, numa base regular, lhe prestassem apoio neste âmbito. No entanto, na determinação da política retributiva foram tomadas como elemento comparativo para a fixação de remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus, nomeadamente os elaborados pelos consultores especializados Mercer e Hay Group e, por outro lado, as sociedades incluídas no PSI-20 do Portuguese Stock Index.

A sociedade gostaria de acrescentar que os membros da Comissão de Vencimentos são independentes em relação ao Órgão de Administração. A opinião da sociedade baseia-se nas seguintes considerações: (i) Duarte Paulo Teixeira de Azevedo representa o acionista de referência maioritário na Comissão de Vencimentos na qualidade de presidente da Comissão Executiva da Sonaec-SGPS, S.A., o que está consistente com o propósito desta Comissão; (ii) é presidente não-executivo do Conselho de Administração da Sonaecom; (iii) não participa em nenhuma discussão ou resolução em que exista um conflito de interesses com o seu cargo de presidente do Conselho de Administração (em especial, a sua própria remuneração é aprovada pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos); e (iv) a sua remuneração na Sonaecom não regista um valor significativo, tendo sido de 60.710 euros em 2013.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações

A experiência e qualificações profissionais dos elementos da Comissão de Vencimentos da Sonaecom estão espelhadas nos seus currículos e permitem-lhes exercer as suas responsabilidades de forma competente e rigorosa, possuindo cada um as adequadas competências para o exercício das suas funções.

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

Administradores executivos (AE)

A Política de Remuneração e Compensação dos Administradores Executivos (AE) incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação a desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada Key Performance Indicator (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo. A remuneração dos AE inclui, em princípio, duas componentes:

- (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base, paga por referência ao período de um ano (os vencimentos são pagos em 14 meses), um Subsídio de Responsabilidade Anual (tendo por referência o período de um ano), sendo estes valores pagos em prestações mensais e um conjunto de Benefícios associados à função;
- (ii) uma componente variável, condicionada à concretização dos objetivos fixados no ano anterior, dividida em duas partes (a) uma Remuneração de Curto Prazo, paga no primeiro trimestre do ano seguinte (Remuneração Variável de Curto Prazo); e (b) uma Remuneração de Médio Prazo, discricionária e variável ("Remuneração Variável de Médio Prazo"), atribuível no ano seguinte, sob a forma de benefícios diferidos, ao abrigo do Plano de Atribuição de Ações e respetivo Regulamento cujo pagamento será efetuado após um diferimento pelo período de 3 anos, considerando-se que a exposição dos AE às flutuações no preço da ação é a forma mais apropriada de alinhar os interesses dos Administradores com os dos acionistas.

A Remuneração fixa dos AE é definida em função dos níveis de responsabilidade da função desempenhada e é objecto de revisão anual. A cada AE é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional ("GF"). Os AE estão classificados nos Grupos Funcionais "Group Leader" (GF.0), "Group Senior Executive" (GF.1) e "Senior Executive" (GF.2). As classificações funcionais na Sonaecom são estruturadas de forma similar em todo o Grupo Sonae e baseadas na metodologia internacional da Hay para classificação de funções corporativas, com o objetivo de facilitar comparações de mercado e promover a equidade interna.

A Remuneração variável visa orientar e recompensar os AE pelo cumprimento de objetivos pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio desempenho individual e é atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho. Dado que a atribuição do respetivo valor está dependente da concretização de objetivos, o seu pagamento não se encontra garantido.

- (a) A Remuneração Variável de Curto Prazo (RVCP) visa recompensar o atingimento dos vários objetivos definidos anualmente, que se encontram ligados aos Business KPIs – KPIs de Negócio e aos Personal KPI's – KPIs Individuais. A RVCP objetivo a atribuir será baseada numa percentagem da componente fixa do Plano Retributivo, que variará entre uma percentagem mínima e uma percentagem máxima, em função do Grupo Funcional do AE. Os Business KPIs, que têm uma componente significativa de indicadores económicos/financeiros, representam 70% da RVCP e constituem indicadores objetivos. Os restantes 30% derivam dos KPIs Individuais, que podem combinar indicadores objetivos e subjetivos. Os valores pagos resultam do desempenho real e poderão variar entre 0% e 148% da RVCP objetivo fixada;

(b) A Remuneração Variável de Médio Prazo (RVMP) destina-se a recompensar a lealdade dos AE à sociedade, alinhando os seus interesses com os dos acionistas, e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global da nossa organização.

Os termos aplicáveis à atribuição de RVMP aos AE, dentro do Plano de Incentivos de Médio Prazo, são os seguintes:

O valor de referência da RVMP é fixado no início de cada ano, sendo que para os AE representa normalmente, pelo menos 100% da RVCP objetivo do mesmo ano. Assim, a RVMP representará, no mínimo, 50% da remuneração variável total.

No momento da sua atribuição, e em resultado da aplicação da percentagem de concretização dos KPIs sobre o valor de referência da RVMP, os quais visam medir a criação de valor para os acionistas no médio prazo, este valor é majorado ou minorado, sendo depois convertido num número equivalente em ações, resultado da sua divisão pela média da cotação das ações nas últimas 30 sessões de Bolsa;

Estas ações, ou valor equivalente em dinheiro, são entregues após um período de diferimento de 3 anos, estando o seu pagamento condicionado ao continuado desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com os critérios a fixar, para cada triénio, pela Comissão de Vencimentos. Adicionalmente, nos casos de distribuição de dividendos, de alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social, durante o período de diferimento, o número de ações do plano será ajustado para o número de ações que, considerando as referidas modificações, seja equivalente ao número de ações inicial, pretendendo-se desta forma manter um alinhamento com o retorno total obtido ("Total Shareholder Return"). Esta relação tem por base uma componente de ações da Sonaecom SGPS, S.A., e uma componente que pode atingir os 40% do valor total, baseada em ações da Sonae SGPS, S.A.. Na data do vencimento, as ações serão entregues, apenas no caso de se verificar o cumprimento do critério de desempenho positivo da sociedade acima indicado, com desconto que pode variar entre 90% e 100%, mantendo a Sociedade a opção pela entrega, em substituição, de um valor correspondente em dinheiro. No Anexo I consta o Plano de Atribuição de Ações.

Administradores não-executivos

A remuneração dos Administradores não-executivos (ANE) é estabelecida em função de dados do mercado, segundo os seguintes princípios: (1) atribuição de uma remuneração fixa (cerca de 15% está dependente da presença nas reuniões do Conselho de Administração, da Comissão de Auditoria e Finanças e da Comissão de Nomeações e Remunerações); e (2) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual. A remuneração fixa pode ser incrementada até 6% para os ANE que presidam a uma Comissão do Conselho de Administração. Não existe qualquer remuneração a título de remuneração variável.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade é composta, exclusivamente, por uma componente fixa na qual se inclui um subsídio de responsabilidade anual, estabelecida de acordo com as práticas comparáveis do mercado.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da sociedade é remunerado de acordo com a tabela de honorários padrão para serviços similares, por referência à prática do mercado, sob proposta do Conselho Fiscal que estabelece ligação com a Comissão de Auditoria e Finanças e com o Conselho de Administração.

Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral corresponderá a uma quantia fixa que terá em conta as características da sociedade e as práticas de mercado.

Dirigentes

São considerados dirigentes nos termos do Artigo 248º-B nº3 do Código de Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos sociais acima referidos, os responsáveis que possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial do emitente.

A Comissão de Vencimentos propõe que a política de remuneração aplicável aos responsáveis que possuem um acesso regular a informação privilegiada e participam nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial do emitente (de ora em diante, "Dirigentes"), seja equivalente à adotada para a remuneração de outros quadros do mesmo nível de funções e responsabilidades, sem a atribuição de qualquer benefício adicional face ao que decorre do respetivo grupo funcional.

Assim, a remuneração dos Dirigentes inclui duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base, paga por referência ao período de um ano (os vencimentos são pagos em 14 meses) e um conjunto de benefícios associados à função; e (ii) uma componente variável, a qual, por sua vez, engloba (a) uma remuneração de Curto Prazo, paga no primeiro trimestre do ano seguinte (através de pagamento em dinheiro, planos de poupança reforma ou mediante a atribuição de um desconto na aquisição de ações); e (b) uma componente discricionária e variável ("Remuneração Variável de Médio Prazo"), atribuível no ano seguinte, sob a forma de benefícios diferidos ao abrigo do Plano de Incentivos de Médio Prazo (MTIP "Medium Term Incentive Plan"), que se vencerá no terceiro aniversário da data da sua atribuição. Em alguns casos, o Conselho de Administração, após aprovação da Comissão de Nomeações e Remunerações, poderá propor aos accionistas, a distribuição de resultados da empresa. Após avaliação do montante global a ser distribuído, o valor a receber a título de participação nos resultados, dependerá do cumprimento de objetivos anuais.

70, 71, 72 e 73. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos. Referência, se aplicável, à política de remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos Administradores Executivos, dessas ações sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual e dos Dirigentes da sociedade.

A Política de Remuneração e Compensação aplicável aos membros dos Órgãos Sociais da Sociedade e aos seus Dirigentes adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, sendo baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da sociedade, visando a sua sustentabilidade.

O conteúdo dos indicadores de desempenho, dos quais depende a componente variável da remuneração, e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

Assim, e relativamente a cada exercício social são avaliadas a atividade da empresa, a performance e os contributos individuais para o sucesso coletivo, que, necessariamente, condicionarão a atribuição da componente fixa e variável do plano retributivo de cada membro.

Adicionalmente, é diferida por um período de três anos a disponibilização efetiva de, pelo menos, cinquenta por cento do valor da remuneração variável atribuída ao administrador executivo em resultado da avaliação de desempenho individual e da sociedade em cada exercício. Esta componente diferida da remuneração variável é composta por ações, sendo-lhe aplicável o Plano de Atribuição de ações da sociedade.

A Política de Remuneração e Compensação da sociedade mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, em virtude da cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Não integra a Política de Remuneração e Compensação qualquer sistema de benefícios de reforma a favor dos membros dos órgãos sociais e demais dirigentes.

A Sonaecom está empenhada na aplicação das orientações de gestão de risco geralmente recomendadas no que respeita às remunerações.

. A conceção da política de remuneração para todos os administradores e colaboradores da empresa deve ter em conta o potencial comportamento de assunção de risco dos mesmos, dando uma importância suficiente, mas equilibrada, à componente variável.

Este objetivo também é alcançado transpondo algum risco da atividade para o risco assumido pelos próprios administradores e colaboradores, e relacionando a recompensa dos mesmos com o desempenho individual e da empresa.

- . Além disto, a remuneração dos membros do Conselho de Administração deve ser estruturada de modo a que os interesses dos mesmos estejam em consonância com o interesse, a longo prazo, da empresa. A remuneração destes deve basear-se numa avaliação independente do respetivo desempenho, e deve ser estruturada para desencorajar a tomada excessiva de riscos.

Poder-se-á obter uma avaliação de risco da política de remuneração da Sonaecom considerando as informações de seguida descritas.

- . Os princípios de remuneração aplicados a todos os administradores e colaboradores, e a forma como as várias componentes da remuneração contribuem para um ambiente controlado no que respeita ao comportamento de assunção de risco são explicados nesta secção "III. Estrutura das remunerações" deste presente relatório, nomeadamente no ponto relativo à descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização.
- . O processo de decisão e de aprovação da política de remuneração envolve vários órgãos de governação para assegurar um escrutínio independente, a equidade e a adequada gestão de risco do processo. A CNR tem, em especial, um papel importante na supervisão, devido à função-chave que assume e que consiste na revisão de toda a política de remuneração e compensação, de todas as propostas de remuneração, bem como na supervisão do MTIP.
- . As remunerações individuais dos administradores são detalhadas no presente relatório. A CNR comunica por escrito ao Conselho, sempre que necessário, e colabora com a Comissão de Vencimentos da Sonaecom para obter a aprovação da mesma, em nome dos acionistas, da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração e de outros Órgãos de Governo.
- . Por último, o facto de disponibilizarmos informações completas sobre a política de remuneração adotada promove a transparência e constitui um fator que contribui para mitigar o risco de práticas de pagamento potencialmente problemáticas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício

Não aplicável.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Os principais parâmetros e fundamentos do sistema de remuneração variável encontram-se descritos na política de remunerações aprovada na Assembleia Geral de Accionistas realizada em 24 de abril de 2013, disponível em <http://www.sonae.com/investidores/assembleias-gerais/>.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores e data em que forma aprovados em Assembleia Geral, em termos individuais e dos dirigentes da sociedade

Não aplicável.

IV - Divulgação das remunerações

77, 78 e 79. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos de Administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum e remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

A remuneração de cada um dos administradores da Sonaecom, atribuída pela sociedade e pelas sociedades dominadas e em relação de grupo, nos anos de 2013 e 2012, encontra-se descrita nas tabelas seguintes.

MONTANTE (EM EUROS)	2013				2012			
	REMUNERAÇÃO FIXA	BÔNUS DE DESEMPENHO ANUAL	PLANOS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO	TOTAL	REMUNERAÇÃO FIXA	BÔNUS DE DESEMPENHO ANUAL	PLANOS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO	TOTAL
Desagregação Individual								
Administradores Executivos								
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)	287.190	302.800	302.800	892.790	323.553	225.000	225.000	773.553
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	147.442	67.300	67.300	282.042	175.836	67.500	67.500	310.836
Miguel Nuno Santos Almeida ⁽¹⁾	-	-	-	-	313.113	163.200	163.200	639.513
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier	198.430	-	-	198.430	198.220	-	-	198.220
	633.062	370.100	370.100	1.373.262	1.010.722	455.700	455.700	1.922.122
Administradores Não-Executivos								
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente) ⁽²⁾	60.710	-	-	60.710	60.500	-	-	60.500
Jean François René Pontal	39.730	-	-	39.730	39.780	-	-	39.780
David Charles Denholm Hogley	37.300	-	-	37.300	37.350	-	-	37.350
António Maria Theotonio Pereira Sampaio Melo	35.970	-	-	35.970	37.350	-	-	37.350
Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão ⁽³⁾	11.748	-	-	11.748	34.100	-	-	34.100
Frank Emmanuel Dangeard	34.830	-	-	34.830	34.880	-	-	34.880
Gervais Pellissier	-	-	-	-	-	-	-	-
	220.288	-	-	220.288	243.960	-	-	243.960
Total	853.350	370.100	370.100	1.593.550	1.254.682	455.700	455.700	2.166.082

(1) A remuneração atribuída a Miguel Almeida referente a 2013 foi excluída da tabela dado que os custos associados foram suportados pelo ZON OPTIMUS desde de 1 janeiro de 2013;

(2) Os valores atribuídos a Duarte Paulo Teixeira de Azevedo em 2013 e 2012, indicados na tabela acima, referem-se a serviços de gestão cobrados pela Sonae à Sonaecom. Os valores cobrados pela Sonae à Sonaecom representam o custo equivalente dos seus serviços centralizados na Sonae SGPS em 2013 e 2012;

(3) Os valores atribuídos a Duarte Paulo Teixeira de Azevedo e Nuno Manuel Moniz Trigoso Santos Jordão em 2013 (até ter renunciado ao cargo exercido) e em 2012, indicados na tabela acima, referem-se a serviços de gestão cobrados pela Sonae à Sonaecom. Os valores cobrados pela Sonae à Sonaecom representam o custo equivalente dos seus serviços centralizados na Sonae SGPS em 2013 e 2012.

Participação dos administradores no MTIP

	Plano 2009	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2012	Total
Data de atribuição	10 mar 2010	10 mar 2011	09 mar 2012	08 mar 2013	
Ações Sonaecom					
Cotação na data de atribuição ⁽¹⁾	1,685	1,399	1,256	1,505	
Cotação na data de vencimento	1,55	-	-	-	
Cotação em 31.12.2013 ⁽²⁾	2,569	2,569	2,569	2,569	
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)					
Nº de ações em 01.01.2013	112.767	140.444	157.086	-	410.297
Nº de ações em 31.12.2013	-	150.417	168.240	96.070	414.727
Miguel Nuno Santos Almeida					
Nº de ações em 01.01.2013	46.963	65.056	74.524	-	186.543
Nº de ações em 31.12.2013	-	-	-	-	-
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Nº de ações em 01.01.2013	40.396	51.957	49.717	-	142.070
Nº de ações em 31.12.2013	-	55.647	53.265	33.624	142.536
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier					
Nº de ações em 01.01.2013	47.297	-	-	-	47.297
Nº de ações em 31.12.2013	-	-	-	-	-
Total					
Nº de ações em 01.01.2013	247.423	257.457	281.327	-	786.207
Nº de ações em 31.12.2013	-	206.064	221.505	129.694	557.263
Ações Sonae SGPS					
Cotação na data de atribuição	0,761	0,811	0,401	0,701	
Cotação na data de vencimento	0,696	-	-	-	
Cotação em 31.12.2013 ⁽³⁾	1,049	1,049	1,049	1,049	
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)					
Nº de ações em 01.01.2013	178.588	166.325	334.720	-	679.633
Nº de ações em 31.12.2013	-	173.401	348.961	133.850	656.212
Miguel Nuno Santos Almeida					
Nº de ações em 01.01.2013	74.375	77.045	158.797	-	310.217
Nº de ações em 31.12.2013	-	-	-	-	-
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Nº de ações em 01.01.2013	41.127	39.556	68.102	-	148.785
Nº de ações em 31.12.2013	-	41.239	71.024	30.116	142.379
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier					
Nº de ações em 01.01.2013	48.152	-	-	-	48.152
Nº de ações em 31.12.2013	-	-	-	-	-
Total					
Nº de ações em 01.01.2013	342.242	282.926	561.619	-	1.186.787
Nº de ações em 31.12.2013	-	214.640	419.985	163.966	798.591
Valores					
CEO					
Valor na data de atribuição	325.918	331.371	331.523	-	988.811
Valor na data de vencimento	299.086	-	-	-	299.086
Valor em 31.12.2013	-	568.319	798.269	387.212	1.753.800
Miguel Nuno Santos Almeida⁽⁴⁾					
Valor na data de atribuição	135.732	153.497	157.280	-	446.509
Valor na data de vencimento	124.558	-	-	-	124.558
Valor em 31.12.2013	-	-	-	-	-
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Valor na data de atribuição	99.365	104.768	89.753	-	293.886
Valor na data de vencimento	91.238	-	-	-	91.238
Valor em 31.12.2013	-	186.217	211.342	117.972	515.531
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier					
Valor na data de atribuição	116.339	-	-	-	116.339
Valor na data de vencimento	106.824	-	-	-	106.824
Valor em 31.12.2013	-	-	-	-	-
Total					
Valor na data de atribuição	677.354	589.635	578.556	-	1.845.545
Valor na data de vencimento	621.706	-	-	-	621.706
Valor em 31.12.2013	-	754.536	1.009.611	505.184	2.269.331

(1) Cotação média do mês anterior à data de atribuição;

(2) No dia 3 de dezembro de 2013, a cotação atingiu um máximo de 2,60 euros e em 15 de janeiro de 2013 um mínimo de 1,45 euros;

(3) No dia 18 de novembro de 2013, a cotação atingiu um máximo de 1,11 euros e em 3 de julho de 2013 um mínimo de 0,664 euros;

(4) A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações da ZON OPTIMUS. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações.

Compensações auferidas pelos administradores em empresas do grupo:

Montante (em euros)	Função	SONAE COM		SONAE SGPS		TOTAL
		Total Remuneração	Função	Total Remuneração	Total	
Nome						
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	CEO	892.790	Executivo	336.840	1.229.630	
Duarte Paulo Teixeira Azevedo	Presidente	60.710	CEO	1.287.640	1.348.350	
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão ⁽¹⁾	Não-Executivo	11.748	Executivo	156.743	168.491	

(1) Nuno Manuel Moniz Trigo Santos Jordão renunciou aos cargos exercidos na Sonaecom e na Sonaeg SGPSS em 9 de maio de 2013;

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não existem indemnizações pagas ou devidas titulares do órgão de administração relativamente à cessão de funções durante o exercício de 2013 e 2012.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos de Fiscalização da sociedade

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da Sociedade e nas práticas de mercado, não existindo qualquer remuneração variável.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão no exercício de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013	2012
VALORES EM EUROS		
Desagregação individual		
Conselho Fiscal		
Arlindo Dias Duarte Silva	10.010	9.800
Armando Luís Vieira Magalhães	8.010	7.800
Óscar José Alçada Quinta	8.010	7.800
Jorge Manuel Felizes Morgado	-	-
Total	26.030	25.400

82. Indicação da remuneração no ano de referência do Presidente da Assembleia Geral

O presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração anual fixa de 5.000 euros e o secretário auferiu a remuneração anual fixa de 1.500 euros.

V - Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administradores e sua relação com a componente variável da remuneração

Em caso de destituição dos membros do Conselho da Administração, é política do grupo o pagamento das compensações previstas na lei, podendo em cada situação ser negociado um valor diferente e que se considere ser o mais adequado por ambas as partes. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios dos restantes colaboradores. Não existem, ainda, quaisquer contratos individuais com administradores, no sentido de definir a metodologia de cálculo de eventuais compensações. Além disso, a Sonaecom nunca atribuiu ou planeia atribuir quaisquer compensações em caso de destituição ou cessação de funções por desempenho inadequado.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade

Em caso de cessação antecipada do termo do mandato dos membros do Conselho de Administração, o grupo adotou a política de pagar as remunerações resultantes da lei ou de negociar, caso a caso, um valor considerado justo e apropriado para ambas as partes. Não existem condições compensatórias adicionais para os membros do Conselho de Administração, que são tratados da mesma forma que os restantes colaboradores.

VI - Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ("stock options")

85 e 86. Identificação do plano e dos respetivos destinatários. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Remuneração Variável de Médio Prazo – RVMP

Enquadramento

A RVMP constitui uma forma de alinhamento dos interesses dos Colaboradores e dos Administradores Executivos com a Organização, reforçando o seu compromisso e fortalecendo a perceção da importância da sua performance para o sucesso da Sonaecom, com expressão na capitalização bolsista do título.

A RVMP é aplicável às empresas da Sonaecom, das quais se exceptua a WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A. por lhe ser aplicado um Plano de Fidelização distinto. Relativamente ao Público – Comunicação, Social, S.A. e às empresas por este detidas, as situações de atribuição são bastante restritas, não sendo previsível o seu alargamento.

Características gerais do plano de incentivo de médio prazo

A atribuição da RVMP está condicionada às regras de elegibilidade do Plano de Incentivo de Médio Prazo (Plano) descritas neste documento.

As condições gerais do Plano e alterações significativas ao mesmo são definidas previamente pela Comissão de Vencimentos e aprovadas em Assembleia-Geral, mediante proposta do Conselho de Administração e parecer da Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR). A aplicação à Comissão Executiva da Sonaecom é aprovada pela Comissão de Vencimentos no âmbito da Política de Remuneração também aprovada em Assembleia-Geral. A Comissão Executiva da Sonaecom aprova anualmente a atribuição dos Planos a outros executivos da Sonaecom.

Elegibilidade

São elegíveis para efeitos da RVMP da Sonaecom, os Colaboradores que, à data de 31 de Dezembro do ano a que reporta a avaliação de performance, integram um dos Grupos Funcionais (GF) igual ou superior a 6.

O acesso ao GF6, por admissão ou promoção de Grupo Funcional, não confere por si só, o direito à atribuição de RVMP. A decisão de atribuição, bem como o valor a atribuir (percentagem da Remuneração Fixa Anual - para os efeitos previstos neste Plano - é ponderado com base na variação do pacote retributivo do colaborador(a) em causa. Sugere-se que na primeira atribuição de RVMP, o valor seja igual ou inferior a 50% do máximo indicado para este mesmo GF (cf. Tabela 2).

Definição do valor de referência da RVMP

Para os colaboradores enquadrados nos Grupos Funcionais 1 e 2 (cf. Tabela 1) o valor de referência da RVMP, corresponde a uma percentagem da Remuneração Variável Total Objetiva definida individualmente, tendo em consideração nomeadamente o nível de qualificação do colaborador, a estrutura do seu pacote retributivo e o cumprimento de KPIs específicos.

O valor de referência aplicável aos membros da Comissão Executiva (GF1 e GF2) é aprovado pela Comissão de Vencimentos, mediante proposta da CNR. Quanto aos colaboradores do GF3, o valor de referência é aprovado pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante proposta da Comissão Executiva.

Os órgãos competentes podem determinar alterações ao valor individual da RVMP a atribuir, sempre que entendam que este não é adequado ao caso em consideração.

GRUPO FUNCIONAL	VALOR DE REFERÊNCIA DA RVMP (% da remuneração variável total objetivo)	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO
		DA CARTEIRA PADRÃO	DA CARTEIRA PADRÃO
		AÇÕES SONAE SGPS	AÇÕES SONAECOM
Administradores Executivos Sonaecom			
GF1	50%	40%	60%
GF2	50%	30%	70%
Outros Colaboradores GF2			
GF2			100%

Tabela 1 (define as percentagens de ações de cada sociedade que compõem a carteira)

Desde o momento da atribuição da RVMP, até ao seu recebimento, o valor da compensação a auferir varia diretamente em função de uma carteira padrão de ações e da (TSR) Total Shareholder Return constituída por ações da holding - Sonae SGPS, S.A. (Sonae) - e ações da Sonaecom, estando este recebimento condicionado ao continuado desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período, que será aferido de acordo com os critérios a fixar, para cada triénio, pela Comissão de Vencimentos.

Para os colaboradores enquadrados nos Grupos Funcionais 3, 4, 5 e 6, o valor de referência da RVMP, corresponde a uma percentagem da Remuneração Fixa Anual. Nestes casos, o valor de referência é definido individualmente, tendo em consideração o nível de qualificação do colaborador, a estrutura do seu pacote retributivo e o cumprimento de KPIs específicos.

No caso de colaboradores que auferem remuneração variável mensal (comissões), o valor de referência da RVMP será calculado com base no valor total anual de comissões, considerando os valores máximos atribuídos aos outros colaboradores do mesmo Grupo Funcional, podendo a Sonaecom decidir pelo seu ajustamento.

GRUPO FUNCIONAL	% DA R. FIXA ANUAL, QUE SERVE DE REFERÊNCIA À ATRIBUIÇÃO DA RVMP
GF3	Até 65%
GF4	Até 60%
GF5	Até 50%
GF6	Até 45%

Tabela 2

Duração do Plano

A RVMP é fixada anualmente, por períodos de três anos. A partir do início do terceiro Plano consecutivo, ocorrerá, a cada momento, a sobreposição de três Planos trienais.

Valorização da RVMP

A RVMP é valorizada à data de atribuição, tendo por base os preços da cotação no mercado de ações em Portugal, dos títulos que compõem a carteira. No caso dos títulos da Sonae, considera-se para o efeito o valor mais favorável correspondente à cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à Assembleia-Geral ou a cotação média, considerando-se a cotação de fecho nas 30 sessões de bolsa anteriores à data de realização daquela Assembleia. No caso dos títulos da Sonaecom, considera-se o valor médio da cotação das ações no fecho das 30 sessões de bolsa anteriores à data de atribuição.

O número de ações a entregar a cada colaborador é determinado pelo quociente entre o valor da RVMP atribuído e o valor de cotação da ação à data da atribuição. O direito a adquirir este número de ações será exercido pelo Colaborador(a), que as pode adquirir com desconto sobre o seu valor, a definir pela empresa, três anos após a atribuição.

Nos casos de distribuição de dividendos, de alteração do valor nominal das ações ou de alteração do capital social da respetiva empresa, o número de ações do plano poderá ser ajustado para o número de ações que, considerando as referidas modificações, seja equivalente ao número de ações inicial.

Vencimento da RVMP

No momento do pagamento da RVMP, a sociedade que atribui a RVMP reserva-se o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro, uma vez cumprida a política de retenção abaixo descrita, quando aplicável.

Política de Retenção de Ações

No caso dos membros da Comissão Executiva da sociedade (GF1 e GF2), e apenas em relação aos títulos Sonaecom da carteira de ações, aplica-se a seguinte política de retenção de ações (SH&R Policy - Share Holding & Retention Policy):

Cada membro da Comissão Executiva deverá obrigatoriamente reter 50% das ações entregues em cada Plano, até manter de forma permanente, um número de ações equivalente ao valor de 2 (dois) salários fixos anuais. A obrigatoriedade de retenção das ações entregues em cada plano cessa a partir do momento em que o administrador em questão mantenha, de forma permanente, um número de ações equivalente ao objetivo definido, quer por via dos Planos atribuídos pela Sonaecom, quer pela aquisição pessoal de ações. A inclusão destas últimas ações para este efeito, será opcional e da exclusiva decisão do respetivo administrador, devendo neste caso informar a Sonaecom desta intenção bem como fornecer informação sobre as mesmas. Entende-se como salário anual para este efeito, a remuneração base mensal paga 14 vezes por ano.

Esta política aplicou-se inicialmente e de forma transitório aos planos de 2004_05/2008 e de 2005_06/2009 com uma retenção de 20% das ações, passando esta retenção a ser de 50% a partir do plano de 2006 e subsequentes.

A política de retenção de ações é da gestão individual dos colaboradores abrangidos e será acompanhada pela Direção de Recursos Humanos e pela Direção Administrativa e Financeira.

Condições do exercício do direito

O direito à RVMP caduca quando o colaborador deixa de ter uma relação jurídico-laboral ou de administração com a Sonae e/ou a empresa que representa a sub-holding a que pertence, ou com quaisquer outras sociedades dependentes destas, direta ou indiretamente. Exceionalmente, os órgãos competentes poderão determinar, a manutenção da RVMP até à data da sua conclusão, ou a sua remissão, considerando para este efeito os preços em vigor no mercado, no momento.

Nos casos de morte ou invalidez permanente, a RVMP é valorizada considerando os preços em vigor no mercado, e o valor resultante será entregue ao Colaborador ou aos seus herdeiros legais. Em caso de reforma, os direitos do Colaborador, ao abrigo da RVMP, mantêm-se em vigor até à data da sua conclusão.

87. Direitos de opção atribuídos para aquisição de ações (stock options) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital, na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes

Não existem mecanismos de controlo previstos.



E. Transações com Partes Relacionadas

I - Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24)

A Sonaecom pauta a realização de transações com partes relacionadas por princípios de rigor, transparência e de estrita observância das regras concorrenciais de mercado. Tais transações são objeto de procedimentos administrativos específicos que decorrem de imposições normativas, nomeadamente as relativas às regras dos preços de transferência, ou da adoção voluntária de sistemas internos de checks and balances, designadamente processos de reporte ou de validação formal, em função do valor da transação em questão.

90. Indicação das transações que forma sujeitas a controlo no ano de referência

As operações realizadas com qualquer das entidades indicadas no parágrafo anterior respeitaram as condições normais de mercado e foram avaliadas pelo Conselho Fiscal. Não se realizaram transações com qualquer membro do órgão de administração ou do órgão de fiscalização durante o exercício de 2013.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do Órgão de Fiscalização, para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Artigo 20.º do CVM

As transações com titulares de participações qualificadas ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários são formalmente submetidas ao parecer prévio da Comissão de Auditoria e Finanças do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal se de valor superior a 10 milhões de euros. Adicionalmente, todas as transações com partes relacionadas em excesso de 1 milhões de euros são ainda objeto de reporte trimestral a esses dois órgãos por parte do Secretário da Comissão Executiva.

II - Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24 ou, alternativamente, reprodução dessa informação

Os negócios com partes relacionadas, de acordo com o IAS 24, encontram-se descritos na nota 34 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2013.



PARTE II – Avaliação do Governo Societário

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

O Relatório sobre o Governo da Sociedade fornece uma descrição da estrutura do governo, políticas e práticas observadas pela Sociedade, e cumpre as normas do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários e os deveres de informação constantes do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 4/2013 de 1 de agosto, bem como divulga, à luz do princípio *comply or explain*, os termos de observância pela Sociedade das Recomendações CMVM integradas no Código de Governo das Sociedades, da CMVM, 2013.

Este documento deve ser lido como parte integrante do Relatório Anual de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social de 2013.

Foram cumpridos os deveres de informação exigidos pelo artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, pelos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, pelo Artº 245-A do Código dos Valores Mobiliários e pelo Regulamento n.º 5/2008 da CMVM. Todos os normativos legais e regulamentares evocados neste Relatório estão disponíveis em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

O modelo de governo adotado na Sonaecom permitiu o normal funcionamento do Conselho de Administração e das suas comissões especializadas, não tendo sido reportada por outros órgãos sociais a existência de constrangimentos ao livre exercício das suas funções.

O Conselho Fiscal exerceu a sua competência fiscalizadora, tendo recebido o adequado apoio do Conselho de Administração para esse efeito através da disponibilização regular de informação prestada pela Comissão de Auditoria e Finanças e pela Comissão Executiva.

O Revisor Oficial de Contas acompanhou o desenvolvimento da atividade da sociedade e procedeu aos exames e verificações por si considerados necessários à revisão e Certificação Legal das Contas, em interação com o Conselho Fiscal, no quadro das respetivas competências e responsabilidades e com plena colaboração do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração e, especialmente, a sua Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão Executiva, têm vindo a exercer a sua atividade em diálogo com o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, prestando a colaboração solicitada com transparência e rigor, em observância dos respetivos regulamentos de funcionamento e das melhores práticas de governo societário.

De forma a registar a experiência acumulada no decurso do mandato no que concerne ao funcionamento articulado do órgão de administração e do órgão de fiscalização no modelo adotado, foram por esses órgãos formalizadas em documento interno os procedimentos de como o Conselho Fiscal interage com o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e a Comissão de Auditoria e Finanças.

Tais procedimentos, desenvolvidos ao longo do mandato, facilitam:

- . o exercício das competências do Conselho Fiscal, formalizando a fluidez de informação bilateral entre este órgão e o Conselho de Administração, com a intervenção ativa da Comissão de Auditoria e Finanças e da Comissão Executiva no reporte de informação sobre os mecanismos de gestão de risco, a auditoria interna da sociedade, bem como sobre a preparação e divulgação da informação financeira;
- . a intervenção do Conselho Fiscal, através de recomendações ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, atinentes, designadamente, ao funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e à realização, se for o caso, de transações com partes relacionadas.

3. Outras Informações

Avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração não identificou qualquer facto ou circunstância que tenha causado a perda de independência por qualquer dos seus membros independentes não-executivos durante o prazo a que se refere este relatório. Esta conclusão foi baseada em declarações escritas, emitidas por cada um dos membros independentes, a pedido deste Conselho.

PARTE III – Análise de cumprimento das recomendações de Governo da Sociedade

De acordo com as recomendações sobre governo das sociedades, publicadas em julho de 2013 pela CMVM, esta secção descreve pormenorizadamente as funções, responsabilidades e composição dos nossos órgãos de governação. Entre outros assuntos, esta secção inclui também uma descrição e explicação detalhada da nossa política de remunerações e das posições acionistas detidas pelos nossos administradores.

Divulgação do local onde a informação é publicada

Os textos integrais contendo as atuais regras de governo da Sonaecom – com fonte regulamentar, recomendatória ou de natureza voluntária, incluindo o código de conduta e, em particular, as normas internas sobre transação de ações e conflitos de interesse – são disponibilizados ao público em geral através do nosso website: www.sonae.com e do website da CMVM: www.cmvm.pt.

Recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades

De seguida, apresentamos um resumo das recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades publicadas em julho de 2013 e o respetivo nível de cumprimento por parte da Sonaecom, a 31 de dezembro de 2013.

I. Votação e controlo da sociedade

I 1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade incentiva os seus acionistas à participação nas Assembleias Gerais, nomeadamente ao atribuir a cada ação um voto, ao não limitar o número de votos que podem ser detidos ou exercidos por cada acionista e ao pôr à disposição dos acionistas os meios necessários ao exercício do voto por correspondência por via postal ou por via eletrónica.

Adicionalmente, a Sociedade disponibiliza no seu website, desde a data da convocatória de cada Assembleia Geral, documentos tipo destinados a facilitar o acesso à informação necessária à emissão das comunicações a efetuar pelos acionistas para assegurar a sua presença na assembleia, bem como faculta um endereço eletrónico para o esclarecimento de todas as dúvidas e destinado à receção de todas as comunicações de participação na Assembleia Geral.

I 2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Recomendação integralmente adotada.

O quórum definido nos estatutos da sociedade corresponde ao mínimo requerido por lei.

I 3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade não tem qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o mencionado desfasamento.

I 4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem

requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Recomendação integralmente adotada.

Os estatutos da sociedade não preveem qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista.

I 5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade não adotou quaisquer medidas que se enquadrem na recomendação em apreço.

II. Supervisão, administração e fiscalização

II 1. Supervisão e administração

II 1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Recomendação integralmente adotada.

A administração quotidiana da sociedade está delegada numa Comissão Executiva. Ver "II. Administração e Supervisão; c) Comissões no seio do órgão de administração".

II 1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Recomendação integralmente adotada.

Tais responsabilidades não estão contempladas na delegação de poderes do Conselho de Administração na Comissão Executiva.

II 1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.

Recomendação não aplicável.

A Sonaecom não adotou este modelo de governação.

II 1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:

a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;

- b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Recomendação integralmente adotada.

A Comissão de Auditoria e Finanças e, em particular, a Comissão de Nomeações e Remunerações foram constituídas para este propósito. Ver “II. Administração e Supervisão; c) Comissões no seio do órgão de administração”.

- II 1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.**

Recomendação integralmente adotada.

Estes sistemas estão implementados e são monitorizados pelo órgão de supervisão de sociedade, sendo a responsabilidade de fiscalização do Conselho Fiscal, complementado pelo controlo adicional efetuado pela Comissão de Auditoria e Finanças.

- II 1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.**

Recomendação integralmente adotada.

Do total de 10 membros do Conselho de Administração da sociedade, 6 são não-executivos.

- II 1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float.**

A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- b) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- e) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Recomendação integralmente adotada.

Atualmente, o Conselho de Administração da sociedade inclui três administradores não-executivos independentes, o que corresponde a mais de um quarto do número total de administradores

- II 1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.**

Recomendação integralmente adotada.

Os administradores da sociedade cumprem esta recomendação.

II 1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

Recomendação integralmente adotada.

O presidente da Comissão Executiva da sociedade cumpre esta recomendação.

II 1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

Recomendação não aplicável.

O presidente do Conselho de Administração da sociedade não exerce funções executivas

II 2. Fiscalização

II 2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

Recomendação integralmente adotada.

O Presidente do Conselho Fiscal, tal como todos os membros deste órgão, são independentes, de acordo com os critérios estabelecidos no número 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e possuem as aptidões e experiência necessárias ao exercício das suas funções.

II 2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade cumpre integralmente o que está estipulado no Código das Sociedades Comerciais em termos das funções e funcionamento do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal articula-se com a Comissão de Auditoria e Finanças, tal como descrito neste relatório.

II 2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Recomendação integralmente adotada.

O Conselho Fiscal da sociedade procede anualmente a esta avaliação

II 2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Recomendação integralmente adotada.

Estes sistemas estão implementados e são monitorizados pelos órgãos de supervisão da sociedade, sendo a responsabilidade de fiscalização do Conselho Fiscal, complementado pelo controlo adicional efetuado pela Comissão de Auditoria e Finanças.

II 2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Recomendação integralmente adotada.

Os serviços de auditoria interna reportam funcionalmente e em separado ao Conselho Fiscal e à Comissão de Auditoria e Finanças. A sociedade destaca que a Auditoria Interna reporta funcionalmente e de forma eficaz ao Conselho Fiscal. O reporte para a Comissão de Auditoria e finanças, como uma comissão especializada do Conselho de Administração, é mais uma forma de reforçar os níveis de controlo e não substitui as funções do Conselho Fiscal.

II 3. Fixação de remunerações

II 3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

Recomendação integralmente adotada.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, presidente do Conselho de Administração e membro não executivo deste órgão, integra a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleito para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da acionista maioritária Sontel, B.V.. A sua participação na Comissão de Vencimentos corresponde à representação do interesse acionista, ali intervindo nessa qualidade e não da de Presidente do Conselho de Administração.

Para garantia da independência no exercício das referidas funções, Duarte Paulo Teixeira de Azevedo não toma parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista, ou possa existir, conflito de interesses, assegurando-se, com a adoção desse procedimento as necessárias condições de Independência na atuação dos membros e na tomada de deliberações pelo órgão.

Como complemento desta informação, remete-se adicionalmente para o ponto 67 deste Relatório.

II 3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Recomendação integralmente adotada.

A Comissão de Nomeações e Remunerações, composta por membros independentes, apoia a Comissão de Vencimentos na realização das suas funções. É, também, apoiada por consultores internacionais de reconhecida competência, sendo a independência destes últimos assegurada, quer pelo facto de não possuírem qualquer vínculo com o Conselho de Administração, quer através da sua ampla experiência e estatuto reconhecidos no mercado

II 3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:

- a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;
- b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;
- c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Recomendação integralmente adotada.

A declaração sobre a política de remuneração foi apresentada à Assembleia Geral Anual de 27 de abril de 2013 e integra a informação referida nesta recomendação. Não são exigíveis pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

A declaração sobre a política de remunerações encontra-se disponível em <http://www.sonae.com/investidores/assembleias-gerais/>.

II 3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade inclui na sua proposta a aprovação do plano de atribuição de ações, acompanhando-a sempre do respetivo regulamento.

II 3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.

Recomendação não aplicável.

A sociedade não tem quaisquer planos de pensões de reforma em vigor.

III. Remunerações

III 1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.

Recomendação integralmente adotada.

A remuneração dos membros executivos do órgão de administração da sociedade baseia-se no seu desempenho efetivo e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

III 2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Recomendação integralmente adotada.

A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização contém unicamente uma componente fixa. Deste modo, estes membros não auferem remuneração variável nem participam no MTIP.

III 3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

Recomendação integralmente adotada.

A política de remuneração da sociedade contempla uma componente fixa e uma componente variável, tal como previsto nos principais indicadores de referência europeus. Em termos comparativos, a remuneração fixa é próxima da mediana e a remuneração total aproxima-se do terceiro quartil dos indicadores. A componente variável representa mais de 40% do total auferido. A componente variável mínima e máxima são pré-estabelecidas como percentagem da componente fixa sendo, como tal, estabelecidas de forma objetiva.

III 4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Recomendação integralmente adotada.

O MTIP, parte integrante da remuneração dos membros executivos do órgão de administração, baseia-se precisamente neste diferimento.

III 5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.
Recomendação integralmente adotada.

A sociedade não identificou quaisquer contratos desta natureza.

III 6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.
Recomendação integralmente adotada.

Desde 2008, a sociedade implementou uma política de retenção de ações que cumpre integralmente esta recomendação.

III 7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.
Recomendação não aplicável.

A componente variável da remuneração da sociedade não contempla a atribuição de opções.

III 8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.
Recomendação integralmente adotada.

A sociedade recorre aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação. Não existem contratos individuais com os administradores para definir como seriam calculadas eventuais compensações. Além disso, a sociedade nunca atribuiu ou ponderou atribuir qualquer compensação aos administradores em caso de destituição ou cessação devido a um desempenho inadequado.

IV. Auditoria

IV 1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.
Recomendação integralmente adotada.

O Revisor Oficial de Contas da sociedade pronuncia-se sobre a atividade por si desenvolvida no exercício de 2013 nos termos do seu relatório anual de auditoria, disponível no website da sociedade.

IV 2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.
Recomendação integralmente adotada.

A política da sociedade é a de que os serviços contratados ao auditor externo, para além dos serviços de auditoria, não atinjam mais de 30% da totalidade de serviços contratados pela empresa. Em 2013, em particular, a percentagem de serviços ascendeu a 12%.

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fisca-

lização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição. Recomendação integralmente adotada.

Em 2012, procedeu-se à nomeação do Auditor Externo. O Conselho Fiscal da sociedade emitiu um parecer em conformidade com o previsto nesta recomendação, aprovado em Assembleia Geral pelos acionistas da sociedade.

V. Conflitos de interesses e transações com partes relacionadas

V 1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade tem a política de realizar este tipo de negócios em condições normais de mercado.

V 2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Recomendação integralmente adotada.

A sociedade tem a política de comunicar este tipo de negócios ao Conselho Fiscal e obter um parecer preliminar para negócios superiores a 10 milhões de euros.

VI. Informação

VI 1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

Recomendação integralmente adotada.

O website da sociedade, www.sonae.com, contém informação que cumpre os requisitos desta recomendação.

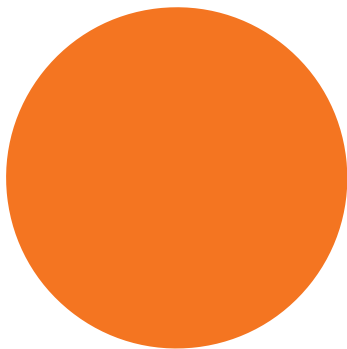
VI 2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.

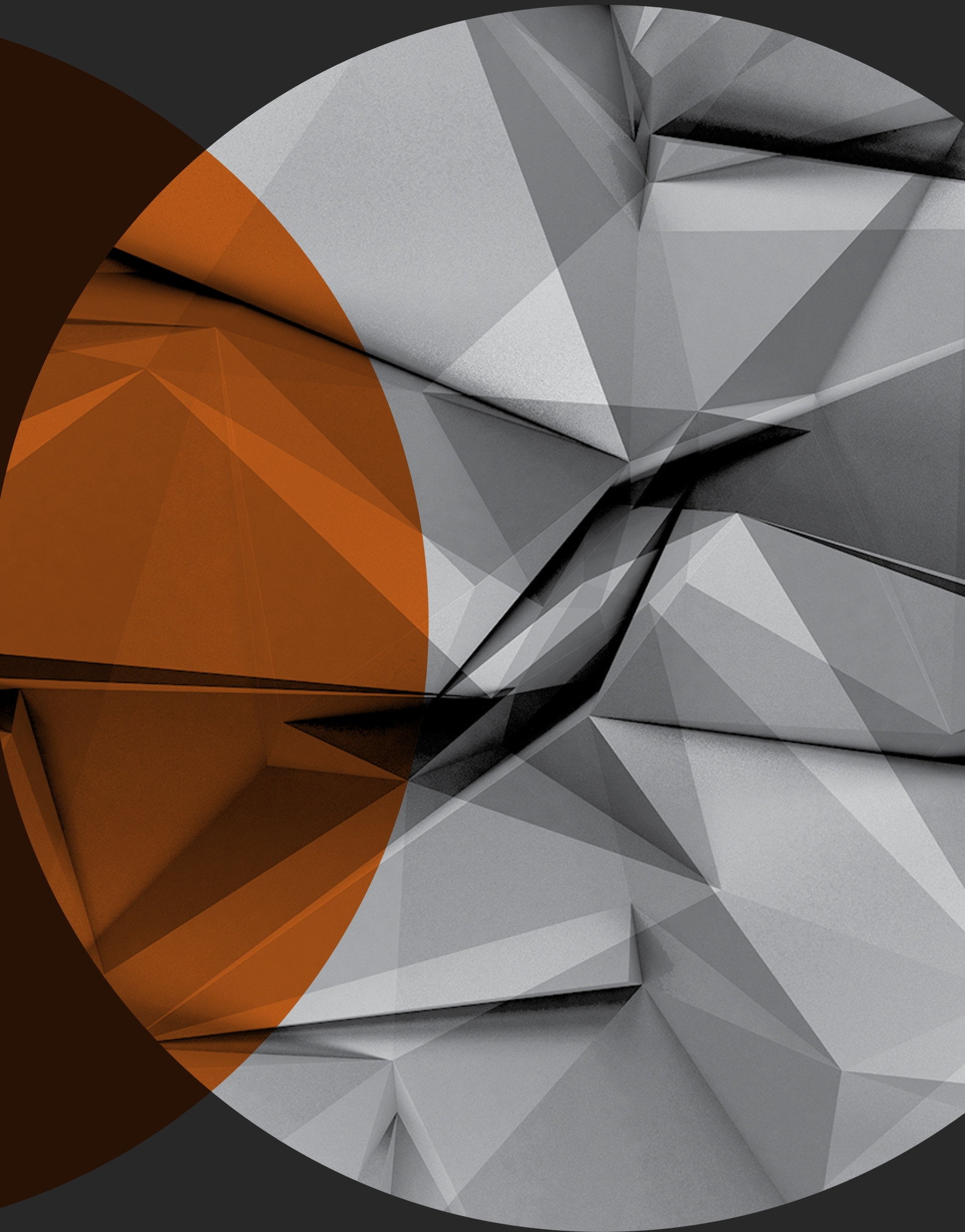
Recomendação integralmente adotada.

A sociedade dispõe de um gabinete de Relação com Investidores, cuja atividade cumpre os requisitos desta recomendação.



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.







06

O desempenho da
Sonaecom

06. O desempenho da Sonaecom

6. Informação Financeira

6.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1), e para 1 de janeiro de 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	NOTAS	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012 (Reexpresso)	1 JANEIRO 2012 (Reexpresso e não auditado)
Ativo				
Ativos não correntes				
Ativos fixos tangíveis	1.c), 1.h) e 5	5.530.098	580.956.944	581.223.967
Ativos intangíveis	1.d), 1.e) e 6	16.647.260	379.528.108	389.119.213
Goodwill	1.f), 1.w) e 7	28.434.416	517.985.506	520.782.025
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b) e 8	710.434.285	953.082	841.170
Investimentos disponíveis para venda	1.g), 4 e 10	115.448	212.323	212.323
Outros ativos não correntes	1.g), 1.r), 1.x) e 4	922.434	2.422.660	264.973
Impostos diferidos ativos	1.p), 1.s) e 11	5.199.886	101.134.781	103.853.881
Total de ativos não correntes		767.283.827	1.583.193.404	1.596.297.552
Ativos correntes				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 4 e 9	202.442.350	-	-
Inventários	1.i) e 12	553.525	13.802.149	7.318.094
Clientes	1.g), 1.j), 4, 13 e 34	36.416.353	144.901.658	145.841.888
Outras dívidas de terceiros	1.g), 1.j), 4, 14 e 34	23.040.766	21.710.096	25.886.323
Outros ativos correntes	1.r), 1.x), 4 e 15	9.298.406	73.523.800	70.719.686
Caixa e equivalentes de caixa	1.k), 4, 16 e 34	188.014.923	61.741.010	188.606.310
Total de ativos correntes		459.766.323	315.678.713	438.372.301
Total do ativo		1.227.050.150	1.898.872.117	2.034.669.853
Capital próprio e passivo				
Capital próprio				
Capital social	17	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.u) e 18	(7.686.952)	(5.544.847)	(13.594.518)
Reservas	1.t) e 39	674.091.313	646.734.124	618.945.566
Resultado líquido consolidado do exercício		103.838.479	75.419.377	62.287.398
		1.136.489.708	1.082.855.522	1.033.885.314
Interesses sem controlo	19	269.824	387.479	515.654
Total do capital próprio		1.136.759.532	1.083.243.001	1.034.400.968

(Montantes expressos em euros)	NOTAS	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012 (Reexpresso)	1 JANEIRO 2012 (Reexpresso e não auditado)
CONTINUAÇÃO				
Passivo				
Passivo não corrente				
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.l), 1.m), 4 e 20.a)	24.810.079	196.238.739	319.873.586
Outros passivos financeiros não correntes	1.h), 4 e 21	67.937	17.308.879	16.305.644
Provisões para outros riscos e encargos	1.o), 1.s) e 22	3.060.986	43.673.340	48.563.051
Impostos diferidos passivos	1.p), 1.s) e 11	89.522	1.089.637	5.186.710
Outros passivos não correntes	1.r), 1.x), 4 e 23	1.277.304	377.731.780	49.993.626
Total de passivos não correntes		29.305.828	296.042.375	439.922.617
Passivo corrente				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 4 e 20.b)	998.996	187.170.148	118.405.031
Fornecedores	4, 24 e 34	21.768.279	168.755.674	172.285.338
Outros passivos financeiros	1.h), 4 e 25	70.728	3.594.987	2.370.901
Outras dívidas a terceiros	4, 26 e 34	10.439.327	32.644.919	43.595.334
Outros passivos correntes	1.r), 1.x), 4 e 27	2.770.746	127.421.013	223.689.664
Total de passivos correntes		60.984.790	519.586.741	560.346.268
Total do passivo e capital próprio		1.227.050.150	1.898.872.117	2.034.669.853

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso - Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	NOTAS	DEZEMBRO 2013	SETEMBRO A DEZEMBRO 2013 (reexpresso e não auditado)	DEZEMBRO 2012 (reexpresso)	SETEMBRO A DEZEMBRO 2012 (reexpresso e não auditado)
Vendas	1.r), 28 e 34	33.057.911	8.059.387	32.248.013	6.400.000
Prestações de serviços	1.r), 28 e 34	83.916.841	22.143.254	72.095.860	19.663.303
Outros proveitos operacionais	1.q), 29 e 34	3.475.123	951.133	2.014.005	971.537
		120.449.875	31.153.774	106.357.878	27034.840
Custo das vendas	1.i), 12 e 22	(24.753.054)	(6.248.192)	(24.854.049)	(4.791.588)
Fornecimentos e serviços externos	1.h), 30 e 34	(44.474.432)	(9.957.306)	(42.429.435)	(10.943.771)
Custos com o pessoal	1.x), 39 e 42	(43.318.213)	(10.837.641)	(42.637.552)	(11.978.294)
Amortizações e depreciações	1.c), 1.d), 1.f), 5, 6 e 7	(6.641.792)	(1.399.493)	(14.143.490)	(5.633.054)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.o), 1.w) e 22	(1.708.710)	(712.974)	(1.256.759)	(758.466)
Outros custos operacionais	31	(283.057)	(70.443)	(286.082)	(116.096)
		(121.179.258)	(29.226.049)	(125.607.367)	(34.221.269)
Ganhos e perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente	1.b), 8 e 32	(490.365)	(2.662.160)	32.858	(359.557)
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.g), 9 e 32	46.636.719	37.489.324	-	-
Outros custos financeiros	1.h), 1.m), 1.v), 1.w), 32 e 34	(11.998.760)	(951.023)	(16.510.748)	(4.702.347)
Outros proveitos financeiros	1.v), 32 e 34	7.977.160	1.036.732	2.560.865	661.252
Resultados correntes		41.395.371	36.840.598	(33.166.514)	(11.587.081)
Imposto sobre o rendimento	1.p), 11 e 33	(3.873.144)	(1.120.439)	(7265)	176.093
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas		37.522.227	35.720.159	(33.173.779)	(11.410.988)
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	37	66.244.220	-	108.605.828	22.932.008
Resultado líquido consolidado do exercício		103.766.447	35.720.159	75.432.049	11.521.020
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe	38	103.838.479	35.779.066	75.419.377	11.517.269
Interesses sem controlo		(72.032)	(58.907)	12.672	3.751
Resultados por ação	38				
Incluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0.29	0.10	0.21	0.03
Diluídos		0.29	0.10	0.21	0.03
Excluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0.10	0.10	(0.09)	(0.03)
Diluídos		0.10	0.10	(0.09)	(0.03)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos resultados e de outro rendimento integral

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	NOTAS	DEZEMBRO 2013	SETEMBRO A DEZEMBRO 2013 (reexpresso e não auditado)	DEZEMBRO 2012 (REEXPRESSO)	SETEMBRO A DEZEMBRO 2012 (reexpresso e não auditado)
Resultado líquido consolidado do exercício		103.766.447	35.720.159	75.432.049	11.521.020
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto, que podem subsequentemente ser reclassificados por ganhos ou perdas:					
Variações em reservas resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial	8	(2.536.500)	(2.335.500)	6.010	2.351
Varição de reservas de conversão cambial e outros	1.v)	(1.155.064)	(383.964)	(1.481.952)	(303.511)
Rendimento integral consolidado do exercício		100.074.883	33.000.695	73.956.107	11.219.860
Atribuível a:					
Acionistas da empresa mãe		100.146.915	33.059.602	73.943.435	11.216.109
Interesses sem controlo		(72.032)	(58.907)	12.672	3.751

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES PRÓPRIAS (Nota 18)	PRÊMIOS DE EMISSÃO DE AÇÕES	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA PLANOS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO (Nota 39)	RESERVAS DE AÇÕES PRÓPRIAS	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS		RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
								TOTAL DE RESERVAS	INTERESSES SEM CONTROLO		
2013											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	799.1192	3.650.779	5.544.847	(145.743.071)	646.734.124	-	75.419.377	1.082.855.522
Aplicação do resultado consolidado de 2012	-	-	-	5.161.492	-	-	70.257.885	75.419.377	-	(75.419.377)	-
• Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	-	(43.281.102)
• Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(3.691.564)	(3.691.564)	-	103.838.479	100.146.915
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	(2.500.042)	(2.500.042)	-	-	(2.500.042)
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	-	-	-	-	-
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de curto e médio prazo	-	357.937	-	-	(425.568)	(357.937)	430.292	(353.213)	-	-	4.724
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	-	-	-	4.320.629	-	-	4.320.629	-	-	4.320.629
Cessação antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 34 e 39)	-	-	-	-	-	-	1.411.644	1.411.644	-	-	1.411.644
Desreconhecimento dos planos de incentivos de unidades descontinuadas (Nota 3.e))	-	-	-	-	(6.468.582)	-	-	(6.468.582)	-	-	(6.468.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	-	103.838.479	1.136.489.708
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	387.479	-	387.479
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.032)	-	(72.032)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.880)	-	(29.880)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.743)	-	(15.743)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	269.824	-	269.824
Total	366.246.868	(7.686.952)	775.290.377	13.152.684	1.077.258	7.686.952	(123.115.958)	674.091.313	269.824	103.838.479	1.136.759.532

Demonstrações consolidadas das alterações do capital próprio (continuação)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES PRÓPRIAS (Nota 18)	PRÊMIOS DE EMISSÃO DE AÇÕES	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA PLANOS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO (Nota 39)	RESERVAS DE AÇÕES PRÓPRIAS	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS			TOTAL
								TOTAL DE RESERVAS	INTERESSES SEM CONTROLO	RESULTADO LÍQUIDO	
Saldo em 31 de dezembro 2011 (reexpresso)	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7991.192	7.119.989	13.594.518	(185.050.511)	618.945.566	-	62.287.398	1.033.885.314
Aplicação do resultado consolidado de 2011 (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Transferência para outras reservas (reexpresso)	-	-	-	-	-	-	62.287.398	62.287.398	-	(62.287.398)	-
• Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	-	(25.172.240)
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	(1.475.942)	(1.475.942)	-	75.419.377	73.943,435
Aquisição de ações próprias	-	(3.382.977)	-	-	-	3.382.977	(3.382.977)	-	-	-	(3.382.977)
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivos de curto e médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	11.432.648	-	-	(792.7434)	(11.432.648)	10.342.721	(9.017.362)	-	-	2.415.286
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivos de médio prazo (Notas 1.x) e 39)	-	-	-	-	4.458.224	-	-	4.458.224	-	-	4.458.224
Derivado sobre ações próprias (Notas 34 e 39)	-	-	-	-	-	-	(3.291.520)	(3.291.520)	-	-	(3.291.520)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7991.192	3.650.779	5.544.847	(145.743.071)	646.734.124	-	75.419.377	1.082.855.522
Interesses sem controlo											
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	515.654	515.654
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.672	12.672
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124.500)	(124.500)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.347)	(16.347)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	387.479	387.479
Total	366.246.868	(5.544.847)	775.290.377	7991.192	3.650.779	5.544.847	(145.743.071)	646.734.124	387.479	75.419.377	1.083.243.001

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeiro Paupério

António Bernardo Abranches da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

(Montantes expressos em euros)	DEZEMBRO 2013		DEZEMBRO 2012 (reexpresso)	
Atividades operacionais				
Recebimentos de clientes	555.100.940		790.637.975	
Pagamentos a fornecedores	(329.681.342)		(468.538.462)	
Pagamentos ao pessoal	(83.146.614)		(103.799.232)	
Fluxo gerado pelas operações	142.272.984		218.300.281	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(4.380.429)		(6.090.960)	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a atividades operacionais	(6.436.770)		(7879.746)	
Fluxos das atividades operacionais (1)		131.455.785		204.329.575
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	15.557		-	
Ativos fixos tangíveis	860.225		14.884.601	
Ativos intangíveis	1.002.664		468.857	
Juros e proveitos similares	5.802.467		6.407.460	
Empréstimos concedidos	427850.000		-	
Dividendos	-	435.530.913	11.443	21.772.361
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(1.303.441)		(5.976.854)	
Ativos fixos tangíveis	(69.813.219)		(102.441.172)	
Ativos intangíveis	(28.879.720)		(118.117.761)	
Empréstimos concedidos	-	(99.996.380)	(1.230.806)	(227.766.593)
Fluxos das atividades de investimento (2)		335.534.533		(205.994.232)
Atividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	3.925.434	3.925.434	62.749.401	62.749.401
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(2.617.595)		(2.781.029)	
Juros e custos similares	(13.170.914)		(17.945.269)	
Dividendos	(43.310.983)		(25.296.740)	
Aquisição de ações próprias	(2.500.042)		(3.382.976)	
Empréstimos obtidos	(369.952.000)	(431.551.534)	(138.000.000)	(187.406.014)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(427.626.100)		(124.656.613)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		39.364.218		(126.321.270)
Efeito das diferenças de câmbio		(489.036)		(281.024)
Efeito das operações descontinuadas		87.443.813		-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		61.685.720		188.288.014
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		188.004.715		61.685.720

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1)

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais

	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012 (Reexpresso)
a) Recebimento de alienações		
Distrinews, S.A.	9.375	-
Infosystems	6.182	-
	15.557	-
b) Pagamento de aquisições		
Connectiv Solutions, Inc	1.213.537	5.970.672
Saphety Brasil	56.904	-
Saphety Colombia	20.500	-
Distrinews, S.A.	12.500	-
Infosystems	-	6.182
	1.303.441	5.976.854

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	NOTAS	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012 (Reexpresso)
Numerário	16	10.979	121.907
Depósitos à ordem	16	28.793.626	6.740.186
Aplicações de tesouraria	16	159.210.318	54.878.917
Depósitos à ordem (saldos credores)	16 e 20	(10.208)	(55.290)
Caixa e seus equivalentes		188.004.715	61.685.720
Depósitos à ordem (saldos credores)		10.208	55.290
Disponibilidades constantes do balanço		188.014.923	61.741.010

3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias

	NOTAS	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012 (Reexpresso)
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	20	16.000.000	69.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações		Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital		Não aplicável	Não aplicável



4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de atividade

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

ATIVIDADE	FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES
2013				
Telecomunicações	145.550.815	(90.693.038)	(22.210.261)	32.647.516
Multimédia	(2.855.285)	(850.037)	(55.686)	(3.761.008)
Sistemas de Informação	(2.301.853)	(3.654.595)	(682.486)	(6.638.934)
Holding	(8.937.892)	430.732.203	(404.677.667)	17.116.644
	131.455.785	335.534.533	(427.626.100)	39.364.218

ATIVIDADE	FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES
2012 (reexpresso)				
Telecomunicações	204.051.209	(198.113.464)	(19.804.451)	(13.866.706)
Multimédia	(4.264.477)	(753.096)	(7044)	(5.024.617)
Sistemas de Informação	559.005	(8.280.318)	5.283.394	(2.437.919)
Holding	3.983.838	1.152.646	(110.128.512)	(104.992.028)
	204.329.575	(205.994.232)	(124.656.613)	(126.321.270)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (reexpresso – Nota 1).

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

6.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, SGPS, S.A. ('empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2 e 3 ('grupo').

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de

Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros, de 296.526.868 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

Durante o exercício de 2013, foi concretizada uma operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS, S.A. na Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 3.e)). Consequentemente, o segmento de telecomunicações foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada, pelo que atualmente, os negócios do grupo consistem, essencialmente, nas seguintes atividades:

- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

Adicionalmente, desde a fusão acima referida, o segmento das telecomunicações passou a ser controlado conjuntamente (Nota 8).

O grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar em cerca de 16 países.

Desde 1 de janeiro de 2001, as empresas do grupo sediadas na zona euro passaram a adotar o euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em euros, arredondados à unidade, e as transações em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação pelo método integral (Nota 2), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, exceto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *International Accounting Standards Board*, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

A data de 1 de janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IFRS, de acordo com a SIC 8 (Primeira aplicação das IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

NORMA/INTERPRETAÇÃO (continuação)	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, fontes de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)	1-jan-12 (*)
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	

NORMA/INTERPRETAÇÃO (continuação)	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definido.	
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que futuramente serão reconhecidos na demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-jan-13
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	
IFRIC 20 (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	1-jan-13
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e permite a aplicação prospectiva da IAS 20.	
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	1-jan-13
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	
Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)	1-jan-13
As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades, limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	

(*) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda, as entidades deverão aplicar esta norma nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção antecipada é contudo permitida.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras do grupo.



As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

NORMA/INTERPRETAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13(**)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13(**)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13(**)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13(**)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13(**)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	1-jan-14
Introduz uma dispensa de consolidação para entidades consideradas de investimentos desde que se enquadrem nessa definição.	
IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14
As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	
Alterações ao IAS 39 (Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-jan-14
O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.	

(**) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contido permitida.

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pelo grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

NORMA/INTERPRETAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos financeiros) e alterações subsequentes	1-JAN-15
Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros. As alterações subsequentes prevêm alterações à IFRS 9 e IFRS 7: data efetiva obrigatória e divulgações de transição emitidas em 16 de dezembro de 2011; Contabilidade de Cobertura e alterações à IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39 emitidas em 19 de novembro de 2013.	
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados)	1-jul-14
O objectivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012)	1-jul-14
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013)	1-jul-14
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	
IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades públicas a entidades que operam em mercados específicos)	1-jan-14
Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pelo grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis ao grupo, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras do grupo.

A IFRS 11 - Joint arrangements, encontra-se emitida pelo IASB e aprovada ('endorsed') pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios iniciados após 1 de janeiro

de 2014. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o grupo decidiu, antecipando os previsíveis impactos desta norma e facilitando a comparabilidade futura das suas demonstrações financeiras, passar a reportar todas as empresas controladas conjuntamente conjuntamente (Sirs, Unipress, Zopt, Infosystems e SSI Angola) de acordo com o método de equivalência patrimonial ('MEP'), possibilidade prevista atualmente na IAS 31 – Empreendimentos conjuntos, e que se traduz numa aproximação do previsto na IFRS 11.

Conforme previsto pelas normas, esta alteração foi aplicada retrospectivamente e, conseqüentemente, foram efetuadas alterações aos Balanços consolidados a 1 de janeiro de 2012 e a 31 de dezembro de 2012 e nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os efeitos destas alterações nos Balanços de 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012 e na Demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são apresentadas nos quadros seguintes:

BALANÇO A 1 DE JANEIRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)	ANTES DA ALTERAÇÃO	EFEITOS DA ALTER. DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO DAS EMPRESAS CONTR. CONJ.	BALANÇO REEXPRESSO
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	583.413.555	(2.189.588)	581.223.967
Ativos intangíveis	389.121.882	(2.669)	389.119.213
Goodwill	521.103.723	(321.698)	520.782.025
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	-	841.170	841.170
Outros ativos não correntes	477.296	-	477.296
Impostos diferidos ativos	103.853.881	-	103.853.881
Ativo não corrente	1.597.970.337	(1.672.785)	1.596.297.552
Cientes	146.137.974	(296.086)	145.841.888
Caixa e equivalentes de caixa	189.350.054	(743.744)	188.606.310
Outros ativos	104.022.427	(98.324)	103.924.103
Ativo corrente	439.510.455	(1.138.154)	438.372.301
Total do ativo	2.037.480.792	(2.810.939)	2.034.669.853
Passivo			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	320.176.857	(303.271)	319.873.586
Outros passivos financeiros não correntes	17.990.531	(1.684.887)	16.305.644
Provisões para outros riscos e encargos	48.549.956	13.095	48.563.051
Outros passivos não correntes	55.180.336	-	55.180.336
Passivos não correntes	441.897.680	(1.975.063)	439.922.617
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	118.405.031	-	118.405.031
Fornecedores	172.622.586	(337.248)	172.285.338
Outros passivos correntes	270.154.527	(498.628)	269.655.899
Passivos correntes	561.182.144	(835.876)	560.346.268
Total do passivo	1.003.079.824	(2.810.939)	1.000.268.885
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.033.885.314	-	1.033.885.314
Interesses sem controlo	515.654	-	515.654
Total do capital próprio	1.034.400.968	-	1.034.400.968
Total do capital próprio e do passivo	2.037.480.792	(2.810.939)	2.034.669.853

BALANÇO A 1 DE JANEIRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)	ANTES DA ALTERAÇÃO	EFEITOS DA ALTER. DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO DAS EMPRESAS CONTR. CONJ.	BALANÇO REEXPRESSO
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	582.787.339	(1.830.395)	580.956.944
Ativos intangíveis	379.531.369	(3.261)	379.528.108
Goodwill	518.307.204	(321.698)	517.985.506
Investimentos em empresas controladas conjuntamente e em associadas	-	928.082	928.082
Outros ativos não correntes	2.634.983	25.000	2.659.983
Impostos diferidos ativos	101.134.781	-	101.134.781
Ativo não corrente	1.584.395.676	(1.202.272)	1.583.193.404
Cientes	145.116.712	(215.054)	144.901.658
Caixa e equivalentes de caixa	62.419.042	(678.032)	61.741.010
Outros ativos correntes	108.992.356	43.689	109.036.045
Ativo corrente	316.528.110	(849.397)	315.678.713
Total do ativo	1.900.923.786	(2.051.669)	1.898.872.117
Passivo			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	196.412.663	(173.924)	196.238.739
Outros passivos financeiros não correntes	18.712.963	(1.404.084)	17.308.879
Provisões para outros riscos e encargos	43.612.202	61.138	43.673.340
Outros passivos não correntes	38.821.417	-	38.821.417
Passivos não correntes	297.559.245	(1.516.870)	296.042.375
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	187.170.148	-	187.170.148
Fornecedores	168.996.364	(240.690)	168.755.674
Outros passivos correntes	163.955.028	(294.109)	163.660.919
Passivos correntes	520.121.540	(534.799)	519.586.741
Total do passivo	817.680.785	(2.051.669)	815.629.116
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.082.855.522	-	1.082.855.522
Interesses sem controlo	387.479	-	387.479
Total do capital próprio	1.083.243.001	-	1.083.243.001
Total do capital próprio e do passivo	1.900.923.786	(2.051.669)	1.898.872.117

Operação de Fusão da Optimus SGPS e Zon

Ainda durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e em resultado da concretização da operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na Zon (Nota 3.e)) o segmento de telecomunicações (Optimus SA, Be Artis, Be Towering, Sontária e Permar) foi classificado, para efeitos de apresentação, como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 para refletir numa única rubrica ('Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas'), na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)	ANTES DA ALTERAÇÃO	EFEITOS DA ALTER. DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO DAS EMPRESAS CONTR. CONJ.	REEXPRESSÃO DO CONTRIBUTO DO SETOR DAS TELECOMUNICAÇÕES PARA UNIDADES DESCONTINUADAS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REEXPRESSA
Receitas totais	834.728.342	(1.381.630)	(726.988.834)	106.357.878
Custos e perdas				
Fornecimentos e serviços externos	(392.774.557)	(139.148)	350.484.270	(42.429.435)
Amortizações	(153.404.977)	462.067	138.799.420	(14.143.490)
Outros custos operacionais	(195.965.988)	1.000.135	125.931.411	(69.034.442)
	(742.145.522)	1.323.054	615.215.101	(125.607.367)
Resultados financeiros	(14.009.739)	27.289	65.425	(13.917.025)
Imposto sobre o rendimento	(3.141.032)	31.287	3.102.480	(7.265)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações continuadas	75.432.049	-	(108.605.828)	(33.173.779)
Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas	-	-	108.605.828	108.605.828
Resultado líquido consolidado do exercício das operações descontinuadas	75.432.049	-	-	75.432.049
Atribuível a interesses sem controlo	12.672	-	-	12.672
Atribuível a acionistas da empresa mãe	75.419.377	-	-	75.419.377
Resultados por ação				
Incluindo operações em descontinuação:				
Básicos	0.21	0.00	0.00	0.21
Diluídos	0.21	0.00	0.00	0.21
Excluindo operações em descontinuação:				
Básicos	0.21	0.00	(0.30)	(0.09)
Diluídos	0.21	0.00	(0.30)	(0.09)

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo grupo a 31 de dezembro de 2013, com exceção dos pontos anteriormente referidos, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo grupo), foram incluídas as demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respetivamente, na rubrica 'Interesses sem controlo'.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas e controladas conjuntamente

Os 'Investimentos em empresas associadas' correspondem a investimentos nos quais o grupo tem influência significativa (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e são registados pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente são também registados pelo método de equivalência

patrimonial. A classificação de investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do grupo nos prejuízos acumulados da empresa associada ou controlada conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o grupo tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou controlada conjuntamente, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

A diferença entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição, quando positiva, é registada como goodwill incluída no valor do investimento e, quando negativa, após uma reavaliação do seu apuramento, é registada diretamente na Demonstração de Resultados na rubrica 'Ganhos e Perdas em empresas associadas e controladas conjuntamente'.

As empresas associadas e controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 8.

c) Ativos fixos tangíveis

Os 'ativos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização do ativo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções	1 - 20
Equipamento básico	4 - 20
Equipamento administrativo	1 - 15
Equipamento de transporte	1 - 4
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o grupo incorre, são capitalizados e depreciados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

d) Ativos intangíveis

Os Ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os 'ativos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os Ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software*, propriedade industrial, os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de atividades empresariais) e *know-how*.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (um a dezanove anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (6 anos).

As despesas com ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas.

As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como ativo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o ativo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos Ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

e) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

f) Goodwill

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Goodwill' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas diretamente na demonstração de resultados. O grupo optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorizados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor de 'Goodwill, mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transações de compra de interesses em entidades já controladas e transações de venda de interesses em entidades sem que tal

resulte em perda de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital afetando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto em 'Goodwill' ou em resultados.

No momento em que uma transação de venda gerar uma perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os ativos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de janeiro de 2004, o 'Goodwill' era amortizado durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 - 'Concentrações de atividades empresariais', o grupo suspendeu a amortização de 'Goodwill', sujeitando o mesmo a testes de imparidade (alínea w). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas a 'Goodwill' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

g) Instrumentos financeiros

O grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfasamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros

não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o grupo fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

A 31 de dezembro de 2013 o grupo não detinha quaisquer investimentos detidos até ao vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos de- tidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos inves- timentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na de- monstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços cor- rentes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimen- tos não cotados), o grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos co- tados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O grupo efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa es- tar em imparidade. No caso de instrumentos de capital clas- sificados como disponíveis para venda, uma queda significa- tiva (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumula- das – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade ante- riormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

h) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações fi- nanceiras se através deles forem transferidos substancial- mente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacio- nais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsa- bilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhe- cendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas cor- respondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das ren- das e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

i) Inventários

Os 'Inventários' são valorizados ao custo de aquisição, dedu- zido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflete o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de in- ventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obso-lescência e deterioração e são registados na demonstração de resultados, em 'Custo das vendas'.

j) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem ju- ros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o grupo em- presta dinheiro, fornece bens ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na de- monstração de resultados em 'Provisões e perdas de impari- dade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade' da demonstração de resultados.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias, associadas e controladas conjuntamente e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

l) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

m) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção

ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

n) Instrumentos financeiros derivados

O grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo grupo.

Os instrumentos financeiros derivados (*cash flow hedges*) utilizados normalmente pelo grupo respeitam a:

- (i) *Swaps* de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos *swaps* de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos *swaps* de cobertura de cash-flow é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura';
- (ii) *Forward's* cambiais para cobertura do risco cambial, particularmente, de recebimentos de clientes da subsidiária Wedo Consulting. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2013, o grupo encontrava-se a utilizar *forwards* cambiais para cobertura do risco cambial de saldos a receber de clientes em dólares (Nota 1.v)), para além dos instrumentos financeiros derivados referidos na Nota 1.x).

o) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas

divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

p) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 - 'Impostos sobre rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos ativos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas

outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

q) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar custos com pessoal são reconhecidos como menos custo durante o período de tempo durante o qual o grupo incorre nos respetivos custos e são apresentados na demonstração de resultados na linha de 'Custos com pessoal'.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. O incentivo é reconhecido durante o período de vida útil estimado para os bens em causa.

r) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros ativos não correntes', 'Outros ativos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (alínea o).

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os custos e proveitos dos projetos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização

financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

s) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como ativos e passivos não correntes (Notas 11 e 22).

t) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2 – 'Pagamentos com base em ações', a responsabilidade com os planos de incentivo de médio prazo liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de *cash flow* que se consideram eficazes (Nota 1.n)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As 'Reservas de ações próprias' refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da empresa, apresentadas de acordo com as IFRS. Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, a 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. não dispunha de reservas livres distribuíveis.

u) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

v) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

O 'Goodwill' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2013		2012	
	31 de dezembro	Média	31 de dezembro	Média
Libra inglesa	1,1995	1,1780	1,2253	1,2337
Real brasileiro	0,3070	0,3508	0,3699	0,4000
Dólar americano	0,7251	0,7533	0,7579	0,7787
Zloti (Polónia)	0,2407	0,2383	0,2455	0,2391
Dólar australiano	0,6484	0,7294	0,7867	0,8063
Pesos mexicanos	0,0553	0,0591	0,0582	0,0592
Libra egípcia	0,1044	0,1097	0,1200	0,1282
Ringgit (Malásia)	0,2211	0,2393	0,2479	0,2521
Peso chileno	0,0014	0,0015	0,0016	0,0016
Dólar de Singapura	0,5743	0,6021	0,6207	0,6232
Franco suíço	0,8146	0,8125	0,8284	0,8297
Coroa sueca	0,1129	0,1156	0,1165	0,1149
Rand de África do Sul	0,0687	0,0783	0,0895	0,0950
Kwanza (Angola)	0,0074	0,0078	0,0079	0,0082
Dinar de Marrocos	0,0890	0,0897	0,0897	0,0902

Em 31 de dezembro de 2013, o grupo tinha contratado forwards cambiais no montante de USD 4.060.461, que fixam a taxa de câmbio para EUR, os quais têm uma duração média de 2 meses.

w) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e de Goodwill, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de ativos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos coletivos. Evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor de goodwill e de investimentos financeiros em empresas associadas, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do grupo. Para o valor de goodwill e de investimentos em empresas controladas conjuntamente, a quantia recuperável é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

Para as dívidas a receber, o grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efetuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso dos inventários, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários.

x) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamento com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo grupo são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao grupo, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de aquisição das referidas ações. Os restantes planos de ações

Sonaecom encontram-se cobertos através da detenção de ações próprias. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

y) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

z) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem:

- (i) Vidas úteis do ativo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis; e
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 – 'Políticas

contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

aa) Gestão do risco financeiro

A atividade do grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. n)).

O grupo encontra-se ainda exposto aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, na Colômbia, no Panamá, em Singapura, em Angola e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.n)).

A exposição do grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do euro, sendo imaterial o risco associado à atividade operacional.

O montante de ativos e passivos (em euros) do grupo registados em moeda diferente do euro pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS		PASSIVOS	
	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012	31 de dezembro 2013	31 de dezembro 2012
Dólar Americano	21.637.176	32.707.010	20.865.270	21.340.761
Dólar Australiano	91.470	305.350	268.625	725.109
Libra Egípcia	515.284	263.579	-	-
Libra Inglesa	5.261.738	5.655.658	5.623.137	5.460.702
Pesos Mexicanos	2.769.540	4.400.339	1.281.814	2.428.601
Real Brasileiro	6.222.138	8.613.476	4.829.559	8.206.410
Ringgit (Malásia)	648.169	443.425	431.156	486.415
Zloti (Polónia)	150.473	595.894	361.454	1.093.950
Dolár de Singapura	404.516	456.970	31.174	42.279
Franco Suíço	345.616	70.411	-	346
Pesos Colombianos	49.911	-	114.726	-

A sensibilidade (em euros) do grupo a variações nas taxas de câmbio pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação Taxa Câmbio	2013		2012	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Dólar Americano	5%	35.495	3.101	504.175	64.137
Dólar Australiano	5%	(2.929)	(5.928)	(18.495)	(2.493)
Franco Suíço	5%	17.281	-	3.503	-
Libra Egípcia	5%	25.764	-	13.179	-
Libra Inglesa	5%	132.546	(150.616)	133.033	(123.285)
Pesos Mexicanos	5%	44.162	30.225	49.863	48.724
Real Brasileiro	5%	(604)	70.233	(182)	20.535
Ringgit (Malásia)	5%	17.071	(6.221)	4.116	(6.265)
Zloti (Polónia)	5%	(10.633)	84	(29.511)	4.608
Dolár Singapura	5%	18.663	4	20.172	562
Euro	5%	(118.973)	-	(443.912)	-
Pesos Colombianos	5%	1.051	(4.291)	-	-
		158.893	(63.410)	235.941	6.524

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (*natural hedge*); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberto; e
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 20) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e

à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço.

Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é apresentada na Nota 20.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão

dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para co-

brir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 20.

Risco de crédito

A exposição do grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o grupo, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do grupo. O grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do grupo ao risco de crédito.



2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

PERCENTAGEM DO CAPITAL DETIDO

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	2013		2012	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Empresa-mãe							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ('Sonaecom')	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias							
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ('Artis') (a)	Maia	Conceção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações eletrónicas e dos respetivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de ativos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ('Be Towering') (a)	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Cape Technologies Limited ('Cape Technologies')	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Connectiv Solutions Inc. ('Connectiv') (b)	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do USA	-	-	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ('Digitmarket' – usando a marca 'Bizdirect')	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae com SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ('Lugares Virtuais')	Maia	Organização e gestão de portais eletrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões eletrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via eletrónica e quaisquer atividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ('Mainroad')	Maia	Prestação de serviços de consultadoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Eletrónicos, S.A. ('Miauger')	Maia	Organização e gestão de leilões eletrónicos on-line de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ('Optimus') (a)	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações eletrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações eletrónicas.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Optimus, S.G.P.S., S.A. ('Optimus SGPS') (a)	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	-	-	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	Maia	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ('Per-Mar') (a)	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Praesidium Services Limited ('Praesidium Services')	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ('Público')	Porto	Redação, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ('Saphety')	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação eletrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de <i>software</i> .	Sonae com SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda. ('Saphety Brasil') (c)	São Paulo	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação eletrónica de dados, identificação eletrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos eletrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de <i>software</i> relacionados com aqueles serviços.	Saphety	99,8%	86,821%	-	-

PERCENTAGEM DO CAPITAL DETIDO

Firma (Marca comercial)	Sede social	Atividade principal	Detentor de capital	2013		2012	
				Direto	Efetivo*	Direto	Efetivo*
Saphety - Transacciones Electronicas SAS ('Saphety Colômbia') ^(d)	Bogotá	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, segurança e certificação electrónica de dados, identificação electrónica, armazenamento e disponibilização de bases de dados e pagamentos electrónicos; desenvolvimento, representação e comercialização de equipamentos e produtos de software relacionados com aqueles serviços.	Saphety	100%	86,995%	-	-
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')	Maia	Prestação de serviços de apoio às empresas, consultorias de gestão e administração, designadamente nas áreas de contabilidade, fiscalidade, procedimentos administrativos, logística, recursos humanos e formação.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Españã, S.L. ('SSI Españã')	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ('Sontária') ^(a)	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Optimus SGPS	-	-	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ('Tecnológica')	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
We Do Consulting - Sistemas de Informação, S.A. ('We Do')	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae com SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ('We Do Brasil')	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ('We Do Poland')	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ('We Do USA')	Delaware	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ('We Do Asia')	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ('We Do BV')	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ('We Do Malásia')	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ('We Do Chile') ^(e)	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	-	-	100%	100%
We Do Technologies Egypt LLC ('We Do Egypt')	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ('We Do UK')	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ('We Do Mexico')	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	0,001% 99,999%	0,001% 99,999%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ('We Do Panamá')	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Singapore PTE. LTD. ('We Do Singapura')	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efetiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresas que passaram a fazer parte do perímetro de consolidação do Grupo Zopt em resultado da fusão da Optimus SGPS com a Zon (Nota 3.e)

(b) Empresa incorporada, por fusão, na We Do USA em janeiro 2013

(c) Empresa adquirida em fevereiro 2013

(d) Empresa constituída em abril 2013

(e) Empresa dissolvida em maio 2013

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – ‘Demonstrações financeiras consolidadas e separadas’ (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Alterações ocorridas no grupo

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, verificaram-se as seguintes alterações no grupo:

a) Constituições

PARTICIPANTE	PARTICIPADA	DATA	CAPITAL	% PARTICIPAÇÃO ATUAL
2013				
Saphety	Saphety Colômbia	abr-13	50.000.000 COP*	100%
2012				
Sonaecom	Zopt	Dec-12	50.000 EUR	50%
Sonaecom	Sonaecom SP	jan-12	50.000 EUR	100%

* Correspondente a cerca de 19.000 euros.

b) Aquisições

COMPRADORA	PARTICIPADA	DATA	% ADQUIRIDA	% PARTICIPAÇÃO ATUAL
2013				
Saphety	Saphety Brasil	fev-13	99,8%	99,8%
2012				
We Do USA	Connectiv	abr-12*	100%	100%
Sonae com SI	Infosystems	jun-12	50%	50%
Infosystems	SSI Angola	jun-12	100%	100%

* A assinatura do contrato de aquisição ocorreu em abril de 2012, com efeitos a 1 de maio de 2012.

Em 30 de abril de 2012, o Grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions Inc. no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos, passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012 (Nota 7). Em 1 de janeiro de 2013, ocorreu a fusão por incorporação da Connectiv na WeDo USA.

c) Dissoluções

PARTICIPANTE	PARTICIPADA	DATA	CAPITAL
2013			
We Do BV	We Do Chile	mai-13	100%

d) Alienações

PARTICIPANTE	PARTICIPADA	DATA	CAPITAL
2013			
Sonae com SI	Infosystems	nov-13	50%

e) Outras

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como ‘Kento/Jadeium’), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (‘Zon’), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. (‘Sonaecom’) efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (‘Zopt’) (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a Zon Optimus, detendo 50,01% das ações representativas do seu capital social, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a Zopt. Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros. Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da Zon Optimus (Nota 9).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da Zon Optimus, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da Zon Optimus, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu nas contas consolidadas os ativos e passivos provenientes da Optimus SGPS e das suas participadas integralmente no montante de 992 milhões de euros. Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹, suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8) e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da Zon Optimus (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37489.324 ações Zon Optimus, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 9).

No seguimento da fusão, foi efetuada na Zopt uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos através desta operação, pelo que a alocação do preço de compra está ainda sujeita a alterações até à conclusão do período de um ano a contar desde a data do controlo, conforme permitido pela IFRS 3 – Concentrações Empresariais. Não obstante, a Empresa não estima alterações materiais em resultado de eventuais alterações à alocação realizada. O detalhe dos ativos líquidos do grupo ZON e do Goodwill apurado no âmbito desta transação é como segue:

(Montantes expressos em euros)	VALOR CONTABILÍSTICO	AJUSTAMENTOS PARA O JUSTO VALOR	JUSTO VALOR
Ativos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis	598.675	57.301	655.976
Ativos intangíveis	137.644	170.575	308.219
Investimentos em empresas do grupo	33.646	284.807	318.453
Ativos por impostos diferidos	55.972	10.381	66.353
Inventários	18.034	-	18.034
Contas a receber e outros ativos	169.888	1.861	171.749
Caixa e equivalentes de caixa	157.914	-	157.914
	1.171.773	524.925	1.696.698
Passivos adquiridos			
Empréstimos obtidos	817.435	7.634	825.069
Provisões	25.948	7.798	33.746
Passivos por impostos diferidos	7.450	68.591	76.041
Planos de ações	3.694	-	3.694
Contas a pagar e outros passivos	296.169	2.062	298.231
Minoritários	9.662	-	9.662
	1.160.358	86.085	1.246.443
Total dos ativos líquidos adquiridos	11.415	438.840	450.255
Goodwill (Nota 8)			1.049.745
Preço de aquisição			1.500.000

1 A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da Zon Optimus em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão) e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da Zon Optimus (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da Zon Optimus desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) valorização dos canais TV Cines e TV Series (+99,3 milhões de euros), o qual será amortizado linearmente por um período de 10 anos; (ii) carteira de clientes (+71,3 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (iii) investimentos financeiros (+304 milhões de euros) que incluem +267 milhões de euros de benefícios económicos futuros estimados ('goodwill') das participadas, valorizações de canais no montante de +29 milhões de euros, valorização de carteira de clientes no montante de +17 milhões de euros, entre outros e respetivos impostos diferidos associados; (iv) aumento em +57,3 milhões de euros ao valor contabilístico de equipamento básico; (v) alteração do justo valor dos empréstimos obtidos no montante de -76 milhões de euros; e (vi) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -16,7 milhões de euros.

O detalhe dos ativos líquidos do grupo Optimus e do Goodwill apurado no âmbito desta transação é como segue:

(MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)	VALOR DE BALANÇO ANTES DA AQUISIÇÃO	AJUSTAMENTOS PARA O JUSTO VALOR	JUSTO VALOR
Ativos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis	569.441	(62.616)	506.825
Ativos intangíveis	353.331	45.480	398.811
Ativos por impostos diferidos	100.976	27.626	128.602
Inventários	19.125	(1.384)	17.741
Contas a receber e outros ativos	224.165	-	224.165
Caixa e equivalentes de caixa	17.987	-	17.987
	1.285.025	9.106	1.294.131
Passivos adquiridos			
Empréstimos obtidos	452.362	-	452.362
Provisões	35.224	30.091	65.315
Passivos por impostos diferidos	1.142	10.997	12.139
Planos de ações	6.469	3.144	9.613
Contas a pagar e outros passivos	287.368	15.326	302.694
	782.565	59.558	842.123
Total dos ativos líquidos adquiridos	502.460	(50.452)	452.008
Goodwill (Nota 8)			547.992
Preço de aquisição			1.000.000

O justo valor dos ativos líquidos adquiridos foi determinado através de diversas metodologias de valorização para cada tipo de ativo ou passivo, com base na melhor informação disponível. Os principais ajustamentos ao justo valor efetuados no âmbito deste processo foram: (i) carteira de clientes (+23,4 milhões de euros), a qual será amortizada linearmente com base no prazo médio estimado de retenção dos clientes; (ii) licenças de telecomunicações (+12,7 milhões de euros), as quais serão amortizadas pelo período de vida remanescente das mesmas; (iii) custos de reconstrução de infraestruturas e reposição de equipamentos e outros ajustamentos de equipamento básico no montante de -22,7 milhões de euros; (iv) ajustamento de -27,7 milhões de euros ao valor contabilístico dos ativos abrangidos pelos compromissos assumidos com a Autoridade da Concorrência, no âmbito de uma opção de compra da rede de fibra da Optimus; (v) passivos contingentes relativos a obrigações presentes no montante de -30,0 milhões de euros, conforme permitido pela IFRS 3; e (vi) obrigações contratuais no montante de -15,3 milhões de euros referentes a contratos de longa duração cujos preços praticados são distintos dos preços de mercado.

As metodologias utilizadas nos principais ajustamentos ao justo valor foi os Cash flows descontados (Nível 3) com exceção das Torres de telecomunicações que foi usado os Custos de reconstrução atual (Nível 2), o Equipamento básico que foi usado os Custos de reposição (Nível 2) e as Obrigações contratuais que foi usada a Comparação com custos atuais praticados (Nível 2).

No processo de identificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos, tais como: (i) o período de permanência médio dos clientes utilizado na valorização das carteiras de clientes; (ii) evolução das receitas e resultados futuros dos canais; (iii) o tempo médio de utilização das atuais tecnologias 2G/3G e LTE e evolução das receitas em resultado do surgimento de outras novas tecnologias, na valorização das licenças de telecomunicações; (iv) evolução das receitas e resultados das empresas participadas; entre outras. Apesar destas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Foram contemplados diversos cenários nas várias avaliações e efetuadas análises de sensibilidade, dos quais não conduziram a variações significativas na afetação do justo valor dos ativos e passivos. Para os restantes ativos e passivos não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico.

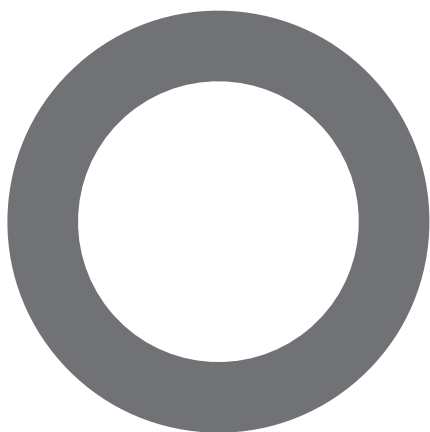
Como habitualmente acontece nas concentrações de atividades empresariais, também nesta operação, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, sendo essa componente reconhecida como Goodwill e registada na rubrica de Ativos intangíveis. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada e capacidades tecnológicas.

Em resultado do desreconhecimento da Optimus SGPS e das suas participadas, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, Zon Optimus e os suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma menos valia de 9 milhões de euros, conforme segue:

(Montantes expressos em euros)	
Ativos e passivos desreconhecidos	(992.397.240)
Contrapartida recebida	983.447.575
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 37)	(8.949.665)

A contrapartida recebida pode ser detalhada como se segue:

(Montantes expressos em euros)	
Participação no capital da Zopt (Nota 8)	597.641.944
Suprimentos Zopt (Nota 8)	230.000.000
Ações Zon Optimus (Nota 9)	155.805.631
	983.447.575



Os impactos no balanço resultantes da saída das empresas do setor das telecomunicações a agosto de 2013 em resultado desta operação podem ser detalhados como se segue:

(Montantes expressos em euros)	NOTAS	27 DE AGOSTO DE 2013
Ativo		
Ativos não correntes		
Ativos fixos tangíveis	5	(562.475.126)
Ativos intangíveis	6	(353.993.403)
Goodwill	7	(485.150.340)
Outros ativos não correntes		312.080.798
Impostos diferidos ativos	11	(98.625.767)
Total de ativos não correntes		(1.188.163.838)
Ativos correntes		
Inventários	12	(19.124.520)
Clientes		(127.955.743)
Outros ativos		(82.942.364)
Caixa e equivalentes de caixa		(17.986.673)
Total de ativos correntes		(248.009.300)
Capital próprio e passivo		
Reservas para planos de incentivo de médio prazo		6.468.582
Outros		5.464
Total de capital próprio		6.474.046
Passivo		
Passivo não corrente		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo		(813.080)
Outros passivos financeiros não correntes		17.879.658
Provisões para outros riscos e encargos	22	35.247.971
Impostos diferidos passivos		259.753
Outros passivos não correntes		31.672.299
Total de passivos não correntes		84.246.601
Passivo corrente		
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos		115.535.594
Fornecedores		119.124.642
Outros passivos financeiros		2.660.326
Outras dívidas a terceiros		15.254.142
Outros passivos correntes		100.480.547
Total de passivos correntes		353.055.251
Total dos ativos e passivos desconhecidos		(992.397.240)



4. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo grupo eram como segue:

							2013
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	115.448	-	-	115.448	-	115.448
Outros ativos não correntes	922.434	-	-	-	922.434	-	922.434
	922.434	115.448	-	-	1.037.882	-	1.037.882
Ativos correntes							
Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	-	-	202.442.350	-	202.442.350	-	202.442.350
Clientes (Nota 13)	36.416.353	-	-	-	36.416.353	-	36.416.353
Outras dívidas de terceiros (Nota 14)	17.177.732	-	-	-	17.177.732	5.863.034	23.040.766
Outros ativos correntes (Nota 15)	-	-	-	7.043.665	7.043.665	2.254.741	9.298.406
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	188.014.923	-	-	-	188.014.923	-	188.014.923
	241.609.008	-	202.442.350	7.043.665	451.095.023	8.117.775	459.212.798

							2012 (reexpresso)
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	-	-	212.323	-	212.323
Outros ativos não correntes	2.422.660	-	-	-	2.422.660	-	2.422.660
	2.422.660	212.323	-	-	2.634.983	-	2.634.983
Ativos correntes							
Clientes (Nota 13)	144.901.658	-	-	-	144.901.658	-	144.901.658
Outras dívidas de terceiros (Nota 14)	15.710.457	-	-	-	15.710.457	5.999.639	21.710.096
Outros ativos correntes (Nota 15)	-	-	-	56.563.995	56.563.995	16.959.805	73.523.800
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	61.741.010	-	-	-	61.741.010	-	61.741.010
	222.353.125	-	-	56.563.995	278.917.120	22.959.444	301.876.564

	2013				
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 20)	24.810.079	-	24.810.079	-	24.810.079
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21)	-	67.937	67.937	-	67.937
Outros passivos não correntes (Nota 23)	-	969.434	969.434	307.870	1.277.304
	24.810.079	1.037.371	25.847.450	307.870	26.155.320
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20)	998.996	-	998.996	-	998.996
Fornecedores (Nota 24)	-	21.768.279	21.768.279	-	21.768.279
Outros passivos financeiros (Nota 25)	-	70.728	70.728	-	70.728
Outras dívidas a terceiros (Nota 26)	-	6.153.540	6.153.540	4.285.787	10.439.327
Outros passivos correntes (Nota 27)	-	19.223.723	19.223.723	8.483.737	27.707.460
	998.996	47.216.270	48.215.266	12.769.524	60.984.790

	2012 (reexpresso)				
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 20)	196.238.739	-	196.238.739	-	196.238.739
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21)	-	17.308.879	17.308.879	-	17.308.879
Outros passivos não correntes (Nota 23)	-	37.469.733	37.469.733	262.047	37.731.780
	196.238.739	54.778.612	251.017.351	262.047	251.279.398
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20)	187.170.148	-	187.170.148	-	187.170.148
Fornecedores (Nota 24)	-	168.755.674	168.755.674	-	168.755.674
Outros passivos financeiros (Nota 25)	-	3.594.987	3.594.987	-	3.594.987
Outras dívidas a terceiros (Nota 26)	-	22.094.727	22.094.727	10.550.192	32.644.919
Outros passivos correntes (Nota 27)	-	99.489.318	99.489.318	27.931.695	127.421.013
	187.170.148	293.934.706	481.104.854	38.481.887	519.586.741

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos registados nas rubricas de outros ativos/passivos correntes e não correntes foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração do grupo que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

5. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2013
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)	301.133.284	1.072.287.146	171.736	213.226.929	6.715.058	20.665.640	1.614.199.793
Adições	18.694	3.081.762	34.691	11.151.440	1.187	27.990.128	42.277.902
Alienações	(547.779)	(2.821.787)	(15.282)	(382.671)	(793)	(125.388)	(3.893.700)
Transferências e abates	5.239.931	32.156.750	(69.323)	(809.232)	99.472	(36.488.232)	129.366
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	(298.400.130)	(1.093.255.014)	(85.728)	(216.172.869)	(6.563.851)	(10.739.576)	(1.625.217.168)
Saldo em 31 dezembro 2013	7444.000	11.448.857	36.094	7013.597	251.073	1.302.572	27496.193
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)	168.923.346	666.298.617	151.192	191.742.065	6.127.629	-	1.033.242.849
Depreciações do exercício	5.554.901	37.667.093	18.195	12.477.309	178.349	-	55.895.847
Alienações	(288.854)	(2.091.168)	(6.232)	(276.941)	(793)	-	(2.663.988)
Transferências e abates	(36.230)	(1.399.715)	(67.149)	(275.117)	11.640	-	(1.766.571)
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	(169.538.697)	(689.432.249)	(83.381)	(197.605.951)	(6.081.764)	-	(1.062.742.042)
Saldo em 31 dezembro 2013	4.614.466	11.042.578	12.625	6.061.365	235.061	-	21.966.095
Valor líquido	2.829.534	406.279	23.469	952.232	16.012	1.302.572	5.530.098

							2012 (reexpresso)
	Terrenos Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso - Nota 1)	301.781.480	1.031.000.168	166.398	201.288.050	6.675.820	36.269.347	1.577.181.263
Entrada de empresas (Nota 3.b))	-	103.084	-	1.004.738	-	-	1.107.822
Adições	653.822	5.406.695	5.338	15.070.820	10.229	90.702.314	111.849.218
Alienações	(1.014.141)	(46.440.567)	-	(1.678.053)	(24.839)	(470.333)	(49.627.933)
Transferências e abates	(287.877)	82.217.766	-	(2.458.626)	53.848	(105.835.688)	(26.310.577)
Saldo em 31 dezembro 2012	301.133.284	1.072.287.146	171.736	213.226.929	6.715.058	20.665.640	1.614.199.793
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso - Nota 1)	161.013.681	649.522.298	120.601	179.561.095	5.739.621	-	995.957.296
Entrada de empresas (Nota 3.b))	-	90.165	-	441.202	-	-	531.367
Depreciações do exercício	8.753.685	51.994.893	30.591	18.340.035	395.191	-	79.514.395
Alienações	(568.166)	(34.836.491)	-	(962.893)	(7183)	-	(36.374.733)
Transferências e abates	(275.854)	(472.248)	-	(5.637.374)	-	-	(6.385.476)
Saldo em 31 dezembro 2012	168.923.346	666.298.617	151.192	191.742.065	6.127.629	-	1.033.242.849
Valor líquido	132.209.938	405.988.529	20.544	21.484.864	587.429	20.665.640	580.956.944

As adições dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem um conjunto de ativos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), GSM (Global Standard for Mobile Communications), GPRS (General Packet Radio Service), ao FTTH (Fibre-to-the-Home) e ao LTE (Long Term Evolution). A 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)), estes ativos não fazem parte do saldo final (Nota 3.e)).

As adições, alienações, transferências e abates referem-se essencialmente ao setor das telecomunicações durante os primeiros 8 meses do ano.

As amortizações do exercício de 2013 no montante de 55.895.847 euros incluem o montante de 54.548.733 euros relativo a amortizações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.e) e 37) e o montante de 1.347.114 euros relativo a unidades continuadas, pelo que a reconciliação para a demonstração de resultados é como se segue:

	OPERAÇÕES CONTINUADAS	UNIDADES DESCONTINUADAS (NOTA 37)	TOTAL
Ativos fixos tangíveis	1.347.114	54.548.733	55.895.847
Ativos intangíveis (Nota 6)	4.324.678	38.799.082	43.123.760
Goodwill (Nota 7)	970.000	-	970.000
	6.641.792	93.347.815	99.989.607

Em 31 de dezembro de 2013 as adições exercício, incluem cerca de 5,4 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 8,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de rede.

As alienações do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 correspondem essencialmente à venda de um conjunto de ativos relacionados com as redes 2G, 3G e Micro-ondas (MW).

O custo de aquisição dos 'Ativos fixos tangíveis' e 'Ativos Intangíveis' detidos pelo grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, ascendia a 920.831 euros e a 36.494.166 euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 100.728 euros e 19.580.292 euros, respetivamente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os contratos de locação financeira da Optimus Comunicações S.A. e da Be Artis, foram desreconhecidos (Nota 3.e)).

Em 31 de dezembro de 2012 os 'Ativos fixos tangíveis' incluem o montante de 25,1 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a totalidade destes montantes foram desreconhecidos (Nota 3.e)).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, exceção feita aos ativos afetos a contratos de locação financeira.

O 'Ativo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a seguinte composição:

	2013	2012
Desenvolvimento da rede móvel / fixa	-	15.652.408
Sistemas de informação / equipamento informático	455.656	1.514.961
Outros projetos em curso	846.916	3.498.271
	1.302.572	20.665.640

A variação verificada deve-se ao desreconhecimento dos ativos referentes ao setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar era como segue:

	2013	2012
Investimentos da área técnica	-	9.344.084
Investimentos em sistemas de informação	-	997.717
	-	10.341.801

Em 31 de dezembro de 2013, não existem compromissos perante terceiros respeitantes a investimentos a efetuar, uma vez que apenas respeitavam a empresas do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

6. Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2013			Total
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)	471.734.531	324.743.860	22.694.448	819.172.839
Adições	15.347.168	945.238	15.429.479	31.721.885
Alienações	(1.000.000)	(2.868)	-	(1.002.868)
Transferências e abates	3.292.284	9.762.754	(12.218.518)	836.520
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	(479.025.843)	(304.909.635)	(21.344.001)	(805.279.479)
Saldo em 31 dezembro 2013	10.348.140	30.539.349	4.561.408	45.448.897
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)	184.502.817	255.141.914	-	439.644.731
Amortizações do exercício	29.196.162	13.927.598	-	43.123.760
Alienações	(1.000.000)	(641)	-	(1.000.641)
Transferências e abates	(67.651)	(1.612.486)	-	(1.680.137)
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	(205.489.969)	(245.796.107)	-	(451.286.076)
Saldo em 31 dezembro 2013	714.359	21.660.278	-	28.801.637
Valor líquido	3.206.781	8.879.071	4.561.408	16.647.260

	2012 (reexpresso)			
	Propriedade industrial e outros direitos	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso - Nota 1)	361.656.297	296.352.012	117.812.301	775.820.610
Entrada de empresas (Nota 3. b))	1.608.263	1.686.153	-	3.294.416
Adições	23.909.212	1.562.514	18.706.336	44.178.062
Alienações	-	(75.744)	-	(75.744)
Transferências e abates	84.560.759	25.218.925	(113.824.189)	(4.044.505)
Saldo em 31 dezembro 2012	471.734.531	324.743.860	22.694.448	819.172.839
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011 (reexpresso - Nota 1)	153.158.980	233.542.417	-	386.701.397
Entrada de empresas (Nota 3. b))	-	55.004	-	55.004
Amortizações do exercício	43.551.013	21.877.502	-	65.428.515
Alienações	-	(27.511)	-	(27.511)
Transferências e abates	(12.207.176)	(305.498)	-	(12.512.674)
Saldo em 31 dezembro 2012	184.502.817	255.141.914	-	439.644.731
Valor líquido	287.231.714	69.601.946	22.694.448	379.528.108

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos em exercícios anteriores na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015. Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ('MOPTC'), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de euros, tinha de ser realizado através de projetos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal atividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e atividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. A totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras à medida que os respetivos projetos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de euros, têm vindo a ser realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projeto 'Iniciativas E' (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afetas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efetuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, atualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua atividade em Portugal. A responsabilidade total foi reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos foram desreconhecidas das demonstrações financeiras consolidadas na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

O ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 inclui o montante de aproximadamente 110 milhões de euros correspondente ao valor atual, dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) nas bandas dos 800 MHz, 1800 MHz e 2600 MHz, que serão utilizadas para desenvolvimento de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution). O valor total a pagar é de 113 milhões, tendo já sido pago, em janeiro de 2012, um montante de 83 milhões e em janeiro de 2013 um montante de 6 milhões de euros. O restante poderá ser pago em 4 prestações anuais, de 6 milhões de euros, tendo a Optimus, em cada momento anual de pagamento, a possibilidade de optar pelo pagamento antecipado do montante em dívida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e considerando a disponibilização da tecnologia LTE, embora ainda sujeita a restrições em algumas zonas do país, e o arranque da operação comercial da mesma, uma parcela do valor atual dos pagamentos futuros, relativos à aquisição dos direitos de utilização de frequências (espectro) de serviços de 4ª geração (LTE – Long Term Evolution) foi transferido para firme (92,9 milhões de euros) e iniciada a respetiva amortização, pelo período estimado de utilização (até 2041). Este ativo foi desreconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

As adições, alienações, transferências e abates referem-se essencialmente ao setor das telecomunicações durante os primeiros 8 meses do ano.

As amortizações do exercício de 2013 no montante de 43.123.760 euros incluem o montante de 38.799.082 euros relativos a amortizações de ativos de unidades descontinuadas (Notas 3.e) e 37) e o montante de 4.324.678 euros relativo a unidades continuadas.

Em 31 de dezembro de 2012, o grupo mantinha registado na rubrica 'Ativos intangíveis – Propriedade Industrial' o montante de 170.425.449 euros correspondentes sobretudo ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 54.005.186 euros relativos à licença, (ii) 18.045.113 euros relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 5.542.199 euros relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 88.218.718 euros relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo grupo no âmbito da Sociedade de Informação. Estes ativos foram desreconhecidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

A rubrica 'Propriedade industrial e outros direitos' inclui ainda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cerca de 13,1 milhões de euros líquidos de amortizações referentes a encargos suportados com a angariação de contratos de fidelização de clientes da

subsidiária Optimus. Este ativo foi desreconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, diretamente relacionados com a construção de determinados ativos fixos tangíveis ou intangíveis em curso. Em 31 de dezembro de 2012, o total do valor líquido destes custos ascende 9.605.147 euros. Os valores capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram de 462.097 euros e 1.589.280 euros, respetivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 4,5% a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo grupo. Estes ativos foram também, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

Em 31 de dezembro de 2013 as adições do exercício, incluem cerca de 7,7 milhões de euros de capitalizações de custos com pessoal referentes a trabalhos para a própria empresa (cerca de 8,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), associados essencialmente a projetos de desenvolvimento de *software* de IT e aos produtos RAID e NetClarus.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis para os vários segmentos é efetuada de acordo com o descrito na Nota 7 ('Goodwill'), na medida em que tais ativos estão intimamente relacionados com a atividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

7. Goodwill

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos na rubrica 'Goodwill' foram os seguintes:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Saldo inicial	517985.506	520.782.025
Aquisição da Connectiv e ajustamento ao goodwill (Nota 1.f))	(3.066.150)	5.167.775
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	(485.150.340)	-
Outros movimentos do exercício	(364.600)	35.706
Imparidade	(970.000)	(8.000.000)
Saldo final	28.434.416	517985.506

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Outros movimentos do exercício' inclui os efeitos da atualização cambial de goodwill.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor da rubrica 'Unidades descontinuadas (Nota 3.e))', corresponde ao desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.e)).

Assim, em 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Goodwill' tinha a seguinte composição:

	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	MULTIMÉDIA	
2013			
Goodwill	22.404.416	6.030.000	
2012 (reexpresso)			
Goodwill	25.835.165	7000.000	485.150.341

Em 30 de abril de 2012, o grupo adquiriu a totalidade do capital da Connectiv Solutions, Inc., no seguimento da qual consolidou pelo método integral os ativos e passivos e resultados desta empresa a partir de 1 de maio de 2012 (Nota 3.b)).

A Connectiv tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.

A alocação do preço de compra foi efetuada da seguinte forma:

(Montantes expressos em euros)	VALOR DE BALANÇO ANTES DA AQUISIÇÃO	AJUSTAMENTOS PARA O JUSTO VALOR	JUSTO VALOR
Ativos adquiridos			
Ativos fixos tangíveis	576.455	-	576.455
Ativos intangíveis	49.303	3.190.109	3.239.412
Outras dívidas de terceiros	1.155.221	-	1.155.221
Outros ativos	116.744	-	116.744
Caixa e equivalentes de caixa	315.304	-	315.304
	2.213.027	3.190.109	5.403.136
Passivos adquiridos			
Outras dívidas a terceiros	184.608	-	184.608
Outros passivos	1.144.459	-	1.144.459
	1.329.067	-	1.329.067
Total dos ativos líquidos adquiridos	883.960	3.190.109	4.074.069
Preço de aquisição inicial estimado			9.241.844
Goodwill inicial estimado			5.167.775
Ajustamentos ao preço estimado			412.703
Alocação a know-how			(3.478.853)
Goodwill Final			2.101.625

No seguimento da aquisição da Connectiv Solutions, Inc., a empresa efetuou uma avaliação preliminar do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, da qual resultou o reconhecimento de *software* e carteira de clientes no valor de 3.190.109 euros.

Como habitualmente acontece nas fusões e aquisições, também no caso da aquisição da Connectiv, não foi possível atribuir, em termos contabilísticos, ao justo valor de ativos identificados e de passivos assumidos, uma parte do custo de aquisição, a qual foi reconhecida como Goodwill. Este Goodwill está relacionado com diversos elementos, que não podem ser isolados e quantificados de forma fiável e incluem, entre outros, sinergias, força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado. O montante total de Goodwill será considerado como custo fiscal nas contas da Connectiv, por um período de 15 anos, de acordo com a legislação em vigor dos Estados Unidos da América.

O preço de aquisição inclui um montante diferido de 2 milhões de USD (1 milhão pago em 2013 e 1 milhão a pagar em 2014), e um montante contingente, a pagar anualmente, durante 4 anos, dependente da performance da empresa ao nível da receita, o qual foi estimado em cerca de USD 2 milhões (tendo já sido pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, USD 658 mil). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o montante contingente a pagar foi ajustado em USD 547.579 (412.703 euros). Foi ainda efetuada uma alocação a *know-how* no montante de USD 4.547.579 (3.478.653 euros), o qual se encontra a ser amortizado por um período de 28 meses, o que gerou um ajustamento ao Goodwill inicial, conforme permitido pela IFRS 3 Concentrações Empresariais, uma vez que esse ajustamento ocorreu no período permitido pela IFRS 3 para alocação do goodwill.

Em 1 de janeiro de 2013, ocorreu a fusão por incorporação da Connectiv na WeDo Americas (Nota 2).

A contribuição da Connectiv para o resultado líquido atribuível a acionistas da Sonaecom, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi positivo em 1.649 milhares de euros.

O detalhe da referida contribuição é como segue:

(Montantes expressos em euros)	CONTRIBUIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Receitas totais	4.698.827
Custos e perdas	
Fornecimentos e serviços externos	(681.089)
Custos com pessoal	(1.781.922)
Amortizações e depreciações	(574.471)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	1.661.345
Resultados financeiros	(17.961)
Imposto sobre o rendimento	5.809
Resultado líquido consolidado atribuível a acionistas da empresa mãe	1.649.193

Caso a Connectiv tivesse sido consolidada desde 1 de janeiro de 2012, os valores das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses sem controlo, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, seriam como segue:

(Montantes expressos em euros)	31 DEZEMBRO 2012 PRÓ-FORMA
Receitas operacionais consolidadas	109.325.832
Resultado líquido antes de interesses sem controlo	75.662.935

A contribuição da Connectiv no balanço consolidado da Sonaecom em 31 de dezembro de 2012, excluindo o goodwill gerado em resultado da aquisição dos investimentos nesta empresa, é como segue:

(Montantes expressos em euros)	CONTRIBUIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012
Ativo	
Ativos fixos tangíveis	442.122
Ativos intangíveis	3.406.144
Clientes	909.800
Caixa e equivalentes de caixa	1.303.877
Outros ativos	549.298
Total do ativo	6.611.241
Passivo	
Passivos não correntes	47.116
Passivos correntes	871.038
Total do passivo	918.154
Ativos líquidos	5.693.087

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de goodwill registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do grupo efetuados numa base anual excepto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de 3% no setor de sistemas de informação e de 0% no setor do Multimédia. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	MULTIMÉDIA	TELECOMUNICAÇÕES
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	13,0%	12,0%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	0,0%	2,0%

Devido ao agravar da crise financeira, que provocou uma forte degradação do cenário macroeconómico em Portugal nos últimos anos, o mercado publicitário sofreu uma forte queda. Esta situação, juntamente com previsões pessimistas para os anos seguintes, agravou as suas perspectivas de evolução futura. Verificou-se, adicionalmente, uma deterioração das vendas de jornais e produtos associados, afetando as projeções dos fluxos de caixa do segmento de multimédia, cujos testes de imparidade conduziram ao registo de uma perda no valor de 970 mil euros e de 8 milhões de euros no exercício de 2013 e 2012, respetivamente, na rubrica 'Amortizações e depreciações' da Demonstrações de Resultados, de acordo com a política descrita na Nota 1.w). A variação ocorrida nesta perda face a 2012 deveu-se ao processo de reestruturação que o grupo *Online and Media* está a atravessar.

A análise de indícios de imparidade e revisão das projeções e testes de imparidade não conduziram ao apuramento de perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. No setor de Sistemas de Informação e Multimédia, da análise de sensibilidade efetuada, exigida pela IAS 36 – Imparidade de Ativos, não conduziu a variações materiais dos valores de recuperação, pelo que não resultariam imparidades adicionais

8. Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente

As empresas associadas e controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor na demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são as seguintes:

	Sede social	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO				VALOR NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	
		31 dezembro 2013		31 dezembro 2012		31 dezembro 2013	31 dezembro 2012 (reexpresso - Nota 1)
		Direto	Total	Direto	Total		
ZOPT (a)(b)	Porto	50%	50%	50%	50%	(523.500)	-
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ('Unipress')	Vila Nova de Gaia	50%	50%	50%	50%	44.967	85.074
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ('S.I.R.S.' – usando a marca 'Rádio Nova')	Porto	45%	45%	45%	45%	(44.245)	(48.044)
Infosystems (b)	Luanda	Alienada		50%	50%	32.413	(4.172)
Total (Nota 32)						(490.365)	32.858

(a) Empresa constituída em dezembro de 2012

(b) Inclui a incorporação dos resultados das participadas proporcionalmente ao capital detido

As empresas associadas e controladas conjuntamente foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial. A 31 de dezembro de 2013 o grupo apenas detinha empresas controladas conjuntamente.



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente, foi o seguinte:

	31 DEZEMBRO 2013			31 DEZEMBRO 2012 (reexpresso - nota 1)		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Saldo em 1 de janeiro	631.382	321.700	953.082	519.470	321.700	841.170
Aumentos	625.114.444	87527500	712.641.944	25.000	-	25.000
Diminuições	(34.251)	-	(34.251)	-	-	-
Equivalência patrimonial:						
· Efeito em ganhos e perdas (Nota 32)	(446.120)	-	(446.120)	80.902	-	80.902
· Efeito em reservas	(2.536.500)	-	(2.536.500)	6.010	-	6.010
Dividendos	(143.870)	-	(143.870)	-	-	-
Total de investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente	622.585.085	87849.200	710.434.285	631.382	321.700	953.082
Perdas por imparidade (Nota 22)	(105.384)	-	(105.384)	(61.139)	-	(61.139)
Valor líquido	622.479.701	87849.200	710.328.901	570.243	321.700	891.943

A linha 'Equivalência Patrimonial - Efeito em reservas' corresponde sobretudo ao impacto cambial da incorporação das demonstrações financeiras consolidadas da Zopt de entidades cuja moeda funcional é diferente do euro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor dos aumentos nos investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente corresponde a:

	2013
Zopt	
Participação no capital da Zopt (Nota 3.e))	597641.944
Prestações Acessórias Zopt (Nota 3.e))	230.000.000
Alienação de Prestações Acessórias da Zopt (Nota 3.e))	(115.000.000)
Total	712.641.944

O valor do Goodwill adicional ao existente nas demonstrações financeiras consolidadas da Zopt, no montante de 87527500 euros resulta da diferença entre o valor do investimento (712.641.944 euros) e o valor da proporção dos capitais próprios da Zopt (625.114.444 euros), uma vez que não foi identificada qualquer alocação adicional dos ativos e passivos por estes já se encontrarem registadas ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas da Zopt à data de operação de fusão Zon Optimus.

A divisão por empresa dos montantes incluídos no valor dos investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas, é a seguinte:

	31 DEZEMBRO 2013			31 DEZEMBRO 2012 (reexpresso - nota 1)		
	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento	Valor da proporção nos capitais	Goodwill	Total do investimento
Investimentos em empresas associadas e controladas conjuntamente						
Zopt	622.079.444	87527500	709.606.944	25.000	-	25.000
Unipress	505.641	321.700	827341	604.544	321.700	926.244
SIRS	(105.384)	-	(105.384)	(61.139)	-	(61.139)
Infosystems	-	-	-	1.838	-	1.838
Total	622.479.701	87849.200	710.328.901	570.243	321.700	891.943

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas entidades podem ser resumidos como segue:

(Montantes expressos em milhares de euros)							2013
Empresa	% Participação	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Receita	Resultados operacionais	Resultado Líquido
ZOPT*	50%	4.413.649	1.902.694	2.510.955	476.848	167.278	(1.949)
Unipress	50%	4.726	3.714	1.011	3.360	972	149
SIRS	45%	321	555	(234)	815	(24)	(98)

* Contas consolidadas das empresas do grupo Zopt, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia. O valor dos capitais próprios inclui interesses sem controlo.

As demonstrações financeiras consolidadas da Zopt a 31 de dezembro de 2013 e 2012 podem ser resumidas como se segue:

Balanços consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.153.257	-
Ativos intangíveis	694.518	-
Goodwill (Nota 3.e))	1.597.737	-
Impostos diferidos ativos	172.453	-
Outros ativos não correntes	340.833	-
Ativo não corrente	3.958.798	-
Clientes	276.630	-
Caixa e equivalentes de caixa	74.390	50
Outros ativos correntes	103.831	-
Ativo corrente	454.851	50
Total do ativo	4.413.649	50
Passivo		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	932.770	-
Provisões para outros riscos e encargos	95.698	-
Outros passivos não correntes	108.471	-
Passivos não correntes	1.136.939	-
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	215.791	-
Fornecedores	296.915	-
Outros passivos correntes	253.049	-
Passivos correntes	765.755	-
Total do passivo	1.902.694	-
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.250.729	50
Interesses sem controlo	1.260.226	-
Total do capital próprio	2.510.955	50
Total do capital próprio e do passivo	4.413.649	50

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012
Receitas totais	476.848	-
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(204.528)	-
Amortizações	(116.718)	-
Outros custos operacionais	(134.793)	-
	(456.039)	-
Resultados financeiros	(16.663)	-
Imposto sobre o rendimento	(6.095)	-
Resultado líquido consolidado do exercício	(1.949)	-
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses sem controlo	(852)	-
Atribuível a acionistas da empresa mãe	(1.097)	-

O valor da demonstração de resultados da Zopt resulta do resultado líquido do exercício da Zon Optimus de 4 meses, do resultado líquido do exercício da Zopt, dos impactos em resultados do processo de alocação do justo valor aos ativos e passivos adquiridos pela Zopt e retirando o efeito dos minoritários.

Processos judiciais em curso, ativos contingentes e passivos contingentes do Grupo Zopt

1. Processos TMDP

Em fevereiro de 2004, a Lei n.º 5/2004 de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), no seu artigo 106º, criou, ao abrigo do artigo 13º da Diretiva-Autorização (Diretiva 2002/20/CE, de 7 de junho), a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), como contrapartida dos 'direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento em local fixo, dos domínios público e privado municipal' por sistemas, equipamentos e demais recursos de empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público.

A base da incidência da TMDP é, por seu turno, constituída por 'cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município', sendo a TMDP determinada com base num percentual máximo de 0,25% sobre o valor dessas faturas. Alguns municípios, apesar da aprovação da TMDP, têm mantido a cobrança das denominadas Taxas de Ocupação, tendo outros optado pela manutenção destas últimas taxas em detrimento da aprovação da TMDP.

O Grupo, com base em pareceres jurídicos sobre esta matéria, entende que a TMDP é a única taxa que pode ser cobrada como contrapartida dos direitos acima referidos, designadamente o direito de instalação, razão pela qual tem impugnado as Taxas de Ocupação de via pública que lhe são cobradas pelos municípios, por entender que as mesmas são ilegais. Salienta-se que, em sede de reclamação graciosa, houve já decisão por parte de alguns municípios, que ou subscreveram o entendimento do Grupo ou entenderam poderem apenas optar entre uma ou outra das taxas, entendendo que não é possível a sobreposição da TMDP e das Taxas de Ocupação de via pública.

Entretanto já foram proferidas várias decisões judiciais, incluindo do Supremo Tribunal Administrativo sobre a questão de fundo que têm vindo a dar provimento à posição e entendimento da ZON TV Cabo, pelo que existem boas perspetivas de que esta questão venha a ser definitivamente resolvida na generalidade da Câmaras em favor da ZON TV Cabo. Foram interpostos dois recursos para o Tribunal Constitucional em dois processos pela Câmara Municipal de Lisboa, que não tiveram provimento.

Com a entrada em vigor do Decreto-lei 123/2009 esta questão ficou definitivamente ultrapassada, para o futuro. Este diploma veio dispor claramente (em linha com o que o Grupo entendia já decorrer da legislação anterior) que, pela utilização e aproveitamento dos bens do domínio público e privado municipal que se traduza na construção ou instalação, por parte de empresas que ofereçam redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, de infraestruturas aptas ao alojamento de comunicações eletrónicas é devida a TMDP, nos termos da Lei das Comunicações Eletrónicas e que não são devidas quaisquer outras taxas, encargos ou remunerações.

2. Processos com entidades reguladoras

- Em 8 de julho de 2009, a ZON TV Cabo foi notificada pela AdC, no âmbito de um processo de contraordenação sobre a oferta triple-play da ZON, solicitando que a ZON TV Cabo se pronunciasse sobre o teor da mesma, o que esta já fez em tempo. O processo encontra-se ainda em fase de inquérito na AdC, tendo sido solicitadas informações a que a ZON tem vindo a responder. Caso se venha a concluir pela existência de uma infração, poderá haver lugar a aplicação de uma coima que não poderá exceder os 10% do seu volume de negócios do último ano da infração.
- O ICP-ANACOM instaurou processos de contraordenação contra empresas do Grupo, tal como contra a generalidade dos operadores de comunicações eletrónicas nacionais, por violação das regras de portabilidade. A ZON TV Cabo, ZON TV Cabo Açoreana e a ZON TV Cabo Madeirense impugnam judicialmente as decisões da Anacom, de condenação no pagamento de coimas, no âmbito desses processos. Em 2014 foram proferidas decisões judiciais de três processos que confirmaram sanções aplicadas à ZON TV Cabo, ZON TV Cabo Açoreana e a ZON TV Cabo Madeirense nos montantes de 36 milhares de euros, 7,5 milhares de euros e 8,5 milhares de euros, respetivamente. Encontram-se ainda pendentes de decisão 3 processos de 2013.
- A ZON TV Cabo, a ZON TV Cabo Açoreana e a ZON TV Cabo Madeirense têm vindo a impugnar judicialmente os atos do ICP-ANACOM de liquidação da Taxa Anual (anos de 2009, 2010, 2011 e 2012) pela atividade de Fornecedor de Redes de Serviços de Comunicações Eletrónicas nos valores (i) de 1.087 milhares de euros, 2.325 milhares de euros, 3.580 milhares de euros e 3.447 milhares de euros; (ii) 42 milhares de euros, 79 milhares de euros, 123 milhares de euros e 113 milhares de euros e (iii) 55 milhares de euros, 109 milhares de euros, 169 milhares de euros e 156 milhares de euros, respetivamente, tendo sido peticionada a restituição das quantias entretanto pagas no âmbito da execução dos referidos atos de liquidação. Esta taxa é uma percentagem definida anualmente pela ANACOM (em 2009 foi de 0,5826%) sobre as receitas de comunicações eletrónicas dos operadores; o regime entra gradualmente em vigor: 1/3 no 1º. ano, 2/3 no 2º. ano e 100% no 3º. ano. As empresas ZON TV Cabo, ZON TV Cabo Açoreana e ZON TV Cabo Madeirense argumentam, nomeadamente, além de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, que apenas as receitas relativas à atividade de comunicações eletrónicas propriamente dita, sujeita à regulação da Anacom podem ser consideradas para efeitos de aplicação da percentagem e cálculo da taxa a pagar, não devendo ser consideradas receitas de conteúdos televisivos. Em 18 de dezembro de 2012 foi proferida sentença no processo instaurado pela ZON TV Cabo Portugal referente a 2009, a qual julgou procedente a impugnação, tendo apenas apreciado o vício da falta de audiência prévia, condenando, ainda, o ICP-ANACOM a pagar juros, decisão contra a qual o ICP-Anacom apresentou recurso, ao qual, por decisão de julho de 2013, não foi dado provimento. Os demais processos encontram-se a aguardar julgamento e decisão.
- A ZON Optimus candidatou-se ao concurso público para o licenciamento de um serviço de programas de âmbito nacional, generalista, de acesso não condicionado livre, a emitir por via hertziana terrestre. Por decisão da Entidade Reguladora para a Comunicação Social de 23 de março de 2009, a candidatura da ZON Optimus, tal como a outra candidatura concorrente foi excluída do concurso, decisão da qual a ZON Optimus recorreu judicialmente, aguardando-se o desenvolvimento do processo e que seja proferida sentença pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

3. Administração Fiscal

No decurso dos exercícios de 2003 a 2013, algumas empresas do Grupo ZOPT foram objeto de Inspeção Tributária aos exercícios de 2001 a 2011. Na sequência destas inspeções, a ZON Optimus, enquanto sociedade dominante do Grupo Fiscal, e as empresas não abrangidas pelo Grupo Fiscal, foram notificadas das correções efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária ao prejuízo fiscal do Grupo e correções em sede de IVA e Imposto de selo e para fazer pagamentos correspondentes às correções aos exercícios acima referidos. O valor total das notificações ascende a 30,7 milhões de euros. De salientar que o Grupo entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo contestado as referidas correções e montantes. O Grupo prestou garantias bancárias exigidas pela Administração Fiscal, no âmbito destes processos.

No final do exercício de 2013 e aproveitando o regime extraordinário de regularização de dívidas fiscais, a empresa liquidou 7,7 milhões de euros (correspondendo a notificações no montante de 18 milhões de euros deduzido de juros de mora). Este montante ficou registado como 'Imposto a recuperar' não corrente deduzido de provisão constituída no montante de 3,5 milhões de euros. Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo Zopt corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a posição consolidada.

4. Ações da PT contra a Zon TV Cabo Madeirense e Zon TV Cabo Açoreana

- A PT tentou no Tribunal Judicial do Funchal uma ação ordinária contra a ZON TV Cabo Madeirense, pedindo o pagamento de 1.608 milhares de euros, acrescido de juros, até integral pagamento pela alegada utilização de condutas, prestação de serviço MID, prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, despesas de operação, manutenção e gestão de cabo submarino Madeira/Porto Santo e utilização de dois troços de fibra ótica. A empresa contestou a ação, nomeadamente quanto aos preços em causa, aos serviços e à legitimidade da PT quanto às condutas. Foi proferida sentença em final de julho de 2013, que foi largamente favorável à ZON TV Cabo Madeirense, da qual, entretanto, a PT recorreu, estando o processo a aguardar normal desenvolvimento.
- Em abril de 2012 e na sequência de decisão judicial em anterior processo em que, por decisão de 19 de julho de 2011, a ZON TV Cabo Açoreana foi absolvida da instância, a PT veio a apresentar duas novas ações contra a ZON TV Cabo Açoreana, uma respeitante à prestação de serviço MID e outra à prestação de serviço de vias Vídeo/Áudio, peticionando o pagamento de 222 milhares de euros e de 316 milhares de euros, respetivamente, acrescidos de juros, estando a aguardar julgamento e decisão. Foi proferida sentença que, sem prejuízo dos juros, reduz o valor a pagar pela ZON TV Cabo Açoreana para cerca de 97 mil euros.

5. Ação contra Zon TV Cabo

Já em 2014, foi intentada ação judicial cível contra ZON TV Cabo Portugal por uma empresa prestadora de serviços de comercialização de serviços ZON, a qual pede a condenação desta no pagamento de cerca de 1.243.000 euros, por, nomeadamente, alegada rescisão antecipada de contrato e a título de indemnização de clientela. É convicção do Conselho de Administração que os argumentos utilizados não são corretos, pelo que do desfecho do processo não resultarão impactos significativos nas demonstrações financeiras do grupo.

6. Lei do Cinema

Foi publicada no dia 6 de setembro de 2012 a Lei n.º 55/2012, que estabelece os princípios de ação do Estado no quadro do fomento, do desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais em Portugal. A referida Lei foi regulamentada já em 2013 (DL 9/2013) apenas no que respeita à liquidação e cobrança da taxa de exibição de publicidade e da taxa devida pelos operadores de distribuição de televisão.

Entretanto, está em fase de aprovação na Assembleia da República uma alteração à Lei do Cinema que reduz o valor das taxas em causa a partir de 2014 e que mereceu o acordo em geral dos operadores.

Durante o exercício de 2013, procedeu-se ao pagamento das taxas relativas a 2013, conforme Notas de Liquidação que tinham sido notificadas pelo Instituto do Cinema e Audiovisual.

7. Ações contra a Sport TV

A Sport TV Portugal, SA foi condenada pela Autoridade da Concorrência ao pagamento de uma coima no valor de 3.730 milhares de euros pela alegada prática da infração de abuso de posição dominante no mercado nacional de canais de acesso condicionado com conteúdos desportivos premium. A Sport TV não concorda com a decisão e por isso decidiu recorrer da mesma para as instâncias judiciais competentes, encontrando-se o processo a aguardar desenvolvimento.

8. Penalidades Contratuais

As condições gerais que regulam a vigência e cessação da relação contratual entre o Grupo ZOPT e os seus clientes, estabelecem que em caso de desativação dos produtos e serviços por iniciativa do cliente antes de decorrido o período de fidelização, o cliente fica obrigado ao pagamento imediato de uma indemnização.

Até dezembro de 2013, foram faturadas pela ZON TV Cabo e Optimus indemnizações no montante total de 21.337 e 172.331 milhares de euros, respetivamente, dos quais foram recebidas e reconhecidas em resultados no período quatro meses, os montantes de 0,3 e 2 milhões de euros, respetivamente.

9. Tarifas de Interligação

Em 31 de dezembro de 2013, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 371.39.253 euros e 29.913.608 euros, respetivamente, que resultam de um diferendo mantido, entre a subsidiária, Optimus – Comunicações, S.A. e essencialmente, a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respetivos custos e proveitos sido registados nesse ano. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável

à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação, por sentença já transitada em julgado, julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

10. CNPD

Em 31 de dezembro de 2013 existe ainda uma provisão para fazer face ao processo de contraordenação no valor de cerca de 4,5 milhões de euros, instaurado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) contra a Optimus, por alegada violação de normas relacionadas com a proteção legal de dados. Durante a fase de projeto de decisão, a Optimus alegou, por um lado, um conjunto de vícios processuais e, por outro, um conjunto de argumentos de facto e de direito que o Conselho de Administração entendia imporem uma decisão final de arquivamento do processo contraordenacional. No entanto, no dia 16 de janeiro de 2014, a Optimus recebeu a Nota de Liquidação referente à coima aplicada pela CNPD, em relação à qual irá recorrer para os tribunais judiciais, sendo convicção do Conselho de Administração a obtenção de uma decisão favorável.

9. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom, em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon, passou a deter ações Zon Optimus registadas ao justo valor através de resultados (Nota 3.e)), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo (Nota 43). Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na Zon Optimus.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram como segue:

	2013				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos (Nota 3.e))	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor	Saldo final
Zon Optimus	-	155.805.631	-	46.636.719	202.442.350

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 32).

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

Ações (7,28%)	37489.324
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1
Método de valorização	Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	5,4
Justo valor	202.442.350

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2013 no apuramento do justo valor.

Este investimento foi classificado como ativo corrente na sequência do lançamento da oferta pública parcial e voluntária de aquisição efetuada pela Sonaecom (Nota 43).

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2013	2012
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197344	197344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	5.000
Outros	-	13.104	9.979
Perdas por imparidade		(100.000)	-
		115.448	212.323

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos na rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda', correspondeu à constituição da empresa Distrinews, S.A. em que o Público subscreveu 25% do seu capital no montante de 12.500 euros, e subsequente alienação de 75% do capital detido na mesma entidade pelo montante de 9.375 euros, bem como à constituição de uma perda por imparidade no montante de 100.000 euros referente ao investimento na Lusa, a qual foi registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Outros custos financeiros' (Nota 32).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

Em 31 de dezembro de 2013, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respetivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respetivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efetuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo setor.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de euros):

	ATIVO	CAPITAL PRÓPRIO	DÍVIDA BRUTA	VOLUME DE NEGÓCIOS	RESULTADO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS E AMORTIZAÇÕES	RESULTADO LÍQUIDO
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. (1)	14.267	6.841	1.215	19.485	957	261
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL (1)	102	2	-	128	37	37

(1) Valores em milhares de euros reportados a 31-12-2012.

11. Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, no montante de 5.199.886 euros e 101.134.781 euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, benefícios fiscais, da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns ativos fixos e de outras diferenças temporárias. O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	2013					
	Saldo em 31 dezembro 2012	Movimentos nos Impostos Diferidos do ano	Utilização de Impostos diferidos	Registo/ (Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.e)	Saldo em 31 dezembro 2013
Prejuízos fiscais	6.172.973	1.160.777	(928.527)	(1.054.642)	(4.501.586)	848.995
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	36.302.876	(75.391)	-	4.718.206	(39.434.788)	1.510.903
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	9.709.216	5.088.052	(1.320.450)	(5.900)	(12.524.383)	946.535
Ajustamentos na conversão para IAS/ IFRS	13.249.801	(4.416.654)	-	1.392.244	(10.225.164)	227
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	3.220.000	-	(2.146.667)	-	(1.073.333)	-
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	32.510.701	(3.849.386)	-	4.202.742	(30.866.513)	1.997.545
Sub-total	101.165.567	2.092.602	(4.395.644)	9.252.651	(98.625.767)	5.304.205
Unidades descontinuadas	95.065.947	(2.407.278)	(3.249.921)	9.217.018	(98.625.767)	-
Operações continuadas (Nota 33)	6.099.620	314.676	(1.145.723)	35.632	-	5.304.205
Outros	(30.786)	(73.533)	-	-	-	(104.319)
Saldo final	101.134.781	(6.351.339)	(4.395.644)	9.252.651	(98.625.767)	5.199.886

	2012					
	Saldo em 31 dezembro 2011	Movimentos nos Impostos Diferidos do ano	Utilização de Impostos diferidos	Registo/ (Anulação) de Impostos Diferidos anos anteriores	Unidades descontinuadas (Nota 3.e)	Saldo em 31 dezembro 2012
Prejuízos fiscais	7.152.769	-	(689.620)	(290.176)	-	6.172.973
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	26.591.262	(2.768.023)	-	12.479.637	-	36.302.876
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	3.519.525	-	-	6.189.691	-	9.709.216
Ajustamentos na conversão para IAS/ IFRS	20.203.355	(6.953.554)	-	-	-	13.249.801
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	6.440.000	-	(3.220.000)	-	-	3.220.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	39.975.219	(7.464.518)	-	-	-	32.510.701
Sub-total do efeito em resultados	103.882.130	(17.186.095)	(3.909.620)	18.379.152	-	101.165.567
Outros	(28.249)	(2.537)	-	-	-	(30.786)
Saldo final	103.853.881	(17.188.632)	(3.909.620)	18.379.152	-	101.134.781

As 'Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias' incluem diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o qual seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos ativos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas. A 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)), estes ativos não fazem parte do saldo final, estando refletidas na coluna 'Unidades descontinuadas (Nota 3.e))'.

Os impostos diferidos relacionados com os ajustamentos na conversão para IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos ativos no montante de 16,1 milhões de euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em dezembro de 2008. Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de agosto, os 100 milhões de euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos ativos na extensão em que era provável, naquela data, com razoável segurança, a sua utilização. Até 30 de agosto de 2013, foi revertido um montante de 15 milhões de euros, correspondente à reversão da respetiva diferença temporária. A 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)), estes ativos não fazem parte do saldo final, estando refletidas na coluna 'Unidades descontinuadas (Nota 3.e)'.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi efetuada uma avaliação dos impostos diferidos a recuperar e a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, ativos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração das empresas do grupo, periodicamente revistos e atualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 7.

Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de imposto a utilizar nas empresas portuguesas, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais é de 23%, devido à alteração da taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. No caso das diferenças temporárias com origem em empresas portuguesas, nomeadamente das provisões não aceites e perdas de imparidade, a taxa a utilizar é de 24,5%. Não foi considerada derrama estadual por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa. Os benefícios fiscais, por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Para as empresas estrangeiras foi utilizada a taxa em vigor em cada um dos países.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam ativos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de dezembro de 2013, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Digitmarket	We Do Brasil	We Do USA	Sonocom Sistemas de Informação Espanha	EMPRESAS EXCLUÍDAS DO RETGS			2013
						We Do Mexico	Saphety Brasil	Total	Total Grupo Sonaecom
Prejuízos fiscais reportáveis:									
A serem utilizados até 2021	-	-	-	-	-	153.061	-	153.061	153.061
A serem utilizados até 2022	-	-	-	-	-	28.236	-	28.236	28.236
A serem utilizados até 2023	-	-	-	-	-	188.701	-	188.701	188.701
A serem utilizados até 2025	-	-	-	-	151.545	-	-	151.545	151.545
A serem utilizados até 2030	-	-	-	123.739	7.393	-	-	131.132	131.132
A serem utilizados até 2033	-	-	-	196.320	-	-	-	196.320	196.320
Prejuízos fiscais	-	-	-	320.059	158.938	369.998	-	848.995	848.995
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	983.891	19.770	444.704	-	-	59.452	3.086	527.012	1.510.903
Benefícios Fiscais (SIFIDE e RFAI)	930.654	-	-	15.881	-	-	-	15.881	946.535
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	227	-	-	-	-	-	227	227
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos fixos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	1.997.545
Outros	-	-	(77697)	(13.093)	-	(13.144)	(385)	(104.319)	(104.319)
Total	1.914.545	19.997	367.007	322.847	158.938	416.306	2.701	1.287.796	5.199.886

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores de impostos diferidos não registrados por, atualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Prejuízos fiscais	5.988.664	22.481.012
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	34.979.707	35.720.549
Outros	1.254.119	7378.263
	42.222.490	65.579.824

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registrados têm as seguintes datas limite de utilização:

LIMITE DE UTILIZAÇÃO	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
2013	-	13.848.361
2014	407.763	694.361
2015	1.261.963	3.953.553
2016	304.480	395.966
2017	209.237	180.294
2018	216.766	48.023
2019	331.156	331.156
2020	28.467	10.130
2021	53.860	53.860
2022	53.174	-
2027	-	-
2030	84.942	84.676
2031	105.369	-
Sem limite de utilização	2.931.487	2.880.632
	5.988.664	22.481.012

Os anos de 2019 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 5 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 no montante de 89.522 euros (1.089.637 euros em 2012) resultam essencialmente de diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos ativos intangíveis.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foi como segue:

	2013	2012
Saldo inicial (reexpresso - Nota 1)	(1.089.637)	(5.186.710)
Diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal	740.362	3.606.259
Operações descontinuadas	740.173	-
Operações continuadas	189	-
Unidades descontinuadas (Nota 3.e))	259.753	-
Sub-total do efeito em resultados (Nota 33)	189	3.606.259
Outros	-	490.814
Saldo final	(89.522)	(1.089.637)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Resultado antes de imposto	41.395.371	(33.166.514)
Imposto (25%)	(10.348.843)	8.291.629
Ativos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação, tributação autónoma, derrama e outros ajustamentos contabilísticos não aceites fiscalmente	3.962.964	(8.054.083)
Registo/(anulação) de ativos por impostos diferidos relativos a exercícios anteriores e benefícios fiscais	564.199	(80.225)
Utilização de prejuízos fiscais e benefícios fiscais, sem registo de imposto diferido ativo em exercícios anteriores	2.702.328	69.655
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(403.722)	(234.241)
Registo de passivos por impostos diferidos	(350.070)	-
Impostos registados no exercício (Nota 33)	(3.873.144)	(7.265)

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 25% por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal, em 2013 e 2012, país onde a quase totalidade dos rendimentos do grupo Sonaecom são tributados.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2009 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a então subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. A respetiva nota de liquidação foi rececionada em abril de 2011. Atendendo ao princípio da periodização do lucro tributável, a Optimus foi posteriormente, notificada da dedução indevida do montante de 20 milhões de euros, no apuramento do lucro tributável dos exercícios de 2009 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, respetivamente) e 2010 (Relatório da Inspeção Tributária e nota de liquidação rececionados em janeiro e maio de 2013, respetivamente). Dado que o acréscimo efetuado em 2008, não foi aceite por não cumprir o disposto no artigo 18º do CIIRC, também nos exercícios seguintes a dedução correspondente aos créditos gerados nesse ano para cumprimento da amortização anual contratada no âmbito da operação (20 milhões por ano durante 5 anos) serão de eliminar no apuramento do lucro tributável. Dado que o Conselho de Administração entende que a contingência não é provável, não foi registado qualquer passivo contingente. Em 31 de dezembro de 2013, a Optimus já não faz parte do perímetro de consolidação do grupo Sonaecom pelo método integral em resultado da fusão da Optimus SGPS com a Zon (Nota 3.e)).

Conforme convicção do Conselho de Administração do grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.



12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	427.855	615.561
Mercadorias	150.670	17.564.377
	578.525	18.179.938
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 22)	(25.000)	(4.377.789)
	553.525	13.802.149

A variação ocorrida nos inventários inclui o efeito do desconhecimento dos valores referentes às empresas do setor das telecomunicações na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.e)).

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 ascendeu a 24.753.054 euros e 24.854.049 euros, respetivamente, e foi apurado como segue:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Inventários iniciais	18.179.938	20.119.326
Compras	51.803.061	87.856.290
Reforço de perdas de imparidade em inventários (Nota 22)	466.664	286.548
Regularização de inventários	(4.514.410)	(22.454.352)
Saída de empresas (Nota 3.e))	(19.124.520)	-
Unidades descontinuadas (Nota 37)	(21.479.154)	(42.773.825)
Inventários finais	(578.525)	(18.179.938)
	24.753.054	24.854.049

Os montantes inscritos nas rubricas de 'Regularização de inventários', em 31 de dezembro de 2013 e 2012, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica 'Inventários' para a rubrica de 'Ativos fixos tangíveis' ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes da então subsidiária Optimus - Comunicações S.A. (Nota 5). Estes montantes foram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 desconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o conseqüente desconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de inventários refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado dos inventários, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados em 'Custo das Vendas' (Nota 1.i)).



13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Clientes correntes:		
Telecomunicações	-	114.202.453
Sistemas de Informação	32.032.744	27.448.614
Multimédia e outros	4.383.609	3.250.591
	36.416.353	144.901.658
Clientes de cobrança duvidosa	3.889.900	82.069.573
	40.306.253	226.971.231
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	(3.889.900)	(82.069.573)
	36.416.353	144.901.658

A variação ocorrida na rubrica de 'Clientes' inclui o efeito do desconhecimento dos valores referentes às empresas do setor das telecomunicações na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.e)).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição das perdas por imparidade acumuladas por segmento é como segue:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Perdas de imparidade acumuladas em clientes:		
Telecomunicações	-	78.364.692
Sistemas de Informação	1.965.707	826.448
Multimédia e outros	1.924.193	2.878.433
	3.889.900	82.069.573

A exposição do grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidades para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser detalhada como segue:

	VENCIDO SEM IMPARIDADE					VENCIDO E COM IMPARIDADE			
	Total	Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2013									
Clientes	40.306.253	16.421.523	7.189.764	4.782.586	4.719.780	954.061	856.685	1.179.790	4.202.064
2012 (reexpresso - Nota 1)									
Clientes	226.971.231	56.273.468	18.849.974	16.904.689	24.301.920	3.957.205	2.829.239	6.284.433	97570.303

Em 31 de dezembro de 2013, do valor total das contas a receber, com antiguidade superior a 90 dias e com imparidade, líquido dos montantes de IVA que o grupo espera e desenvolve esforços concretos para recuperar, encontram-se provisionados cerca de 80%.

A monitorização do risco de crédito é efetuada de forma contínua e pode ser resumida como segue:

- (i) Para os clientes regulares, a imparidade é calculada pela aplicação de uma taxa de incobrabilidade apurada recorrendo ao histórico de cobranças do grupo.
- (ii) Para os restantes ativos, a imparidade é calculada com base na antiguidade dos saldos a receber líquidos dos montantes a pagar e do conhecimento da situação financeira do devedor.

14. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Estado e outros entes públicos	5.863.034	5.999.639
Adiantamentos a fornecedores	534.960	1.094.385
Sociedade de Informação	-	10.918.467
Outros devedores	16.752.397	4.523.476
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 22)	(109.625)	(825.871)
	23.040.766	21.710.096

Em 31 de dezembro de 2012, a posição líquida do grupo Sonaecom com a 'Fundação para as Comunicações Móveis', no âmbito do programa 'Iniciativas E', corresponde a um valor a receber no montante de 10.918.467 euros. Estes montantes foram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

A 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros devedores' inclui um valor referente ao facto de a Sonaecom SGPS, S.A. ter optado por beneficiar do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social, tendo procedido a um pagamento no montante de cerca de 5 milhões de euros essencialmente relativos a IVA. É convicção do Conselho de Administração que estes valores não são devidos e que não existem passivos materiais associados que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a antiguidade de saldos de outros devedores e adiantamentos a fornecedores pode ser detalhada como segue:

	Total	VENCIDO SEM IMPARIDE				VENCIDO E COM IMPARIDADE			
		Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2013									
Adiantamentos a fornecedores	534.960	52.663	239.007	3.136	240.154	-	-	-	-
Outros devedores	16.752.397	364.583	4.489.285	3.228.261	8.464.783	-	-	5.197	200.288
	17.287.357	417.246	4.728.292	3.231.397	8.704.937	-	-	5.197	200.288
2012 (reexpresso - Nota 1)									
Sociedade de Informação	10.918.467	-	-	-	10.918.467	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	1.094.385	499.074	401.079	41.385	105.392	47.455	-	-	-
Outros devedores	4.523.476	464.725	1.371.274	65.567	2.227.429	188.097	60	22.063	184.261
	16.536.328	963.799	1.772.353	106.952	13.251.288	235.552	60	22.063	184.261

Os valores vencidos e sem imparidade correspondem, maioritariamente, a dívidas com empresas do grupo Sonae e com outras entidades, para as quais não existe risco de crédito.

15. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Faturação a emitir a clientes por prestação de serviços	6.242.561	36.638.133
Trabalhos especializados pagos antecipadamente	1.892.828	15.410.725
Faturação a emitir a operadores (Nota 3.e))	-	18.473.505
Outros acréscimos de proveitos	783.419	1.142.523
Rendas pagas antecipadamente	293.202	923.483
Descontos de quantidade a receber	17.684	290.640
Outros despesas pagas antecipadamente	68.712	644.791
	9.298.406	73.523.800

Os resultados relativos a projetos realizados pela área de sistemas de informação são reconhecidos com base na percentagem de acabamento dos mesmos, a qual é calculada tendo por base a percentagem de custos já incorridos com trabalho realizado até à data relativamente ao total de custos estimados para o mesmo projeto, exceto quando tal não seja representativo da fase de acabamento do projeto.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os projetos em curso podem ser resumidos como segue:

	2013	2012
Número de projetos em curso	664	415
Total de custos reconhecidos	18.133.225	17.860.214
Total de receitas reconhecidas	30.823.190	24.926.025
Total de proveitos diferidos (Nota 27)	5.944.035	8.313.048
Total de proveitos acrescidos	4.680.950	4.567.092

16. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Numerário	10.979	121.908
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	28.793.626	6.740.185
Aplicações de tesouraria	159.210.318	54.878.917
Caixa e equivalentes de caixa	188.014.923	61.741.010
Descobertos bancários (Nota 20)	(10.208)	(55.290)
	188.004.715	61.685.720

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2013	2012
Sonae Investments BV	-	16.810.000
Aplicações bancárias	159.210.318	38.068.917
	159.210.318	54.878.917

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, venceram juros a uma taxa média de 1,69% (2,48% em 2012).

17. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações correspondentes a ações ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2013		2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	82.152.012	22,42%	78.681.339	21,48%
Sonae SGPS	76.679.374	20,94%	3.430.000	0,94%
Goldman Sachs*	7.780.349	2,12%	-	0,00%
Ações próprias (Nota 18)	5.571.014	1,52%	4.321.038	1,18%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Atlas Service Belgium**	-	-	73.249.374	20,00%
Millenium BCP ***	-	-	12.500.998	3,41%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

* A 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Group, Inc. passou a deter uma participação qualificada no capital social da Sonaecom por ter adquirido 7.780.349 ações representativas de 2,12% do capital.

** A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT - Orange') concluíram um acordo que consistia na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom detidos naquela data por uma subsidiária da FT - Orange. A 9 de setembro de 2013, essa opção de compra e venda foi exercida pela Sonae e FT - Orange respetivamente.

*** Por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pelo Millenium BCP, com base na informação obtida em 15 de maio de 2013, foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

18. Ações próprias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 250.024 ações próprias, no âmbito do seu plano de incentivo de curto e médio prazo.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom adquiriu 1.500.000 novas ações (a um preço médio de 1,667 euros), detendo, à data de 31 de dezembro de 2013, 5.571.014 ações próprias representativas de 1,52% do seu capital social, a um preço médio de 1,380 euros.

19. Interesses sem controlo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os interesses sem controlo tinham a seguinte composição:

	2013	2012
Digitmarket	375.209	359.878
Saphety	(71.967)	27.109
Outros	(33.418)	492
	269.824	387.479

20. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	MONTANTE UTILIZADO	
					2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2011	100.000.000	mar-15	Final	-	100.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	mar-15	Final	-	40.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2012	20.000.000	jul-15	Parcelar	-	20.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2013	20.000.000	jun-16	Final	20.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(58.271)	(1.586.070)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	61.767	1.745.019
					20.003.496	160.158.949
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	30.000.000	jul-15	-	-	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(70.090)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	-	150.771
					-	30.080.681
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-19	-	4.449.538	5.684.400
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	451.322	451.322
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(121.435)	(168.023)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	27.158	31.410
					4.806.583	5.999.109
					24.810.079	196.238.739

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	MONTANTE UTILIZADO	
					2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	-	(262.458)
	Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	377.316
					-	180.114.858
Optimus SA	Outros empréstimos	-	-	-	-	7000.000
WeDo USA	Empréstimo bancário	-	abr-14	-	988.788	-
Diversos	Descobertos bancários (Nota 16)	-	-	-	10.208	55.290
					998.996	7055.290
					998.996	187170.148

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de oito anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a empresa liquidou a totalidade do empréstimo obrigacionista e respetivos juros.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pela Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon. A 4 de fevereiro de 2013, a empresa liquidou o empréstimo obrigacionista de 30 milhões de euros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão, o empréstimo obrigacionista de 40 milhões foi cedido à Zon Optimus.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos e meio. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, Portigon AG (anteriormente conhecido como WestLB AG) transferiu toda sua participação de 33.300.000 euros no empréstimo obrigacionista para Erste Abwicklungsanstalt ('EAA'), uma entidade estatal alemã. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão Zon Optimus, o empréstimo obrigacionista de 100 milhões foi cedido à Zon Optimus.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão Zon Optimus, o empréstimo obrigacionista de 20 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedido à Zon Optimus a capacidade de utilização desta linha de crédito, sob a forma de Papel Comercial e pelo mesmo montante.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pela Caixa Económica Montepio Geral.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no exercício de 2013, foi de 2,71% (3,01%, em 2012).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010. Em julho 2012, a empresa liquidou a totalidade do montante utilizado do papel comercial e respetivos juros. O sindicato de garantia de colocação era composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos, sendo que em 31 de dezembro de 2013, esta linha de crédito não está a ser utilizada.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos. Adicionalmente, no mesmo período, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Santander Totta. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão Zon Optimus, os dois Programas de Papel Comercial foram totalmente reembolsados e posteriormente cedida à Zon Optimus a capacidade de utilização desta linha de crédito.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros, com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de dezoito meses, organizado pelo Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Espírito Santo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão Zon Optimus, o papel comercial de 30 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à Zon Optimus a capacidade de utilização desta linha de crédito.

Em junho de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros, com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Comercial Português. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão Zon Optimus, o papel comercial de 100 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à Zon Optimus a capacidade de utilização desta linha de crédito.

A taxa de juro média dos programas de emissão de papel comercial, no exercício de 2013, foi de 4,26% (1,52% em 2012).

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da respetiva empresa devedora.

Em abril de 2012, a Wedo Americas procedeu à contratação de um empréstimo de longo prazo junto do Espírito Santo Bank, no valor de 7,5 milhões USD e pelo prazo de 7 anos. O plano de reembolso deste financiamento é composto por 11 tranches semestrais, sendo a primeira exigível em abril de 2014.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em maio de 2013, no montante total de 20 milhões de euros, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral, e que estabelece a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. Adicionalmente, este e outros empréstimos da Sonaecom estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem determinadas restrições à oneração ou constituição de garantias reais sobre os ativos tangíveis das material subsidiaries e obrigam à manutenção de controlo sobre a WeDo USA (no caso do empréstimo bancário desta empresa). As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de dezembro de 2013 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de uma linha de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de conta corrente ou autorização de descoberto em conta, no montante de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos, geralmente, até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão Zon Optimus, foi cedida à Zon Optimus, uma linha de crédito bancário de curto prazo do Banco Popular, de 10 milhões de euros.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo.



Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas, papel comercial e para o empréstimo bancário da WeDo Américas classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	EM 12 MESES	ENTRE 12 E 24 MESES	ENTRE 24 E 36 MESES	ENTRE 36 E 48 MESES	ENTRE 48 E 60 MESES	ENTRE 60 E 72 MESES
2013						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	20.000.000	-	-	-
Juros	980.278	980.278	424.318	-	-	-
Papel comercial:						
Amortização	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-	-
Outros empréstimos:						
Amortização	-	988.786	988.786	988.786	988.786	494.394
Juros	134.394	108.363	82.549	56.231	30.273	4.242
	1.114.672	2.077.427	21.495.653	1.045.017	1.019.059	498.636
2012						
Empréstimo obrigacionista:						
Amortização	-	-	160.000.000	-	-	-
Juros	5.840.405	5.726.552	1.398.895	-	-	-
Papel comercial:						
Amortização	-	-	30.000.000	-	-	-
Juros	1.168.913	1.168.913	678.930	-	-	-
Outros empréstimos:						
Amortização	-	1.072.718	1.072.718	1.072.718	1.072.718	1.072.718
Juros	140.294	101.319	79.212	56.703	34.349	7.307
	7.149.612	8.069.502	193.229.755	1.129.421	1.107.067	1.080.025

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.



Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as linhas de crédito disponíveis pelo grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	MATURIDADE	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2013						
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.438.326	5.438.326	-	x	x
Outras	Diversos	-	10.208	-	x	
		41.438.326	25.448.534	16.000.000		
2012 (reexpresso - Nota 1)						
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Sonaecom	Contas correntes caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados*	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
WeDo USA	Empréstimo bancário	5.684.400	5.684.400	-		x
Outras	Diversos	-	7055.290	-	x	
		444.684.400	382.739.690	69.000.000		

* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro pelo que a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2013, incluindo a dívida relativa a locação financeira, e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado tivessem a subido (descido), em média, 75bp durante o ano de 2013, os juros suportados nesse exercício seriam diminuídos (aumentados), em aproximadamente, 1.000.000 euros.

21. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 67.937 euros e 17.308.879 euros, respetivamente. Esta variação deve-se ao desreconhecimento dos passivos referentes às empresas do setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de dezembro de 2013 e 2012 era o seguinte:

	2013		2012 (reexpresso - Nota 1)	
	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Atualização dos pagamentos de leasing
2012	-	-	4.702.802	3.594.987
2013	76.294	70.728	3.477.615	2.615.655
2014	41.332	38.286	3.351.597	2.628.909
2015	26.142	25.040	2.365.819	1.772.586
2016 e seguintes	4.682	4.611	12.453.930	10.291.729
	148.450	138.665	26.351.763	20.903.866
Juros	(9.784)	-	(5.447.895)	-
	138.666	138.665	20.903.868	20.903.866
Parcela curto prazo (Nota 25)	-	(70.728)	-	(3.594.987)
	138.666	67.937	20.903.868	17.308.879

22. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	SALDO INICIAL (reexpresso - Nota 1)	REFORÇO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIAS	UNIDADES DESCONTINUADAS (Nota 3.e))	SALDO FINAL
2013						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 13 e 14)	82.895.444	18.801.662	(5.504.235)	(19.030.746)	(73.162.600)	3.999.525
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	4.377.789	466.664	(1.995.000)	(520.824)	(2.303.629)	25.000
Provisões para outros riscos e encargos	43.673.340	4.257.934	(5.753.550)	(3.868.767)	(35.247.971)	3.060.986
	130.946.573	23.526.260	(13.252.785)	(23.420.337)	(110.714.200)	7.085.511
2012 (reexpresso)						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 13 e 14)	78.502.541	20.217.279	(33.981)	(15.790.395)	-	82.895.444
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 12)	12.801.233	286.548	-	(8.709.992)	-	4.377.789
Provisões para outros riscos e encargos	48.563.051	2.416.109	(8.964.477)	1.658.657	-	43.673.340
	139.866.825	22.919.936	(8.998.458)	(22.841.730)	-	130.946.573

O reforço das Provisões e perdas por imparidade no montante de 23.526.260 euros, incluem o montante de 20.307.476 euros relativo ao reforço das provisões e perdas por imparidades das unidades descontinuadas e o montante de 3.218.784 euros relativo a unidades continuadas. O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 946.897 euros (632.751 euros em 2012) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 33), o montante de 275.000 euros relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 - 'Ativos fixos tangíveis' (Nota 1.c)), o montante de 243.932 euros registado, na demonstração de resultados, em 'Outros custos financeiros', respeitante à atualização da provisão anteriormente criada para desmantelamento de sites, e ainda, o montante de 44.245 euros (48.044 euros em 2012) registado,

na demonstração de resultados, em 'Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente', relativo ao registo da provisão resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial da SIRS (Nota 32). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica 'Provisões e perdas por imparidade' ascende a 1.708.710 euros.

A redução das Provisões e perdas por imparidade no montante de 13.252.785 euros inclui o montante de 11.454.683 euros relativo à redução de provisões e perdas por imparidade em unidades descontinuadas e o montante de 1.798.102 euros relativo a unidades continuadas. A redução das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 1.222.647 euros, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 33). Desta forma, o montante de redução registado na demonstração de resultados na rubrica 'Outros proveitos operacionais' ascende a 575.455 euros (Nota 29).

Deste modo, o valor líquido das provisões e perdas por imparidade das unidades descontinuadas ascende a 8.852.793 euros (Nota 37).

O reforço e a redução relativos a 'Perdas de imparidade acumuladas em inventários' encontram-se registados na demonstração de resultados, em 'Custo das Vendas' (Nota 1.i)).

As utilizações e transferências referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes e inventários com imparidade da filial Optimus - Comunicações S.A., integralmente objeto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Contingências diversas	1.781.800	4.338.072
Processos judiciais em curso	199.151	2.969.849
Desmantelamentos	242.073	13.983.949
Indemnizações a liquidar	240.038	877.890
Outras responsabilidades	597.925	21.503.580
	3.060.986	43.673.340

A 31 de dezembro de 2013, o valor das provisões para desmantelamentos encontra-se registado pelo valor presente tendo em consideração a data de utilização das mesmas, de acordo com a IAS 37 - 'Provisões, Passivos e Ativos Contingentes'. A variação deve-se ao desreconhecimento das provisões associadas às unidades descontinuadas (Nota 3.e)).

A rubrica de 'Contingências diversas' diz respeito a passivos prováveis resultantes de transações diversas efetuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outras responsabilidades, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à atualização financeira dos mesmos.

A rubrica 'Outras responsabilidades' corresponde sobretudo ao valor de custos imputados ao período corrente ou a períodos passados, em relação aos quais não é possível estimar com grande fiabilidade o momento da concretização da despesa (Nota 1.r)), no montante de cerca de 441 mil euros (cerca de 19 milhões de euros em 2012). A variação deve-se ao desreconhecimento das provisões referentes à Optimus Comunicações S.A., à Be Artis e à Be Towering (Nota 3.e)).

Os montantes referentes a provisões e perdas de imparidade acumuladas a agosto de 2013 relativas a empresas do setor das telecomunicações, foram desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon pelo que se encontram refletidos na coluna 'Unidades descontinuadas (Nota 3.e))', do quadro inicial desta nota.



23. Outros passivos não correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Espectro para 4ª Geração	-	21.602.124
Sociedade de Informação	-	13.944.247
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	307.870	262.047
Outros	969.434	1.923.362
	1.277.304	37.731.780

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica 'Espectro para 4ª Geração' corresponde ao valor atual do montante a pagar nos anos seguintes, resultante da atribuição, à então subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços de 4ª Geração (Nota 6) e a rubrica 'Sociedade de Informação' refere-se à parcela de médio e longo prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela empresa no âmbito do programa 'Iniciativas E' (Notas 6, 14 e 27). Durante o exercício de 31 de dezembro de 2013 estes montantes foram desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon.

A rubrica 'Outros' inclui o montante de 959.922 euros (1.919.016 euros em 31 de dezembro de 2012) referente à parcela de médio e longo prazo do valor a pagar relativo à aquisição da Connectiv (Nota 7).

24. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica tinha a seguinte composição e plano de maturidade:

	TOTAL	ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	MAIS DE 180 DIAS
2013				
Fornecedores, conta corrente	17.159.275	17.159.275	-	-
Fornecedores de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.281.412	1.281.412	-	-
Fornecedores, faturas em receção e conferência	3.327.592	3.327.592	-	-
	21.768.279	21.768.279	-	-
2012 (reexpresso - Nota 1)				
Fornecedores, conta corrente	132.031.968	102.118.360	-	29.913.608
Fornecedores de ativos fixos tangíveis e intangíveis	34.185.038	33.185.038	-	1.000.000
Fornecedores, faturas em receção e conferência	2.538.668	2.538.668	-	-
	168.755.674	137.842.066	-	30.913.608

O saldo de 'Fornecedores, conta corrente' com maturidade superior a 180 dias a 31 de dezembro de 2012, corresponde ao diferendo da então subsidiária Optimus - Comunicações S.A. mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001.

A 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional do grupo e de aquisição de ativos fixos tangíveis e intangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da atualização desses montantes não é material.

25. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 70.728 euros (3.594.987 euros em 2012) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 21).



26. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Estado e outros entes públicos	4.285.787	10.550.192
Outros credores	6.153.540	2.142.209
Titularização de créditos	-	19.952.518
	10.439.327	32.644.919

A 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros credores' inclui o montante de cerca de 6 milhões de euros referente a valores a pagar à Optimus SA, Be Artis e Be Towering referente à cessação do contrato MTIP (Nota 34).

As dívidas a outros credores tinham o seguinte plano de maturidade:

	TOTAL	TILL 90 DAYS	FROM 90 TO 180 DAYS	MORE THAN 180 DAYS
2013				
Outros credores	6.153.540	6.153.540	-	-
2012 (reexpresso - Nota 1)				
Outros credores	2.142.209	2.142.209	-	-

As dívidas a outros credores não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua atualização não são materiais.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' refere-se, essencialmente, a Impostos a pagar (Imposto sobre Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, Contribuições a pagar à Segurança Social e às retenções de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) das seguintes filiais:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Sonaecom	1.306.526	101.116
Digitmarket	798.710	481.762
WeDo	661.317	425.246
WeDo Brasil	404.056	1.348.121
Público	389.492	408.483
Mainroad	309.035	435.829
Saphety	125.185	168.525
Sonaecom SP	86.568	-
Optimus	-	3.452.751
Be Artis	-	3.121.787
Be Towering	-	222.972
Outros	204.898	383.600
	4.285.787	10.550.192

Em 30 de dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de euros (98.569.400 euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento 'Corporate', ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro (Nota 11). Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ('TAGUS'), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas 'Magma No. 1 Securitisation Notes', às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031). As receitas futuras, nos montantes

necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transação, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas à Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 euros. Esta transação não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respetivos clientes. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi desreconhecido na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon e o consequente desreconhecimento dos ativos e passivos referentes ao setor das telecomunicações (Nota 3.e)).

27. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Custos a pagar:		
Custos com o pessoal	12.145.020	25.807.661
Publicidade e propaganda	474.495	5.360.216
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 39)	284.788	272.410
Descontos de quantidade	68.810	1.164.820
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	16.273	10.940.733
Faturação a emitir por operadores	-	30.053.910
Comissões	-	3.003.415
Sociedade de Informação	-	640.159
Outros custos a pagar	3.516.557	4.217.180
Outros fornecimentos e serviços externos	3.002.565	18.301.225
	19.508.508	99.761.729
Proveitos diferidos:		
Faturação antecipada a clientes (Nota 15)	7.576.081	25.045.532
Outros proveitos diferidos	622.871	2.613.752
	8.198.952	27.659.284
	27.707.460	127.421.013

A rubrica 'Ativos fixos tangíveis e intangíveis', em 31 de dezembro de 2012, inclui 6 milhões de euros referentes ao valor a pagar no curto prazo, resultante da atribuição, à então subsidiária Optimus, das frequências necessárias ao desenvolvimento dos serviços de 4ª Geração (Nota 6). Em 31 de dezembro de 2012, o valor relativo a 'Sociedade de Informação' de 640.159 euros, é referente à parcela de curto prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela empresa, no âmbito do programa 'Iniciativas E' (Notas 6, 14 e 23). Ainda em 31 de dezembro de 2012, a rubrica 'Receitas antecipadas de clientes' diz respeito, essencialmente, a valores recebidos de clientes, por parte da filial Optimus – Comunicações S.A., associados aos recarregamentos de telemóveis e à compra de minutos de telecomunicações ainda não consumidos.

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2013 estes montantes foram desreconhecidos na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.e)).

28. Vendas e prestações de serviços

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Sistemas de Informação	99.780.494	84.946.543
Multimédia	17.073.099	19.387.413
Atividades de Holding	121.159	9.917
	116.974.752	104.343.873

29. Outros proveitos operacionais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a rubrica 'Outros proveitos operacionais' tinha a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Proveitos suplementares	717.215	639.249
Redução de provisões (Nota 22)	575.455	33.981
Outros	2.182.453	1.340.775
	3.475.123	2.014.005

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros' incluía essencialmente o montante de 1 milhão de euros referentes a reversões de amortizações (Nota 6).

30. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Subcontratos	22.167.907	22.491.208
Rendas e alugueres	5.648.220	6.213.795
Deslocações e estadas	4.692.382	3.856.213
Trabalhos especializados	4.086.094	1.947.649
Publicidade e propaganda	3.212.996	2.804.441
Honorários	1.234.019	1.386.398
Comunicação	767.996	552.378
Eletricidade	641.079	223.931
Comissões	393.871	1.073.148
Conservação e reparação	311.861	588.967
Outros	1.318.007	1.291.307
	44.474.432	42.429.435

Os compromissos assumidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2013	-	2.720.394
2014	3.509.263	1.723.995
2015	2.958.484	1.119.436
2016	2.342.694	501.918
2017 e seguintes	3.006.741	223.440
Renováveis por 1 ano	920.113	1.458.427
	12.737.295	7.747.610

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidos 4.802.731 euros na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais, registados na rubrica 'Rendas e alugueres'.

31. Outros custos operacionais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Outros custos operacionais' apresentava a seguinte composição:

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Impostos e taxas	136.723	133.897
Outros	146.334	152.185
	283.057	286.082

32. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Resultados financeiros relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente:		
Ganhos e perdas relativos a empresas associadas e controladas conjuntamente (Nota 8)	(490.365)	32.858
	(490.365)	32.858
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a Investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 9)	46.636.719	-
	46.636.719	-
Custos financeiros:		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(9.900.712)	(13.290.647)
Juros de leasing	(5.851)	(3.399)
Outros juros	(605.448)	(416.359)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(851.055)	(2.123.416)
Outros custos financeiros	(635.694)	(676.927)
	(11.998.760)	(16.510.748)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	7.423.125	1.318.279
Diferenças de câmbio favoráveis	537.553	1.197.681
Outros proveitos financeiros	16.482	44.905
	7.977.160	2.560.865

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria. Em 31 de dezembro de 2013 inclui ainda o montante de 4.674.111 recebidos da Unitel em sequência da alienação a esta entidade de suprimentos concedidos à ZOPT (Nota 3.e)).

33. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2013	2012 (reexpresso - Nota 1)
Imposto corrente	(3.353.668)	(2.949.987)
Provisão para impostos líquida da redução (Nota 22)	275.750	(632.751)
Imposto diferido ativo (Nota 11)	795.415	(30.786)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	189	3.606.259
	(3.873.144)	(7265)

34. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos e transações mantidos com partes relacionadas respeitaram, essencialmente, à atividade operacional do grupo, bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transações mais significativos efetuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram os seguintes:

	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013			
	Contas a receber (Notas 13 e 14)	Contas a pagar (Notas 24 e 26)	Aplicações de tesouraria (Nota 16)	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	49.924	-	-	(31.198)
Outras partes relacionadas				
Artis	1.939.686	2.963.167	-	(391.071)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	325.466	61.513	-	(292.299)
Optimus	1.264.110	3.681.010	-	(51.959)
Raso Viagens	20.039	322.234	-	(8.227)
SC-Sociedade de Consultadoria	351.089	-	-	(173.685)
Sierra Portugal	553.453	3.811	-	295.038
Sonae Indústria PCDM	142.558	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	-	-
Sonaecenter II	1.649.702	106.217	-	(697.310)
Worten	33.210	(867)	-	-
Zon Optimus	10.203.626	-	-	(1.943.340)
	16.532.863	7.137.085	-	(3.294.051)

	SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
	Contas a receber (Notas 13 e 14)	Contas a pagar (Notas 24 e 26)	Aplicações de tesouraria (Nota 16)	Outros ativos / (passivos)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	14.290	47.256	-	3.026
Outras partes relacionadas				
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	936.530	437.381	-	43.538
Raso Viagens	58.025	207.980	-	30.131
SC-Sociedade de Consultadoria	157.358	(396)	-	(169.905)
Sierra Portugal	1.172.738	123.435	-	181.310
Sonae Indústria PCDM	388.471	-	-	28.155
Sonae Investments BV	-	-	16.810.000	2.029
Sonaecenter II	1.529.445	32.050	-	(360.514)
Worten	3.228.368	571.551	-	(1.074.423)
France Telecom	1.906.520	3.645.753	-	(3.728.782)
	9.391.744	5.065.010	16.810.000	(5.045.435)

TRANSAÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				
	Vendas e prestações de serviços (Nota 28)	Fornecimento e serviços externos (Nota 30)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 32)	Proveitos suplementares (Nota 29)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	212	48.600	685.345	-
Subsidiárias				
Infosystems	129.948	165.012	-	(266.424)
Unipress	196.192	582.202	-	57.000
Outras partes relacionadas				
Be Artis	3.728.001	290.298	-	28.800
MDS	595.298	1.122	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	835.657	347.542	-	144.948
Optimus	1.089.183	1.035.463	-	40.185
Raso Viagens	136.223	1.368.354	-	10.151
SC-Sociedade de Consultadoria	1.332.782	-	-	-
Sierra Portugal	5.370.033	16.294	-	-
Sonae Indústria PCDM	1.056.895	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	6.606	-
Sonaecenter II	8.266.354	685.977	-	-
Zon Optimus	-	(526.753)	17.520.021	-
	22.606.831	3.849.101	18.211.972	281.084

TRANSAÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REEXPRESSO)				
	Vendas e prestações de serviços (Nota 28)	Fornecimento e serviços externos (Nota 30)	Juros obtidos/ (suportados) (Nota 32)	Proveitos suplementares (Nota 29)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	20.932	52.756	274.803	-
Subsidiárias				
Infosystems	-	426.609	-	-
Unipress	72.847	683.506	-	-
Outras partes relacionadas				
MDS	659.430	118.131	-	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	4.238.875	1.228.275	-	334.191
Raso Viagens	434.283	1.970.933	-	-
SC-Sociedade de Consultadoria	1.335.587	(274)	-	413
Sierra Portugal	6.835.654	733.080	-	(49)
Sonae Indústria PCDM	33	(5.150)	-	-
Sonae Investments BV	-	-	819.392	-
Sonaecenter II	9.200.803	686.001	-	-
	22.798.444	5.893.867	1.094.195	334.555

Durante o exercício de 2012, o Grupo celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo, pelo preço de 1,184 Euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 Euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros.

As transações efetuadas entre empresas do grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

35. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

EMPRESA	BENEFICIÁRIO DA GARANTIA	DESCRIÇÃO	2013	2012
Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso de IVA	5.955.731	5.955.731
WeDo	Espírito Santo Bank	Empréstimo bancário (Nota 20)	5.534.407	5.784.826
Optimus, Sontária, Sonaecom e Público	Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC, IS, IVA, RF	2.714.853	8.481.387
We Do e WeDo Egipto	Digi Tecomunications; Emirates Telecom. Corp.; Group Etisalat; Scotia Leasing Panama; Pak Telecom Mobile	Boa execução de trabalhos a realizar	1.101.201	1.153.110
We Do, Saphety e Digtmarket	IAPMEI	Projeto 'HERMES' e projeto 'Value4cuopons' - QREN	392.707	417.797
Optimus	ICP - ANACOM	Aquisição do espetro para 4ª geração	-	30.000.000
Optimus	Câmara Municipal de Barcelos, Chaves, Coimbra, Elvas, Lisboa, Mealhada, Oeiras e Sintra	Boa execução de trabalhos a realizar	-	87476
Várias	Outros		336.175	1.259.767
			16.035.074	53.140.094

A variação ocorrida no valor das garantias refere-se às garantias relacionadas com o setor das telecomunicações que já não se encontram no saldo final de 31 de dezembro de 2013 (Nota 3.e)).

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 10.529.619 euros.

Em 31 de dezembro de 2013, é convicção do Conselho de Administração do grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

36. Informação por segmentos

Atendendo à descontinuação da atividade das Telecomunicações (Nota 3.e)), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Atividades de Holding.

Estes segmentos foram identificados tendo em consideração os seguintes critérios/condições: o facto de serem unidades do grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é desenvolvida informação financeira separadamente, os seus resultados operacionais são regularmente revistos pela gestão e sobre os quais esta toma decisões sobre, por exemplo, alocação de recursos, o facto de terem produtos/serviços semelhantes e ainda tendo em consideração o threshold quantitativo (conforme previsto na IFRS 7).

O segmento denominado 'Atividades de Holding', engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja atividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes atividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transações foram efetuadas a preços de mercado.

As transferências e transações entre segmentos são efetuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e em resultado da concretização da operação de fusão por incorporação da Optimus SGPS na Zon (Nota 3.e)) o segmento de telecomunicações foi classificado como uma unidade operacional descontinuada. Conforme previsto pela IFRS 5, foram efetuadas alterações nas Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 para refletir numa quantia única, na face da demonstração dos resultados, os lucros ou prejuízos após os impostos das unidades operacionais descontinuadas (Nota 37).

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	TELECOMUNICAÇÕES		MULTIMÉDIA		SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		ATIVIDADES DE HOLDING		SUB-TOTAL		ELIMINAÇÕES		TOTAL	
	dez-13 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-13 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-13 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-13 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-13 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-13 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	dez-12 (reexpresso - Nota 1)	
Proveitos:														
Vendas e Prestações de serviços	-	-	18.764.151	20.935.753	109.572.472	103.824.565	2.627.835	3.492.234	130.964.458	128.252.552	(13.989.706)	(23.908.679)	116.974.752	104.343.873
Redução de provisões	-	-	264.495	15.623	310.254	33.981	706	-	575.455	49.604	-	-	575.455	49.604
Outros proveitos operacionais	-	-	502.453	363.727	2.433.525	1.438.517	113.177	31.204	3.049.155	1.833.448	(149.487)	130.953	2.899.668	1.964.401
Total de proveitos	-	-	19.531.099	21.315.103	112.316.251	105.297.063	2.741.718	3.523.438	134.589.068	130.135.604	(14.139.193)	(23.777.726)	120.449.875	106.357.878
Amortizações e depreciações	-	-	(917.499)	(1.123.819)	(5.106.050)	(5.413.406)	(65.561)	(68.403)	(6.089.110)	(6.605.628)	(552.682)	(753.7862)	(6.641.792)	(14.143.490)
Provisões e perdas de imparidade	-	-	-	(125.209)	(1.611.941)	(1.116.162)	(96.769)	(15.388)	(1.708.710)	(1.256.759)	-	-	(1.708.710)	(1.256.759)
Resultado operacional do segmento	-	-	(2.193.158)	(8.252.987)	9.254.014	6.635.503	(1.881.454)	(1.009.256)	5.179.402	(2.626.740)	(5.908.785)	(16.622.749)	(729.383)	(19.249.489)
Juros obtidos	-	-	29.877	54.700	447.735	169.225	24.475.792	14.880.982	24.953.404	15.104.907	(17.530.279)	(13.786.628)	7423.125	1.318.279
Juros suportados	-	-	(458.690)	(429.913)	(1.131.548)	(1.111.693)	(10.397.251)	(13.717.752)	(11.987.489)	(15.259.358)	1.475.478	1.548.952	(10.512.012)	(13.710.406)
Ganhos e perdas em investimentos registados ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	46.636.719	-	46.636.719	-	-	-	46.636.719	-
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	-	(16.709.914)	(363.149)	(16.709.914)	(363.149)	166.608.778	396.007	(439.865)	32.858
Outros resultados financeiros	-	-	(127.680)	3.865	(500.004)	(1.087.127)	19.609.992	113.605.995	18.982.308	11.522.733	(19.915.021)	(114.080.489)	(932.713)	(1.557.756)
Impostos sobre o rendimento	-	-	634.284	2.166.025	(3.007.102)	(2.820.487)	(1.508.562)	81.892	(3.881.380)	(572.570)	8.236	565.305	(3.873.144)	(7265)
Resultado líquido consolidado do período das operações continuadas	-	-	(2.115.367)	(6.458.310)	5.062.627	1.785.421	(90.163.907)	113.478.711	(87.166.147)	108.805.822	124.688.374	(141.979.601)	375.72.727	(33.173.779)
Resultado líquido do período de operações descontinuadas	56.244.220	85.673.820	-	-	-	-	-	-	66.244.220	85.673.820	-	-	66.244.220	108.605.828
Atribuível a:														
Acionistas da empresa mãe	56.244.220	85.673.820	(2.115.367)	(6.458.310)	5.130.163	1.778.682	(90.113.407)	113.478.711	(87.098.611)	108.799.083	190.937.090	(33.379.706)	103.838.479	75.419.377
Interesses sem controlo	-	-	-	-	(67.536)	6.739	-	-	(67.536)	6.739	4.496	5.933	(72.032)	12.672
Ativos:														
Ativos fixos tangíveis, intangíveis e Goodwill	-	1.514.851.098	3.987.720	3.957.923	78.022.279	76.653.543	59.802	305.814	82.069.801	80.917.280	(31.458.027)	1.397.553.278	50.611.774	1.478.470.558
Inventários	-	13.034.702	441.970	615.150	150.670	201.885	-	-	592.640	817.035	(39.115)	12.985.114	553.525	13.802.149
Investimentos financeiros	-	-	112.954	209.829	878.981	1.504.296	648.107.486	1.048.336.476	649.099.421	1.050.050.601	63.836.312	(1.048.885.196)	712.935.733	1.165.405
Outros ativos não correntes	-	97.647.755	3.570	3.570	5.528.461	5.892.325	178.906.506	530.961.790	184.438.537	536.857.685	(178.316.217)	(433.300.244)	6.122.320	103.557.441
Outros ativos correntes do segmento	-	231.930.799	7.260.077	8.116.215	53.757.378	53.329.425	409.899.824	136.461.502	470.917.279	197.907.142	(214.146.831)	103.969.422	256.770.448	301.876.564
Passivos:														
Passivos do segmento	-	810.003.305	15.777.829	16.428.857	72.566.030	76.285.566	37.284.768	379.422.086	125.628.627	472.135.509	(35.338.009)	343.492.607	90.290.618	815.629.116
CAPEX	-	130.088.691	974.574	956.495	7.266.233	14.935.082	15.285.975	21.765.914	23.526.782	37.657.491	(15.237.180)	(21.861.923)	8.289.602	15.795.568

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	MULTIMÉDIA	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	ATIVIDADES DE HOLDING
2013			
Telecomunicações	46.858	9.754.292	2.077.959
Multimédia	-	81.878	140.814
Sistemas de Informação	294	-	287.903
Atividades de Holding	2.400	5.687	-
Clientes externos	18.714.599	99.730.615	121.159
	18.764.151	109.572.472	2.627.835
2012 (reexpresso - Nota 1)			
Telecomunicações	-	18.779.380	3.038.639
Multimédia	-	104.654	145.875
Sistemas de Informação	15.257	-	297.803
Atividades de Holding	4.800	2.366	-
Clientes externos	20.915.696	84.938.165	9.917
	20.935.753	103.824.565	3.492.234

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as vendas e prestações de serviços dos diversos segmentos foram obtidas predominantemente no mercado português, representando este mercado mais de 90% do réditto para os segmentos de Multimédia e Atividades de Holding.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, também para o segmento Sistemas de Informação o mercado português é preponderante, representando 54,1% do réditto (55% em 2012) seguido dos mercados brasileiro e americano, representando 7,4% e 6,1% do réditto (7,4 % e 8,3% em 2012), respetivamente.



As demonstrações financeiras consolidadas da Zon Optimus a 31 de dezembro de 2013 e 2012, incorporadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom através da ZOPT pelo método da equivalência patrimonial (Notas 3.e) e 8), podem ser resumidas como se segue:

Balancos consolidados condensados

(Montantes expressos em milhares de euros)	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012 (reexpresso)
Ativo		
Ativos fixos tangíveis	1.096.823	618.238
Ativos intangíveis	1.111.107	323.621
Impostos diferidos ativos	165.416	52.193
Outros ativos não correntes	61.143	80.438
Ativo não corrente	2.434.489	1.074.490
Clientes	276.630	119.147
Caixa e equivalentes de caixa	74.380	273.179
Outros ativos correntes	103.831	83.768
Ativo corrente	454.841	476.094
Total do ativo	2.889.330	1.550.584
Passivo		
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	928.239	711.994
Provisões para outros riscos e encargos	92.429	29.951
Outros passivos não correntes	46.221	14.924
Passivos não correntes	1.066.889	756.869
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	213.431	295.328
Fornecedores	296.823	158.133
Outros passivos correntes	251.974	120.846
Passivos correntes	762.228	574.307
Total do passivo	1.829.117	1.331.175
Capital próprio excluindo interesses sem controlo	1.050.598	210.013
Interesses sem controlo	9.615	9.396
Total do capital próprio	1.060.213	219.409
Total do capital próprio e do passivo	2.889.330	1.550.584

Demonstrações consolidadas condensadas dos resultados por natureza

(Montantes expressos em milhares de euros)	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012 (reexpresso)
Receitas totais	990.259	787.133
Custos e perdas		
Custos diretos e Fornecimentos e serviços externos	(413.817)	(325.822)
Amortizações	(243.070)	(204.119)
Outros custos operacionais	(258.744)	(156.481)
	(915.631)	(686.422)
Resultados financeiros	(46.936)	(41.044)
Imposto sobre o rendimento	(16.433)	(19.303)
Resultado líquido consolidado do exercício	11.259	40.363
Resultado líquido consolidado do exercício atribuído a interesses sem controlo	449	869
Atribuível a acionistas da empresa mãe	10.810	39.494

37. Unidades descontinuadas

O resultado líquido das operações descontinuadas pode ser detalhado como se segue:

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	27 DE AGOSTO DE 2013	31 DE DEZEMBRO DE 2012
Vendas	18.822.654	32.785.358
Prestações de serviços	440.084.032	686.747.563
Outros proveitos operacionais	6.045.835	7.455.913
	464.952.521	726.988.834
Custo das vendas	(21.479.154)	(42.773.825)
Fornecimentos e serviços externos	(229.074.114)	(350.484.270)
Custos com o pessoal	(30.726.186)	(4.788.618)
Amortizações e depreciações	(93.347.815)	(138.799.420)
Provisões e perdas de imparidade	(8.852.793)	(20.695.835)
Outros custos operacionais	(9.723.657)	(14.580.133)
	(393.203.719)	(615.215.101)
Outros custos financeiros	(2.092.284)	(4.173.624)
Outros proveitos financeiros	2.697.674	4.108.199
Resultados correntes	72.354.192	111.708.308
Imposto sobre o rendimento	2.839.693	(3.102.480)
	75.193.885	108.605.828
Ganho / (perda) resultante da alienação (Nota 3.e))	(8.949.665)	-
Resultado líquido do exercício de operações descontinuadas	66.244.220	108.605.828

O resultado líquido do exercício de operações descontinuadas na coluna referente a 27 de agosto de 2013 corresponde ao resultado líquido gerado pelas empresas associadas ao negócio das telecomunicações até à data da fusão da Optimus SGPS com a Zon (Nota 3.e)) no montante de 75.193.885 euros e da perda apurada com a operação no montante de 8.949.665 euros.

38. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao grupo (103.838.479 euros em 2013 e 75.419.377 euros em 2012) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, deduzidas das ações próprias (360.941.333 em 2013 e 359.390.746 em 2012).

39. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, o grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	PERÍODO DE DIFERIMENTO			31 DEZEMBRO 2013	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de ações
Ações Sonaecom					
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13**	-	-
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	44	477.778
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	45	540.805
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	46	406.903
Ações Sonae SGPS					
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS;

** Plano cujo vencimento parcial foi antecipado para 27-dez-12.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	AÇÕES SONAE COM		AÇÕES SONAE SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2012:				
Ainda diferidas	731	6.249.578	18	1.488.252
Total	731	6.249.578	18	1.488.252
Movimentos no exercício:				
Atribuídas	346	2.335.126	7	359.443
Vencidas	(4)	(247.423)	(4)	(342.242)
Saída de empresas do perímetro de consolidação	(946)	(6.898.655)	(12)	(410.509)
Canceladas / extintas / corrigidas/ transferidas(1)	8	(13.140)	(3)	(296.353)
Saldo a 31 dezembro 2013:				
Ainda diferidas	135	1.425.486	6	798.591
Total	135	1.425.486	6	798.591

(1) As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2010 e 2012 de ações Sonaecom, SGPS, S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, sendo a responsabilidade calculada com base no preço fixado no contrato. A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	AÇÕES SONAE SGPS			AÇÕES SONAE COM	TOTAL
	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2011	
Valor nominal	257.574	323.727	268.451	492.439	1.342.190
Maturidade	mar-14	mar-15	mar-16	dez-16	
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 2				
Método de valorização	Custo atual de substituição				
Justo valor*	174.734	490.711	125.071	634.672	1.425.188

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2013 no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são como se segue:

	AÇÕES SONAE COM	AÇÕES SONAE SGPS	AÇÕES ZON OPTIMUS SGPS	TOTAL
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	31.655.399	4.213.815	129.532	35.998.746
Custos reconhecidos no exercício	2.833.805	201.963	149.987	3.185.755
Saída de empresas do perímetro de consolidação	(4.886.747)	(104.976)	-	(4.991.723)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(28.024.748)	(3.788.762)	-	(31.813.510)
Custos dos planos exercidos no exercício	(493.653)	(258.747)	-	(752.400)
Total de custos dos Planos	1.084.056	263.293	279.519	1.626.868
Responsabilidade dos Planos	1.718.728	1.053.809	279.519	3.052.056
Justo valor dos Contratos de cobertura	(634.672)	(790.516)	-	(1.425.188)
Registados em 'Caixa e equivalentes de caixa' (1)	-	-	(43.048)	(43.048)
Registados em 'Outros passivos correntes' (Nota 27)	2.846	126.218	155.724	284.788
Registados em 'Outros passivos não correntes' (Nota 23)	3.952	137.075	166.843	307.870
Registado em Reservas	1.077.258	-	-	1.077.258

(1) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações Zon Optimus. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações Zon Optimus foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a Zon Optimus passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos Zon Optimus SGPS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

40. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2013 e 2012, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom a 31 de dezembro de 2013 e 2012 (19 dirigentes em 2013 e 2012), foi como segue:

	2013	2012
Benefícios de empregados de curto prazo*	1.716.252	3.194.563
Pagamentos com base em ações*	462.820	825.843
	2.170.305	4.020.406

* Em 2013 não foram incluídos as remunerações do pessoal chave da gerência que foi transferido para a ZON OPTIMUS na sequência da fusão entre Optimus SGPS e Zon.

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2013 e 2012 corresponde ao valor do plano de incentivo de médio prazo a ser atribuído em 2014 e relativo à performance de 2013 (e atribuído em 2013 relativo à performance de 2012, para o valor de 2012), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2017 e março de 2016, respetivamente. O Relatório de Governo das Sociedades inclui informação mais detalhada sobre a política de remuneração da Sonaecom.

41. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2013 e 2012, o grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2013	2012
Revisão legal de contas	110.974	171.699
Outros serviços de garantia e fiabilidade	10.000	34.000
Consultoria fiscal	14.747	47.785
Outra consultoria	1.250	-
Total	136.971	253.484

A redução verificada nos Honorários do Revisor Oficial de Contas, deve-se à saída das empresas do setor das telecomunicações, na sequência da fusão entre a Optimus SGPS e a Zon (Nota 3.e)).

42. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 912 e de 877, respetivamente (excluindo as empresas incluídas nas unidades descontinuadas). A 31 de dezembro de 2013 o número de trabalhadores ascendia a 924.

43. Outros assuntos

A 29 de outubro de 2013, a Sonaecom lançou uma oferta pública voluntária de aquisição de um máximo de 88.479.803 ações representativas de 24,16% do seu próprio capital social. Esta operação surge após a conclusão da fusão entre a Optimus SGPS, S.A. e a Zon Multimédia, SGPS, S.A., da qual resultou a Zon Optimus SGPS, S.A., tendo a Sonaecom, na qualidade de acionista da Optimus, passado a deter diretamente 37.489.324 ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus e uma participação de 50% na Zopt, SGPS, S.A. detentora, por sua vez, de uma participação correspondente a 50,01% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus.

A Sonaecom pretende assim conferir a opção aos seus acionistas de alienar, em condições de igualdade, as suas ações nesta Sociedade, por contrapartida da entrega das 374.89.324 ações Zon Optimus detidas diretamente que, não sendo necessárias à prossecução da atividade da Sociedade, permitem a exposição direta dos acionistas à Zon Optimus, ativo de referência do portfólio da Sonaecom.

A Sonaecom oferece um preço global equivalente a 2,45 euros por ação Sonaecom, composto por entrega de ações Zon Optimus e de um montante remanescente em dinheiro, se aplicável, que representa para os acionistas aceitantes da Oferta um prémio, por ação Sonaecom, de cerca de: 10% sobre a cotação de fecho de dia 28 de outubro de 2013 e sobre a média ponderada da cotação de fecho dos 30 dias anteriores; 24% por referência à média ponderada da cotação de fecho da ação Sonaecom nos anteriores 90 dias; e 17%, considerando a média dos target prices da ação Sonaecom de 2,10 euros. Para efeitos de determinação da relação de troca entre ações Sonaecom e ações Zon Optimus, relevou-se a média ponderada da cotação de fecho das ações Zon Optimus nas 5 últimas sessões de mercado regulamentado, de 5,08 euros por ação Zon Optimus.

44. Eventos subsequentes

Em 23 e 24 de janeiro de 2014, nos termos previamente autorizados pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, CMVM, a Sonae - SGPS, S.A. (Sonae) adquiriu, em operação realizada fora de Bolsa, um total de 1.454.134 ações da Sonaecom a Administradores e Partes Relacionadas da Sonaecom.

A consideração desta aquisição foi determinada e estabelecida em 20 de fevereiro de 2014, a data do apuramento de resultados da Oferta Pública, pelo mesmo valor pago aos acionistas que aceitaram a Oferta. Após esta operação, a Sonae passou a deter, diretamente, 78.133.508 ações e, indiretamente, 194.063.119 ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom, equivalentes a uma participação total de 272.196.627 ações.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Durante o exercício de 2014 a Sonaecom irá assim reduzir o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

A liquidação física e financeira da Oferta ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2014, sendo a consideração da Oferta composta por 26.476.792 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS e por 19.631 euros em numerário.

Na sequência da Oferta, a Sonaecom passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A 28 de fevereiro de 2014 a Goldman Sachs Inc. informou a Sonaecom que deixou de deter uma participação qualificada no seu capital social desde 25 de fevereiro de 2014 passando de 2,12% para 0,79%, correspondentes a 2.881.353 ações e direitos de voto.

A Sonae-SGPS, S.A. informou a Sonaecom acerca da aquisição de ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom entre os dias 24 de fevereiro e 7 de março de 2014. Na sequência destas aquisições, a Sonae-SGPS, S.A. passou a ser titular, diretamente, de 79.097.818 ações, continuando a ser-lhe adicionalmente imputáveis os direitos de voto relativos a 194.063.119 ações da Sonaecom, detidas pela sua subsidiária Sonae Investments BV.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de março de 2014.

Anexo

PESSOAL CHAVE GERÊNCIA - SONAECOM

Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Franck Emmanuel Dangeard
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Gervais Gilles Pellissier
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Jean-François René Pontal
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Rui José Silva Gonçalves Paiva

PESSOAL CHAVE GERÊNCIA - SONAE SGPS

Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

3DO Holding GmbH	BA Capital, SGPS, SA
3shoppings – Holding,SGPS, S.A.	BB Food Service, S.A.
8ª Avenida Centro Comercial, SA	Be Artis-C.C.G.R.C., S.A.
ADD Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	Be Towering-Gestão Torres Telecomunicações
Adlands B.V.	Beralands BV
Aegean Park, S.A.	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	BHW Beeskow Holzwerkstoffe
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Big Picture 2 Films, S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Águas Furtadas Sociedade Agrícola, SA	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Airone – Shopping Center, Srl	Boavista Shopping Centre BV
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial SA	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, SA
ALEXA Administration GmbH	Caixanet – Telecomunicações e Telemática, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Canal 20 TV, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A.	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Apor - Agência para a Modernização do Porto	CCCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial,SA
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.
ARP Alverca Retail Park,SA	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc.Flu.e Marít, S.A.	Cinclus Imobiliária, S.A.
Avenida M – 40 B.V.	Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Avenida M – 40, S.A.	Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

Azulino Imobiliária, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
BA Business Angels, SGPS, SA	Companhia de Pesca e Comércio de Angola (Cosal), SARL (a)
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.	GHP GmbH
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Continente Hipermercados, S.A.	Glunz AG
Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.	Glunz Service GmbH
Cooper Gay Swett & Crawford Lt	Glunz UK Holdings Ltd
Craiova Mall BV	Glunz Uka GmbH
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	GMET, ACE
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Darbo S.A.S	Grafilme - Sociedade Impressora de Legendas, Lda. (a)
Deutsche Industrieholz GmbH	Guimarãeshopping – Centro Comercial, S.A.
Discovery Sports, SA	Harvey Dos Iberica, S.L.
Distodo - Distribuição e Logística, Lda. ("Distodo")	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Dortmund Tower GmbH	HighDome PCC Limited
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Iberian Assets, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dreamia - Serviços de Televisão, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Dreamia Holding B.V.	Imoarea – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Ecociclo II	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Emfísico Boavista	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Empracine - Empresa Promotora de Atividades Cinematográficas, Lda.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imoplacac Gestão de Imóveis, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.
Fashion Division Canárias, SL	Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.
Fashion Division, S.A.	Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Filmes Mundáfrica, SARL (a)	Imosona II
FINSTAR - Sociedade de Investimentos e Participações, S.A.	Impaper Europe GmbH & Co. KG
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Implantação – Imobiliária, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Infocfield – Informática, S.A.
Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.	Infratroia, EM
Frieengineering International Ltda	Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.
Fundo de Invest. Imobiliário Imosed	Inparvi SGPS, S.A.
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum - Energia, SA

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum Colombo Energia, S.A.
Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
Integrum Vale do Tejo – Energia, SA	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Ioannina Development of Shopping Centres, SA	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Isoroy SAS	Modelo Continente Intenational Trade, SA
La Farga – Shopping Center, SL	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Laminate Park GmbH Co. KG	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
Land Retail B.V.	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	MSTAR, SA
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	Munster Arkaden, BV
Le Terrazze - Shopping Centre I Srl	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Libra Serviços, Lda.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Norteshopping Retail and Leisure Centre, BV
Loop5 Shopping Centre GmbH	Nova Equador Internacional,Ag.Viag,T, Ld
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Lusitânia - Companhia de Seguros, S.A (“Lusitânia Seguros”)	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Lusitânia Vida - Companhia de Seguros, S.A (“Lusitânia Vida”)	Optimus-Comunicações SA
Lusomundo - Sociedade de investimentos imobiliários SGPS, SA	OSB Deustchland GmbH
Lusomundo Espanha, SL	PantheonPlaza BV
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Lusomundo Moçambique, Lda.	Pareuro, BV
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Luz del Tajo B.V.	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 2 B.V.
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Parque Principado SL
Marcas MC, ZRT	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marina de Tróia S.A.	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.	Pátio Penha Shopping Ltda.
Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Affinity - Sociedade de Mediação, Lda	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS Africa SGPS, S.A.	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Consultores, S.A.	PER-MAR- Soc. De Construção, SA
MDS Corretor de Seguros, S.A.	Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.
MDS Malta Holding Limited	PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
MDS SGPS, SA	PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
MDSAUTO - Mediação de Seguros, SA	Plaza Éboli B.V.
Megantic BV	Plaza Éboli – Centro Comercial S.A.

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Plaza Mayor Holding, SGPS, SA
Mlearning - Mds Knowledge Centre, Unip, Lda	Plaza Mayor Parque de Ócio BV
Plaza Mayor Parque de Ocio, SA	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Plaza Mayor Shopping BV	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Plaza Mayor Shopping, SA	RASO - Viagens e Turismo, S.A.
Ploi Mall BV	RASO, SGPS, S.A.
Plysolrol, BV	Reval-PM Marketing and Consultant, Inc
Poliface North America	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
PORTCC - Portimãoshopping Centro Comercial, SA	River Plaza Mall, Srl
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	River Plaza, BV
Praedium – Serviços, S.A.	Rochester Real Estate, Limited
Praedium II – Imobiliária, S.A.	RSI Corretora de Seguros Ltda
Praedium SGPS, S.A.	S.C. Microcom Doi Srl
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	SC – Consultadoria, S.A.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
Pridelease Investments, Ltd	SC Aegean B.V.
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	SC Assets SGPS, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	SC Finance BV
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	SC Mediterraneum Cosmos B.V.
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	SC, SGPS, SA
Proj.Sierra Italy 5 – Dev. Of Sh.C.Srl	SCS Beheer, BV
Project SC 1 BV	SDSR - Sports Division 2, S.A.
Project SC 2 BV	Selfrio,SGPS, S.A.
Project Sierra 2 B.V.	Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Project Sierra 6 BV	Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Project Sierra 7 BV	Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
Project Sierra 8 BV	Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
Project Sierra 9 BV	Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
Project Sierra Brazil 1 B.V.	Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
Project Sierra Charagonis 1 S.A.	Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
Project Sierra Four, SA	Shopping Centre Parque Principado B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV	Shopping Penha B.V.
Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV	Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais - Energia, S.A.
Project Sierra Spain 1 B.V.	SIAL Participações Ltda
Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.	Sierra Asia Limited
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.	Sierra Berlin Holding BV
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Central S.A.S
Project Sierra Spain 6 B.V.	Sierra Charagonis Develop.Sh. Centre S.A.
Project Sierra Spain 7 B.V.	Sierra Charagonis Propert.Management S.A.
Project Sierra Three Srl	Sierra Corporate Services Holland, BV
Project Sierra Two Srl	Sierra Development Greece, S.A.
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Developments Germany GmbH
Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.	Sierra Developments Holding B.V.

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Developments Romania, Srl	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Center II S.A.
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Indústria – SGPS, S.A.
Sierra GP Limited	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Indústria Manag. Serv, SA
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae RE, S.A.
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae SGPS, S.A.
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Sierra Brasil S.A.
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Sierra Management Romania, Srl	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.	Sonae Tafibra Benelux, BV
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sonae Turismo – SGPS, S.A.
Sierra Portugal, S.A.	Sonae UK, Ltd.
Sierra Project Nürnberg B.V.	Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos
Sierra Real Estate Greece B.V.	SONAEMC - Modelo Continente, SGPS, S.A.
Sierra Services Holland 2 B.V	Sondis Imobiliária, S.A.
Sierra Zenata Project B.V.	SONTÁRIA- Empreend. Imobil., SA
SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sontel BV
SISTAVAC, S.A.	Sontur BV
SKK – Central de Distr., S.A.	Sonvecap BV
SKK SRL	Sopair, S.A.
SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos	Sotáqua – Soc. de Empreendimentos Turist
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Spanboard Products, Ltd
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Spinarq - Engenharia, Energia e Ambiente, SA
Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.	Spinveste – Gestão Imobiliária SGIL, S.A.
Soconstrução BV	Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.
Sodesa, S.A.	Sport Retalho España – Servicios Gen., S.A.
Soflorin, BV	Sport TV Portugal, S.A.
Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sport Zone – Turquia
Solinca - Health and Fitness, SA	Sport Zone Canárias, SL
Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Solinfitness – Club Malaga, S.L.	Spred, SGPS, SA
Solingen Shopping Center GmbH	Stinnes Holz GmbH
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Tableros Tradema, S.L.
Soltoira – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL
Somit Imobiliária	Tafibra Polska Sp.z.o.o.
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Tafibra South Africa

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

Tafibra Suisse, SA	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tafisa France, S.A.	Vistas do Freixo, SA
Tafisa UK, Ltd	Vuelta Omega, S.L.
Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL	Weierstadt Shopping BV
Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS	World Trade Center Porto, S.A.
Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Teliz Holding B.V.	Worten Canárias, SL
Têxtil do Marco, S.A.	Worten España, S.A.
TLANTIC B.V.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
Tlantic Sistemas de Informação Ltdª	Zippy Turquia
Tool Gmbh	ZON Audiovisuais, SGPS S.A.
Torre Ocidente Imobiliária, S.A.	ZON Cinemas, SGPS S.A.
Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.	ZON Conteúdos - Actividade de Televisão e de Produção de Conteúdos, S.A.
TP – Sociedade Térmica, S.A.	ZON FINANCE B.V.
Troia Market, S.A.	ZON II - Serviços de Televisão S.A. (a)
Tróia Natura, S.A.	ZON III - Comunicações electrónicas S.A. (a)
Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.	ZON Lusomundo Audiovisuais, S.A.
Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZON Lusomundo Cinemas , S.A.
Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.	ZON Lusomundo TV, Lda.
Turismo da Samba (Tusal), SARL (a)	ZON Multimédia - Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.
Unishopping Administradora Ltda.	ZON Televisão por Cabo, SGPS, S.A.
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	ZON TV Cabo Açoreana, S.A.
Upstar Comunicações S.A.	ZON TV Cabo Madeirense, S.A.
Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.	ZON TV Cabo Portugal, S.A.
Valecenter Srl	ZOPT, SGPS, S.A.
Valor N, S.A.	Zubiarte Inversiones Inmobiliarias, S.A.
Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.SA.



6.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	NOTAS	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012
Ativo			
Ativos não correntes			
Ativos fixos tangíveis	1.a), 1.f) e 2	52.710	296.504
Ativos intangíveis	1.b) e 3	7.092	9.310
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	66.580.286	1.072.848.096
Investimentos em empreendimentos conjuntos	1.d) e 6	597.666.944	25.000
Outros ativos não correntes	1. d), 1.n), 4, 8 e 25	175.735.246	521.421.792
Total de ativos não correntes		840.042.278	1.594.600.702
Ativos correntes			
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	1.e), 4 e 7	202.442.350	-
Outras dívidas de terceiros	1.e), 1.g), 4, 10 e 25	19.763.330	10.115.242
Outros ativos correntes	1.e), 1.n), 4, 11 e 25	515.229	3.687.639
Caixa e equivalentes de caixa	1.e), 1.h), 4, 12 e 25	185.918.581	103.717.414
Total de ativos correntes		408.639.490	117.520.295
Total do ativo		1.248.681.768	1.712.120.997
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	13	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.q) e 14	(8.441.804)	(6.299.699)
Reservas	1.p)	928.723.768	870.193.067
Resultado líquido do exercício		(90.569.383)	103.229.835
Total do capital próprio		1.195.959.449	1.333.370.071
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.i), 1.j), 4, 15.a) e 25	20.003.496	190.239.630
Provisões para outros riscos e encargos	1.l), 1.o) e 16	332.469	74.959
Outros passivos não correntes	1.n), 1.t), 4 e 17	370.948	174.176
Total de passivos não correntes		20.706.913	190.488.765
Passivo corrente			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.i), 1.j), 4, 15.b) e 25	21.660.813	186.419.026
Outras dívidas a terceiros	4, 18 e 25	7.308.273	828.261
Outros passivos correntes	1.n), 1.t), 4, 19 e 25	3.046.320	1.014.874
Total de passivos correntes		32.015.406	188.262.161
Total do passivo e capital próprio		1.248.681.768	1.712.120.997

0 anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	NOTAS	DEZEMBRO 2013	SETEMBRO A DEZEMBRO 2013 (Não auditado)	DEZEMBRO 2012	SETEMBRO A DEZEMBRO 2012 (Não auditado)
Prestações de serviços	20 e 25	2.627.835	155.898	3.492.234	606.905
Outros proveitos operacionais	21 e 25	113.879	30.301	319	-
		2.741.714	186.199	3.492.553	606.905
Fornecimentos e serviços externos	1.f), 22 e 25	(2.142.911)	(467.398)	(2.044.286)	(613.122)
Custos com o pessoal	1.t), 28 e 30	(2.307.890)	(467.002)	(2.248.401)	(503.192)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 2 e 3	(65.561)	(13.346)	(68.403)	(17.227)
Provisões e perdas de imparidade	1.l) e 16	(90.138)	2.416	(15.387)	-
Outros custos operacionais		(39.962)	(9.905)	(56.689)	(21.255)
		(4.646.462)	(955.235)	(4.433.166)	(1.154.796)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	5 e 23	(147.101.781)	(2.858.138)	103.388.419	10.270.291
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados	5, 7 e 23	46.636.719	37.489.326	-	-
Outros custos financeiros	1.c), 1.i), 1.j), 1.r), 1.s), 15 e 23	(11.211.267)	(508.249)	(14.238.054)	(3.578.832)
Outros proveitos financeiros	1.r), 8, 11 e 23	24.502.045	1.297.759	14.938.191	6.519.301
Resultados correntes		(89.079.032)	34.651.662	103.147.943	12.662.869
Imposto sobre o rendimento	1.m), 9 e 24	(1.490.351)	(181.033)	81.892	(551.686)
Resultado líquido do exercício		(90.569.383)	34.470.629	103.229.835	12.111.183
Resultados por ação	27				
Incluindo operações em descontinuação:					
Básicos		(0,25)	0,10	0,29	0,03
Diluídos		(0,25)	0,10	0,29	0,03
Excluindo operações em descontinuação:					
Básicos		(0,25)	0,10	0,29	0,03
Diluídos		(0,25)	0,10	0,29	0,03

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Demonstrações de resultados e outro rendimento integral

Para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	NOTAS	DEZEMBRO 2013	SETEMBRO A DEZEMBRO 2013 (Não auditado)	DEZEMBRO 2012	SETEMBRO A DEZEMBRO 2012 (Não auditado)
(Montantes expressos em euros)					
Resultado líquido do exercício		(90.569.383)	34.470.629	103.229.835	12.111.183
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto		-	-	-	-
Rendimento integral do exercício		(90.569.383)	34.470.629	103.229.835	12.111.183

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES PRÓPRIAS (Nota 14)	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE AÇÕES	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA PLANDS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO (nota 28)	RESERVAS DE AÇÕES PRÓPRIAS	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS		RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL
								TOTAL DE RESERVAS	TOTAL DE RESERVAS		
Saldo em 31 de dezembro 2012	366.246.868	(6.299.699)	775.290.377	7.991.192	650.156	6.299.699	79.961.643	870.193.067	103.229.835	1.333.370.071	
Aplicação do resultado líquido de 2012											
Transferência para reserva legal e outras reservas	-	-	-	5.161.492	-	-	98.068.343	103.229.835	(103.229.835)	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(43.281.102)	(43.281.102)	-	(43.281.102)	
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.569.383)	(90.569.383)	
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	354.213	-	-	(406.268)	(354.213)	425.568	(334.913)	-	19.300	
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos planos de incentivo de curto prazo	-	3.724	-	-	-	(3.724)	4.723	999	-	4.723	
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	230.074	-	-	230.074	-	230.074	
Cessaçãõ antecipada do derivado sobre ações próprias (Notas 25 e 28)	-	-	-	-	-	-	(1.314.192)	(1.314.192)	-	(1.314.192)	
Aquisição de ações próprias	-	(2.500.042)	-	-	-	2.500.042	(2.500.042)	-	-	(2.500.042)	
Saldo em 31 de dezembro 2013	366.246.868	(8.441.804)	775.290.377	13.152.684	473.962	8.441.804	131.364.941	928.723.768	(90.569.383)	1.195.959.449	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ángelo Gabriel Ribeiro Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Wello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES PRÓPRIAS (Nota 14)	PRÉMIOS DE EMISSÃO DE AÇÕES	RESERVA LEGAL	RESERVAS PARA PLANOS DE INCENTIVO DE MÉDIO PRAZO (Nota 28)	RESERVAS DE AÇÕES PRÓPRIAS	OUTRAS RESERVAS	RESERVAS		TOTAL
								RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL DE RESERVAS	
2012										
Saldo em 31 de dezembro 2011	366.246.868	(13.594.518)	775.290.377	7.991.192	742.525	13.594.518	106.476.978	904.095.590	(7960.682)	1.248.787.258
Aplicação do resultado líquido de 2011										
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	-	(7.960.682)	(7.960.682)	7.960.682	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	(25.172.240)	(25.172.240)	-	(25.172.240)
Rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	103.229.835	103.229.835
Entrega de ações próprias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	438.791	-	-	(497.588)	(438.791)	380.690	(555.689)	-	(116.898)
Venda de ações próprias às subsidiárias no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo	-	9.031.343	-	-	-	(9.031.343)	8.688.712	(342.631)	-	8.688.712
Entrega de ações próprias no âmbito do empréstimo em ações às subsidiárias	-	1.962.514	-	-	-	(1.962.514)	1.962.514	-	-	1.962.514
Devolução de ações próprias no âmbito do empréstimo às subsidiárias	-	(1.962.514)	-	-	-	1.962.514	(1.962.514)	-	-	(1.962.514)
Efeito do reconhecimento dos planos de incentivo de médio prazo	-	-	-	-	405.219	-	-	405.219	-	405.219
Derivado sobre ações próprias	-	-	-	-	-	-	(276.500)	(276.500)	-	(276.500)
Aquisição de ações próprias	-	(2.175.315)	-	-	-	2.175.315	(2.175.315)	-	-	(2.175.315)
Saldo em 31 de dezembro 2012	366.246.868	(6.299.699)	775.290.377	7.991.192	650.156	6.299.699	79.961.643	870.193.067	103.229.835	1.333.370.071

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Riberirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Frank Emmanuel Dangeard

Jean-François René Pontal
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Melo
 David Charles Denholm Hobley
 Gervais Gilles Pellissier

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Montantes expressos em euros)	DEZEMBRO 2013		DEZEMBRO 2012	
Atividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(1.625.097)		(2.145.722)	
Fluxo gerado pelas operações	(1.625.097)		(2.145.722)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.147.572)		(1.854.525)	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a atividades operacionais	337.933		7133.247	
Fluxo das atividades operacionais (1)		(2.434.736)		3.133.000
Atividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	15.260.284		486.805.537	
Ativos fixos tangíveis	41		267	
Juros e proveitos similares	22.984.316		12.125.271	
Empréstimos concedidos	428.385.000		-	
Dividendos recebidos	24.700.000	491.329.641	129.476.277	628.407.352
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(16.940.284)		(175.415.602)	
Ativos fixos tangíveis	(25.691)		(2.445)	
Ativos intangíveis	-		(6.408)	
Empréstimos concedidos	-	(16.965.975)	(291.414.000)	(466.838.455)
Fluxos das atividades de investimento (2)		474.363.666		161.568.897
Atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	15.356.000	15.356.000	50.000.000	50.000.000
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(10.276.050)		(14.360.631)	
Aquisição de ações próprias	(2.500.042)		(2.175.315)	
Empréstimos obtidos	(349.026.569)		(130.566.000)	
Dividendos pagos	(43.281.102)	(405.083.763)	(25.172.240)	(172.274.186)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(389.727.763)		(122.274.186)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		82.201.167		42.427.711
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		103.717.414		61.289.703
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		185.918.581		103.717.414

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

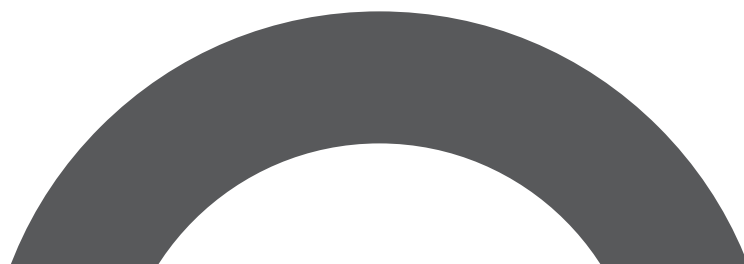
António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras atividades empresariais		
a) Outras atividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias na PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	7.624.773	3.243.735
Reembolso de prestações acessórias no Público - Comunicação Social, S.A.	6.489.365	3.501.771
Reembolso de prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	1.146.146	-
Alienação da participação na Be Artis à Optimus SGPS	-	455.735.851
Alienação da participação na Sontária à Optimus SGPS	-	9.380.876
Reembolso de prestações acessórias na Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	-	14.943.304
	15.260.284	486.805.537
b) Outras atividades empresariais		
Aumento de capital social da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	7.624.774	-
Aumento de capital social do Público - Comunicação Social, S.A.	6.489.365	-
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	1.146.145	-
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A.	-	14.943.304
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	-	3.243.735
Saída de dinheiro para cobertura prejuízos Público - Comunicação Social, S.A.	-	3.501.771
Prestações acessórias na Optimus, SGPS, S.A.	-	106.000.000
Prestações acessórias na Sonaecom Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	-	39.951.792
Prestações acessórias no Público - Comunicação e Jornalismo, S.A.	850.000	7500.000
Prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	830.000	200.000
Constituição da Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.	-	50.000
Constituição da ZOPT, SGPS, S.A.	-	25.000
	16.940.284	175.415.602
c) Dividendos recebidos		
Optimus, SGPS, S.A.	24.700.000	29.684.926
Optimus - Comunicações, S.A.	-	68.175.378
Sonae Com Sistemas de Informação, SGPS, S.A.	-	31.032.500
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	583.473
	24.700.000	129.476.277

	DEZEMBRO 2013	DEZEMBRO 2012
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	811	1.280
Depósitos à ordem	26.252.770	31.134
Aplicações de tesouraria	159.665.000	103.685.000
Caixa e seus equivalentes	185.918.581	103.717.414
Disponibilidades constantes do balanço	185.918.581	103.717.414
3. Informações respeitantes a atividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	16.000.000	69.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de ações	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O Técnico Oficial de Contas

Ricardo André Fraga Costa

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Frank Emmanuel Dangeard

Miguel Nuno Santos Almeida

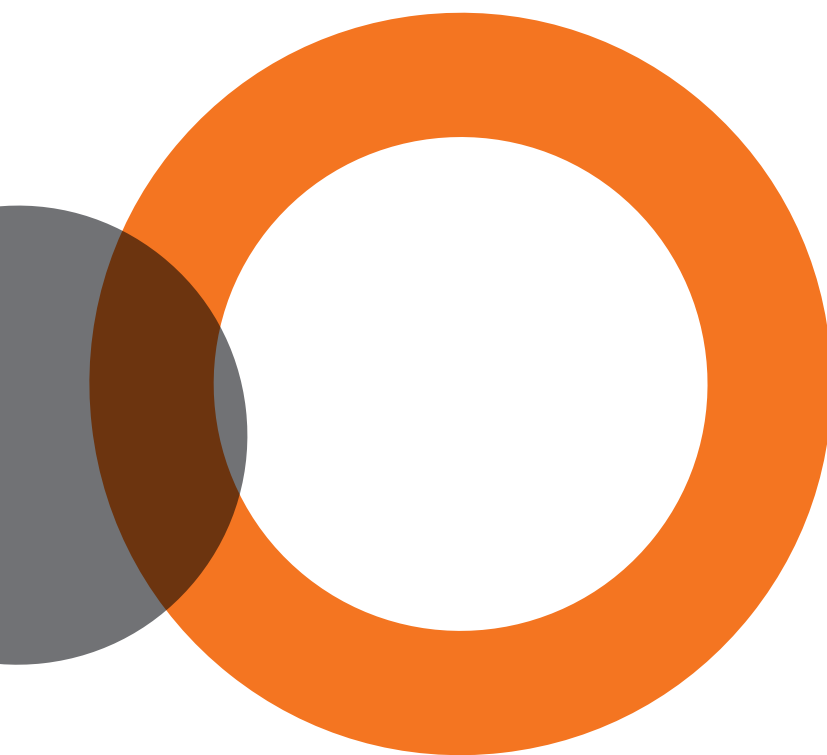
António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo



6.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, SGPS, S.A. (doravante designada 'empresa' ou 'Sonaecom') foi constituída em 6 de junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, SGPS, S.A., passando a empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, SGPS, S.A.. Desde então, o objeto social da empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de ações de valor nominal unitário de 1 euro.

Em 1 de junho de 2000, a empresa foi objeto de uma Oferta Combinada de Ações, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 ações, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 ações, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da empresa, tendo as novas ações sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae-SGPS, S.A. (acionista da Sonaecom, doravante designada 'Sonae'). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas ações ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 euro. O preço de subscrição das novas ações foi igual ao preço fixado para a alienação das ações na referida Oferta Combinada (10 euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 ações representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 ações a gestores do grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 euros para 226.250.000 euros por subscrição pública reservada aos acionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas ações, de valor nominal unitário de 1 euro, ao preço de 2,25 euros por ação.

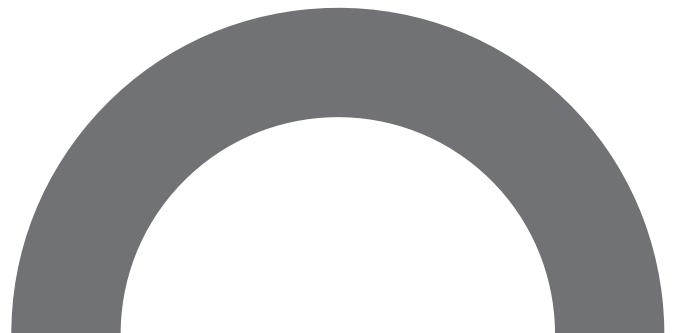
Em 30 de abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para Sonaecom, SGPS, S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 euros de 226.250.000 euros para 296.526.868 euros, através da emissão de 70.276.868 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 euros, inteiramente subscrito pelo acionista France Télécom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 euros para 366.246.868 euros, através da emissão de 69.720.000 novas ações, de valor nominal de 1 euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 euros, subscrito pelos acionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de abril de 2008, as ações escriturais ao portador foram convertidas em ações escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondados à unidade.



1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS').

A adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') tal como adotadas pela União Europeia ocorreu pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo foi 1 de janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 - 'Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adotados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board, com exceção das datas de início de adoção das normas abaixo indicadas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013 e foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

NORMA/INTERPRETAÇÃO (continuação)	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 13 (Mensuração ao Justo Valor)	1-jan-13
Prevê melhorar a consistência e reduzir a complexidade, fornecendo, pela primeira vez, uma definição precisa do justo valor, fontes de mensuração deste e requisitos de divulgação para o seu uso em IFRS.	
IAS 12 - Alterações (Imposto diferido: Recuperação de ativos subjacentes)	1-jan-12 (*)
Esta alteração estabelece que, no caso das propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, existe a presunção de que a sua recuperação será normalmente feita pela venda para efeitos de determinação do respetivo impacto fiscal. Como resultado, a SIC 21 - 'Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de ativos não depreciáveis revalorizados' deixa de se aplicar a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor. As restantes orientações contidas na SIC 21 são também vertidas para a IAS 12, sendo a SIC 21 retirada.	
IAS 19 - Alterações (Benefícios dos Empregados)	1-jan-13
Eliminação da opção de adiar o reconhecimento de ganhos e perdas, conhecida como o 'método do corredor', melhoria na comparabilidade e fidelidade de apresentação, racionalização da apresentação de alterações nos ativos e passivos decorrentes de planos de benefícios definidos e melhoria dos requisitos de divulgação para os planos de benefício definido.	
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outros Resultados Integrais)	1-jul-12
Os itens de outros resultados integrais, que serão futuramente reconhecidos na demonstração de resultados, serão apresentados de forma agrupada.	
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)	1-jan-13
Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.	

NORMA/INTERPRETAÇÃO (continuação)	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 20 (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	1-jan-13
A interpretação clarifica quando estes tipos de custos deverão ser considerados como ativo e como esse ativo deverá ser mensurado (quer no reconhecimento inicial quer na mensuração subsequente).	
IFRS 1 - Alterações (Empréstimos do Governo)	1-jan-13
As emendas relativas aos empréstimos do Governo referem como se deve adotar pela primeira vez a norma relativamente aos empréstimos do Governo com uma taxa de juro abaixo da praticada pelo mercado e permitem a aplicação prospetiva da IAS 20.	
Melhorias de algumas IFRS (2009-2011)	1-jan-13
O IASB finalizou a sua publicação anual de melhorias das IFRS do ciclo 2009-2011 que incluiu seis alterações a cinco IFRS. Este processo de melhoria anual fornece um mecanismo para incluir num único documento alterações às IFRS que sejam necessárias mas não urgentes.	

NORMA/INTERPRETAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
Guia de transição (alterações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12)	1-jan-13
As alterações clarificam as transições da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e também incluem orientações para as transições das IFRS 11 - Investimentos em empresas controladas conjuntamente e IFRS 12 - Divulgações de Interesses em Outras Entidades limitando a exigência de apresentação de informações comparativas ajustadas para apenas o período anterior. Além disso, para divulgações relacionadas com entidades estruturadas não consolidadas, vai ser eliminada a exigência de apresentar informação comparativa para períodos anteriores à primeira adoção da IFRS 12.	

(*) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda, as entidades deverão aplicar esta norma nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção antecipada é contudo permitida.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

NORMA/INTERPRETAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 (Demonstrações Financeiras Consolidadas)	1-jan-13 (**)
A norma baseia-se em princípios existentes, identificando o conceito de controlo como o fator determinante para determinar se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. A norma fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controlo.	
IFRS 11 (Investimentos em empresas controladas conjuntamente)	1-jan-13 (**)
Prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica (como é atualmente o caso). A norma aborda inconsistências no relato de acordos conjuntos, exigindo um único método para dar conta de interesses em entidades conjuntamente controladas.	

NORMA/INTERPRETAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 12 (Divulgações de Interesses em Outras Entidades)	1-jan-13(**)
Novo padrão mais abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, interesses para fins especiais e outros interesses fora de balanço.	
IAS 27 (Demonstrações Financeiras Separadas)	1-jan-13(**)
Requisitos de consolidação que já faziam parte da IAS 27 foram revistos e agora estão contidos na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.	

NORMA/INTERPRETAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IAS 28 (Investimentos em Associadas e Joint Ventures)	1-jan-13(**)
O objetivo da IAS 28 (revista em 2011) é o de determinar regras para a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para a aplicação do método de equivalência patrimonial aquando da contabilização de investimentos em associadas e joint ventures.	
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (Entidades de Investimento)	1-jan-14
Introduz uma dispensa de consolidação para entidades consideradas de investimentos desde que se enquadrem nessa definição.	
IAS 32- Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	1-jan-14
A IAS 32 é alterada para passar a referir as divulgações obrigatórias no que respeita às compensações.	
Alterações ao IAS 36 (Divulgações sobre o valor recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14
As alterações introduzem divulgações adicionais e esclarecem sobre as divulgações exigidas quando um ativo se encontra em imparidade e o valor recuperável dos ativos foi baseada no justo valor menos os custos de vender.	
Alterações ao IAS 39 (Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-jan-14
O objetivo das alterações propostas é proporcionar uma exceção ao requisito para a interrupção da contabilidade de cobertura da IAS 39 e IFRS 9 em circunstâncias em que um instrumento de cobertura é obrigado a ser novado, como resultado de leis ou regulamentos.	

(**) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contido permitida.

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adotadas pela empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

NORMA/INTERPRETAÇÃO	DATA DE EFICÁCIA (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) e alterações subsequentes	1-jan-15
Esta norma é o primeiro passo no projeto de substituição da IAS 39, e introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos financeiros. As alterações subsequentes prevêm alterações à IFRS 9 e IFRS 7: data efetiva obrigatória e divulgações de transição emitidas em 16 de dezembro de 2011; Contabilidade de Cobertura e alterações à IFRS 9, IFRS 7 e IAS 39 emitidas em 19 de novembro de 2013.	
IAS 19 - Alterações (Planos de Benefício Definidos: Contribuições dos Empregados)	1-jul-14
O objectivo destas alterações é o de simplificar a contabilização das contribuições que são independentes do número de anos de serviço do empregado.	
Melhorias de algumas IFRS (2010-2012)	1-jul-14
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a oito questões abordadas durante o ciclo 2010-2012 de melhorias anuais para IFRS.	
Melhorias de algumas IFRS (2011-2013)	1-jul-14
Estas melhorias correspondem a um conjunto de alterações às IFRS em resposta a quatro questões abordadas durante o ciclo 2011-2013 de melhorias anuais para IFRS.	
IFRIC 21 Impostos (Impostos cobrados pelas autoridades públicas a entidades que operam em mercados específicos)	1-jan-14
Esta interpretação esclarece o momento em que a responsabilidade de pagar uma taxa imposta por um governo (não inclui imposto sobre o rendimento - ver IAS 12 Impostos sobre o Rendimento) deve ser reconhecida por uma entidade. A IFRIC 21 identifica que o fato gerador da obrigação, que dá origem a um passivo, é a atividade que desencadeia o pagamento da taxa, de acordo com a legislação aplicável.	

Estas normas não foram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e, como tal, não foram adotadas pela empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Estima-se que a aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pela empresa a 31 de dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
Edifícios e outras construções - obras em edifícios alheios	4-20
Equipamento básico	5-6
Equipamento administrativo	3-8
Equipamento de transporte	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, se a empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, *software* e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua

vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica 'Amortizações e depreciações'.

c) Investimentos em empresas do grupo e outros ativos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empresas do grupo', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Investimentos em empresas controladas conjuntamente

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas controladas conjuntamente (empresas nas quais a empresa detenha direta ou indiretamente 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica 'Investimentos em empreendimentos conjuntos', ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica 'Outros ativos não correntes' são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas controladas conjuntamente cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efetuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Outros custos financeiros' da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

e) Instrumentos financeiros

A empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são ativos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados ativos/líquidos. Estes in-

vestimentos financeiros surgem quando a empresa fornece dinheiro ou serviços diretamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como ativos não correntes.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que a empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo

valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados como ganhos/perdas em investimentos.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), a empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A empresa efetua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

f) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ('ALD'), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

g) Outras dívidas de terceiros

As 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a empresa empresta dinheiro ou presta serviços diretamente a um devedor sem intenção de transacionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na demonstração de resultados em 'Provisões e perdas de imparidade'. Recuperações e reversões subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- 'Demonstração de Fluxos de Caixa', através do método direto. A empresa classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

i) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo 'custo amortizado'. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

j) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do ativo ou ainda, quando o projeto em causa se encontra suspenso.

k) Instrumentos financeiros derivados

A empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela empresa.

Os instrumentos financeiros derivados ('cash flow hedges') utilizados normalmente pela empresa respeitam a:

(i) 'swaps' de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos 'swaps' de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos 'swaps' de cobertura de 'cash-flow' é registada no ativo ou

no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios 'Reservas de cobertura'.

(ii) forward's cambiais para cobertura do risco cambial. Os valores e prazos envolvidos são idênticos aos valores faturados e aos respetivos prazos de vencimento.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado, para além dos referidos na Nota 1.t).

l) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

m) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento do exercício' inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12-'Impostos sobre o Rendimento'.

A Sonaecom é abrangida, desde janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No final de cada exercício é efetuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 9).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data do balanço.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a ativos ou passivos registados diretamente no capital próprio, o seu registo também é efetuado na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

n) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os custos, imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas apenas ocorrerão em exercícios futuros, são estimados e registados em 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes', sempre que seja possível estimar com grande fiabilidade o montante, bem como o momento da concretização da despesa. Se existir incerteza quer relativamente à data da saída de recursos, quer quanto ao montante da obrigação, o valor é classificado como Provisões (Nota 1.1)).

Os ativos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a atualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos acionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

o) Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 9 e 16).

p) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de ações

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para planos de incentivo de médio prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em ações', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de ações próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de 'cash flow' que se consideram eficazes (Nota 1. k)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de ações próprias

As reservas de ações próprias refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Adicionalmente, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes de capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas podem ser distribuídos quando os elementos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos liquidados ou quando terminar o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis ou intangíveis. Assim, em 31 de dezembro de 2013, a Sonae-com, SGPS, S.A, não dispunha de reservas livres distribuíveis.

q) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

r) Moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

	2013		2012	
	31 dezembro	Média	31 dezembro	Média
Libra inglesa	1,1995	1,1780	1,2253	1,234
Franco suíço	0,8146	0,8125	0,8284	0,8297
Coroa sueca	0,1129	0,1156	0,1165	0,1149
Dólar americano	0,7251	0,7533	0,7579	0,7787

s) Imparidade de ativos

São efetuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados

na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Ativos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros ativos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

Para os "investimentos em empresas do grupo", a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da empresa.

Para os "investimentos em empreendimentos conjuntos", a quantia recuperável, é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovados pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos(researches).

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte, e;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

t) Planos de incentivo de médio prazo

O tratamento contabilístico dos planos de incentivo de médio prazo é baseado na IFRS 2 - 'Pagamentos com Base em Ações'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela empresa são liquidados através da entrega de ações próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à empresa, que assume a responsabilidade de entrega das ações na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registrado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registrada no balanço nas rubricas 'Outros ativos não correntes' e 'Outros ativos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registrado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registrada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efetuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registrada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das ações à data de cada balanço.

Para o plano de 2011 de ações Sonaecom, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito do plano de incentivos de médio prazo, no qual fixou o preço de

aquisição das referidas ações. Os restantes planos de ações Sonaecom encontram-se cobertos através da detenção de ações próprias. O impacto associado aos planos de ações dos planos de incentivo de médio prazo relativos a ações Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de ações da empresa-mãe, a empresa efetuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas ações. Assim, a responsabilidade encontra-se registrada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ('*adjusting events*') são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ('*non adjusting events*'), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

v) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos ativos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

w) Gestão do risco financeiro

A atividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k).

A empresa encontra-se ainda exposta aos riscos decorrentes do valor dos investimentos realizados nas suas participações financeiras, contudo estes são efetuados geralmente tendo em conta objetivos estratégicos.

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura (Nota 1.k).

Considerando os reduzidos valores de ativos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes fatores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ('*natural hedge*'); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transações semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na seleção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para proteção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objeto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/transação que está a ser coberta;
- Desde o início da transação, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de proteção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros, quando tal se entenda necessário. Quando os *swaps* de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respetivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respetivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, a empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de atualização de fluxos de caixa fu-

turos, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – ‘Instrumentos Financeiros’), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas diretamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado – O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objetivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 15.

Risco de crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro da empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da empresa ao risco de crédito.

2. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

							2013
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2012	722.909	46.685	-	171	333.756	104	1.103.625
Adições	-	-	22.060	-	3.669	-	25.729
Alienações	(373.995)	(2.827)	-	-	(94.707)	-	(471.529)
Saldo final em 31 dezembro 2013	348.914	43.858	22.060	171	242.718	104	657.825
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2012	486.209	40.497	-	171	280.140	104	807.121
Depreciações do exercício	38.653	5.207	2.298	-	17.185	-	63.343
Alienações	(198.924)	(2.061)	-	-	(64.364)	-	(265.349)
Saldo final em 31 dezembro 2013	325.938	43.643	2.298	171	232.961	104	605.115
Valor líquido	22.976	215	19.762	-	9.757	-	52.710

							2012
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto							
Saldo em 31 dezembro 2011	721.165	46.325	-	171	333.757	104	1.101.522
Adições	1.744	360	-	-	-	-	2.104
Alienações	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldo final em 31 dezembro 2012	722.909	46.685	-	171	333.756	104	1.103.625
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas							
Saldo em 31 dezembro 2011	444.736	33.182	-	171	262.282	104	740.475
Depreciações do exercício	41.473	7.315	-	-	17.859	-	66.647
Alienações	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldo final em 31 dezembro 2012	486.209	40.497	-	171	280.140	104	807.121
Valor líquido	236.700	6.188	-	-	53.616	-	296.504

3. Ativos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2013
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.719	190.031	2.373	202.123
Transferências	-	2.373	(2.373)	-
Saldo final em 31 dezembro 2013	9.719	192.404	-	202.123
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2012	9.339	183.474	-	192.813
Amortizações do exercício	380	1.838	-	2.218
Saldo final em 31 dezembro 2013	9.719	185.312	-	195.031
Valor líquido	-	7092	-	7092

				2012
	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto				
Saldo em 31 dezembro 2011	9.719	183.623	-	193.342
Adições	-	6.408	2.373	8.781
Saldo final em 31 dezembro 2012	9.719	190.031	2.373	202.123
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 dezembro 2011	8.316	182.741	-	191.057
Amortizações do exercício	1.023	733	-	1.756
Saldo final em 31 dezembro 2012	9.339	183.474	-	192.813
Valor líquido	380	6.557	2.373	9.310



4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de dezembro de 2013 e 2012, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2013
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Outros ativos não correntes (Nota 8)	175.735.246	-	-	175.735.246	-	175.735.246
	175.735.246	-	-	175.735.246	-	175.735.246
Ativos correntes						
Investimentos registrados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	202.442.350	-	202.442.350	-	202.442.350
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	17.119.404	-	-	17.119.404	2.643.926	19.763.330
Outros ativos correntes (Nota 11)	-	-	379.145	379.145	136.084	515.229
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	185.918.581	-	-	185.918.581	-	185.918.581
	203.037.985	202.442.350	379.145	405.859.480	2.780.010	408.639.490

						2012
	Empréstimos e contas a receber	Inv. registrados ao justo valor através de resultados	Outros ativos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Ativos não correntes						
Outros ativos não correntes (Nota 8)	521.421.792	-	-	521.421.792	-	521.421.792
	521.421.792	-	-	521.421.792	-	521.421.792
Ativos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 10)	7.593.137	-	-	7.593.137	2.522.105	10.115.242
Outros ativos correntes (Nota 11)	-	-	3.559.169	3.559.169	128.470	3.687.639
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	103.717.414	-	-	103.717.414	-	103.717.414
	111.310.551	-	3.559.169	114.869.720	2.650.575	117.520.295

						2013
	Passivos registrados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total	
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	20.003.496	-	20.003.496	-	20.003.496	
Outros passivos não correntes (Nota 17)	-	-	-	370.948	370.948	
	20.003.496	-	20.003.496	370.948	20.374.444	
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	21.660.813	-	21.660.813	-	21.660.813	
Outras dívidas a terceiros (Nota 18)	-	7.199.301	7.199.301	108.972	7.308.273	
Outros passivos correntes (Nota 19)	-	2.711.843	2.711.843	334.477	3.046.320	
	21.660.813	9.911.144	31.571.957	443.449	32.015.406	

					2012
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	190.239.630	-	190.239.630	-	190.239.630
Outros passivos não correntes (Nota 17)	-	-	-	174.176	174.176
	190.239.630	-	190.239.630	174.176	190.413.806
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	186.419.026	-	186.419.026	-	186.419.026
Outras dívidas a terceiros (Nota 18)	-	727.186	727.186	101.075	828.261
Outros passivos correntes (Nota 19)	-	778.388	778.388	236.486	1.014.874
	186.419.026	1.505.574	1.879.24.600	337.561	188.262.161

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, bem como os custos especializados com o plano de ações, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. Por sua vez, os custos e proveitos diferidos, registados nas rubricas de outros ativos e passivos correntes e não correntes, foram considerados como instrumentos não financeiros.

É entendimento do Conselho de Administração da Sonaecom que o justo valor das classes de instrumentos financeiros registados ao custo amortizado e dos registados ao valor presente dos pagamentos não difere de forma significativa do seu valor contábilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.



5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica incluía as partes de capital detido em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2013	2012
Sonaetelecom BV	75.009.902	75.009.902
Sonae com - Sistemas de Informação, SGPS, S.A. ('Sonae com SI')	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	25.020.000
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ('PCJ')	11.176.547	3.551.772
Público - Comunicação Social, S.A. ('Público')	10.227.595	3.738.230
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ('Miauger')	5.714.245	4.568.100
Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A. ('Sonaecom SP')*	50.000	50.000
OPTIMUS, SGPS, S.A. ('Optimus SGPS')**	-	1.005.866.218
	179.439.876	1.170.045.809
Perdas de imparidade (Nota 16)	(112.859.590)	(97.197.713)
Total de investimentos em empresas do grupo	66.580.286	1.072.848.096

* Empresa constituída no exercício de 2012.

** Esta empresa alterou a sua denominação de Sonae Telecom, SGPS, S.A. para OPTIMUS, SGPS, S.A. em outubro de 2012.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram como segue:

Empresa	SALDO A 31 DEZEMBRO 2012	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO A 31 DEZEMBRO 2013
Optimus SGPS	1.005.866.218	-	(1.005.866.218)	-	-
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonaecom SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Miauger	4.568.100	1.146.145	-	-	5.714.245
Público	3.738.230	6.489.365	-	-	10.227.595
PCJ	3.551.772	7.624.775	-	-	11.176.547
Sonaecom Sp	50.000	-	-	-	50.000
	1.170.045.809	15.260.285	(1.005.866.218)	-	179.439.876
Imparidades (Nota 16)	(97.197.713)	(15.661.877)	-	-	(112.859.590)
	1.072.848.096	(401.592)	(1.005.866.218)	-	66.580.286

Empresa	SALDO A 31 DEZEMBRO 2011	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO A 31 DEZEMBRO 2012
Optimus SGPS	107.289.987	898.576.231	-	-	1.005.866.218
Sonaetelecom BV	75.009.902	-	-	-	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	-	-	-	25.020.000
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Público	494.495	3.243.735	-	-	3.738.230
PCJ	50.000	3.501.772	-	-	3.551.772
Sonaecom SP	-	50.000	-	-	50.000
Optimus	898.576.231	-	(898.576.231)	-	-
Be Artis	8.230.885	14.943.304	(23.174.189)	-	-
Sontária	6.120.239	-	(6.120.239)	-	-
	1.177.601.426	920.315.042	(927.870.659)	-	1.170.045.809
Imparidades (Nota 16)	(80.122.497)	(10.681.481)	-	(6.393.735)	(97.197.713)
	1.097.478.929	909.633.561	(927.870.659)	(6.393.735)	1.072.848.096

Na sequência do anúncio efetuado a 14 de dezembro de 2012, entre a Sonaecom SGPS, S.A., a Kento Holding Limited e a Jadeium BV (atualmente denominada Unitel International Holdings, BV, conjuntamente referidas como 'Kento/Jadeium'), de terem alcançado um acordo no sentido de promover junto das administrações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ('Zon'), e da Optimus SGPS, S.A. uma operação de fusão entre as duas empresas, a 11 de janeiro de 2013, a Sonaecom, SGPS, S.A. ('Sonaecom') efetuou um aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT, SGPS, S.A. (sociedade veículo usada para o efeito), condicionado à concretização da fusão.

Assim, na sequência deste acordo, a 27 de agosto de 2013 formalizou-se a operação de fusão, após estarem cumpridos todos os requisitos para que a mesma se concretizasse pelo que a Sonaecom considera ser esta a data em que a Zopt passou a controlar a ZON OPTIMUS, tendo a Sonaecom, efetuado, nesse dia, o registo do aumento de capital em espécie transferindo 81,807% da participação financeira na Optimus SGPS, S.A. para a ZOPT SGPS, S.A. ('Zopt') (Nota 6). Consequentemente, com o aumento de capital na Zopt, a Sonaecom passou a ser detentora de 50% do capital da Zopt e de suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros (Nota 8), os quais seriam posteriormente convertidos em prestações acessórias e reduzidos para 115 milhões de euros (Notas 8 e 23). Adicionalmente, a participação remanescente de 18,193% na Optimus SGPS foi convertida numa participação minoritária de 7,28% da ZON OPTIMUS (Nota 7).

Conforme acordo parassocial assinado entre as partes envolvidas na operação de fusão, a Sonaecom e o Grupo Kento/Jadeium obrigaram-se a não adquirir quaisquer ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, exceção feita às ações adquiridas pela Sonaecom em resultado da operação fusão. Por esta razão, o acordo parassocial prevê também que decorridos 2 anos sobre a data da inscrição da fusão no registo comercial, e por um período de 3 meses, o Grupo Kento/Jadeium poderá exercer uma opção de compra sobre metade das ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, de que a Sonaecom seja titular à data do exercício da opção, pelo preço unitário igual à cotação média ponderada do mês anterior.

Decorrente do aumento de capital da Zopt e fusão entre a Optimus SGPS e a Zon, a Sonaecom desreconheceu o investimento na Optimus SGPS no montante de 1.006 milhões de euros e as prestações suplementares no montante de 144,6 milhões de euros (Nota 8). Simultaneamente reconheceu um investimento na Zopt de 598 milhões de euros¹ (Nota 6), suprimentos a receber da Zopt no montante de 230 milhões de euros e um investimento registado ao justo valor através de resultados de ações da ZON OPTIMUS (conversão de 20.921.650 ações Optimus SGPS, representativas de 18,193% do capital, em 37489.324 ações ZON OPTIMUS, representativas de 7,28% do capital) à cotação bolsista à data da fusão (27 de agosto de 2013) no montante de 156 milhões de euros (Nota 7).

Deste modo, em resultado do desreconhecimento do investimento financeiro da Optimus SGPS, e do reconhecimento dos investimentos na Zopt, ZON OPTIMUS e dos suprimentos a receber da Zopt, foi gerada uma menos valia de 167 milhões de euros (Nota 23).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os valores de 7624.775 euros e 6.489.365 de aumentos na PCJ e Público, respetivamente, correspondem a aumentos de capital social e o valor de 1.146.145 euros de aumento na Miauger corresponde a um aumento de capital para cobertura de prejuízos.

Dado este aumento ter sido compensado por igual diminuição na rubrica 'Outros ativos não correntes' (Nota 8), a exposição líquida a estes investimentos não sofreu alteração no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Durante o ano de 2012, a Sonaecom procedeu à alienação da totalidade do capital social das subsidiárias Be Artis e Sontária à Optimus SGPS, empresa totalmente detida pela Sonaecom naquela data. As participações foram alienadas pelo valor de 456 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente, incluindo partes de capital, empréstimos e prestações acessórias (Nota 8), tendo sido gerada uma menos valia de cerca de 363 mil euros (Nota 23).

1 A participação da Zopt de 598 milhões de euros ($598 = ((2.850 \times 50,01\%) - 230) \times 50\%$) resulta da valorização da ZON OPTIMUS em 2.850 milhões de euros correspondendo à soma da valorização realizada para o aumento de capital na Zopt da Zon e da Optimus em 1.500 milhões de euros e 1.000 milhões de euros respetivamente (realizada pelas entidades intervenientes no aumento de capital e no projeto de fusão) e das sinergias mínimas estimadas e divulgadas no projeto de fusão no montante de 350 milhões de euros deduzidos dos suprimentos de 230 milhões de euros (nível 3 de inputs na hierarquia de justo valor). Foi entendido que a cotação de mercado da Zon, à data da fusão, não refletia ainda o justo valor da ZON OPTIMUS (a comprovar este argumento para a não utilização da cotação da Zon à data da fusão está a evolução positiva da cotação bolsista da ZON OPTIMUS desde a concretização da fusão até 31 de dezembro de 2013 (2.782 milhões de euros versus os 2.141 milhões de euros à cotação do dia 27 de agosto de 2013, dia da fusão)) e por este motivo não foi utilizada a capitalização bolsista da Zon para a valorização do investimento Zopt. A valorização da Zon e da Optimus teve por base projeções realizadas internamente e de analistas no que diz respeito aos principais indicadores económicos, nomeadamente resultados operacionais e investimento, tendo sido usado um custo médio ponderado de capital de 9,5% e uma taxa de crescimento de 3%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os valores de 14.943.304 euros, 3.243.735 euros e 3.501.772 euros de aumentos na Be Artis, Público e PCJ, respetivamente, correspondem a aumentos de capital para cobertura de prejuízos. O valor de 50.000 euros de aumentos na Sonaecom SP corresponde à constituição da empresa Sonaecom – Serviços Partilhados, S.A., integralmente detida pela Sonaecom.

A variação de perdas de imparidade acumuladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, resulta do aumento efetuado no montante de 823.138 euros (Nota 16) e da diminuição no montante de 14.838.739 euros compensado por igual aumento da rubrica de 'Outros ativos não correntes' (Notas 8 e 16). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a variação de perdas de imparidade acumuladas resulta essencialmente do reforço efetuado no montante de 10.681.481 euros (Nota 16) e da transferência, no montante de 6.393.735 euros da rubrica de 'Outros ativos não correntes' (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2012, o aumento ocorrido na Optimus SGPS e a diminuição ocorrida na Optimus referem-se ao aumento do capital social da Optimus SGPS, totalmente subscrito pela Sonaecom, o qual foi realizado na modalidade de entradas em espécie, através da entrega à Optimus SGPS da participação social representativa de 64,14% do capital social da sociedade Optimus – Comunicações, S.A. Após esta operação, a Optimus SGPS (detida a 100% pela Sonaecom naquela data) passou a deter a totalidade do capital da Optimus – Comunicações, S.A..

A empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de ativo consolidado de 1.227.050.150 euros, um passivo consolidado de 90.290.618 euros, proveitos operacionais consolidados de 120.449.875 euros e capitais próprios consolidados de 1.136.759.532 euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a acionistas da empresa mãe – Sonaecom, SGPS, S.A.) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de 103.838.479 euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IFRS) sobre as filiais e empreendimentos conjuntos detidas diretamente pela empresa é como segue:

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo em empreendimentos

Empresa	Sede	% Participação	2013			2012	
			Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
ZOPT (a) (Nota 6)	Matosinhos	50%	1.249.937.792	(292.208)	50%	50.000	-
Sonae com SI	Maia	100%	86.001.299	1.449.651	100%	84.556.648	35.642.169
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	14.961.401	381.558	100%	14.579.843	(84.077)
PCJ	Maia	100%	1.239.445	(674.010)	100%	1.913.455	(7624.773)
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	1.617.430	1.557	100%	1.615.873	3.246
Miauger	Maia	100%	221.974	(826.880)	100%	218.854	(8.512)
Sonaecom SP	Maia	100%	83.316	33.280	100%	50.035	35
Público	Maia	100%	169.234	(2.063.171)	100%	1.392.405	(6.489.365)
Optimus SGPS	Maia	-	-	-	100%	977.500.092	40.948.331

(a) Empresa constituída em dezembro de 2012.

conjuntos registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, efetuados numa base anual exceto se existirem indícios de imparidade, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. No setor de sistemas de informação, os pressupostos utilizados têm por base essencialmente os vários negócios do grupo e os crescimentos das várias áreas geográficas onde o grupo opera. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas, taxas de crescimento de 3% no setor dos sistemas de informação. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efetuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transações semelhantes e outras propostas efetuadas. No que respeita ao setor das telecomunicações (Zopt), a aferição da existência ou não de imparidade é determinada tendo em consideração diversas informações como o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração e a média de avaliações efetuadas por analistas externos (*researches*).

	Sistemas de informação	Multimédia	Telecomunicações
Pressupostos			
Base da quantia recuperável	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Taxa de desconto	13,0%	12,0%	9,0%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,0%	0,0%	2,0%

6. Investimentos em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empreendimentos conjuntos e tinha a seguinte composição:

Empresa	2013	2012
ZOPT, SGPS, S.A. (ZOPT)*	597.666.944	25.000

*Empresa constituída em dezembro de 2012.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram como segue:

Empresa	Saldo a 31 dezembro 2012	Aumentos (nota 5)	Diminuições	Transferências	Saldo a 31 dezembro 2013
ZOPT	25.000	597.641.944	-	-	597.666.944

7. Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Em agosto de 2013, o grupo Sonaecom em resultado do processo de fusão entre a Optimus SGPS e Zon passou a deter ações ZON OPTIMUS registadas ao justo valor através de resultados (Nota 5), uma vez que se trata da classificação inicial de um ativo detido com o propósito de venda no curto prazo (Nota 32). Conforme acordo parassocial, estas ações não conferem qualquer direito de voto adicional nem interferem na situação de controlo partilhado na ZON OPTIMUS.

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram como segue:

	2013				
Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Aumento e diminuições do justo valor	Saldo final
Zon Optimus	-	155.805.631	-	46.636.719	202.442.350

Os aumentos e diminuições do justo valor são registados por contrapartida da rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' da demonstração de resultados (Nota 23).

A determinação do justo valor do investimento detalha-se como segue:

	2013
Ações (7,28%)	37489.324
Nível de inputs na hierarquia de justo valor	Nível 1
Método de valorização	Preço cotado em bolsa
Preço cotado*	5,4
Justo valor	202.442.350

* Utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2013 no apuramento do justo valor.

Este investimento foi classificado como ativo corrente na sequência do lançamento da oferta pública parcial e voluntária de aquisição efetuada pela Sonaecom (Nota 32).

8. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Ativos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos:		
Sonae com SI	15.655.000	15.815.000
PCJ	4.610.000	4.690.000
Público	1.780.000	-
Optimus SGPS	-	312.850.000
Sonaecom BV	-	2.075.000
	22.045.000	335.430.000
Prestações acessórias:		
Zopt	115.000.000	-
Sonae com SI	39.951.792	39.951.792
Público	2.182.405	7821.770
PCJ	1.863.455	9.488.228
Miauger	988.853	1.305.000
Optimus SGPS	-	144.630.000
	159.986.505	203.196.790
	182.031.505	538.626.790
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 16)	(6.296.259)	(17204.998)
	175.735.246	521.421.792

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo e empreendimentos conjuntos' foram os seguintes:

Empresa	2013				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Sonae com SI	15.815.000	3.705.000	(3.865.000)	-	15.655.000
PCJ	4.690.000	-	(80.000)	-	4.610.000
Público	-	1.780.000	-	-	1.780.000
Sonaecom BV	2.075.000	-	(2.075.000)	-	-
Optimus SGPS	312.850.000	-	(312.850.000)	-	-
Zopt	-	230.000.000	(115.000.000)	(115.000.000)	-
	335.430.000	235.485.000	(433.870.000)	(115.000.000)	22.045.000

Empresa	2012				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	
Optimus SGPS	-	312.850.000	-	-	312.850.000
Sonae com SI	19.700.000	11.950.000	(15.835.000)	-	15.815.000
PCJ	5.160.000	-	(470.000)	-	4.690.000
Sonaecom BV	21.785.000	1.115.000	(20.825.000)	-	2.075.000
Be Artis	179.734.000	2.245.000	(181.979.000)	-	-
Sontária	2.676.637	584.000	(3.260.637)	-	-
Sonaetelecom BV	200.000	-	(200.000)	-	-
Optimus	-	22.850.000	(22.850.000)	-	-
	229.255.637	351.594.000	(245.419.637)	-	335.430.000

Durante os exercícios findos em 2013 e 2012, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2013
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
ZOPT	-	-	-	115.000.000	115.000.000
Sonae com SI	39.951.792	-	-	-	39.951.792
Público	7.821.770	850.000	(6.489.365)	-	2.182.405
PCJ	9.488.228	-	(7624.773)	-	1.863.455
Miauger	1.305.000	830.000	(1.146.147)	-	988.853
Optimus SGPS	144.630.000	-	(144.630.000)	-	-
	203.196.790	1.680.000	(159.890.285)	115.000.000	159.986.505

					2012
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Optimus SGPS	38.630.000	106.000.000	-	-	144.630.000
Sonae com SI	-	39.951.792	-	-	39.951.792
PCJ	12.990.000	-	(3.501.772)	-	9.488.228
Público	3.565.505	7500.000	(3.243.735)	-	7.821.770
Miauger	1.105.000	200.000	-	-	1.305.000
Be Artis	265.889.115	-	(265.889.115)	-	-
	322.179.620	153.651.792	(272.634.622)	-	203.196.790

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as diminuições de Empréstimos na Be Artis e na Sontária, no valor de 182 milhões de euros e de 3,3 milhões de euros, devem-se à alienação destas sociedades à Optimus SGPS, conforme descrito na Nota 5, incluindo ainda 251 milhões de Prestações acessórias na Be Artis. Para além deste movimento, a diminuição de Prestações acessórias da Be Artis, no montante de 266 milhões de euros, inclui a devolução de 15 milhões de euros à Sonaecom.

A variação de perdas de imparidade acumuladas resulta do aumento no montante de 14.838.739 euros (6.393.735 euros em 2012) compensado por igual diminuição da rubrica de Investimentos em empresas do grupo (Nota 5), bem como do reforço líquido efetuado durante o exercício no montante de 3.930.000 euros (15.043.228 euros em 2012) (Nota 16).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o aumento ocorrido em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos na Zopt de 230 milhões de euros e a diminuição ocorrida na Optimus SGPS em Prestações acessórias no montante de 144,6 milhões de euros resultam da operação descrita na Nota 5. As diminuições no montante de 115 milhões de euros em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo na Zopt resultam da alienação de 50% destes suprimentos à Unitel (Notas 5 e 25) e as transferências resultam do aumento de capital efetuado na Zopt através da conversão de 115 milhões de euros de suprimentos em prestações acessórias. As diminuições no montante de 313 milhões de euros em Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo na Optimus SGPS corresponde à liquidação da totalidade do empréstimo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 5,62% e 4,94%, respetivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efetuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respetivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

9. Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

	2013	2012
Prejuízos reportáveis	-	54.563.604
Provisões e perdas por imparidade não aceites e outros	120.480.657	115.556.999
CFEI	4.563	-
Total	120.485.220	170.120.603
Impostos diferidos ativos	29.522.324	44.263.507

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais não registados foram gerados nos seguintes exercícios:

Ano em que foram gerados	2013	2012
2007	-	13.640.901
	-	13.640.901

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2013, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 23% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 24,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos, devido à alteração da taxa de IRC de 25% para 23% a partir de 2014. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012, taxa de imposto utilizada para cálculo dos ativos/passivos por impostos diferidos foi de 25% para os prejuízos fiscais reportáveis, e de 26,5% para os restantes ativos e passivos por impostos diferidos. Os benefícios fiscais por se tratarem de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação se encontra dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios.

Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

	2013	2012
Resultado antes de imposto	(89.079.032)	103.147.943
Imposto 25%	22.269.758	(25.786.986)
Tributação autónoma, derrama e correção de imposto do ano anterior	(593.204)	(3.335)
Provisão para impostos (Notas 16 e 24)	(168.062)	(4.561)
Diferenças temporárias do exercício sem registo de impostos diferidos ativos	(1.238.475)	(6.431.177)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	(23.947.623)	32.307.951
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	2.187.255	-
Impostos registados no exercício (Nota 24)	(1.490.351)	81.892

A taxa fiscal aplicável na reconciliação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico é de 25% por ser esta a taxa normal de IRC em Portugal em 2013 e 2012.

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente referentes a 2013 são relativos, essencialmente, a perdas e ganhos em investimentos financeiros e a dividendos recebidos (Nota 23), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2010 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

10. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Estado e outros entes públicos	2.643.926	2.522.105
Outros devedores	17.119.404	7.593.137
	19.763.330	10.115.242

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica 'Outros devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Notas 23 e 25). A 31 de dezembro de 2013 inclui ainda um valor referente ao facto de a Sonaecom SGPS, S.A. ter optado por beneficiar do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas Fiscais e à Segurança Social, tendo procedido a um pagamento no montante total de cerca de 5 milhões de euros essencialmente relativos a IVA. É convicção do Conselho de Administração que estes valores não são devidos e que não existem passivos materiais associados que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação.

O valor registado em 'Estado e outros entes públicos', em 31 de dezembro de 2013 e 2012, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efetuadas por terceiros e imposto sobre o rendimento a ser recuperado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a antiguidade dos saldos de 'Outros devedores' pode ser detalhada como segue:

	Total	Não vencido	Vencido sem imparidade			Vencido com imparidade			
			Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2013									
Outros devedores	17.119.404	1.296.375	4.685.020	3.212.670	7.925.339	-	-	-	-
2012									
Outros devedores	7.593.137	5.957.340	1.536.458	51.073	48.266	-	-	-	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os montantes vencidos sem imparidade a mais de 90 dias dizem respeito essencialmente a valores a receber do grupo.

Por não se tratarem de ativos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objeto do detalhe acima.

11. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	201.875	2.922.733
Valores a debitar	26.536	347.248
Outros acréscimos de proveitos	150.734	289.189
	379.145	3.559.170
Custos plurianuais		
Seguros	31.601	39.219
Rendas	-	12.811
Outros custos plurianuais	104.483	76.439
	136.084	128.469
	515.229	3.687.639

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe de 'caixa e seus equivalentes' era o seguinte:

	2013	2012
Numerário	811	1.280
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	26.252.770	31.134
Aplicações de tesouraria	159.665.000	103.685.000
	185.918.581	103.717.414

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2013	2012
Aplicações bancárias	156.495.000	5.000.000
We Do	1.365.000	640.000
Público	1.345.000	365.000
Saphety	285.000	-
Sonaecom SP	170.000	-
PCJ	5.000	25.000
Lugares Virtuais	-	510.000
Optimus SGPS	-	97130.000
Mainroad	-	15.000
	159.665.000	103.685.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, venceram juros a uma taxa média de 4,46% (4,78% em 2012).

13. Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 ações ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 euro. Nessas datas, a estrutura acionista era a seguinte:

	2013		2012	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Sontel BV	194.063.119	52,99%	194.063.119	52,99%
Ações dispersas em Bolsa	82.152.012	22,43%	78.681.339	21,48%
Sonae SGPS	76.679.374	20,94%	3.430.000	0,94%
Goldman Sachs *	7.780.349	2,12%	-	-
Ações próprias (Nota 14)	5.571.014	1,52%	4.321.038	1,18%
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Atlas Service Belgium **	-	-	73.249.374	20,00%
Millenium BCP ***	-	-	12.500.998	3,41%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

* A 23 de outubro de 2013, a Goldman Sachs Group, Inc. passou a deter uma participação qualificada no capital social da Sonaecom por ter adquirido 7.780.349 ações representativas de 2,12% do capital.

** A 15 de fevereiro de 2013 a Sonae e a France Télécom ('FT - Orange') concluíram um acordo que consistia na atribuição de uma opção de compra e de venda, respetivamente, dos 20% do capital da Sonaecom detidos naquela data por uma subsidiária da FT - Orange. A 9 de setembro de 2013, essa opção de compra e venda foi exercida pela Sonae e FT - Orange respetivamente.

*** Por já não corresponder a uma participação qualificada, o número de ações detidas pelo Millenium BCP, com base na informação obtida em 15 de maio de 2013, foi incluído nas ações dispersas em Bolsa.

A totalidade das ações que representam o capital social da Sonaecom corresponde a ações autorizadas, subscritas e pagas. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Ações próprias

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 247.423 ações próprias, no âmbito do seu plano de incentivos de médio prazo.

Adicionalmente, no mesmo exercício, a Sonaecom alienou às suas subsidiárias 2.601 ações, ao preço médio de 1,816 euros, no âmbito do plano de incentivos de curto prazo de cada uma das empresas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a empresa adquiriu 1.500.000 novas ações (a um preço médio de 1,667 euros), detendo, no final do exercício, 5.571.014 ações próprias, representativas de 1,52% do seu capital social, a um preço médio de 1,515 euros.

15. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	MONTANTE UTILIZADO	
				2013	2012
'Obrigações Sonaecom SGPS 2011'	100.000.000	mar-15	Final	-	100.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	40.000.000	mar-15	Final	-	40.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2012'	20.000.000	jul-15	Parcel	-	20.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2013'	20.000.000	jun-16	Final	20.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(58.271)	(1.586.070)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	61.767	1.745.020
				20.003.496	160.158.950
Papel comercial	30.000.000	jul-15	-	-	30.000.000
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	-	(70.090)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	150.770
				-	30.080.680
				20.003.496	190.239.630

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	MONTANTE UTILIZADO	
				2013	2012
Aplicações de tesouraria obtidas	-	-	-	21.654.000	6.298.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	6.813	6.168
				21.660.813	6.304.168
'Obrigações Sonaecom SGPS 2005'	150.000.000	jun-13	Final	-	150.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	30.000.000	fev-13	Final	-	30.000.000
Encargos financeiros suportados com a emissão da dívida	-	-	-	-	(262.458)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	-	377.316
				-	180.114.858
				21.660.813	186.419.026

Empréstimos Obrigacionistas

Em junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a empresa liquidou a totalidade do empréstimo obrigacionista e respectivos juros.

Em fevereiro e março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respetivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respetivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon. A 4 de fevereiro de 2013, a empresa liquidou o empréstimo obrigacionista de 30 milhões de euros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o empréstimo obrigacionista de 40 milhões foi cedido à ZON OPTIMUS.

Em setembro de 2011, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3,5 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados

à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo BNP Paribas, ING Belgium SA/NV e WestLB AG. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, Portigon AG (anteriormente conhecido como WestLB AG) transferiu toda sua participação de 33.300.000 euros no empréstimo obrigacionista para Erste Abwicklungsanstalt ('EAA'), uma entidade estatal alemã. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o empréstimo obrigacionista de 100 milhões foi cedido à ZON OPTIMUS.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco BPI. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o empréstimo obrigacionista de 20 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à ZON OPTIMUS a capacidade de utilização desta linha de crédito, sob a forma de Papel Comercial e pelo mesmo montante.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 20 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 3 anos. As obrigações vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Banco Caixa Económica Montepio Geral.

O empréstimo acima mencionado não tem garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do mesmo é, exclusivamente, garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no exercício de 2013, foi de 2,71% (3,01% em 2012).

Programas de Papel Comercial

Em julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de euros em julho de 2010. Em julho 2012, a empresa liquidou a totalidade do montante utilizado do papel comercial e respetivos juros. O sindicato de garantia de colocação era composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Em junho de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 15 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral. Em junho de 2013 foi efetuado um aditamento ao contrato que o prolongou por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até ao máximo de 5 anos, sendo que em 31 de dezembro de 2013, esta linha de crédito não está a ser utilizada.

Em julho de 2012, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de três anos, organizado pela Caixa – Banco de Investimento e Caixa Geral de Depósitos. Adicionalmente, no mesmo período, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 25 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Santander Totta. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), os dois Programas de Papel Comercial foram totalmente reembolsados e posteriormente cedida à ZON OPTIMUS a capacidade de utilização destas linhas de crédito.

Em maio de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 30 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de dezoito meses, organizado pelo Banco Espírito Santo de Investimento e Banco Espírito Santo. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), o papel comercial de 30 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à ZON OPTIMUS a capacidade de utilização destas linhas de crédito.

Em junho de 2013, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante máximo de 100 milhões de euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de um ano, organizado pelo Banco Comercial Português. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão

(Nota 5), o papel comercial de 100 milhões foi totalmente reembolsado e posteriormente cedida à ZON OPTIMUS a capacidade de utilização destas linhas de crédito.

A taxa de juro média dos papéis comerciais, no exercício, foi de 4,26% (1,52% em 2012).

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas atividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Em 31 de dezembro de 2013, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida estão relacionados com o empréstimo obrigacionista contraído pela Sonaecom em maio de 2013, no montante total de 20 milhões de euros, organizado pela Caixa Económica Montepio Geral, e que estabelece a obrigação de assegurar que a dívida líquida consolidada não excede 3 vezes o EBITDA consolidado. A penalidade aplicável no caso de incumprimento deste traduz-se genericamente no pagamento antecipado do financiamento obtido.

Em 31 de dezembro de 2013 e na presente data, a Sonaecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 1 milhão de euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis exceto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência do processo de fusão (Nota 5), foi cedida à ZON OPTIMUS, uma linha de crédito bancário de curto prazo do Banco Popular, de 10 milhões de euros.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respetivo prazo. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe das 'Aplicações tesouraria' recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2013	2012
Sonaecom BV	14.720.000	-
Digitmarket	4.385.000	3.830.000
Sonaetelecom BV	1.559.000	1.579.000
Sonae com SI	800.000	-
Miauger	190.000	260.000
Saphety	-	580.000
Sonaecom SP	-	49.000
	21.654.000	6.298.000

As aplicações de tesouraria de empresas do grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 3,08% e 3,42%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	EM 12 MESES	ENTRE 12 E 24 MESES	ENTRE 24 E 36 MESES	ENTRE 36 E 48 MESES	ENTRE 48 E 60 MESES
2013					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	20.000.000	-	-
Juros	980.278	980.278	424.318	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	-	-
	980.278	980.278	20.424.318	-	-
2012					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	160.000.000	-	-
Juros	5.840.405	5.726.552	1.398.895	-	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	30.000.000	-	-
Juros	1.168.913	1.168.913	678.930	-	-
	7.009.318	6.895.465	192.077.825	-	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de uma semana a seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de um a três anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

À data de 31 de dezembro de 2013 e 2012, as linhas de crédito disponíveis pela empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	MATURIDADE	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2013					
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Descobertos autorizados	1.000.000	-	1.000.000	x	
	36.000.000	20.000.000	16.000.000		

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	MATURIDADE	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2012					
Papel comercial	30.000.000	30.000.000	-		x
Papel comercial	25.000.000	-	25.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	-	15.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	100.000.000	100.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-	x	
Empréstimo obrigacionista	20.000.000	20.000.000	-		x
Contas correntes	16.500.000	-	16.500.000	x	
Descobertos autorizados *	10.000.000	-	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	439.000.000	370.000.000	69.000.000		

* Pode também ser utilizado sob a forma de Papel comercial.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2013 e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado subirem (descerem), em média, 75 bp durante o ano de 2013, os juros suportados nesse exercício seriam diminuídos (acrescidos), em aproximadamente, 1.250.000 euros.

16. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Transferências	Utilizações	Saldo final
2013						
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 23)	97197.713	15.661.877	-	-	-	112.859.590
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 23)	17204.998	3.930.000	(14.838.739)	-	-	6.296.259
Provisões para outros riscos e encargos	74.959	258.216	(706)	-	-	332.469
	114.477.670	19.850.093	(14.839.445)	-	-	119.488.318
2012						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 10)	1.930	15.387	-	-	(17.317)	-
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 23)	80.122.497	10.681.481	-	6.393.735	-	97.197.713
Perdas de imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Notas 8 e 23)	8.555.505	15.043.228	-	(6.393.735)	-	17.204.998
Provisões para outros riscos e encargos	68.654	6.305	-	-	-	74.959
	88.748.586	25.746.401	-	-	(17.317)	114.477.670

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' da demonstração de resultados, com exceção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo e em outros ativos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica 'Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo' (Nota 23).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 168.062 euros e 4.561 euros, respetivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício', atendendo à natureza da mesma (Nota 24). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, o reforço da rubrica 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui, principalmente, montantes para fazer face a contingências diversas respeitantes a passivos prováveis resultantes de transações diversas e cuja saída de fundos é provável.

17. Outros passivos não correntes

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, era composta pelos valores relativos aos planos de incentivo de médio prazo, exigíveis a médio e longo prazo, nos montantes de 370.948 euros e 174.176 euros, respetivamente (Nota 28).

18. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Outros credores (Nota 25)	7.199.301	727.186
Estado e outros entes públicos	108.972	101.075
	7.308.273	828.261

A 31 de dezembro de 2013, a rubrica 'Outros credores' inclui o montante de cerca de 6 milhões de euros referente a valores a pagar à Optimus SA, Be Artis e Be Towering referente à cessação do contrato MTIP (Nota 28).

As outras dívidas a terceiros tinham a seguinte maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2013				
Outros credores	7.199.301	7.199.301	-	-
	7.199.301	7.199.301	-	-
2012				
Outros credores	727.186	727.186	-	-
	727.186	727.186	-	-



19. Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Acréscimos de custos		
Custos com pessoal	555.627	561.065
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 28)	334.477	225.445
Consultoria	100.558	107.690
Outros acréscimos de custos	2.055.658	109.633
	3.046.320	1.003.833
Proveitos diferidos		
Outros proveitos diferidos	-	11.041
	-	11.041
	3.046.320	1.014.874

A rubrica 'Outros acréscimos de custos' inclui o montante de cerca de 1.943.340 euros, referente a juros corridos e não vencidos de um empréstimo obrigacionista que foi cedido à Zon Optimus na sequência do processo de fusão (Nota 15).

20. Prestações de serviços

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as Prestações de serviços correspondiam ao débito, às empresas participadas, de fees de gestão (Nota 25).

21. Outros proveitos operacionais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de 'Outros proveitos operacionais' tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Proveitos Suplementares	113.105	-
Outros	774	319
	113.879	319

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de 'Proveitos Suplementares' é, essencialmente, composta por proveitos associados a fianças que a Sonaecom garantiu em nome das suas subsidiárias.

22. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2013	2012
Trabalhos especializados	1.713.604	1.721.550
Deslocações e estadas	112.905	90.333
Rendas e alugueres	101.607	91.185
Seguros	49.852	51.005
Comunicação	39.495	38.007
Honorários	11.139	458
Outros fornecimentos e serviços externos	114.309	51.748
	2.142.911	2.044.286

Os compromissos assumidos, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com contratos de locação operacional são como seguem:

	2013	2012
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2013	-	21.788
2014	52.997	16.692
2015	52.997	16.692
2016	43.260	6.955
2017	32.723	-
2018	1.255	-
Renováveis por 1 ano	-	129.974
	183.232	192.101

23. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, têm a seguinte composição ((custos)/proveitos):

	2013	2012
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo		
Perdas relativas a empresas do grupo (Notas 5, 8 e 16)	(171.801.781)	(26.087.858)
Ganhos relativos a empresas do grupo	24.700.000	129.476.277
	(147.101.781)	103.388.419
Ganhos e perdas em Investimentos registados ao justo valor através de resultados		
Ganhos relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados (Nota 7)	46.636.719	-
	46.636.719	-
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(4.783.651)	(3.134.196)
Outros empréstimos	(6.111.696)	(10.601.176)
Descobertos bancários e outros	-	(66)
	(10.895.347)	(13.735.438)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(1.622)
Outros custos financeiros	(315.920)	(500.994)
	(315.920)	(502.616)
	(11.211.267)	(14.238.054)
Outros proveitos financeiros		
Juros obtidos	24.501.871	14.938.191
Diferenças de câmbio favoráveis	174	-
	24.502.045	14.938.191

Em 31 de dezembro de 2013, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 16), no valor de 3.930.000 euros, o reforço de perdas de imparidade em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 16), no valor de 823.138 euros e a menos valia gerada no processo de fusão (Nota 5), no montante de 167.048.643 de euros.

Em 31 de dezembro de 2013, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos da filial Optimus SGPS.

Em 31 de dezembro de 2013, os ganhos relativos a investimentos registados ao justo valor através de resultados corresponde ao aumento do justo valor da participação detida na Zon Optimus (Nota 7), no montante de 46.636.719 euros.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica de 'Juros obtidos' inclui o montante de 4.674.111 recebidos da Unitel em sequência da alienação a esta entidade de suprimentos concedidos à ZOPT (Notas 5 e 8).

Em 31 de dezembro de 2012, as perdas relativas a empresas do Grupo incluem o valor de 363.149 euros relativo à menos-valia com a venda, à Optimus SGPS, da totalidade do capital social da Be Artis (Nota 5) e o reforço de perdas de imparidade em outros ativos não correntes (Notas 8 e 15), no valor de 15.043.228 euros e em investimentos em empresas do grupo (Notas 5 e 15), no valor de 10.681.481 euros.

Em 31 de dezembro de 2012, os ganhos relativos a empresas do grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (68.175.378 euros), Optimus SGPS (29.684.926 euros), Sonaecom SI (31.032.500 euros) e Sontária (583.473 euros).

24. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2013	2012
Imposto corrente	(1.322.289)	86.453
Provisão para impostos (Notas 9 e 16)	(168.062)	(4.561)
Saldo final	(1.490.351)	81.892

25. Entidades relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os principais saldos e transações mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

	SALDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2013				
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 18)	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 8 e 15)
Empresa-mãe					
Sonaecom SGPS	850	49.000	-	(31.198)	-
Subsidiárias					
Miauger	-	60.086	-	-	(190.151)
PCJ	68.078	(100.277)	5.000	22.617	4.610.000
Público	85.696	925.581	1.345.000	7.560	1.780.000
Sonaecom SI	180.605	1.401	-	70.643	14.854.257
Sonaecom BV	1.910	240.841	-	-	(14.720.000)
Sonaecom Telecom BV	-	25.335	-	-	(1.559.000)
Sonaecom SP	-	27.948	170.000	(45.021)	-
Outras partes relacionadas					
Be Artis	-	2.860.366	-	-	-
Be Towering	4.596	111.261	-	3.737	-
Digitmarket	4.784	44.434	-	-	(4.390.919)
Lugares Virtuais	-	210.390	-	-	-
Mainroad	56.125	32.451	-	167	-
Optimus	595.075	2.716.307	-	155.410	-
Permar	-	-	-	-	-
Saphety	114.410	5.433	285.000	576	-
SonaecomcenterII	-	82.406	-	(94.260)	-
Wedo	670.392	(190.068)	1.365.000	1.903	-
Zon Optimus	10.203.626	-	-	(1.943.340)	-
Outros	92.264	14.121	-	85.484	-
	12.078.411	7.117.016	3.170.000	(1.765.722)	384.187

SALDOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2012					
	Contas a receber (Nota 10)	Contas a pagar (Nota 18)	Aplicações de tesouraria (Nota 12)	Outros ativos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos) (Nota 8 e 15)
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	-	47.256	-	-	-
Subsidiárias					
Miauger	16.014	493	-	255	(260.032)
Optimus SGPS	2.297.518	-	971.300.000	2.719.497	312.850.000
PCJ	189.839	-	25.000	35.316	4.690.000
Público	(2.306.582)	-	365.000	14.762	(467)
Sonae com SI	540	-	-	69.319	15.815.000
Sonaecom BV	93.453	2.935	-	50.823	2.075.000
Sonaetelecom BV	-	12.562	-	-	(1.579.000)
Sonaecom SP	12	288	-	-	(49.064)
Outras partes relacionadas					
Be Artis	442.210	2.771	-	1.628	-
Be Towering	358.396	-	-	-	-
Digitmarket	24.574	20.890	-	(500)	(3.834.938)
Lugares Virtuais	(154.066)	369	510.000	1.850	-
Mainroad	534.233	4.269	15.000	1.133	-
Optimus	5.354.773	179.032	-	342.629	-
Permar	2.084	-	-	-	-
Saphety	93.180	7.056	-	(9.941)	(580.668)
Wedo	589.208	-	640.000	283.489	-
Outras	611	30.940	-	(96.919)	-
	7.535.996	308.861	98.685.000	3.413.341	329.125.831

TRANSAÇÕES A 31 DE DEZEMBRO DE 2013					
	Vendas e prestações de serviços (Nota 20)	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 23)	Proveitos suple- mentares (Nota 21)	
Empresa-mãe					
Sonae SGPS	-	48.600	685.345	-	
Subsidiárias					
Miauger	-	-	(4.759)	-	
PCJ	-	-	271.236	-	
Público	119.391	(48.343)	131.074	1	
Sonae com SI	4.626	-	692.980	-	
Sonaecom BV	-	-	(442.398)	-	
Sonaecom SP	-	78.955	(881)	-	
Outras partes relacionadas					
SonaecenterII	(9.917)	645.794	-	-	
Optimus	2.209.035	282.501	-	113.104	
Be Artis	-	24.985	-	-	
Digitmarket	40.904	-	(131.098)	-	
Lugares Virtuais	21.423	2.400	42.884	-	
Mainroad	40.417	-	33.129	-	
Saphety	42.846	(104.291)	11.357	-	
Wedo	123.754	3.410	68.147	-	
Zon Optimus	-	(526.753)	17520.021	-	
Outras	-	58.020	(50.448)	-	
	2.592.479	465.278	18.826.589	113.105	

	TRANSAÇÕES A 31 DE DEZEMBRO DE 2012			
	Vendas e prestações de serviços (Nota 20)	Fornecimento e serviços externos (Nota 22)	Juros obtidos / (suportados) (Nota 23)	Proveitos suplementares (Nota 21)
Empresa-mãe				
Sonae SGPS	(23.800)	52.756	258.537	-
Subsidiárias				
Miauger	-	-	(2.790)	-
Optimus SGPS	-	-	6.195.738	-
PCJ	-	-	239.956	-
Público	123.347	(3.798)	136.233	-
Sonae com SI	3.794	(14.494)	621.678	-
Sonaecom BV	-	-	876.294	-
Sonaetelecom BV	-	-	(39.665)	-
Sonaecom SP	-	-	(1.058)	-
Outras partes relacionadas				
Optimus	3.038.639	706.905	711.990	-
Be Artis	-	23.871	5.111.927	-
Be Towering	-	(51.487)	146.179	-
Wedo	127.672	-	225.657	-
Outros	222.582	383.742	(12.290)	-
	3.492.234	1.097.495	14.468.386	-

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a empresa reconheceu o montante de 24.700.000 euros e 129.476.277 euros, respetivamente, referente a dividendos de participadas (Nota 23).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, procedeu-se, para além destas operações, à alienação da totalidade do capital social da Be Artis e da Sontária à Optimus SGPS e ao aumento do capital da Optimus SGPS, pela modalidade de entradas em espécie, através da entrega da totalidade de ações que a Sonaecom detinha da subsidiária Optimus – Comunicações, S.A. (Nota 5).

Durante o exercício de 2012, a Sonaecom celebrou um contrato com a Sonae SGPS S.A., no qual esta se obrigou a proceder, até ao termo do exercício de 2016, à transferência de ações Sonaecom para os colaboradores e quadros do grupo, por solicitação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, pelo preço de 1,184 euros, por ação. No âmbito deste contrato, a Sonaecom procedeu ao pagamento à Sonae SGPS, S.A. do montante de 3.291.520 euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato, originando um recebimento de 4.444.207 euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, na sequência da fusão entre a Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. e a Optimus, SGPS, SA e constituição da Zopt, foi efetuado um aumento de capital nesta no montante de 598 milhões de euros e concedidos suprimentos no montante de 230 milhões. Posteriormente parte destes suprimentos (115 milhões de euros) foram alienados à Unitel (Notas 5, 8 e 23).

Todas as transações acima referidas foram efetuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias.

Uma listagem integral das entidades relacionadas do grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

26. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

BENEFICIÁRIO DA GARANTIA	DESCRIÇÃO	2013	2012
Direção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	5.955.731	5.955.731
Direção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IS, IRC e IVA	2.696.853	2.162.476
Direção de Contribuições e Impostos	Outros	16.795	16.795
		8.669.379	8.135.002

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 10.529.619 euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, é convicção do Conselho de Administração da empresa que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

27. Resultados por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (90.569.383 euros negativos em 2013 e 103.229.835 euros em 2012) pelo número médio de ações existente durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 deduzidas das ações próprias (360.941.333 em 2013 e 359.390.746 em 2012).

28. Planos de incentivo de médio prazo

Em junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em ações a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e ações da Sonaecom e ações da Sonae-SGPS, S.A.. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Em 31 de dezembro de 2013, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	PERÍODO DE DIFERIMENTO		Número agregado de participantes	31 DEZEMBRO 2013
		Data de atribuição	Data de vencimento		Número de ações
Ações Sonaecom					
Plano 2009	1,685	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	1,399	10-mar-11	10-mar-14	2	206.064
Plano 2011	1,256	09-mar-12	10-mar-15	2	221.505
Plano 2012	1,505	08-mar-13	10-mar-16	2	129.694
Ações Sonae SGPS					
Plano 2009	0,761	10-mar-10	08-mar-13	-	-
Plano 2010	0,811	10-mar-11	10-mar-14	2	214.640
Plano 2011	0,401	09-mar-12	10-mar-15	2	419.985
Plano 2012	0,701	08-mar-13	10-mar-16	2	163.966

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as ações Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de acionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as ações Sonae SGPS;

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	AÇÕES SONAECOM		AÇÕES SONAE SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de ações	Número agregado de participantes	Número de ações
Saldo a 31 dezembro 2012:				
Ainda diferidas	10	786.207	10	1.186.787
Total	10	786.207	10	1.186.787
Movimentos no exercício:				
Atribuídas	3	186.159	3	250.399
Vencidas	(4)	(247.423)	(4)	(342.242)
Canceladas / extintas / corrigidas*	(3)	(167.680)	(3)	(296.353)
Saldo a 31 dezembro 2013:				
Ainda diferidas	6	557.263	6	798.591
Total	6	557.263	6	798.591

* As correções são efetuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social e outros ajustamentos, nomeadamente, resultantes da alteração na forma de vencimento do MTIP, que passou a poder ser feita através da aquisição de ações com desconto.

Para os planos 2010 e 2012 de ações Sonaecom, SGPS, S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data da atribuição de cada plano. Para o plano de 2011, a empresa celebrou com a Sonae-SGPS, S.A. um contrato em que esta se obriga à transferência de ações Sonaecom SGPS para os colaboradores e quadros do grupo por indicação da Sonaecom e no âmbito dos planos de incentivo de médio prazo, sendo a responsabilidade calculada com base no preço fixado no contrato. A responsabilidade dos três planos foi registada na rubrica 'Reservas para planos de incentivo de médio prazo'. Para os planos de ações Sonae SGPS, o grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

Os contratos de cobertura acima referidos podem ser detalhados como se segue:

	AÇÕES SONAE SGPS			AÇÕES SONAECOM
	Plano 2010	Plano 2011	Plano 2012	Plano 2011
Valor nominal	257.574	323.727	268.451	492.439
Maturidade	mar-14	mar-15	mar-16	dez-16
Nível de inputs na hierarquia de justo valor				Nível 2
Método de valorização		Custo atual de substituição		
Justo valor*	174.734	490.711	125.071	634.672

* utilizada a cotação de 31 de dezembro de 2013 no apuramento do justo valor.

Os custos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, são como se segue:

	AÇÕES SONAECOM	AÇÕES SONAE SGPS	AÇÕES ZON OPTIMUS SGPS	TOTAL
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	2.595.999	3.212.054	129.532	5.937.585
Custos reconhecidos no exercício	309.436	164.200	269.551	743.187
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(2.025.205)	(2.862.603)	-	(4.887.808)
Custos de planos exercidos no exercício	(406.268)	(250.357)	-	(656.625)
	473.962	263.294	399.083	1.136.339
Responsabilidade dos Planos	756.970	898.769	399.083	2.054.822
Justo valor dos Contratos de cobertura (1)	(283.008)	(635.475)	-	(918.483)
Registados em Caixa e equivalentes de caixa (2)	-	-	(43.048)	(43.048)
Registados em Outros passivos correntes (Nota 19)	-	126.013	208.464	334.477
Registados em Outros passivos não correntes (Nota 17)	-	137.281	233.667	370.948
Registados em Reservas	473.962	-	-	473.962

(1) A Sonaecom assinou contratos para cobertura da responsabilidade com os planos de incentivo de médio e longo prazo do grupo, transferindo posteriormente, através de contratos celebrados com as várias empresas do grupo, a responsabilidade relativa a cada empresa. O justo valor dos contratos de cobertura, considerado na tabela acima, corresponde à componente destinada a cobrir a responsabilidade dos planos dos colaboradores da Sonaecom SGPS;

(2) A Sonaecom antecipou parcialmente o vencimento do contrato de cobertura com a Sonae SGPS, o que originou um reembolso pelo valor atual de mercado das ações Sonaecom.

A 27 de agosto de 2013, parte dos planos de ações Sonaecom e Sonae SGPS em aberto foram convertidos em planos de ações Zon Optimus. Esta conversão ocorreu com base no rácio do projeto de fusão, no caso dos planos de ações Sonaecom, e com base no justo valor das ações, no caso dos planos de ações Sonae SGPS, e foi devidamente aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações. O custo com os planos de ações Zon Optimus foi reconhecido até 30 de setembro de 2013, data em que a Zon Optimus passou a assumir a responsabilidade dos mesmos. Para os planos Zon Optimus SGPS, a responsabilidade foi calculada com base na cotação das ações do dia 30 de setembro de 2013. A responsabilidade de tais planos foi registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

29. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2013 e 2012, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom, foi como segue:

	2013	2012
Benefícios de empregados de curto prazo*	1.223.450	1.710.382
Pagamentos com base em ações*	370.100	455.700
	1.593.550	2.166.082

* Não foram incluídas as remunerações do pessoal chave da gerência que foi transferido para a Zon OPTIMUS na sequência da fusão entre a Optimus e a Zon.

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em ações para 2013 e 2012 corresponde ao valor do plano de incentivo de médio prazo a ser atribuído em 2014 e relativo à performance de 2013 (e atribuído em 2013 relativo à performance de 2012, para o valor de 2012), cujas ações, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em março de 2017 e março de 2016, respetivamente.

30. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número médio de trabalhadores ao serviço da empresa era de 4 em ambos os exercícios. A 31 de dezembro de 2013 o número de trabalhadores ascendia a 3.

31. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2013 e 2012, a empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2013	2012
Revisão legal de contas	8.000	9.786
Outros serviços de garantia e fiabilidade	10.000	22.000
Consultoria Fiscal	2.877	30.030
Total	20.877	61.816

32. Outros assuntos

A 29 de outubro de 2013, a Sonaecom lançou uma oferta pública voluntária de aquisição de um máximo de 88.479.803 ações representativas de 24,16% do seu próprio capital social. Esta operação surge após a conclusão da fusão entre a Optimus SGPS, S.A. e a Zon Multimédia, SGPS, S.A., da qual resultou a Zon Optimus SGPS, S.A., tendo a Sonaecom, na qualidade de acionista da Optimus, passado a deter diretamente 37.489.324 ações representativas de 7,28% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus e uma participação de 50% na Zopt, SGPS, S.A. detentora, por sua vez, de uma participação correspondente a 50,01% do capital social e dos direitos de voto da Zon Optimus.

A Sonaecom pretende assim conferir a opção aos seus acionistas de alienar, em condições de igualdade, as suas ações nesta Sociedade, por contrapartida da entrega das 37.489.324 ações Zon Optimus detidas diretamente que, não sendo necessárias à prossecução da atividade da Sociedade, permitem a exposição direta dos acionistas à Zon Optimus, ativo de referência do portfólio da Sonaecom.

A Sonaecom oferece um preço global equivalente a 2,45 euros por ação Sonaecom, composto por entrega de ações Zon Optimus e de um montante remanescente em dinheiro, se aplicável, que representa para os acionistas aceitantes da Oferta um prémio, por ação Sonaecom, de cerca de: 10% sobre a cotação de fecho de dia 28 de outubro de 2013 e sobre a média ponderada da cotação de fecho dos 30 dias anteriores; 24% por referência à média ponderada da cotação de fecho da ação Sonaecom nos anteriores 90 dias; e 17%, considerando a média dos target prices da ação Sonaecom de 2,10 euros. Para efeitos de determinação da relação de troca entre ações Sonaecom e ações Zon Optimus, relevou-se a média ponderada da cotação de fecho das ações Zon Optimus nas 5 últimas sessões de mercado regulamentado, de 5,08 euros por ação Zon Optimus.

33. Eventos subsequentes

Em 23 e 24 de janeiro de 2014, nos termos previamente autorizados pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, CMVM, a Sonae - SGPS, S.A. (Sonae) adquiriu, em operação realizada fora de Bolsa, um total de 1.454.134 ações da Sonaecom a Administradores e Partes Relacionadas da Sonaecom.

A consideração desta aquisição foi determinada e estabelecida em 20 de fevereiro de 2014, a data do apuramento de resultados da Oferta Pública, pelo mesmo valor pago aos acionistas que aceitaram a Oferta. Após esta operação, a Sonae passou a deter, diretamente, 78.133.508 ações e, indiretamente, 194.063.119 ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom, equivalentes a uma participação total de 272.196.627 ações.

Em 5 de fevereiro de 2014, a Sonaecom publicou a decisão de lançar uma Oferta Pública, Geral e Voluntária de Aquisição de Ações Próprias representativas do capital social da Sonaecom.

A Oferta foi geral e voluntária, sendo o Oferente obrigado a adquirir a totalidade das ações objeto da oferta que foram, até ao final do respetivo período da Oferta, objeto de aceitação válida pelos destinatários da Oferta.

O período da Oferta, durante o qual foram recebidas as Ordens de Venda, decorreu ao longo de duas semanas, tendo início em 6 de fevereiro e término em 19 de fevereiro de 2014.

Em 20 de fevereiro de 2014, foram apurados os resultados da Oferta. O nível de aceitação atingiu 62%, correspondendo a 54.906.831 ações da Sonaecom. Durante o exercício de 2014 a Sonaecom irá assim reduzir o seu capital social em cerca de 136 milhões de euros. Na sequência deste resultado, o Euronext Lisbon anunciou a exclusão da Sonaecom do PSI-20 a partir de 24 de fevereiro de 2014.

A liquidação física e financeira da Oferta ocorreu no dia 25 de fevereiro de 2014, sendo a consideração da Oferta composta por 26.476.792 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS e por 19.631 euros em numerário.

Na sequência da Oferta, a Sonaecom passou a deter 11.012.532 ações representativas do capital social da ZON OPTIMUS, correspondentes a uma participação de 2,14%.

A 28 de fevereiro de 2014 a Goldman Sachs Inc. informou a Sonaecom que deixou de deter uma participação qualificada no seu capital social desde 25 de fevereiro de 2014 passando de 2,12% para 0,79%, correspondentes a 2.881.353 ações e direitos de voto.

A Sonae-SGPS, S.A. informou a Sonaecom acerca da aquisição de ações representativas do capital social e direitos de voto da Sonaecom entre os dias 24 de fevereiro e 7 de março de 2014. Na sequência destas aquisições, a Sonae-SGPS, S.A. passou a ser titular, diretamente, de 79.097.818 ações, continuando a ser-lhe adicionalmente imputáveis os direitos de voto relativos a 194.063.119 ações da Sonaecom, detidas pela sua subsidiária Sonae Investments BV.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 10 de março de 2014.



Anexo

A 31 de dezembro de 2013, as partes relacionadas da Sonaecom, SGPS, S.A. são como segue:

PESSOAL CHAVE GERÊNCIA - SONAECOM

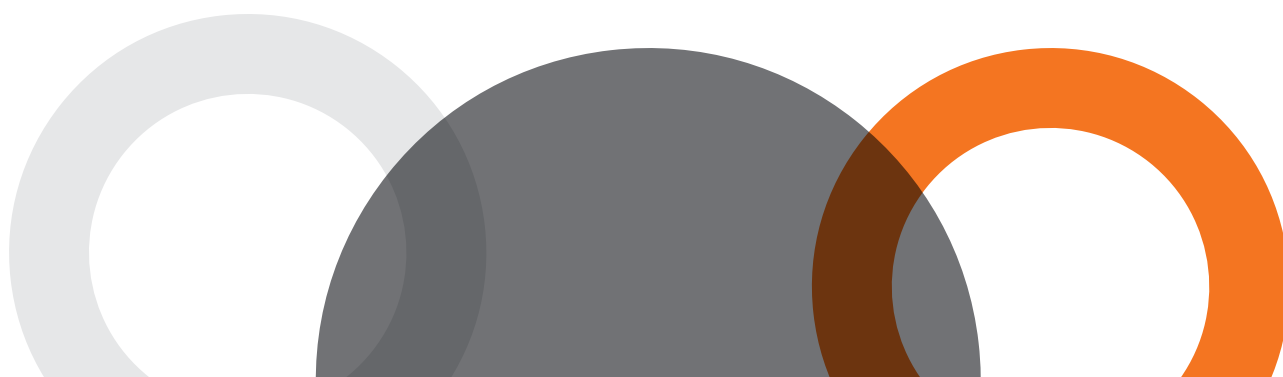
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Franck Emmanuel Dangeard
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Gervais Gilles Pellissier
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Jean-François René Pontal
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Rui José Silva Gonçalves Paiva

PESSOAL CHAVE GERÊNCIA - SONAE SGPS

Álvaro Carmona e Costa Portela	Christine Cross
Álvaro Cuervo Garcia	José Manuel Neves Adelino
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
Bernd Hubert Joachim Bothe	

EMPRESAS DO GRUPO SONAECOM

Cape Technologies Limited	Sonaecom - Serviços Partilhados, S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sonaetelecom BV
Lugares Virtuais, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos., S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies Mexico, S de R.L.
Público – Comunicação Social, S.A.	We Do Technologies Panamá S.A.
Saphety Brasil Transações Eletrónicas Ltda.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Saphety – Transacciones Electronicas SAS	We Do Technologies Singapore PTE. LTD.
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies Egypt LLC
Sonae com – Sistemas Informação, SGPS, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.	WeDo Technologies Americas, Inc.
Sonaecom BV	WeDo Technologies BV
Sonaecom, SGPS, S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia



EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

3shoppings - Holding,SGPS, S.A	Bloco Q-Sociedade Imobiliária,SA
ADD Avaliações Eng. A.e Pericias, Ltda	Bloco W-Sociedade Imobiliária,SA
Adlands B.V.	BOM MOMENTO - Restauração, S.A.
Agegan Park,SA	Canasta-Empreendimentos Imobiliários,SA
Agepan Eiweiler Management GmbH	Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,SA
Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,SA
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,SA	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Airone - Shopping Centre, Srl	CCCCB Caldas da Rainha-Centro Com., SA
ALEXA Administration GmbH	Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Centro Residencial da Maia,Urban.,SA
ALEXA Shopping Centre GmbH	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,SA
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,SA
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Cinclus Imobiliária,SA
Arat Inmuebles, S.A.	Citorres-Sociedade Imobiliária,SA
ARP Alverca Retail Park, SA	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.
Arrábidasshopping- Centro Comercial, S.A.	Colombo Towers Holding, BV
Aserraderos de Cuellar,SA	Contacto Concessões, SGPS, S.A.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc.Flu.e Marít,SA	Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,SA
Avenida M-40 B.V.	Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,SA
Azulino Imobiliária, S.A.	Continente Hipermercados, S.A.
BA Business Angels, SGPS, SA	Country Club da Maia-Imobiliaria,SA
BA Capital, SGPS	Craiova Mall BV
BB Food Service, SA	Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A.
Be Artis-Conc.,Const.e Gest.Redes Com,SA	Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.
Be Towering-Gestão de Torres de Telec,SA	Darbo SAS
Beeskow Holzwerkstoffe	Discovery Sports, SA
Beralands BV	Distodo Distribui e Logist,Lda
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Dortmund Tower GmbH
BIG Picture 2 Films	Dos Mares - Shopping Centre B.V.
Dos Mares-Shopping Centre, S.A.	Imoareia - Invest. Turísticos, SGPS, SA
Dreamia, B.V	IMOBEAUTY, S.A.
Dreamia, Serv de Televisão, SA	Imobiliária da Cacela, S.A.
Ecociclo - Energia e Ambiente, SA	Imoclub-Serviços Imobiliários,SA
Ecociclo II	Imoconti- Soc.Imobiliária,SA
Edições Book.it, S.A.	Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Imoestrutura-Soc.Imobiliária,SA
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,SA
Empracine-E.Pro.Act. Cinem,Lda	Imomuro-Sociedade Imobiliária,SA
Empreend.Imob.Quinta da Azenha,SA	Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, SA
Equador & Mendes,Lda	Imoplamac Gestão de Imóveis,SA
Estação Viana - Centro Comercial, S.A.	Imoponte-Soc.Imobiliaria,SA
Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,SA	Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A.
Euroresinas-Indústrias Químicas,SA	Imoresultado-Soc.Imobiliaria,SA
Farmácia Selecção, SA	Imosedas-Imobiliária e Serviços,SA

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

Fashion Division Canárias, SL	Imosistema-Sociedade Imobiliária,SA
Fashion Division, S.A.	Impaper Europe GmbH
FINSTAR-Socied.Investim.Par SA	Implantação - Imobiliária, S.A.
Fozimo-Sociedade Imobiliária,SA	Infofield-Infomática,SA
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	Inparsa - Gestão Galeria Comercial, SA
Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l.	Inparvi SGPS, SA
Fundo de Invest. Imobiliário Imosede	Integrum - Energia, SA
Fundo Esp.Inv.Imo.Fec. WTC	Integrum Colombo Energia, SA
Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center	Integrum Martim Longo - Energia, S.A.
Fundo Invest. Imobiliário Imosonae Dois	Integrum Vale do Caima - Energia, SA
Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro	Integrum Vale do Tejo - Energia, SA
Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A.	Interlog-SGPS,SA
Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A.	Invesaude - Gestão Hospitalar S.A.
GHP GmbH	Ioannina Develop. of Shopping Centers SA
Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl	Isoroy SAS
Glunz AG	La Farga - Shopping Center, SL
Glunz Service GmbH	Land Retail B.V.
Glunz UK Holdings Ltd	Larim Corretora de Resseguros, Ltda
Glunz Uka GmbH	Larissa Develop. of Shopping Centers, SA
Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, SA	Lazam MDS Corretora e Adm. Seguros, SA
Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A.	Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl
Harvey Dos Iberica, S.L.	Libra Serviços, Lda.
Herco Consul.Riscos Corret.Seguros, Ltda	Loop 5 - Shopping Centre, GmbH
Herco, Consultoria de Risco, S.A.	Lusomundo Audiovisuais, SA
HighDome PCC Limited	Lusomundo Cinemas, SA
Iberian Assets, SA	Lusomundo Espanha, SL
Igimo-Sociedade Imobiliária,SA	Lusomundo Imobiliária 2, SA
Iginha-Sociedade Imobiliária,SA	Lusomundo Moçambique, Lda
Lusomundo Soc. Inv. Imob. SA	Pareuro, BV
Luz del Tajo - Centro Comercial S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers SA
Luz del Tajo B.V.	Parklake Shopping Srl
Madeirashopping- Centro Comercial, S.A.	Parque Atlântico Shopping - C.C., SA
Maiashopping- Centro Comercial, S.A.	Parque D. Pedro 1 B.V.
Maiequipa-Gestão Florestal,SA	Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A.
Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda	Parque Principado SL
Marcas MC, ZRT	Pátio Boavista Shopping Ltda.
Marina de Tróia S.A.	Pátio Campinas Shopping Ltda
Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda	Pátio Goiânia Shopping Ltda
Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda
Martimope-Empreendimentos Turísticos, SA	Pátio Penha Shopping Ltda.
Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Pátio São Bernardo Shopping Ltda
MDS Affinity-Sociedade de Mediação Lda	Pátio Sertório Shopping Ltda
MDS África SGPS, S.A.	Pátio Uberlândia Shopping Ltda
MDS Auto - Mediação de Seguros, SA	Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,SA
MDS Corretor de Seguros, SA	Per-Mar-Sociedade de Construções,SA

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

Mds Knowledge Centre, Unipessoal, Lda	Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA
MDS Malta Holding Limited	PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A.
MDS, SGPS, SA	PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda
Megantic BV	Plaza Eboli B.V.
Miral Administração Corretagem Seg, Ltda	Plaza Eboli - Centro Comercial S.A.
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, SA	Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.
Modalfa-Comércio e Serviços,SA	Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.
MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA	Plaza Mayor Parque de Ocio,SA
Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A.	Plaza Mayor Shopping B.V.
Modelo Continente Hipermercados,SA	Plaza Mayor Shopping, SA
Modelo Continente International Trade,SA	Poliface North America
Modelo Hiper Imobiliária,SA	Porturbe-Edifícios e Urbanizações,SA
Modelo.com-Vendas p/Correspond,SA	Praedium - Serviços, SA
Movelpartes-Comp.para Ind.Imobiliária,SA	Praedium II-Imobiliária,SA
Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda	Praedium SGPS, SA
MSTAR, SA	Predicomercial-Promoção Imobiliária,SA
Münster Arkaden BV	Prédios Privados Imobiliária,SA
Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV	Predisedas-Predial das Sedas,SA
Norteshopping-Centro Comercial, S.A.	Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH
Nova Equador Internacional,Ag.Viag,T,Ld	Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl
Nova Equador P.C.O. e Eventos	Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH
Novobord (PTY) Ltd.	Project 4, Srl
Novodecor (PTY), LTD	Project SC 1 BV
Optimus - Comunicações, S.A.	Project SC 2 BV
OSB Deutschland GmbH	Project Sierra 11 BV
Pantheon Plaza BV	Project Sierra 12 BV
Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A.	Project Sierra 2 B.V.
Project Sierra 6 BV	Sierra Developments, SGPS, S.A.
Project Sierra 8 BV	Sierra Enplanta Ltda
Project Sierra Four Srl	Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.
Project Sierra Spain 1 B.V.	Sierra Germany GmbH
Project Sierra Spain 2 B.V.	Sierra GP Limited
Project Sierra Spain 2-Centro Comer. SA	Sierra Greece, S.A.
Project Sierra Spain 3 B.V.	Sierra Investimentos Brasil Ltda
Project Sierra Spain 3-Centro Comer. SA	Sierra Investments (Holland) 1 B.V.
Project Sierra Two Srl	Sierra Investments (Holland) 2 B.V.
Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Investments Holding B.V.
Quorum Corretores de Seguros Ltda	Sierra Investments SGPS, S.A.
Racionaliz. y Manufact.Florestales,SA	Sierra Italy Holding B.V.
Raso - Viagens e Turismo, S.A.	Sierra Italy Srl
Raso, SGPS, SA	Sierra Management, SGPS, S.A.
River Plaza BV	Sierra Portugal, SA
River Plaza Mall, Srl	Sierra Property Management Greece, SA
Rochester Real Estate,Limited	Sierra Romania Sh. Centers Services Srl
RSI Corretora de Seguros, Ltda	Sierra Services Holland B.V.

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

S.C. Microcom Doi Srl	Sierra Solingen Holding GmbH
Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, SA	Sierra Spain 2 Services, S.A.
SC Aegean B.V.	Sierra Spain, Shop. Centers Services, SL
SC Assets SGPS, SA	Sierra Zenata Project B.V.
SC Finance BV	SII - Soberana Invest. Imobiliários, SA
SC Mediterranean Cosmos B.V.	SISTAVAC, S.A.
SC, SGPS, SA	SISTAVAC, SGPS, S.A.
SC-Consultadoria,SA	SISTAVAC-Sistemas HVAC-R do Brasil, Ltda
SC-Eng. e promoção imobiliária,SGPS,SA	SKK SRL
SCS Beheer,BV	SKK-Central de Distr.,SA
SDSR - Sports Division 2, S.A.	SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos
SDSR - Sports Division SR, S.A.	Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,SA
Selifa-Empreendimentos Imobiliários,SA	Société de Tranchage Isoroy SAS.
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária,SA	Socijofra-Sociedade Imobiliária,SA
Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária,SA	Sociloures-Soc.Imobiliária,SA
Sete e Meio - Invest. Consultadoria, SA	Soconstrução BV
Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur.,SA	Soflorin,BV
Shopping Centre Colombo Holding, BV	Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,SA
Shopping Centre Parque Principado B.V.	Solinca - Health & Fitness, SA
SIAL Participações, Lda	Solinca-Investimentos Turísticos,SA
Sierra Asia Limited	Solinfitness - Club Malaga, S.L.
Sierra Berlin Holding BV	Solingen Shopping Center GmbH
Sierra Brazil 1 B.V.	SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA
Sierra Central S.A.S.	Soltoira-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,SA
Sierra Developments Holding B.V.	Somit Imobiliária,SA
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Capital, SGPS, SA
Sierra Investments SGPS, S.A.	Sonae Center Serviços II, SA
Sierra Italy Holding B.V.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,SA
Sierra Management Germany GmbH	Sonae Indústria - Management Services,SA
Sierra Management Italy S.r.l.	Sonae Industria (UK),Ltd
Sierra Management Romania, Srl	Sonae Industria de Revestimentos,SA
Sierra Management Spain - Gestión C.Com.S.A.	Sonae Indústria-SGPS,SA
Sierra Management, SGPS, S.A.	Sonae Investimentos, SGPS, SA
Sierra Portugal, S.A.	Sonae Investments,BV
SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A.	Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA
SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
SISTAVAC, S.A.	Sonae RE, S.A.
SKK - Central de Distr., S.A.	Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,SA
SKK SRL	Sonae SGPS, SA
SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos	Sonae Sierra Brasil SA
Sociedade de Construções do Chile, S.A.	Sonae Sierra Brazil B.V.
Société de Tranchage Isoroy S.A.S.	Sonae Sierra, SGPS, S.A.
Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.	Sonae Tafibra Benelux, BV

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

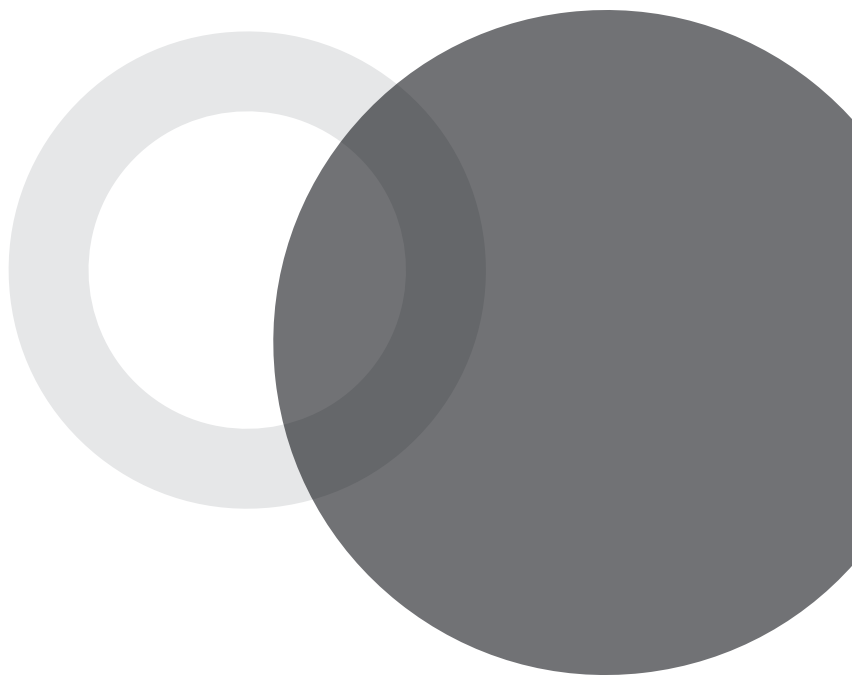
(continuação)

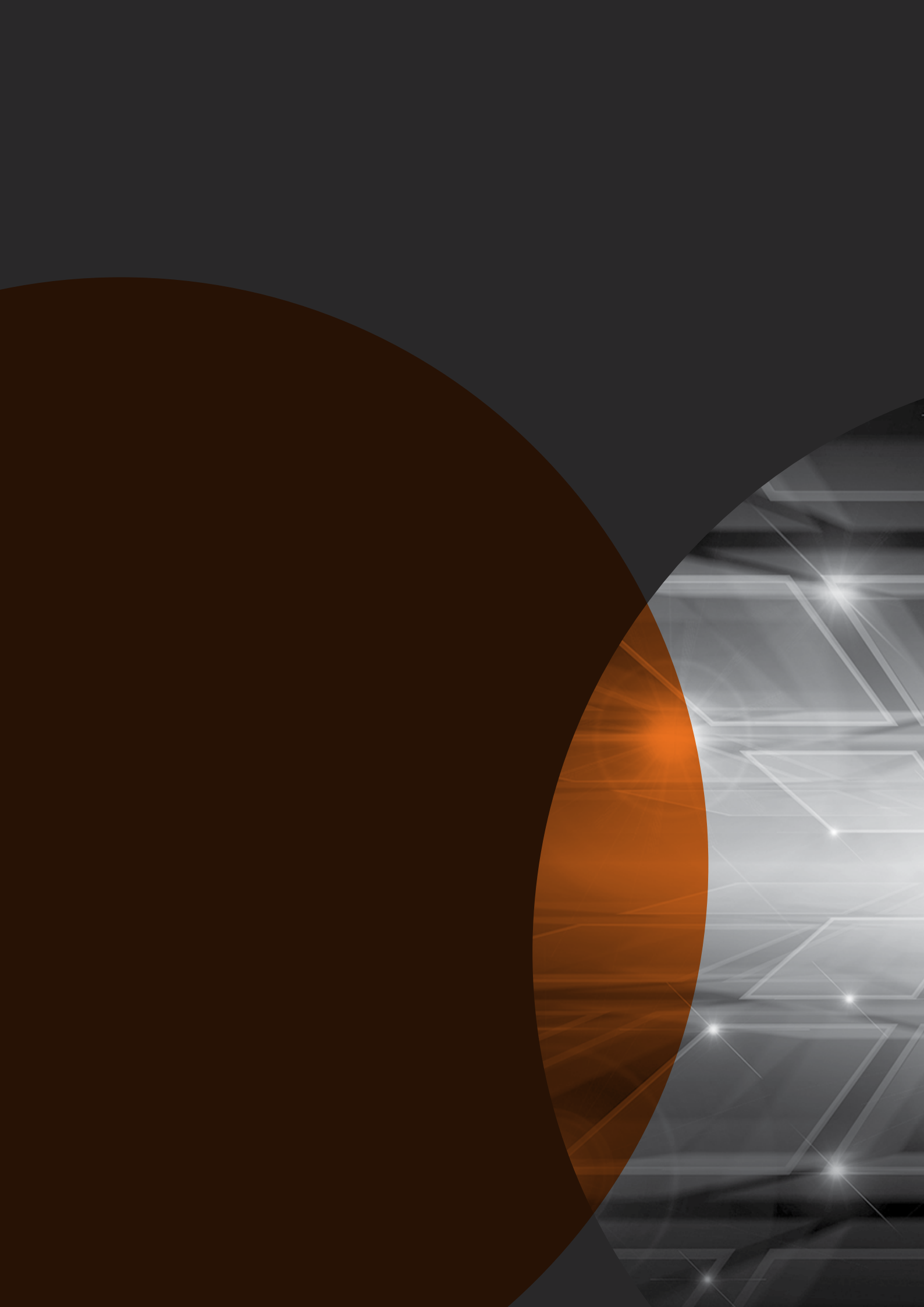
Sociloures - Soc.Imobiliária, S.A.	Sonae Turismo-SGPS,SA
Soconstrução BV	SONAECENTER SERVIÇOS, SA
Sodesa, S.A.	Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos
Soflorin, BV	Sonaerp - Retail Properties, SA
Soira - Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.	Sondis Imobiliária,SA
Solinca - Eventos e Catering, SA	Sontaria-Empreend.Imobiliários,SA
Solinca - Health and Fitness, SA	Sontel BV
Solinca - Investimentos Turísticos, S.A.	Sontur BV
Solinfitness - Club Malaga, S.L.	Sonvecap BV
Solingen Shopping Center GmbH	Sopair, S.A.
SOLSWIM-Gestão e Expl.Equip.Aquáticos,SA	Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist
Soltroia - Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.	Spanboard Products,Ltd
Somit Imobiliária	SPF- Sierra Portugal
SONAE - Specialized Retail, SGPS, SA	Spinarq Moçambique, Lda
Sonae Capital Brasil, Lda	Spinarq-Engenharia,Energia e Ambiente,SA
Sonae Capital,SGPS, S.A.	Spinveste - Promoção Imobiliária, SA
Sonae Center II S.A.	Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,SA
Sonae Center Serviços, S.A.	Sport TV Portugal, SA
Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.	Sport Zone Canárias
Sonae Indústria - SGPS, S.A.	Sport Zone España-Com.Art.de Deporte,SA
Sonae Industria de Revestimentos, S.A.	Sport Zone Turquia
Sonae Indústria Manag. Serv, SA	Spred, SGPS, SA
Sonae Investimentos, SGPS, SA	Tableros Tradema,S.L.
Sonae Novobord (PTY) Ltd	Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL
Sonae RE, S.A.	Tafibra Suisse, SA
Tafisa Canadá Societé en Commandite	Valecenter Srl
Tafisa Développement	VALOR N, S.A.
Tafisa France, SA	Via Catarina- Centro Comercial, S.A.
Tafisa Investissement	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tafisa Participation	Vistas do Freixo-Emp.Tur.Imobiliários,SA
Tafisa UK,Ltd	Vuelta Omega, S.L.
Tafisa-Tableros de Fibras, SA	Weiterstadt Shopping BV
Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL	World Trade Center Porto, S.A.
Tecmasa Reciclados de Andalucia, S.L.	Worten Canárias
Teconologias del Medio Ambiente,SA	Worten España Distribución, SL
Teliz Holding B.V.	Worten-Equipamento para o Lar,SA
Textil do Marco,SA	ZIPPY - Comercio y Distribución, S.A.
TLANTIC B.V.	ZIPPY - Comércio e Distribuição, SA
Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA	Zippy Turquia
Tlantic Sistemas de Informação Ltdª	Zon Audiovisuais, SGPS
Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A.	Zon Cinemas, SGPS
Tool GmbH	Zon Conteúdos, Lda
Torre Ocidente, Imobiliária,SA	ZON Finance BV
Torre São Gabriel-Imobiliária,SA	ZON III-COMUNICAÇ ELETRÓN SA
Troia Market-Supermercados, S.A.	ZON II-SERVIÇOS TELEVISÃO,SA

EMPRESAS DO GRUPO SONAE/EFANOR/ZON

(continuação)

Troia Natura, S.A.	Zon Lusomundo TV Lda
Troiaresort-Investimentos Turísticos, SA	ZON OPTIMUS, SGPS, S.A.
Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Zon TV Cabo Açoreana, SA
Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,SA	Zon TV Cabo Madeirense, SA
Unishopping Administradora Ltda.	Zon TV Cabo SGPS SA
Unishopping Consultoria Imob. Ltda.	Zon TV Cabo, SA
Upstar Comunicações SA	Zubiarte Inversiones Inmob,SA
Urbisedas-Imobiliária das Sedas,SA	ZYEVLUTION-Invest.Desenv.,SA





The background features a dark grey to black gradient. Overlaid on this are several large, semi-transparent circles in shades of grey. A prominent circular area in the lower half contains a glowing, futuristic grid pattern of white lines and points, resembling a data visualization or a network diagram. The overall aesthetic is modern and technological.

07 Declaração do Conselho de Administração

07. Declaração do Conselho de Administração

Nos termos do Artº 245, 1, al.c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

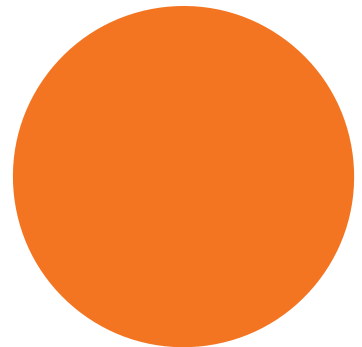
António Sampaio e Mello

Gervais Gilles Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

Frank Emmanuel Dangeard



Esta página foi intencionalmente deixada em branco.





2

4

8

0

7

5

4

7

3

4

7

7

8

2

3

4

6

4

4
3
3
7

3⁵

3²

8

4

7

5

6

2

4

8₁

1

1

6

4

8₁

20

3₈

6

3

3

5

3



08

Certificação Legal
de Contas
e Relatório
de Auditoria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2013 (que evidenciam um activo total de 1.227.050.150 Euros e 1.248.681.768 Euros, respectivamente e um capital próprio consolidado e individual de 1.136.759.532 Euros e 1.195.959.449 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 103.838.479 Euros e um resultado líquido individual negativo de 90.569.383 Euros), as Demonstrações consolidadas e individuais dos Resultados por Naturezas, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2013, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme referido no relatório de Gestão e na Nota 3.e) do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 27 de Agosto de 2013 a Optimus, S.G.P.S., S.A. (entidade que àquela data era integralmente detida pela SONAECOM, S.G.P.S., S.A.) foi incorporada por fusão na actual Zon Optimus, S.G.P.S., S.A. a qual passou a ser uma filial da entidade conjuntamente controlada ZOPT, S.G.P.S., S.A.. Em resultado da perda de controlo sobre a Optimus, S.G.P.S., S.A., o segmento das Telecomunicações foi considerado, para efeitos da sua apresentação nas demonstrações financeiras, como uma operação descontinuada, passando o investimento financeiro na ZOPT, S.G.P.S., S.A. a ser reconhecido pelo método da equivalência patrimonial.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 25 de Março de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral



Relatório **09**
do Conselho Fiscal



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Acionistas da
Sonaecom, S.G.P.S., S.A.

1 – Relatório

1.1 – Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal apresenta o presente relatório sobre a ação fiscalizadora realizada e o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonaecom, S.G.P.S., S.A., em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou nos termos da sua competência a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e a observância dos normativos legais e estatutários, tendo efetuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequadas, nas quais contou com a presença da Administração, de responsáveis dos departamentos administrativo e financeiro, da auditoria interna e gestão de risco. Reuniu ainda com o revisor oficial de contas e auditor externo no sentido de obter todas as informações e esclarecimentos quanto à natureza e conclusões das auditorias realizadas. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório e as contas do exercício.

No âmbito da sua competência, o Conselho Fiscal avaliou, ainda, o funcionamento dos sistemas de gestão de risco e de controlo interno, analisou o planeamento e os resultados da atividade dos auditores externo e interno, pronunciou-se, em termos favoráveis, pela prestação pelo auditor externo de serviços adicionais aos de auditoria e garantia de fiabilidade e procedeu ao controlo das transações com partes relacionadas, em face da observância das regras concorrenciais de mercado.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço e, neste ponto de vista, destaca a concretização da operação de fusão entre a Optimus, S.G.P.S., S. A. e a Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, S.G.P.S., S.A.

O Conselho Fiscal apreciou o relatório de governo da sociedade, anexo ao Relatório de Gestão relativo às demonstrações financeiras consolidadas, nos termos e para os efeitos do nº 5 do art. 420º do Código das Sociedades Comerciais, tendo-se concluído que, o mesmo, contém os elementos referidos no art. 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Ainda, nos termos das suas atribuições, o Conselho Fiscal apreciou o relatório de gestão, incluindo o relatório sobre o governo da sociedade, e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, bem como apreciou a certificação legal das contas e relatório de auditoria, emitido pelo Revisor Oficial de Contas que mereceu o seu acordo.

2 - Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações da posição financeira, individual e consolidada, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.
- b) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3- Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5 / 2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonaecom, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonaecom, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art. 245º -A do Código dos Valores Mobiliários.

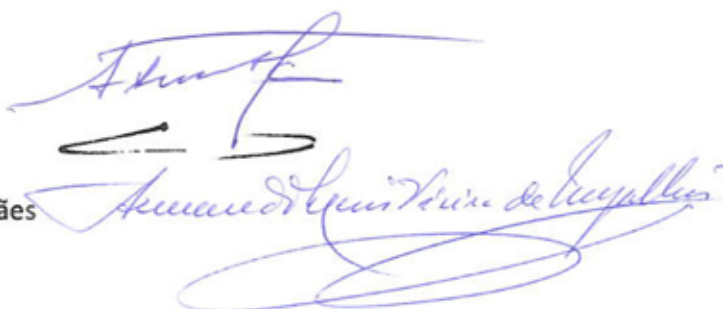
Maia, 25 de março de 2014

O Conselho Fiscal

Arlindo Dias Duarte Silva

Óscar José Alçada da Quinta

Armando Luís Vieira Magalhães



ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas atuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de fatores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação do setor das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificadas por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projeta”, “pretende”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflitam as nossas expectativas atuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projetados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de atualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no website da Sonaecom

www.sonae.com

Contacto para os Investidores

Carlos Alberto Silva
Responsável de Relação
com Investidores
carlos.alberto.silva@sonae.com
Tel: 351 93 100 23 49

Sonaecom SGPS, SA
Rua Henrique Pousão, 432 – 2º
4460-191 Senhora da Hora
Portugal



A Sonaecom SGPS está admitida à negociação na Euronext Stock Exchange. Informação sobre a sociedade pode também ser consultada na Reuters através do símbolo "SNC.LS" e na Bloomberg através do símbolo "SNC.PL".